

AGÁLIA

REVISTA INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA

N.º 47

OUTONO 1996

DIRECÇOM:

Maria do Carmo Henriquez Salido

CONSELHO DE REDACÇOM:

Isaac Alonso Estravis
José Ramon Chantada Acosta
Carlos Garrido
José António L. Taboada
Jenaro Marínhas del Valle
José Maria Monterroso Devesa
César Carlos Morám Fraga
J. Carlos Quiroga D.
Joám Carlos Rábade Castinheira
Henrique Rabunhal Corgo
José Luís Rodríguez
José António Souto Cabo

In memoriam:

Ricardo Carvalho Calero

NOTA DA REDACÇOM

1. AGÁLIA reserva-se o direito a publicar originais nom solicitados.
2. A revista nom se responsabiliza da devoluçom de originais.
3. Os trabalhos publicados passam a ser propriedade da revista.
4. Todos os trabalhos publicados em AGÁLIA aparecerám com a normativa de carácter reintegracionista que defende AGAL (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do nosso sistema lingüístico. O envio de originais por parte dos autores supom a aceitaçom desta norma.
5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a Revista com os respectivos pontos de vista.

Imprime: VENUS artes gráficas, s, a.
Corunha - Dep. Legal: C- 250 - 1985
ISSN 1130-3557

RECEPÇOM DE ORIGINAIS: Apartado dos Correios 560. 15080-Corunha (Galiza)
Apartado dos Correios 289. 15780-Santiago de Compostela (Galiza)
ASSINATURAS: Apartado dos Correios 453. 32080-Ourense (Galiza)

CONSELHO ASSESSOR

GALIZA

José Agrelo Ermo
Mário Alonso Nozeda
Maria Luísa Andrade
Carlos Campoy
Denis Conles
Júlio Garcia Santiago
Alberto Garcia Vessada
Luis Gonçalves Blasco
Marcial Gondar Portasany
Cláudio Lôpez Garrido
Aurora Marco
Higino Martínez Estêvez
Ramom Nogueira Calvo
José Posada
Maria das Dores Rei Teixeira
Ramom Reimunde Noreña
Manuela Rivera Cascudo
Felisindo Rodríguez
Joám Trilho Pérez
Xavier Vilhar Trilho

In memoriam:

Ernesto Guerra da Cal

BRASIL

Leodegário A. de Azevedo Filho
Gladstone Chaves de Melo
Sílvio Elia
Reynaldo Valinho

MOÇAMBIQUE

Fátima Mendonça

PORTUGAL

Maria Luísa Baptista
José A. Fernandes Camelo
Mário Gomes dos Santos
Óscar Lopes
Albano Martins
José Luís Pires Laranjeira

In memoriam:

Manuel Rodrigues Lapa

SUMÁRIO

	<u>PÁGS.</u>
ESTUDOS	
«Aquilino Iglesia Alvariño e Ramón Cabanillas, tradutores clásicos, desde Portugal», por José Manuel Dasilva	275-297
«O universo vicentino e seus problemas», por Flavio García	299-308
«Variação terminológica no campo científico e a sua relação com a tradução», por Carlos Garrido	309-320
NOTAS	
«Presente e futuro da Galiza: Umha política galega de Estado», por Xosé Manuel Beiras Torrado	321-333
«Duas Cartas e uma Pós-Data Só», por João Guisan Seixas	335-341
«Em torno ao nascimento de M. Murguía», por J. M. Monterroso Devesa e Francisco António Vidal	343-350
«Murguía: Um texto em português», por Francisco António Vidal	351-359
ANTOLOGIA	
«Territórios», por Carlos Penela Martim	361-364
DOCUMENTAÇÃO	
A Presidencia da Associação Galega da Língua, dirigiu-se ao Presidente da República Portuguesa para informá-lo sobre a gravíssima situação em que se acha a língua portuguesa na Galiza	365-370
Encontro cultural em Burela	369-370
V Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza	371-383

RECONSONS

São Jerónimo, carta a Pamáquio sobre os problemas da tradução, ep. 27, por Óscar Diaz Fouces	385-386
Introdução à linguística geral e portuguesa, por Óscar Diaz Fouces	387-388
Contos do outono, por Carlos Durão	390
Silêncio ergueito, por Carlos Durão	391-393
A Associação <i>Arre-Sentelha!</i> da Costa da Morte publica um «Boletim de Manifestação Escrita», por Bernardo Penabade	394
De Antiqua Ars Litterae, por Santiago Rodríguez Sánchez	395-396

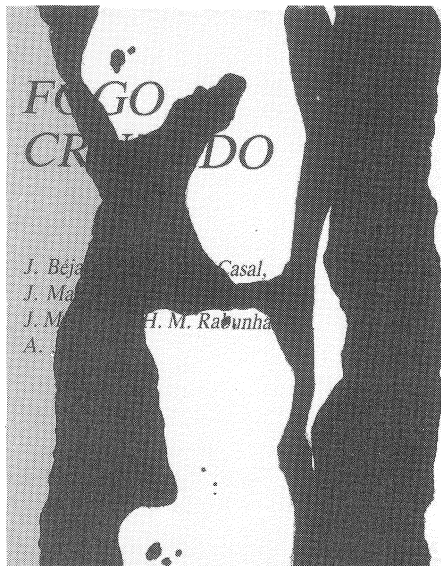
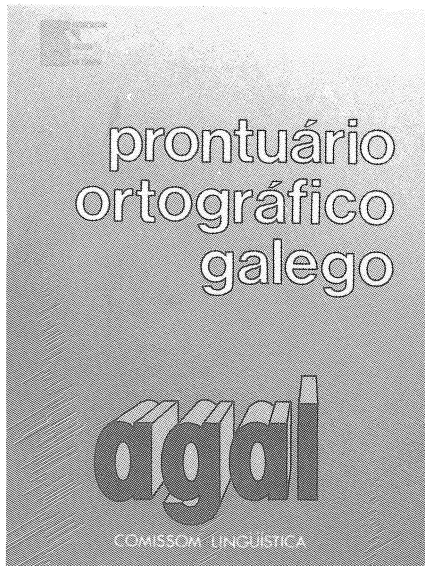
CORREIO

«Um contributo ao diálogo e à concórdia normativa», por José Manuel Barbosa	397
«Na procura duma notícia»	400

CAPA: Júlio Gaioso

FOTOGRAFIAS: Sombras de umbu

PUBLICIDADE



Aquilino Iglesia Alvariño e Ramón Cabanillas, tradutores clássicos, desde Portugal

José Manuel DASILVA
(Universidade de Vigo)

Um dos capítulos mais salientáveis no devir histórico da tradução na Galiza é o que diz respeito à adaptação de textos gregos e latinos, embora seja preciso tomar em conta, inevitavelmente, que se trata de uma prática bem recente que, após uma reduzida série de tentativas no século XIX, apenas começou a ter relevo na época contemporânea com alguns contributos isolados por parte de tradutores ao mesmo tempo criadores literários. Na exaustiva relação bibliográfica das traduções clássicas para galego que Alonso Montero arrumou há trinta anos, principiada com a modesta apostila de não ser um árduo exercício abranger todas as referências[1], é fácil observar a história desse breve e descontínuo processo, pleno de intermitências sem qualquer tipo de ligação que manifeste a existência de uma vontade comum (Alonso Montero, 1968: 9-17). Nesse sentido, não tem de causar surpresa o comentário exclamativo de Filgueira Valverde perante o desfavorável balanço que forneciam as traduções galegas de Horácio nos últimos anos do século passado: «¡No ano 1885 somentes podía atoparse unha versión galega de Horacio, frente a dez catalanas e cento sesenta e cinco casteláns!» (Filgueira Valverde, 1981: 80).

O próprio decorrer da história literária galega, não poucas vezes mutilada e tragicamente ausente em certos períodos decisivos que marcaram o regresso ao espírito dos clássicos, é motivo suficiente que explica esta situação não inteiramente normal. Somente convém lembrar que no século XV a criação literária em galego estava já mais perto da morte que da fértil e esplendorosa riqueza que caracterizara à fase medieval, dando lugar a uma situação de indigência cultural que lhe supôs a perda da melhor oportunidade de «renovarse y enriquecerse en su diálogo con el griego y con el latín» (Alonso Montero, 1968: 17). Sem se fixar o idioma nesta altura de acordo com os modelos linguísticos e literários mais prestigiados, é compreensível que a prática da tradução tivesse escassa presença até ficar infelizmente preterida. De modo semelhante, é exequível aceitar que a necessidade de levar a efeito traduções de línguas clássicas se começasse a sentir forçosamente tão-só no

[1] «Creo que no omito ninguna ficha importante, lo cual, ciertamente, no tiene mérito alguno dado lo fácil de abarcar que es este campo» (Alonso Montero, 1968: 9).

momento em que era recuperado o idioma como instrumento literário depois de vários séculos de escuridão. Tratava-se de aquilatar as possibilidades da língua com textos importantes provenientes do classicismo, e assim se verifica nas experiências pioneiras de traduções gregas e latinas por autores como García Mosquera[2] ou Vaamonde Lores[3], como assinalados exemplos. Esses primeiros textos trasladados desvendam não apenas as dificuldades de interpretar o alcance semântico dos originais, mas ainda a luta por obter uma boa correspondência expressiva numa língua sem tradição possante nem docilidade estética.

É interessante dar atenção particular ao caso tão ilustrativo que representam, já no século actual, as traduções clássicas de Gómez Ledo, visto como são um espelho da maioria dos abrolhos que devia defrontar aquele que quisesse pôr em galego textos pertencentes aos grandes autores da Antiguidade. Após o aparecimento na revista *Nós* de uma curta amostra sob o título «Virxilio en galego»[4], vem a lume no ano 1930 o seu *As églogas de Virxilio*, «istas froles recedentes qu'eu transprantei das campías partenopeias ôs eidos galegos ben amados», como ele próprio diz, publicado oportunamente com ocasião do bimilenário de Virgílio. Gómez Ledo, digno de ser reputado como um outro pioneiro ainda em pleno século XX, refere no escrito introdutório «Verbas Limiares» o lamentável estado das traduções clássicas na Galiza ao mesmo tempo que convida, como labor imprescindível, à realização de mais versões com o alvo de suprir a carência de modelos consagrados susceptíveis de imitação:

Poucas traduciós e isas soltas se teñen feito dos crásicos, antre nós. Ningunha polo de pronto, do Virxilio. E fanlle moita falla aquelas â nosa frondente literatura. Maus â obra, señores galeguistas. O que é, pol-a miña parte (todo pindura de que non se me vaian os azos) farei canto poda, pois entran nos meus propósitos, a mais das *Xeórxigas* do mesmo Virxilio, os versos do Horazo e outros *dii minores* eisé gregos coma latinos. Contribuir d'algunha maneira a inxertar pugas da beleza crásica na arbre, hoxe baril, da nosa literatura, sempre será cousa dina de louvanza. Porque disgracia non cativa é que nos falle a lus dos eternos arquetipos. A Greza e a Roma serán por moito tempo, os dous polos de todol-os mundos literarios (Gómez Ledo, 1930b: IX).

Tal convite dirigido a outros autores não deixava de ser, na verdade, uma ideia urgente nos círculos nacionalistas galegos. Através de uma resenha sem assinar mas da autoria de Vicente Risco provavelmente, veja-se como exemplo marcante a opinião que suscita nas páginas de *Nós* a tradução isolada da primeira écloga virgílica na por parte de Gómez Ledo:

Obra coma esta teñen que ser saudadas por nós d'un geito especial, coma merecentes d'honores extraordinarios. Non abundan as versiós dos clásicos, na nosa literatura: Saco e Arce, García Mosquera e Florencio Vaamonde foron n-isto os precursores. E o galego precisa d'elas pra se consagrar definitivamente coma língua culta, aparte do exercizo formidábele que repersenta un traballo d'istes pra quen o fai (Sen Firma, 1930: 103).

[2] José García Mosquera, «A vida do campo», em Juan A. Saco y Arce, *Gramática Gallega*, Lugo, Soto Freire, 1868, pp. 292-295.

[3] Florencio Vaamonde Lores, *Odas*, A Cruña, Imp. de Carré, 1897.

[4] Avelino Gómez Ledo, «Virxilio en galego», *Nós*, 84, 15 Nadal 1930, pp. 232-234. Nos anos seguintes Gómez Ledo irá publicar ainda outros trabalhos de tradução clássica nas páginas da revista *Nós*. Vid. «Elexias de Ovidio», *Nós*, 98, 15 Fevereiro 1932, pp. 24-25; «Traduzón galega das Xeórxicas de Virxilio», *Nós*, 113, 17 Maio 1933, p. 76.

É intelixíbel sem grande custo, portanto, o valor decisivo que se outorgava na altura às traducións de línguas clásicas para galego visando à consolidación dos registos literários mais elevados do idioma. Uma outra vez Gómez Ledo, que com diversas vicissitudes traduzira igualmente as *Xeórxigas*[5], testemunha a condición indispensável dessa prática para assentar o prestígio da língua, um propósito que declara imodestamente ter conseguido, aliás, com os seus próprios trabalhos:

Coido que dispoixa de pór todo o meu antusiasmo na laboura de facer falar en galego ó outísemo Poeta, fica ben ademostrado que a nosa lingoa non ten ren que cubizar as demais hirmás, e aínda endeben as vence en moitos enfeitizos e requilorios, coma verá ben o sabido nistes azaros das belidezas crássecas (Gómez Ledo, 1964: XLIII-XLIV).

As mesmas noções sobre o sentido fulcral das traducións clásicas aparecen no último volume publicado por Gómez Ledo, *Escolma de poetas líricos gregos e latinos voltos en linguaxe galego*, onde o seguinte juízo recolhido na prosa liminar «Adral» faz sobressair mormente a importância desta natureza de exercicios translativos a fim de tornar mais flexível o idioma[6]:

Istas versións teñen, ó meu parecer, moi grande importancia pra literatura galega, hoxe tan frondente, e quizais vallan mais que as miñas composicións orixinaes. Polo de pronto amosan o ricaz léxico e betamentos da nosa docísimá fala galega, tan axeitada coma calquer outra, pra revestir as eternas belidezas crássecas, cos véos apostos e lizgaios, da nosa língua, pondo de relevo hastra os mais enxele adubíos. Moita laboura resta aínda por facer, a pesares do novo renascimento que lediciosamente enxergamos en moitos leterados talentosos, e ben convencidos disa realidade crara e biolóxica que é toda fala viva no pobo (Gómez Ledo, 1973: 16-17).

Ora bem, como é que se levou a cabo realmente esse ensejo lingüístico tantas veces exprimido, como se acaba de ver, nestes depoimentos de Gómez Ledo? Nem é fácil a resposta, mas faz-se pertinente reparar com atención em duas grandes iniciativas, por uma parte os *Carmina* horacianos, de Aquilino Iglesia Alvariño, e *Versos de alleas terras e de tempos idos*, de Ramón Cabanillas, pela outra, que na história da tradución clásica galega significaram com o seu especial pendor, cada uma de distinta forma, as experiéncias porventura mais avultadas neste campo (Noia Campos, 1995: 50-52). Em ambos os casos está-se à face de tradutores que

[5] Esta obra fora posta em galego pelo poeta pouco depois de traduzir as églogas. Já no mês de Natal de 1930, data em que esta assinado o seu artigo «Virxilio en galego» inserido na revista Nós, Gómez Ledo aponta que o seu trabalho se acha perfectamente acabado: «Infundamentos mais dificoltosas de tradocir son as Xeórxigas, ás que xa puxen romate (...)» (Gómez Ledo, 1930a: 232). No entanto, esta obra virá à luz aínda trinta e quatro anos mais tarde por causa de uma grave perda, depois fortuitamente restaurada, que o próprio tradutor relata de modo pormenorizado: «Fai máis de vinte anos matinei eu adobiar com vestidura galega un anaco de aquela ialma enorme e diledada, co gallo do bimiñeáro virxilián, e pubriquei as Eglogas. Tencionaba daquela seguir co-as Xeórxigas, pois tradocidas estaban e postas xa nas maus de quen con todo entusiasmo fá facelo. Pro habent sua fata libelli... Veu a revolta do ano 31 e tiven o azaro de que me queimaron todol-os meus traballos literarios. Dispois no 36 abateuse a guerra civil e con ela desapareceu a emprenta compostelán, onde xa se comezara a tirar no prelo aquela laboura miña de seis meses. Finada groerosamente a guerra andiven en procura de atopar o meu orixinal, pescudando eiquí e aló, sen éxito favorábel. Correron outros dez anos, e cando menos o podíá esperar, un día apareceu en Madride un xoven galego que viña facer as oposicións pra unha cadeira de literatura, e me entregou (sopónñase a miña admiración cando xa por perdal-as daba) as miñas cuartillas que il apañara na rúa nunhas moreas de ciscallo» (Gómez Ledo, 1964: XLI). Mais outra declaración corrobora a perda que sofreu o original das Xeórxigas: «(...) correu miragreiros avatares, aparecendo, cando xa ó daba de perda, e pubricado dispoixa en edición belidísima polo Instituto do Padre Sarmiento» (Gómez Ledo, 1973: 11).

[6] A personalidade como tradutor clásico de Avelino Gómez Ledo, além disso homem de religião, é com certeza muito curiosa. Assim o demonstra, ao menos, esta sincera e até ingénua confissão sobre a sua actividade translativa com os textos latinos guardar explicitamente, em certos casos julgados necessários, uma rigorosa atitude moral em forma de aberta censura: «Aporcima direi que termando facer unha versión literal, percuréi baixar certo realismo dalgunhas espresións, e na primeira emposta, tallar sen compaixón algús versos, arredando cadros de costumes piardeiras que a nosa moral condena, e idealizando e aquelandu ditos non apracentos ós ouvidos e gostos de hoxe. Polo demais son tan audaciosas e noxentas, xeralmente falando, as cousas que lémos, ouvimos e enxergamos (novela, conto, teatro, cine, televisión); son tan astragados e sinvergoñantes os xeitos e costumes, as idolatrías e hedonismos do pobo que se chama cristián, que se San Paulos aparecera polas rúas e turreiros das cidades nosas, carcomeríase no seu corazón, atalmente coma cando andivo polas terras de Atenas ou de Corinto» (Gómez Ledo, 1973: 15-16).

apresentam, além disso, a valiosa qualidade de serem assinalados criadores literários com um amplíssimo domínio do idioma, mesmo de funda natureza filológica no concernente ao primeiro deles. Essa dupla condição levou-os a submeter a língua de recepção dos textos originais a um tenso processo de experimentação expressiva em que cumpre verificar, além do mais, a presença de soluções individuais para vencer o espinhoso obstáculo de dar forma a um instrumento verbal dotado de escassa flexibilidade em certos registos.

Por razões cronológicas de tipo editorial deve dar-se atenção em primeiro termo a Iglesia Alvariño, cujo inventário de traduções clássicas vertidas com perseverança para vernáculo oferece um catálogo bibliográfico apreciável e cheio de interesse. A sua ampla formação no conhecimento do grego e do latim provém originalmente dos estudos que realizou no Seminário mindoniense com D. Francisco Fanego Losada, introduzindo-se então na leitura demorada dos grandes autores antigos «en los que halló siempre el remanso sosegado donde las horas descubren la romanza de los días» (Fraguas Fraguas, 1970: 454). Contudo é Vilagarcía de Arousa, após algumas vicissitudes biográficas, o lugar em que começa a realizar com maior plenitude uma duradoura vocação tradutora. Enquanto lecciona no *Colegio León XIII*, a não ser um breve tempo em que trabalha no *Colegio Labor de Vigo*, desde o ano 1933, quando chega da mão de Crecente Vega, até ao ano 1949, em que consegue por concurso uma cátedra na capital lucense, Iglesia Alvariño principia a dar alguns frutos do seu labor com as línguas clássicas, especialmente o latim [7]. Nessa cidade, mesmo que para castelhanu, sai do prelo em 1936 uma tradução horaciana, *La canción del siglo* [8], pequeno contributo inaugural que aparece acompanhado imediatamente de uma outra faceta sua como orientador de traduções alheias, cuja amostra principal é o volumezinho *Traduccions. Ovidio, Virxilio, Francis Jammes* [9], prologado por ele próprio e arrumado com alguns alunos seus do *Colegio León XIII* aos que animara a encarar traduções de autores clássicos e modernos [10]. Uma vez que se desloca de vez a Compostela por motivos profissionais, Iglesia Alvariño continua nos anos cinquenta a sua dedicação à cultura da tradução [11], sobretudo de autores latinos [12], que se torna patente designadamente, para lá de publicações isoladas [13], no magno *Carmina*, vindo a lume no ano 1951 [14].

-
- [7] É importante o testemunho do poeta Díaz Castro, que trabalhou com ele durante alguns anos no mesmo *Colegio León XIII*: «Después da guerra civil incorporeime ó Colexio León XIII, onde el era daquela director; alí recomenzaron as nosas relacións, xa dunha natureza máis profesional que literaria. Alí o poeta segue adicándose á poesía e a traduci-los clásicos latinos que máis amaba, mentres exercía exemplarmente as súas actividades de director e profesor» (Díaz Castro, 1987: 116).
- [8] Quinto Horacio Flacco, *La canción del siglo (Versión que se hace para la conmemoración del bimilenario del natal de Augusto)*, Vilagarcía de Arousa, Tipografía José Paz Gómez, 1936. Nesta primeira tradución de Iglesia Alvariño já é perceptível una atitude translativa muito criteriosa que irá manter-se com posterioridade ao longo da sua actividade neste campo: «No nos hemos olvidado nunca de que estábamos haciendo una versión y no una glosa. Frecuentemente, sin embargo, hemos empleado perifrasis, bien porque la traducción de *verbo ad verbum* era imposible, dados los cambios de la expresión, bien porque el concepto resultaba demasiado chato y pobre en la versión directa».
- [9] J. Porto González e Armenio Alves, *Traduccions. Ovidio, Virxilio, Francis Jammes*, Vilagarcía de Arousa, Imprenta i-Encuadernación de Bendaña e Paz, 1936.
- [10] «Na vila arousá vivíu o poeta unha das decisivas etapas da súa mangrada existencia. Adica as máis das horas ó ensino, e fai os estudos da carreira de Letras; traduce ós clásicos latinos e afeizoza ós seus mellores alumnos a iste mester; inaugura a Colección Renacemento, e presenta nela anacos de Ovidio, de Virxilio, de Francis Jammes, verquidos directamente ó galego por discípulos seus; publica o seu único libro de versos casteláns, e o terceiro volume de poemas na nosa fala» (Lorenzana, 1963: 30).
- [11] Na cidade de Pontevedra, onde trabalhou un breve tempo, viera à luz previamente um outro trabalho de translação de um escritor clássico. Vid. Venantii Fortunati, *Galliciense Carmen*, Pontevedra, 1950; depois reproduzido na revista galego-portuguesa *4 Ventos*, 1, Abril 1954, pp. 5-8.
- [12] Porém chegou a traduzir algum autor afastado do mundo clássico. Vid. «Poemas de John Masefield (Cunha breve nota introdutória)», *La Noche*, 15 Septiembre 1949; «Poemas de John Masefield», *La Noche*, 29 Octubre 1949.

Pouco cabimento tem a d vıda na aprecia o de esta obra marcar um episódio excepcional na história das tradu es clássicas galegas [15], até ao ponto de o grosso volume talvez ser «o esforço ling stico e de anotac es máis interesan- te que un clásico te a orixinado entre nos» (Alonso Montero, 1986). Certamente Iglesia Alvari o, que desde cedo granjeara um importante sucesso na qualidade de tradutor [16], representa com os seus *Carmina* de Horácio um exemplo fulcral em que não   possível deixar   margem as reflexões que sempre deitou sobre a constituic o do idioma no difícil transe de servir como veículo de recep o aos cont dos mais elevados. O interesse mesmo filológico do poeta lucense eviden- ciou-se nomeadamente no projecto inacabado de elaborar um *Diccionario Gallego* [17], uma paciente tarefa a que se consagrava desde a sua estada em Vilagarcia de Arousa nos anos trinta e quarenta [18], mas está presente ao mesmo tempo em elevada medida no seu labor como tradutor. Resulta necessário fazer sobressair, portanto, o constante exercício ling stico que supõem as tradu es clássicas de Iglesia Alvari o, já que não ficam no mero  mbito da prática trans- lativa literária. Não   por acaso que o tradutor, além das suas versões consuma- das, decida entregar aos leitores t mbe m uma parte importante dos instrumentos expressivos que utilizou ao longo do seu trabalho, como   perceptível, por exem- plo, na edi o dos *Carmina* horacianos, em que se reproduz um glossário de vozes galegas e um catálogo fraseológico.

-
- [13] Vid. por exemplo Aquilino Iglesia Alvari o, «*Illiada* (versos 268-334, libro VIII), *La Noche*, 10 Febrero 1948. Como prova relevante do seu profundo interesse pelo mundo da tradu o, faz-se adequado citar, igualmente, o seu artigo crítico «Traduttore, traditore», publicado em *La Noche* o 14 de Agosto de 1948. Aliás, deve-se consignar que o Prof. Díaz y Díaz deu a conhecer recentemente as seguintes tradu es inéditas, quatro do latim e uma do grego, de Iglesia Alvari o (Díaz y Díaz; 1986; 193-203): «A saudade do enfermo» (Poema 3 do Livro I de Tibulo), «Carta a Albio Tibulo» (Poema 4 do Livro I das *Ep stolas* de Horácio), «Elexia   morte de Tibulo» (Poema 9 do Livro III dos *Amores* de Ovídio), «A Virxilio e Tibulo mortos» (Epit fio composto por Domicio Marso) e «Os traballos e os días» (50 primeiros versos da obra de Hes odo).
- [14] Q. Horatii Flacci, *Carmina*, Santiago de Compostela, Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, 1951.
- [15] Todavia n o alcan ou no momento de se publicar toda a aceita o que merecia uma obra de tal f lego. Foi tratada mesmo de modo injusto, supostamente, quando se apresentou a um pr mio que convocara a editorial *Bibliófilos Gallegos* para galardoar   melhor tradu o galega desde outras línguas que fossem vertidas de forma original, segundo se percebe neste passo de Luciano Rodríguez, o biógrafo mais autorizado de Iglesia Alvariño: «Proxiosamente o galardón foi parar a outras mans, quizais un pouco irregularmente. Vexamos por qué. O premio foi para o *Cancioneiro da poesia c ltica*, de Julius Pokorny, traduc o feita partindo dunha versão alemana. Celestino Fernández de la Vega pon o texto en castelán e Ramón Piñeiro adapt o ao galego. Así, pois, a traduc o non se fixo directamente do g lico, mais foi premiada, coa conseguinte decepc o de quen xogara limpo e fora burlado» (Rodríguez, 1994: 42-43). Dada a delicadeza desta noticia, o autor declara em nota de rodapé: «Esta informaci o d bollta ao Prof. Carballo Calero. Entrevista realizada o 20 de decembro do 1989» (Rodríguez, 1994: 43).
- [16] Assim o confirma a seguinte opinião que se cont m nas páginas da revista *La Estafeta Literaria* no ano 1944: «Traductor de Horacio, hondo conocedor de los autores clásicos griegos y latinos... es  l mismo, ante todo, un clásico. Existen, s , en  l elementos de raigambre folkl rico-popular (esto mismo es, en cierto modo, un clasicismo) y ese vago sentido pan- teista de los hombres del Noroeste. Creo interpretar fielmente su estética poética -su estética en perfecto equilibrio- resumi ndola en esta frase: Funder in mármoles capitalinos los solpores atlánticos» (*Apud* Couceiro Freijomil, 1952: 232).
- [17] «Desde hace muchos años venía dedicado a la recogida de palabras para el *Diccionario Gallego*, labor que realizaba con paciencia, conocimiento y cariño, preguntando en todas partes a la gente para reunir y comprobar la extensión de las voces y la complicada variedad gramatical de las diferentes comarcas; al mismo tiempo recorr a los textos literarios, antiguos y modernos, para reunir el mayor caudal de palabras y su diferente significado» (Fraguas Fraguas, 1970: 460). O intuito de Iglesia Alvariño era sobretudo levar a efeito una recompila o, t o exaustiva quanto possível, dos v c bulos mais vivos do idioma com as suas correspondentes significac es, como se se tratasse de un aut ntico mapa dia- lectal do léxico galego: «Non tencionaba faguer un Diccionario completo;   decir, un Diccionario con etimoloxías, obser- vac es históricas, notaci o fonética, etcétera. S  aspiraba a dar con rigor a forma aut ntica das palabras e o seu esca- ior arredor sem ntico. A grande empresa t fnaa xa cumiada, e ahí quedaron, a espera da edic o necesaria, milleiros e mille- iros de fichas que constituen un intelixente corpo lexicográfico do galego moderno» (Lorenzana, 1963: 24).
- [18] Com efeito, a preocupac o de Iglesia Alvariño por alguns aspectos da língua   muito antiga. Faz parte da memória colec- tiva própria da gente mais idosa de Vilagarcia de Arousa, como engra ada anedota, o facto de o escritor aplicar castigo aos seus alunos no *Colegio León XIII* encomendando a elabora o de infinitas fichas l xicas, sem d vıda a puni o mais temida, com destino ao futuro, mas ainda hoje inédito, *Diccionario Gallego*.

Carballo Calero retratou com brillante perfeición o principal enseño de Iglesia Alvariño em matéria lingüística, tanto no plano da creación própria como no que diz respeito às súas traducións de autores clásicos para galego:

A sua aspiración idiomática era reproducir con esactitude, aínda que con escolma, a lingua viva realmente falada polo pobo, e non esquillar e depurar esta lingua para voltarlle a plenitude da súa espresividade totalitaria segundo as súas propias leis e a súa troncalidade latina, de xeito que ficase limpa das adherencias colateráis que o colapso da historia galega pola vía administrativa fixera habituais (Carballo Calero, 1961: 259).

Uma breve análise da evolución «lingüística» do escritor permite observar, em todo o caso, a presenza de atitudes diferentes e inclusivamente opostas perante a cuestión da língua literária. O próprio Carballo Calero estabeleceu de uma perspectiva diacrónica o percurso que, desde uma posição inicial nitidamente diversa que se reflecte nos seus primeiros libros poéticos, conduziu Iglesia Alvariño a adoptar un pensamento filológico de saliente carácter dialectal:

A fala de Aquilino Iglesia merez un demorado estudo. Planteóuse o noso autor o problema do galego literario. Nos comenzos parte, acentuándoa, da lingua lusitanizante dos sonetos de Noriega. En *Señardá* cáxeque se borran os límites antre o galego e o portugués. Mais os libros seguintes supoñen unha regresión ao punto de vista dialectal, que era o primitivo de Noriega. Agora Aquilino quer arrincar da fala viva, e o castelanismos é para el máis galego que o portuguesismo.

Como aldeán de orixe, e latinista de profesión, sabía o que facía coa lingua, calquera que sexa a opinión que podamos formar dos seus criterios. Estes non eran dogmáticos, pero nos tempos da súa madurez inclinábase a aceptar os calcos da lingua oficial cando a restauración das formas patrimoniais resultaría para o pobo antinatural ou arcaizante. Endebén, a súa espresión brilla polo emprego de moitos termos e retornos de saboroso celme dialectal, que dan seiva e vigor á súa lingua literaria (Carballo Calero, 1975: 748).

Esse é o tipo de língua literária, com efeito, que está presente nos *Carmina* galegos de Horácio. Ainda mais, Carballo Calero chegou a lançar a arriscada hipótese, merecedora de pouca desconfianza se se considerar a amizade que sempre manteve com o autor de *Cómaros verdes*[19], de esta tradución ser concebida mormente como uma experimentação de forte alento estético e à vez filológico, no sentido quase de uma recriação literária, mais do que responder ao desejo instrumental de dar aos leitores galegos uma versão fidedigna dos poemas horacianos. Com certeza é uma conjectura surpreendente que, a despeito de tudo, guarda uma perturbadora discriminação no atinente às relações entre galego e castelhanu como línguas de chegada de textos clássicos:

O primeiro é o que contén as odas de Horacio, que non quixo o autor transcribir fielmente en galego para coñecimento dos que non saben latín, pois os tales dispoñen de intelixíbeis traduccións en castelán, senón tomar como base dun exercicio de ensanchamento da lingua literaria galega, incorporando á mesma feitura do falar de

[19] A respeito dessa relação cordial pode ser suficientemente provatório este testemunho evocador de Carballo Calero, escrito com motivo da morte de Iglesia Alvariño: «Non lembro ter tido un momento de tirantez nas miñas relacións con Aquilino. Na mocidade parecíamos alimentar os mesmos soños. Logo, ambos lonxe de Ferrol, estivemos tamén lonxe o un do outro. Ao fin as cartas reanudaron o fío da nosa amizade, e un día -xa os dous com cañas na cabeza-atopámonos en Lugo. Ao se reactivar a vida literaria de Galicia, os nosos contactos foron frecuentes. Aquilino mandábame indefectiblemente todas as súas publicacións. Escribíu con frecuencia dos meus traballos. Eu tamén me ocupaba nos seus. Como nos respeitábam mutuamente, nunca caímos na tentación de nos poñer polas nubes» (Carballo Calero, 1961: 258).

cada día ate entón ignoradas ou proscritas, pero cuia vitalidade habería dar pulo e sangue ao vocabulario e a sintaxe poética. Así, Aquilino dános un Horacio que fala cando compre en dialecto vulgar ou rural, co que as súas verbas cobran sabor de realidade inmediata para os galegos, aínda que haxa críticos que boten de menos unha elegancia culta que foi sacrificada á literarización dos falacios decotífos (Carballo Calero, 1975: 747-748).

Eis o elemento basilar que é preciso tomar em conta para valorizar ajuizadamente as versións galegas dos *Carmina* realizadas por Iglesia Alvariño. Não o ignora o tradutor nas explicacións liminares que, após uma ilustrativa dedicatória onde se põe em destaque o papel do povo no modelo de língua seleccionado [20], figuram ao comezo da sua edição à maneira de justificação necessária. Nas palabras de Iglesia Alvariño é accesível desvendar o propósito eminentemente lingüístico, visando à constituição de um modelo próprio de expresión literária, que norteou as suas traducións. Em seu entender a língua galega, sobretudo no terreno da poesía, achava-se numa situación constrictiva de mais em que não acabava de se libertar do influxo excessivo das fontes líricas medievais [21]. Por essa razão, como se de um atraente reptó estilístico se tratasse, Iglesia Alvariño confessa o móbil verdadeiro que deu forza às suas versións horacianas, cifrando-o na experiencia estética de *galeguizar* materias clásicas estranhas ao espírito das velhas cantigas mais do que na vontade pragmática de uma mera tradución instrumental:

Eu teño de min que a lingua poética de Galicia tende á callarse en formas de escola e de oficio, mester de clerecía ou segrelia, pero *mester*. Ésto xa fixo que se inzase o galego de troveiros de fora na Edá Media e que nos novos tempos sentisen o engado de selo García Lorca e outros. Pero tamén fixo que a lingua poética de Galicia se non desenleasse aínda do seu papel de lingua de cantiga, do seu estribillamento de cantar de amigo, e, engaiolada en catro reixas de ouro de falacios e decires, teña esta fasquía de grallar de neno, moi meigo sí, pero nada máis que moi meigo.

Pra salvala deste atuimento penséi no que puidera prestar a galeguización de formas poéticas crásicas, estranas ó medievalismo en que a nosa lírica goza esterbellando coma un páxaro na gaiola. Esto, é visto, faría obrigado anchar os vellos vocabularios, a vella sintaxis, os vellos temas poéticos e botar mau do que á mau estivese.

Pola miña parte, penséi en Horacio, e saíron dúas ducias de poemas ó cabo de levar no peto algús meses unha edición limpa do vello poeta.

Non podía chamarlles traduciós, nin quería chamarlles imitaciós, e moito menos glosas. Tratábase de poemas nacidos á beira dos *carmina* como puideran nacer no aire tremelante de una sonata (Iglesia Alvariño, 1951: IX-X).

Vale a pena insistir na opción idiomática escolhida por Iglesia Alvariño, de caso pensado uma língua viva por inteiro no uso popular, que o escritor selecciona consoante uma decisão que combina o seu próprio critério filológico e alguma preocupação estética de natureza restritamente literária. O tradutor ao mesmo tempo poeta rejeita o peso modelar da tradición e debruça-se sobre as formas presentes, até as mais deturpadas, que têm uso coloquial. E mesmo no caso de ficar banida a autêntica forma patrimonial ao ponto de não ter já existência espontânea, Iglesia Alvariño declara como mais pertinente o critério de acolher sem restrições a forma castelhanizada simplesmente por ser a menos artificiosa:

[20] «Á meu pai e á miña mai, ás xentes da miña caste e da miña terra, das que adprendera o falar que falo. Á Don Francisco Fanego Losada e á Don Abelardo Moralejo Lasso, meus mestres de latín, todos lembranzas ledas».

[21] É muito útil completar esta estimación com o profundo e arguto estudo que Iglesia Alvariño realizou em volta da língua de certos poetas lucenses (Iglesia Alvariño, 1949).

Na versión fuxín por un igual das feitura literarias anovadas e das xa mortas da nosa tradición, botando mau das do falar de cada día e acollendo como era o meu intento, unha boa millarada de voces e retorneos que non foran encetados.

Esto responde á miña idea de que non hai outro galego á que acudir, pra facer unha lingua literaria, que o que falan as xentes dos nosos campos e ribeiras.

Nos casos en que a lingua oficial barréu a forma orixinaria, tiven que decidirme entre a histórica, morta, ou a viva, de Castela, e preferín a derradeira nos máis dos casos (Iglesia Alvariño, 1951: X-XI).

Ainda sem chegar a ser na altura objecto de acre controversia, a decisión lingüística de Iglesia Alvariño, exposta ao comezo dos *Carmina* com aberta clareza, mereceu a atención demorada de certos intelectuais preocupados pola situación do idioma. Era uma decisão, por outro lado, que não obedecia a qualquer classe de impulso isolado, já que onze anos mais tarde, ao publicar a sua segunda grande tradução de latim para galego, a comédia *Aulularia* de Plauto [22], esse critério estilístico aparecia plenamente confirmado [23]. Efectivamente, nesta obrinha o escritor lucense leva a cabo, mais do que uma pura tradução, uma recriação intensa que revela o propósito etnocêntrico de aproximar o texto original tanto quanto possível da língua de chegada, e ainda não apenas de um registo neutro desta, mas de uma modalidade muito popular. Nesse sentido, Fernández del Riego mesmo chegou a considerar sobre esta tradução que o ensejo de Iglesia Alvariño teria sido principalmente, em lugar de uma singela translação lingüística, a transferência absoluta do texto latino à forma expressiva mais viva do galego, ao ponto de tentar uma nova escrita como se Plauto primigeniamente criasse *A comedia da oliña*, título galego da obra, nesta língua e não em latim (Fernández del Riego, 1981) [24]. Ora bem, o problema surge do decoro verbal que exige a própria matéria da obra traduzida, pois se a escolha deste tipo de expressão, caracterizada pelo seu natural frescor, resultava harmónico com relação ao conteúdo da engenhosa comédia romana, podiam ser causa da mesma opinião os sublimes argumentos líricos de Horácio?

Como acima ficou dito, o critério tradutológico de Iglesia Alvariño que se apreciava nos *Carmina* quanto ao plano expressivo provocou algumas observações. De facto, várias resenhas coevas saudaram como um acontecimento editorial digno de interesse a publicação dos *Carmina*, obra que sem dúvida era fruto de uma paciente actividade translativa que ao mesmo tempo supunha um inocultável esforço filológico. Além da evocadora notícia de natureza impressionista que Otero Pedrayo dá nas páginas do jornal *La Noche* uma vez que a obra saiu do prelo (Otero Pedrayo: 1951), o primeiro comentário dilatado sobre a tradução horaciana recolhe-se nas páginas da *Colección Grial* sob a assinatura de Quintela Ferreiro. A partir de uma posição fortemente idealista nos seus fundamentos teóricos, o esforço translativo de Iglesia Alvariño conduz este autor a exprimir uma subtil reflexão sobre as espinho-

[22] Plauto, *A comedia da oliña (Aulularia)*, Vigo, Editorial Galaxia, 1962.

[23] Entretanto Iglesia Alvariño dera à luz já outras traduções clássicas para galego. Vid. especialmente *A vixilia de Venus*, Suplemento nº 15 de *Estudios Clásicos*, 1960.

[24] O comentário de Fernández del Riego chega a ser mais explícito e indica, aliás, as singulares notas que apresenta o galego de Iglesia Alvariño, afastado de um modelo *supra-dialectal* ou tão sequer *inter-dialectal* e próprio de uma manifestação geográfica do idioma concreta: «Pero léndo agora outra volta a versión de Iglesia Alvariño, confirmámonos no feito, que xa nos revelara a sua primeira leitura de hai anos, de que o seu galego non é o que hoxe é o literario común. É un galego falado, un *sermo rusticus* completamente localizado: o idioma natal do poeta, o seu dialecto comarcal» (Fernández del Riego, 1981). Não se deve esquecer, em sentido semelhante, a impressão confessada por Antón Fraguas sobre a aparência de *A comedia da oliña* como recriação plena e não como fiel translação: «Hemos oído su lectura una tarde en la Biblioteca del Instituto P- Sarmiento al finalizar la traducción. La versión es tan sugestiva y el gallego tan

sas dificultades que encerra a tradución literaria, em especial quando se tratar de un autor como Horacio e de una lingua original como o latim. Com extrema cordialidade, Quintela Ferreiro precisamente resume numa censura —a tentativa de recriar a magnitude literaria do escritor latino— e numa virtude —a riqueza outorgada ao galego como instrumento de expresión elevada—o valor dos *Carmina* arranjados polo autor de *Cómaros verdes*, mas através de um hábil raciocínio acaba por transformar de forma paradoxal a virtude em censura, porquanto acha por bem que o registo lingüístico utilizado por via de regra pelo tradutor talvez não seja o mais oportuno:

La obra literaria es siempre expresión de la honda complejidad humana. Sólo la lírica rasga el velo que cobija los delicados matices de nuestra más íntima subjetividad. Logra su intento explotando todos los recursos que cada lengua ofrece. Recursos muchas veces exclusivos. De ahí la gran dificultad para trasladar de una lengua a otra sus frutos. Dificultad gigantesca cuando el idioma original dista veinte siglos. La armonía del verso, muchas metáforas e imágenes son peculiares, intraducibles. Difícilmente captamos la fuerza de un lenguaje que no vivimos de alusiones a hechos no conocidos, que no son fruto de nuestra experiencia, carne de nuestra carne.

Con lo dicho queda expuesto el principal mérito y objeción a la obra del profesor Iglesia Alvariño. Objeción prevista. Trasladar el alma lírica de Q. Horatius Flaccus es tarea sobrehumana. Contribuir a dar al gallego mayor flexibilidad y riqueza ha sido un logro pleno del autor.

Acaso el exquisito y refinado Horatius, quintaesencia del espíritu urbano, resulte hartado rústico y pueblerino. Tenía que resultar. Sin quererlo, nuestra sensibilidad relaciona el gallego con el campo y sus habitantes; allí tiene su trono. Claro que a veces el vocabulario y las expresiones parecen indicar que esto fue pretensión consciente del traductor, cosa no tan justificable.

Así cuando emplea *ceio, cunca, rapaz, aqueloutrado, testa, abanecer, salouqueiro, xostra, xato...* pudiendo utilizar otras de valor idéntico.

Por lo demás, hablar de la perfección de la traducción dentro de los límites aludidos, resulta ocioso. Iglesia Alvariño es un profundo conocedor del latín y del gallego. Logra aciertos en multitud de ocasiones (Quintela Ferreiro, 1952: 80-81).

De diferente teor, curiosamente, é a resenha que Carballo Calero inseria na revista *Galicia* um ano mais tarde de se publicarem os *Carmina*. Com efeito, depois de exprimir que a tradução de obras universais notáveis é uma das vias mais adequadas para avaliar a capacidade expressiva de uma língua, o polígrafo galego concede à tradução de Iglesia Alvariño o mérito quase definitivo de fazer inútil mais outra tradução, a não ser que o galego evolua tanto, em seu entender, que faça necessário defrontar novamente a tarefa de pôr em vernáculo a obra horaciana. Torna-se evidente, por conseguinte, a incondicional aprovação por parte de Carballo Calero do modelo lingüístico que se reproduz nas versões galegas dos poemas latinos. Nesse juízo acha-se implícito o reconhecimento de ser preciso, em geral, dar nova vida às traduções dos clássicos, posto que a mudança de gostos através do tempo exige adaptar cada translação a uma altura dada. No entanto, Carballo Calero aceita plenamente que essa circunstância não atinge em concreto à obra de Iglesia Alvariño por ser a sua escolha expressiva, segundo se diz, de carácter perdurável:

Como primeira traducción compreta á nosa fala do máis importante aspecto da poesía de Horacio, a obra de Aquilino ten xa evidente importancia. Pero ademais, a súa podente realización fará inútil, por moito tempo, a repetición da empresa. Haberían de pasar séculos enteiros i evolucionar fondamente o galego, pra que ficara arcaica a linguaxe de Alvariño, e só entón espcricaríase a necesidade de unha nova versión. Pois no

que respeita ao valor literario do libro, é de unha calidade tal que pode se chamar fíz o que a atinxíu, e fíz aquíl a quen o logro do primeiro esímeo do risco de un intento segundo (Carballo Calero, 1952: 25-26).

Por anticipado, Carballo Calero estende nas liñas sucesivas da súa resenha esta opinión, pois explica mais pormenores em volta da tradución galega de Horácio. Indica, assim, que a decisión idiomática ofrece aliás o acerto de non almejar uma versão puramente lingüística do escritor latino, mas de adaptar com intención estética os seus versos à realidade literária galega. A nota paradoxal que mais se destaca é a defesa que se realiza de uma peculiaridade ruralista para a literatura própria, de forma que a mais alta estimación que se outorga à tradución de Iglesia Alvariño, após o seu intenso labor filolóxico e poético, corresponde mormente à decisión de apresentar un Horácio transformado, genuinamente galego, por meio do uso de uma modalidade idiomática que converte o poeta clássico em verdadeiro património da literatura galega:

O Horacio de Aquilino non é unha versión de latinista, senón unha versión de poeta, de poeta que sabe latín. Quere decir con isto que Alvariño non puxo en galego as verbas latinas, desfacendo o hipérbaton e adaptando a sintaxis. Aquilino prisóu a Horacio pol-a toga e tróuxoo a patuxar pol-os nosos lameiros prestándolle os seus propios e rexos zocos, de tan craro e xeitoso tregolear. Iste é o Horacio que cabe ser en galego, o Horacio que pode intresar en Galicia. Conserva a toga, pero calza os zocos. ¿Cómo, se non, fa calcar os nosos vieiros? Un Horacio en galego, non asimilado, que tencioara o imposible de espresar en galego o esprito latino con rigorosa literalidade, só intresaría aos latinistas, os cales, por outra parte, gañarían mellor o tempo lendo a Horacio en latín.

Iste é un Horacio vivo, de nobre empaque román, mais xa con dereito de cidadanía na nosa terra. Non empregóu o traductor artificiosa língoa poética, mester de crecécia, ao darlle verbas. Paráfrasis e perífrasis emprestadas á fala da Terra Chá dan saíba vizosa e petrucio celme plebeio aos *Carmina* traducidos. En derradeiro termo se non trataba tanto de traducir Horacio ao galego como de incorporar á literatura galega o tesouro da poesía horaciana. Ademirabre empeño, ademirabremente desempeñado (Carballo Calero, 1952: 26). [25]

Na mesma revista *Galicia* a recepción dos *Carmina* completa-se através das ilaçoens, um pouco surpreendentes igualmente, que Rodrigues Lapa manifesta a propósito do facto de figurar na tradución um amplo vocabulário léxico e fraseológico. O investigador português tenta explicar o significado de se considerar imprescindível o aparecimento desses apêndices na edição, uma circunstância que no caso de outra língua se calhar se julgaria um gesto anómalo. Faz-se preciso dizer que nesta oportunidade as opiniões de Rodrigues Lapa não guardam nenhum tipo de censura face à singular modalidade idiomática, absolutamente rústica, como mais tarde irá

[25] Nesta resenha Carballo Calero faz alusão, por outro lado, ao critério lingüístico semelhante que norteou as traduções conjuntas de Fernández de la Vega e Ramón Piñeiro no *Cancioneiro da Poesía Céltica*. Nas palabras referidas a esta obra fica patente a aceitação dessa classe de instrumento expressivo com raiz popular, diferente à língua comun tão reduzida ou artificiosa dos escritores da altura, à hora de traduzir para galego obras escritas noutras línguas: «A criterios sustancialmente idénticos cos observados por Iglesia Alvariño responde a traducción feita do alemán pol-os señores F. de la Vega e Piñeiro das poesías celtas escolmadas por Julius Pokorny. A colaboración de aqueles dous señores fixo posibre o *Cancioneiro da Poesía Céltica* que ven de aparecer, editado pol-os Bibliófilos Galegos. A obra encétase con unha acraración dos traductores en que se espón un criterio encol do galego literario, segundo o cal debe basearse na escolma do vocabulario rural, percorando a meirande dinidade literaria. Que ven a ser a doutrina esposta por Iglesia Alvariño no prólogo da súa propia obra, cando afirma que non hai outro galego a qué acodir, pra facer unha língoa literaria, que o que falan os nosos labregos e os mariñeiros nosos. De iste xeito, o galego dos traductores mencioados difire fondamente do galego de outros notabres escritores de hoxe, baseado n-un limitado e arcaico vocabulario escolar ou salferido de medievalismos trabucados e pseudocultismos neolóxicos argallados segundo leises mal dixeridas» (Carballo Calero, 1952: 27).

dizer, que é utilizada nos *Carmina*, já que tão-só se limitam a reivindicar a necessidade inadiável de um grande dicionário da língua que torne escusada a inclusão com vontade elucidativa de exaustivos glossários nas edições galegas:

Dessa grande exploração linguística, cujo programa já se encontra elaborado, sairá em primeiro lugar o Dicionário. Por muito estranho que pareça, podemos afoitamente dizer, sem receio de desmentido, que a literatura galega de hoje não dispõe de um dicionário. Os de Valladares e de Cuveiro estão de há muito esgotados; o de Carré Alvarells, o mais moderno, está muito abaixo das exigências de um bom dicionário, por mal ordenado e incompleto: muitíssimos vocábulos e grupos fraseológicos do galego vulgar não vêm nele registados, e, pelo contrário, são incorporados muitos dizeres que já não são do uso corrente. Presta serviço, por não haver coisa melhor; mas continua a ser um problema delicado a inteligência exacta dos livros galegos que se publicam hoje em dia.

Será devido a esta penúria de instrumentos de interpretação que se dá um caso curioso: um poeta de fina sensibilidade galega, seguramente um dos maiores da actual promoção, Aquilino Iglesia Alvariño, entende dever acompanhar os seus poemas de glossários explicativos. Assim fez em *Cómaros Verdes*, assim fez mais recentemente na tradução dos *Carmina* de Horácio. Que significa isto? Que um galego culto tem necessidade de aprender a sua língua a todo o momento, já que lhe não foi ensinada normalmente na escola, onse só admitem o castelhano. Além disso o escritor, que tem um vivo sentimento do idioma, colhe às mãos cheias dizeres da sua região natal, a Terra Chá, que não andam dicionarizados. Se tivéssemos um vasto reportório linguístico do género daquele que Mistral publicou em 1878 com o título de *Lou Tresor dou Felibrige*, já não haveria necessidade dessa prática, em verdade um pouco estranha, de estarem os poetas a ensinar a língua aos seus leitores.

Mas o vocabulário de Iglesia Alvariño anexo à tradução de Horácio, que é uma experiência de alto valor filológico, tem ainda outro significado. O escritor lucense pretendeu libertar a fala do encanto medieval que a enleia a fez dela uma *língua de cantiga*, especialmente ajeitada às efusões da saudade e da meiguice. Quis dar-lhe têmpera nova, prová-la na forja clássica, impregná-la de epicurismos, fazê-la vestir a toga cidadã. Essa tentativa reveste-se de uma importante significação. Com efeito, a língua tem andado até aqui junguida a certo tipo de civilização tradicional, e é de temer que a transformação e desaparecimento gradual dessa civilização possa, não diremos já destruir, mas abalar seriamente o seus alicerces (Lapa, 1952: 18-19).

É vinte anos mais tarde que Rodrigues Lapa exprime com segurança uma visão crítica de maior contundência acerca da actividade de Iglesia Alvariño como tradutor clássico. Efectivamente, com o alvo de cimentar as suas teses filológicas de pendor reintegracionista sobre o futuro do galego, o estudioso português cita com algum pormenor num artigo polemista a experiência tradutora do poeta lucense quanto ao tipo de variante idiomática e de registo, susceptíveis de certas reticências, que utilizou na língua de chegada ao reproduzir a expressão solene que caracteriza aos originais latinos:

É um exemplo frisante daquilo que se não deve fazer em matéria de aperfeiçoamento linguístico. O poeta Aquilino Iglesia Alvariño, oriundo da Terra Chá (Lugo), professor de Latim, pensou um dia em traduzir para galego os *Carmina* de Horácio. Entregou-se a um extraordinário exercício de linguagem, recheando os seus versos de tradutor de uma enchente de termos e modismos regionais, muitos dos quais nem sequer aparecem nos dicionários correntes. Daí resultou, por vezes, um texto em

cifra, que para o leitor comum e sem dúvida para o estrangeiro necessita de outra tradução. Aquele *viridi membra sub arbutu/stratus*, que o Venusino dedicava aos delicados gozadores da vida na paz singela dos campos, é-nos traduzido, aliás sem precisão, neste verso, que arripiaria o poeta latino, se viesse a este mundo e compreendesse o galego: *ben á unha sombra verde estumballado*. A forma *estumballado*, dotada certamente de força expressiva, quadrará ao labrego que se deixa cair para abaixo do erveideiro, com a barriga ao léu e a camisa encharcada em suor; mas não traduz, claro está, os modos decentes e a compostura do caçador de ócios (Lapa, 1973: 59).

Além das resenhas coevas acima comentadas [26], os *Carmina* traduzidos para galego por Iglesia Alvariño não deixaram de sugerir numa altura posterior outras reflexões linguísticas. É o caso de Alonso Montero, responsável de uma ampla nota necrológica com ocasião da morte em 1961 do autor de *Lanza de soledá*, publicada um ano mais tarde na revista *Estudios Clásicos*, onde é caracterizada a língua das suas traduções como um complemento natural da vasta actividade filológica que desenvolveu na qualidade de lexicógrafo. O traço idiomático mais singular que se põe em destaque neste apontamento é precisamente a espontaneidade dialectal das traduções de Iglesia Alvariño, consequência de uma atenta pesquisa vocabular nos diversos falares galegos. Alonso Montero, que num trabalho ulterior julgou que esta translação do escritor clássico, «aínda que discutible (e discutida) nalgún aspecto» (Alonso Montero, 1992: 530), era uma baliza decisiva através da história de Horácio na Galiza, assinala no texto traduzido a configuração de uma modalidade expressiva local, o falar da Terra Chá, que é preferencial embora com acréscimos procedentes de outras áreas geográficas galegas:

Su lengua con ligeras excepciones al comienzo, es un gallego popular, un sabroso gallego por él aprendido -y vivido- en las mejores comarcas de nuestra geografía. Este gallego, más perfilado si cabe, es el que utilizó una y otra vez en sus tareas de traductor, otra de sus vocaciones. Quiso huir en ellas de todo lo que no fuese intensamente vivo, como el medievalismo, el falso popularismo y algunos otros rasgos que tanto insinceran el gallego literario del siglo XX. No forjó por ello una lengua del todo asequible al lector, pero esto se debe a algo no sospechoso de artificio, como el comarcalismo, realmente abundante en su léxico. Tales comarcalismos son, en parte, fruto de las correrías que por Galicia adelante hizo en su afán de escribir un diccionario gallego para el que dejó un caudalósísimo material. Sin duda la modalidad comarcal que predomina es la natal, la de Terra Chá, en el interior de la provincia de Lugo. Consciente el traductor de sus muchos localismos, adjuntaba vocabularios a sus traducciones, y también a algunos de sus libros originales» (Alonso Montero, 1962: 582).

[26] Mesmo que sem muito valor crítico por estar focada de uma perspectiva alheia à situação linguística da Galiza, deve-se citar ainda uma outra resenha publicada por Julio B. Jaimes Répide na revista *Lar* no ano 1958, isto é, sete anos depois de se editarem os *Carmina*. Trata-se de um artigo cordial que não passa além de receber as traduções de Iglesia Alvariño como um episódio digno de atenção na sobrevivência da obra horaciana na Espanha: «Entre tanto séanos permitido recomendar la lectura de esta meritísima labor de traductor e intérprete del profesor Iglesia Alvariño, ya que representa un loable y noble esfuerzo por aportar a la secular y caudalosa cultura gallega esta contribución idiomática y literaria, que ha de agregarse a los muchos tesoros que en el desarrollo de los estudios humanísticos en Galicia debe España y el mundo a esa maravillosa tierra, que sigue floreciendo y superándose en una comunidad que es un ejemplo de tenaz y solidaria defensa, y firme prolongación de la mejor tradición cultural de su pasado. Nuestro espigar por este grato volumen de las canciones horacianas traducidas por Iglesia Alvariño, nos ha hecho detener frecuentísimamente en la justeza de muchas versiones a lo largo de los cuatro libros traducidos, pese a la circunstancial libertad puesta en juego por el intérprete gallego, adecuado con muy buen criterio a exigencias y a características idiomáticas ineludibles. (...) Bien quisiera yo extenderme en un comentario más digno de esta seria y valiosa aportación gallega de Aquilino Iglesia Alvariño; pero sirvan siquiera estas breves e imperfectas apuntes para declarar sin reservas la admiración de un viejo lector de Horacio, que ha querido expresar, dentro de la indudable modestia de su juicio, su grata sorpresa ante esta traducción que sin duda habría agregado por espíritu de justicia don Marcelino Menéndez Pelayo a su Horacio en España» (Jaimes Répide, 1958: 60, 78).

O predomínio de uma forma idiomática inteiramente dialectal foi assinalado também por Fernández del Riego, decerto um dos autores que mais atenção concedeu às traduções de Iglesia Alvariño. Para ele a dedicação do poeta lucense ao campo de tradução é apenas uma outra amostra, talvez a de maior dificuldade, da intensa actividade restauradora da língua que levou a efeito em abundantes trabalhos. Nesse labor, segundo Fernández del Riego, o propósito de dignificar o idioma é fundamental, mas o problema surge do tipo de expressão escolhido, uma língua vivamente dialectal e de marcante registo rural, como Alonso Montero o advertira já, que tem a sua proveniência quase exclusiva na própria terra do escritor:

Pero a súa afervoada entrega ó empeño restaurador da língua, se non cinguíu ó labor desenrolado como dicionarista e poeta, sinón que se proxeitou tamén noutros eidos de estudo do galego. (...) Consideraba Iglesia Alvariño que un meio axeitado pra prestixiar e valorar a fala do país, era o de verquer nela as obras maestras da literatura universal. O seu exempro foi froitoso niste mester. O fondo coñecemento que tiña dos clásicos latinos, levóuno a realizar importantes ensaios como traductor. (...) Pero o esforzo máis siñificativo acadado polo poeta e humanista de Seivane, no eido das traducións, foi a súa versión galega das Odas horaciás. Aquilino era un bó coñecedor da língua, do estilo e da obra do poeta traducido. Sabía das dificultades que implicaba verquer o verso dun poeta pacego, refinado, sedoso en certo xeito, a unha língua labrega. Mais guiado pola ilusión de ofrecer á cultura do país a obra creadora, de grande finura estética, do clásico latino, consegue traguela fielmente á fala viva da súa nativa terra campesíña. De tal maneira, inxire na língua do noso pobo, enrequecida co léxico e xiros comarcás da montana luguesa, o nidio estilo do poeta venusino. Trátase, sin dúbida, dunha valiosa aportación cultural, merecente de se considerar no seu auténtico siñificado (Lorenzana, 1963: 39-40).

Para lá destes comentários, todavia, a notícia se calhar de maior significação que provocaram os *Carmina* foi publicada em Portugal. A razão desta importância vem dada, naturalmente, pelo espaço cultural em que se produz, alheio em princípio à preocupação solidária que revelava a intelectualidade galega da altura sobre a urgente necessidade de traduzir para vernáculo as obras principais de outras línguas, em especial com o objecto de provar com conteúdos pouco frequentados na literatura própria as possibilidades do falar galego mais comum. Por outra parte, deve-se notar que o facto de resenhar desde o âmbito português uma tradução inteiramente clássica reproduzida num registo linguístico concreto, pouco adequado à partida para temas de tal elevação, por necessidade tinha de motivar uma reflexão interessante desde uma posição idiomática que dispunha de séculos de tradição cultural na translação dos grandes autores da Antiguidade.

Com efeito, é nas páginas da revista universitária lisboeta *Evphrosyne*, substituída com a legenda *Philologarum rerum comentarii ad classicae humanitatis studium et cultum apud lusitanos ad brasilienses provehendum* e dirigida pelo Prof. Rebelo Gonçalves, que se publica um extenso comentário, por parte do Prof. Ricardo Silva, a propósito dos horacianos de Iglesia Alvariño [27]. No início desta resenha, datada em São Paulo no mês de Agosto de 1956, desculpa-se a sua demora de vários anos a respeito da publicação da tradução comentada, bem como se anuncia a razão fundamental, de carácter linguístico sobretudo quanto ao idioma de chegada, que provoca a recepção dos *Carmina* no âmbito português:

Embora já lá vão cinco anos sobre o aparecimento desta obra, julgo não ser ainda tarde para lhe dedicar uma notícia especial. Notícia merecida.

[27] Justamente nesta revista apareceu mais tarde uma das traduções clássicas breves para galego do autor lucense. Vid. «As meigas, 2º idílio de Teócrito», *Evphrosyne*, III, 1961, pp. 567-574.

Nenhum estudioso das letras latinas, apesar da frequência com que Horácio tem sido traduzido, pode ficar indiferente perante uma nova tradução do Venusino, desde que ela possua qualidades apreciáveis. Quando, porém, a versão, além do próprio valor, tem o mérito de servir para ilustrar um idioma de reduzido âmbito literário, maior é o interesse que ele suscita (Silva, 1957: 327).

Com critério nomeadamente afectivo, Ricardo Silva exprime a partir das palavras liminares que Iglesia Alvariño incluíra nos *Carmina* a grande importância que significa, mesmo que em arriscadas tentativas isoladas como esta, a feliz utilização da língua galega para recolher textos clássicos:

Cria-se novo título de nobreza para a língua de Rosalia e de Curros Enríquez pelo simples facto de se verterem nela, com esmero notável, os mais famosos poemas líricos romanos. E quem fala e escreve, como brasileiro ou português, uma língua conzinha, encontra logo nisso, muito naturalmente, um motivo de exultação (Silva, 1957: 327).

Em qualquer caso o autor da resenha não deixa de comentar, e eis talvez o interesse principal das opiniões que se deitam nesta notícia acerca dos *Carmina*, as dificuldades que levanta o exercício translativo de pôr em galego a riqueza expressiva de uma língua como a latina, confessadas já pelo próprio Iglesia Alvariño nos critérios de edição que inserira no começo da sua obra. Ricardo Silva não ultrapassa, no entanto, a mera alusão a essas dificuldades e continua o seu trabalho, sem mais apostilas filológicas, com a apresentação de uma das amostras, em concreto a Ode III-13, que julga mais curiosas nesta edição. Após algumas breves notas laudatórias sobre os três apêndices filológicos e temáticos integrados na edição pelo seu responsável com vontade esclarecedora, o autor põe o desfecho à sua resenha com uma consignação explícita. Trata-se do desígnio de se acometerem na Galiza novas actividades tradutoras de textos clássicos, destinadas a mudar a imagem tradicional de o galego ser apenas uma derivação engraçada da família românica:

Desejo sinceramente que a língua da Galiza continue a enobrecer-se com versões desse género, para que, além de ser, como sempre foi, um ramo gracioso e atraente da árvore linguística latina, possa igualmente ser uma fonte de humanismo (Silva, 1957: 330).

No ano 1955 vem a lume a segunda grande tradução de textos clássicos para galego, *Versos de alleas terras e de tempos idos* [28], de Ramón Cabanillas, uma obra de alento idiomático semelhante, mesmo que com algumas ressalvas dignas de atenção individual, ao que norteara os *Carmina* vertidos por Iglesia Alvariño. Não deve admirar que o poeta cambadês realizara com atenta dedicação uma actividade desta natureza, pois não em vão a estreia em galego de Ramón Cabanillas, nos anos da sua juventude como obscuro burocrata municipal, foi uma tradução literária, concretamente a peça «Preludio. Morrerei no meu niño», do poeta catalão Jacinto Verdager, inserida em 1907 no jornal de interesses locais *El Cometa* que o próprio poeta dirigia (Durán, 1981b: 241).

[28] Ramón Cabanillas, *Versos de alleas terras e de tempos idos (Paráfrasis galegas)*, Santiago de Compostela, Bibliófilos Gallegos, 1955; reproduzido em *Obra completa*, Buenos Aires, Ediciones Galicia del Centro Gallego de Buenos Aires, 1959, pp. 407-496; e igualmente em Xesús Alonso Montero, ed., Ramón Cabanillas, *Obra Completa*. 2, Madrid, Akal Editor, 1979, pp. 131-242.

Prefaciada resolutamente por Sánchez Cantón [29], a colectânea *Versos de alleas terras e de tempos idos*, além de incorporar uma peça original do próprio Cabanillas, «*Vida, pasión e gloria do trigo*», oferece-se dividida em três partes segundo a origem diferente dos textos traduzidos [30]: a primeira e a segunda recolhem poemas pertencentes respectivamente a autores gregos e latinos, enquanto a terceira parte, designada com a ilustrativa epígrafe *Varia*, apresenta composições, quase todas com um marcado fundo romântico, procedentes de diversas literaturas modernas ocidentais (Míguez, 1977: 87-102). Chama a atenção na verdade o profundo lirismo da estrutura em forma de quiasma que constitui o título, o qual curiosamente não era o previsto à partida já que certos depoimentos de Cabanillas imediatamente anteriores à publicação do volume sugerem a vontade de o titular com a singela expressão *Musas alleas* [31].

Apesar daquela primeira amostra na qualidade de tradutor publicada em *El Cometa*, não é fácil determinar com todos os pormenores o processo que conduz Cabanillas a acometer um projecto tão ambicioso como o que representa esta obra [32]. Filgueira Valverde ofereceu alguns dados importantes que revelam a participação de várias pessoas, quase todas vinculadas à sociedade editora do volume, a darem ânimo ao poeta para que demonstrasse com estas traduções o seu domínio na criação lírica, ao tempo que faz a indicação, muito verossímil, de o autor de *Na noite estrelecida* utilizar combinadamente os textos originais e algumas versões para outras línguas:

Fumos moitos os que demos azos a Ramón Cabanillas, o grande poeta da xeración Nós, pra que puxese ao servicio das versións clásicas o numen e a sabencia das

- [29] Nesse prólogo, sob o título «Portal», que o mesmo Cabanillas qualificou como muito «valente», Sánchez Cantón expõe uma animosa reflexão sobre a necessidade de se traduzir para galego: «Teño certeza de que sin traducir moito, e ben escolleito, non imos dispor de fala freisibre e cinguida pra feitos e ideas; culta, sin estrañezas; enxebre, sin que o medo de asemellarse ó Castelán conxeite fuxidas que fan rir; sin solecismos embardallantes, que envergoñen; sin ruralismos, que samente o humor fai perdoar. O Galego non será fala dona de sí namentras non se traballen versións dos *Livros Sapienciales* da Escritura Sagra, do Evanxelio, dos *Diálogos de Platón*, da *Vita nuova*, das *Novelas ejemplares*, da *Perfecta casada*, dos *Ensayos* de Montaigne... Neses choios a fala de Rosalía ha gañar firmeza e precisión, xunto con tal morea de neoloxismos ben labrados que a dura e hirta coberteira tense de trocar en veio que traspareza toda fermosura e todo requinte» (Sánchez Cantón, 1955: 9).
- [30] Por outra parte, cumpre indicar que no número monográfico que a revista *Grial* dedicou a Ramón Cabanillas em 1976, ano de celebración do *Día das Letras Galegas* consagrado à sua figura, aparecem reproduzidas diversas traducións esparsas de vários autores como Villon, Baudelaire, Renán, Ronsard, Pascal Bonetti, Jean Cocteau, Moore ou Rabindranath Tagore (Cabanillas, 1976: 497-505).
- [31] Numa carta que Cabanillas dirige a Carballo Calero, datada no ano 1954, o escritor faz referéncia à sua obra com esse título: «*Musas alleas* debe de telo Filgueira Valverde ou Cordero Carrete, porque eu entreguéillo a Sánchez Cantón, que lle puxo un fermoso e valente prólogo para a publicación en *Bibliófilos Gallegos*» (Carballo Calero, 1977: 11). Na altura Filgueira Valverde era membro da *Sociedade de Bibliófilos Gallegos*, enquanto Cordero Carrete era o secretário e Sánchez Cantón o presidente. Mais tarde escreverá Carballo Calero sobre esta mudançã atinente ao título: «Iste [*Versos de alleas terras e de tempos idos*] é o tíduo con que, en efecto, publicóu a obra a editorial dos Bibliófilos Galegos. Cabanillas, en carta que me dirixiu dende Madrid, o 8 de novembro de 1954, chama a iste libro, de aquela inédito, *Musas alleas*» (Carballo Calero, 1959: 39). Noutra carta do mês de Novembro de 1954, endereçada a Fernández del Riego, Cabanillas anuncia a próxima publicación do seu libro de traducións insistindo no mesmo título: «*Musas alleas* non sei cómo vai: o orixinal, do que, como decote, non me quedéi con cópia, debe de estar en mans de Filgueira ou de Cordero Carrete; como Sánchez Cantón xa lles mandóu o prólogo -manífico e valente de verdade-, coido que debe atoparse para ir ó prelo» (Cabanillas, 1976: 531-532). Numa entrevista concedida a Domínguez Cao-Cordido, o escritor confirma novamente o iminente aparecemento da obra com o título *Musas alleas*: «A primeros del próximo año voy a publicar *Musas alleas*, que contiene traducciones de los mejores poetas griegos y latinos y de los contemporáneos, especialmente ingleses y franceses. Esta obra lleva un prólogo de Sánchez Cantón y dibujos de Agustín Portela» (Domínguez Cao-Cordido, 1954: 43). Enfim, além de manifestar o propósito essencial destas traduciones, cifrado no desejo de prestigiar o idioma com obras principais de outras literaturas, Cabanillas indicou mais uma vez o mesmo título numa entrevista realizada por Bencho-shey: «Coído que anda no prelo un libro de versións parafrásicas ao galego —*Musas alleas* se titulará— feitas co degaro de mostrar a vitalidade dos nosos xiros e modismos e a capacidade da nosa fala para servir de xoieiro às pérolas da literatura universal, para o que botei man de Ovidio, de Estacio, de Marcial, de Anacreonte, de Bion, de Goethe, de Baudelaire, de Tenyson e moitos máis» (Ben-cho-shey, 1954: 10).
- [32] Parece que apenas duas composições do volume foram publicadas isoladamente com anterioridade, «*Lauda de Erotion*», de Marcial, e «*O laio dos mortos*», de Franz Werfel, incluídas na revista *Aturuxo* (Alonso Montero, 1979: 131).

linguas da antigüidade adprendidas no Seminario compostelán; con máis proveito, como era xeral, o latín que o grego. Prestáronlle axuda algúns amigos, o máis achegado o noso compañeiro Millán González-Pardo, e valeuse da comparanza cas versións a outras falas. A *Sociedade dos Bibliófilos Galegos*, que Sánchez Cantón presidía, editou, no 1955, o feixe das mellores traducións que fixera o cantor cambadés, no volume: *Versos de alleas terras e de tempos idos*. É a súa unha escolma típica: unha peza de Safo, catorce de Anacreonte, unha de Meleagro, Baquílides e Mosco e a popularizada cantiga da anduriña (Filgueira Valverde, 1981: 83).

Como se pode ver, há nesse círculo de colaboradores um nome que se salienta de modo especial, Isidoro Millán González-Pardo, segundo uma reveladora hipótese que aparece confirmada graças a um testemunho epistolar do próprio Cabanillas. Com efeito, em carta que o escritor dirige a Otero Pedrayo datada o 18 de Agosto de 1948, isto é, sete anos antes de o volume se editar, contém-se a informação de aquele colaborador destacado ter sido decisivo, ao menos numa fase inicial, nas traduções de *Versos de alleas terras e de tempos idos*:

Das traducións de que falas, verás: o probe Crecente Vega falárame en Madrid, pouco antes de que Dios o levara, de verter ó galego a Catulo e Marcial: coído que non se atopou nada feito. Eiquí, en Cambados, fala Isidoriño Millán, un rapaz que sabe moito de latín e de grego, deprendido dos xesuítas, escomezou a traducir o derradeiro, e eu, como por xogo, fun pondo algúns epigramas en verso galego: si temos tempo e saúde faremos unha selecta. Algunha outra cousa tenzoaremos, mais inda é cedo para falar delo (Alonso Montero, 1989: 10).

O recopilador desta carta, Alonso Montero, chegou a completar em nota de rodapé, a partir das informações orais fornecidas pelo mesmo colaborador, algumas notícias sobre a gênese do livro. Com isso foi exequível saber o processo de nascimento das traduções latinas, aqueles textos em que mais relevante resultou a participação de Isidoro Millán:

Respecto do libro *Versos de alleas terras e de tempos idos* (*Paráfrasis galegas*) (...) os poemas latinos -a maior parte, de Marcial- foron traducidos, primeiramente, ó castelán por Isidoro Millán, e sobre esa traducción, pero co texto latino diante, traballou Cabanillas, quen -insísteme o profesor Millán- posuía unha estimable pericia en latín. En canto ás versións do grego, idioma que non coñecía Cabanillas, o poeta traballou sobre traduccions (¿en castelán?) ás que é alleo Isidoro Millán. Puntualízame este que, xa feita a paráfrase galega por Cabanillas, nalgúns casos fíxolle algunha suxerenxia (Alonso Montero, 1989: 10).

Fica claro, portanto, o singular método translativo que determinou a versão em galego das peças latinas de *Versos de alleas terras e de tempos idos*. Convém não esquecer ainda, para aprofundar na familiaridade de Cabanillas com as línguas clássicas, a precoce formação latinista do escritor, sempre confessada nas escassas declarações autobiográficas que ajudaram a recompor o seu agitado percurso vital, em ocasiões de interpretação tão complexa [33]. Embora com uma atitude de humilde modéstia, que diverge da destreza no conhecimento do latim referida por Isidoro Millán na citação anterior, o autor de *Samos* tem fornecido em várias oportunidades, como dado biográfico notável, os seus breves e precários estudos de línguas clássicas, primeiro em Cambados e mais tarde, completados instavelmente,

[33] José Antonio Durán tem feito reiteradas alusões precisamente à «neblina biográfica», mais despejada de cada vez felizmente, que envolveu determinadas épocas da vida de Cabanillas (Durán, 1981: 65).

no Seminário [34]. Diferente deve ter sido o traballo, porém, no caso das línguas modernas, onde porventura a actuação de Cabanillas, ao lado do propio texto original, exigiu a intervención mediata de outras versións para comprender o sentido esencial antes de traducir os textos para galego [35]. Cumpre lembrar, a este respeito, a importancia que desvenda o propio subtítulo do volume, *Paráfrasis galegas*, em que se torna accesível interpretar, por meio desta denominación outorgada ás traducións do escritor cambadés, a clase de translação que se levou a efecto desde cada língua de partida [36]. O propio Gómez Ledo, tantas veces mencionado no começo do presente traballo, esclarecera a existencia já de dúas maneiras para se traducirem os textos clásicos, uma menos fiel e mais fácil com relación ao original, destinada mormente a guardar o significado basilar de cada composición vertida, e outra menos infiel e mais difícil, consagrada sobretudo a conservar a beleza para lá dos contéudos:

De dous xeitos se poden tradocil-os crásicos: *perifrásticamente* atendendo mais a expresal-o sentido que a conserval-as belezas da forma; e *literalmente*, non deixando cousa por cativa que sexa no orixinal. O pirmeiro é moi doado, e pra xente vulgar o mais asequire e gustoso. Pro iso non pode hencher todol-os degoros d'un humanista. Unha verdadeira traduzón pra iste, ten de ser coma un vaciado do fondo e da forma, sen requilorios e andromenas, denantes tendendo a síntesis mais que o análisis, suposto que as linguas primitivas teñen un carauter eminentemente sintético (Gómez Ledo, 1930a: 232).

Este juízo de duvidosos fundamentos tradutolóxicos, repetido ainda em mais ocasións por Gómez Ledo [37], implica inevitavelmente a ordenación desfavorável das versións realizadas por Cabanillas na primeira possibilidade descrita de translação [38]. E é que o concepto de *paráfrase* foi aproveitado pelo escritor, de forma

-
- [34] Escreveu o poeta a Carballo Calero numa carta do ano 1954: «Tratéi de deprender latín, ós nove ou dez anos, cun santo abade, moi enfermíño e falangeiro, que me daba máis mazás que leuciós, na linceira parroquia de Corvillón. Antre o 89 e o 93 paseí o craustros de San Martiño Pinario, de onde salín cun revoltizo na cachola, de Historia, Retórica e Matemáticas. De Latín, Grego e Filosofía, nada, nin polo forro; catro vaguedades penduradas dun fío» (Carballo Calero, 1977: 12). Numa carta a Fernández del Riego datada o 14 de Agosto de 1948, Cabanillas indica os mesmos dados biográficos que figuran na carta a Carballo Calero a respeito dos seus conhecimentos clásicos (Cabanillas, 1976: 528). Noutra carta dirixida á mesma persoa, correspondente ao 30 de Agosto de 1948, Cabanillas pormenoriza un pouco mais as súas primeiras aproximacións dos autores clásicos: «Nos meus anos mozos, seminarista nugalheiro, coa cabeza ós paxaros, tragúa nas mans decotío os autores latinos, a miña devoción polos poetas estaba somentes un degraú máis abaixo da dos santos. Horacio que co seu *sublimi feriam sidera vertice* e o fachendoso *Exegi monumentum aere perennius* téñse por irmán dos semideuses; Virxilio, un anaco máis apoucado, que no *Fortunate ambo!*, dempóis de cantar as fazañas e a morte heróicas de Niso e Eurialo, concédelles a inmortalidade xunguida e condioada á vida dos seus exámetros, e Ovidio co seu delirante *Est deus in nobis*, eran para mín todo o que había no mundo de subríme e griorioso» (Cabanillas, 1976: 529-530).
- [35] Cumpre trazer à baila, nesse sentido, as seguintes palabras de Carballo Calero em que se acredita na circunstancia de Cabanillas realizar as traducións através de versións intermediárias: «Conforme indica o rubro, a obra é un mangado de composicións de poetas estranxeiros verquidas ao galego por Cabanillas. Non hai que creer que se trate en todo o caso de versións dereitas. Moitas veces o traductor opera sobor de versións literáís en prosa que se percuróu. O conxunto constitúí unha colleita chea de interés, que pon de manifesto outra volta a perfección na arte de versificar que o noso escritor poesía» (Carballo Calero, 1975: 583).
- [36] É conveniente reparar também, para os textos clásicos de *Versos de alleas terras e de tempos idos*, na circunstancia de Cabanillas tomar como base edicións pouco confiáveis do ponto de vista autoral: «No siempre el traductor maneja ediciones recientes. En general se trata de ediciones que atribuyen a ciertos autores textos que hoy la crítica desecha» (Alonso Montero, 1968: 11).
- [37] Por exemplo, quarenta anos depois, no «Adro» que aparece no começo da sua *Escolma de poetas líricos gregos e latinos voltos en linguaxe galego*, Gómez Ledo assinala mais uma vez dúas maneiras de serem trasladados para outra língua os textos clásicos: «Xa sabemos que hai dous xeitos de traducir os vedraños poetas: un é a maneira belida e parafrástica que outorga certas liberdades, e consinte gornimentos e enfeites moi agradabres os ouvidos profaos, polo agarimo da rima e dos demais requilorios que a Retórica ensina. (...) O outro xeito de traducir en verso, é moito máis cinguido á letra, mais fiel, pro pra consiguilo non queda outro remedio que empregar o verso solto ou branco, cousa non doada, se non se quer cair en prosaicos ringleiros, que axaballan e aviltan a *mens diviniór atque os magna sonaturum*, dos esgrevios poetas gregos e romans, cumlios de perfección» (Gómez Ledo, 1973: 12-13).
- [38] E de facto Gómez Ledo qualificou explicitamente como «parafrásticas» as traducións de *Versos de alleas terras e de tempos idos* (Gómez Ledo, 1973: 13-14).

muito provável, como solução para evitar os abrolhos idiomáticos e os obstáculos estéticos mais graves que suscitavam os originais. É bem sabido que a *tradução parafrástica* costuma ser o recurso do tradutor que domina em relação inversa, como resultado de uma aberta descompensação, a língua de partida e o idioma que lhe serve de instrumento expressivo para verter os textos. A esta situação responderia quase perfeitamente o retrato de Cabanillas como tradutor, que contrabalança o seu domínio incompleto das línguas originais atingidas em *Versos de alleas terras e de tempos idos* com uma perícia absoluta, não desprovida de uma certa consciência filológica, como hábil cultor do galego mais espontâneo [39]. Com efeito, a dúvida não tem cabimento na opinião de as traduções do poeta, como antes as de Iglesia Alvariño, responderem ao ensejo de testemunhar uma boa parte do léxico patrimonial, neste caso prestigiado ainda com o exercício de trasladar para galego peças ilustres de outras literaturas [40].

As conclusões que se tiram de uma análise sólida das traduções clássicas de Cabanillas permitem ratificar justamente o seu pendor tão peculiar. No caso das versões gregas, além do original, é evidente o devassamento de uma tradução castelhana ao menos, dando lugar essa combinação de fontes a um amplo processo de recriação por parte do poeta que o leva a ser fiel apenas ao conteúdo principal do texto de partida. Tal método translativo vê-se favorecido pela incontrovertida habilidade poética de Cabanillas (Varela Jácome, 1965: 90-91), que faz nascer em cada tradução um novo texto que é afinal uma criação diferente face à composição traduzida (Moralejo Álvarez, 1977: 72). Decerto foi análogo o tipo de metodologia translativa que o poeta, no escritor cambadês a dominar o filólogo, empregou no caso das versões latinas, já que a estratégia que se percebe não faz mais do que privilegiar a introdução de relevantes modificações, quase sempre propiciadas por um irrefreável espírito lírico, com respeito à fonte original (Montero Cartelle, 1977: 77) [41].

Igualmente nas páginas da revista lisboeta *Evphrosyne*, a colectânea de Cabanillas foi objecto de um comentário individual que tem o valor de proporcionar um olhar diferente sobre as versões galegas de *Versos de alleas terras e de*

-
- [39] Sem chegar ao grau de formação filológica que Iglesia Alvariño possuía na qualidade de tradutor, Cabanillas tem dado amostras suficientes, todavia, da sua viva preocupação pelo léxico galego. Por exemplo, nas páginas da revista *Galicia Emigrante*, antes de se reproduzir o seu poema «Muiñeira da revolta», aparece um patético testemunho epistolar do escritor em que é palpável a sua vontade de fazer tanto quanto possível para preservar o léxico galego mais genuíno: «Estou sempre baixo o medo da morte d-unha verba. Cada galego que morre leva o sartego a xoia d-unha verba» (Sen Firma, 1954: 6). Uma carta dirigida a Otero Pedrayo e recentemente exumada por Alonso Montero até contém o dado surpreendente de Cabanillas estar a preparar um glossário poético galego durante os anos 30: «Craro é que a miña silandeira contesta foi queimar as dez mil papeletas que sobor do léxico dos poetas galegos me ocuparan dous anos, perdidos, da miña vida» (Alonso Montero, 1989: 5-6). Por outro lado, faz-se conveniente apontar que precisamente Iglesia Alvariño realizou um amplíssimo estudo idiomático e estilístico sobre a língua poética de Cabanillas (Iglesia Alvariño, 1959: 873-921).
- [40] Nesse sentido justamente Carballo Calero destacou o valor primacial de *Versos de alleas terras e de tempos idos*: «É unha vivaz colleita de traducións de poemas que por unha ou outra razón intresaron ao noso autor, quen someteu a súa fala, non menos que o seu talento, a unha fecunda proba, coroada pol-o mellor suceso, ao vestir con indumento galego a ise cortexo de deslumantes belezas forasteiras que forman as cancións orixinás» (Carballo Calero, 1959: 40).
- [41] Montero Cartelle indicou vários modos de Cabanillas introduzir modificações nas suas versões parafrásticas dos poemas latinos: «Los procedimientos son tres y se utilizan en distinto grado y proporción, pues mientras las transformaciones o adaptaciones del sentido del texto latino (primer procedimiento) o las omisiones de alguna frase (segundo procedimiento) son proporcionalmente poco frecuentes, el recurso de la amplificación (tercer procedimiento) alcanza mayores proporciones» (Montero Cartelle, 1977: 77).

tempos idos [42]. Esta nova resenha, que apresenta uma relação estreita face à notícia de Ricardo Silva sobre os *Carmina* de Iglesia Alvariño incluída no número antecedente, é da autoria do Prof. Rebelo Gonçalves, o mesmo director da publicação. Já no começo deste trabalho, ao tempo que se qualifica de «formosíssima» a colecção de textos forâneos trazidos para galego, em especial aquela parte consagrada aos autores gregos e latinos, é palpável o reconhecimento do merecido sucesso de Cabanillas como cultor do género poético. Uma vez exposta a descrição necessária da publicação, o filólogo português oferece umas sucintas notas técnicas sobre as soluções versificatórias adoptadas pelo poeta galego para transplantar as formas métricas clássicas em formas vernáculas adequadas. Em seu entender, é a liberdade criadora com que Cabanillas dispôs as suas versões que sustenta o acerto de as denominar com toda a correcção *paráfrasis*, mais do que autênticas traduções verdadeiras sujeitas com rigor às fontes. Mesmo tomando em conta a liberdade translativa que admite a realização de traduções livres e desenvolvidas, Rebelo Gonçalves chama a atenção, contudo, a adoptar nisso um ajuizado critério exclusivamente literário, para o facto de o escritor cambadês não acertar no labor de escolher as disposições métricas mais apropriadas para algumas combinações estróficas clássicas:

Nas suas reproduções, Ramón Cabanillas utilizou conhecidos metros tradicionais (todos com perfeitas equivalências na versificação portuguesa), os quais distribuiu por variados agrupamentos estróficos, e fez larguíssimo emprego de rimas, que só muito raramente são toantes. Deriva daqui, como não podia deixar de ser, grande número de concessões feitas à consonância e à medida, e por causa das quais o pensamento original sofre alargamentos, compressões, omissões, em suma -desvios de natureza diversa. Bem andou, por isso, o Autor em não chamar traduções aos seus traslados, mas sim paráfrases. O subtítulo *Paráfrasis Galegas* está gravado na capa e no rosto da obra, e predispõe-nos a observar com larga tolerância certas liberdades de interpretação.

Quanto aos agrupamentos estróficos empregados por Cabanillas, pode perguntar-se, em especial, se alguns deles serão os mais indicados para os fins a que se destinam. Sei bem quantas dificuldades os tradutores, como também os parafraseadores, encontram neste campo, e sei que não faltam os casos de impossível correspondência, ainda que só se pretenda correspondência aproximada, para certos conjuntos de versos das poesias latina e grega (Gonçalves, 1959: 398).

O núcleo mais relevante da resenha de Rebelo Gonçalves é, todavia, o que faz alusão aos resultados que mostram as versões galegas conseguidas por Cabanillas sobretudo no que tem a ver com as possibilidades do galego para servir de expressão a peças originais de autores muito prestigiados da literatura clássica. Para o comentarista, de maneira curiosa, não admite qualquer dúvida a circunstância de o estro de Cabanillas ser a causa principal de se culminar com brilhantes resultados um repto dessa natureza, revelando assim o autor de *Na noite estrelecida*, com a sua rica bagagem poética, a importância que alcançam as soluções essencialmente líricas para minguar aqueles abrolhos que levanta o processo de transplantar para galego assinalados testemunhos do património clássico:

Não desejo, contudo, insistir em pormenores de estrutura poética, nem sequer versar a questão de maior ou menor fidelidade aos originais transpostos, e prefiro ater-me ao real valor das composições de Cabanillas como obras de poesia. Este, sim, é valor

[42] Nas páginas de *Ephrosyne* virá à luz num número posterior, sob o título «O amor de cera», a paráfrase da ode XI pertencente à *Anacreonteia*, tirada precisamente da colectânea de Ramón Cabanillas.

bem patente e incontestável. O poeta galego, poeta desde sempre na verdadeira acepção do termo, mais uma vez mostra que o é neste gracioso feixe de carmes, onde a cada passo se descobre fina sensibilidade, inspiração delicada e, com particular nitidez, uma noção estética apuradíssima das possibilidades líricas do idioma galego (Gonçalves, 1959: 398).

Finalmente, após a reprodução de alguns trechos das versões de Cabanillas em confronto com os textos originais, Rebelo Gonçalves conclui a sua resenha com um interessante comentário em torno do duplo proveito que guarda um trabalho translativo da índole de *Versos de alleas terras e de tempos idos*. Com efeito, para o classicista português uma obra como esta constitui um esforço muito notável, digno de todo o louvor, para recuperar uma faceta instrumental de grande relevo da língua. Mas indica ainda que a essa vantagem há que acrescentar uma outra firmada no atractivo que desvenda, paradoxalmente no âmbito espanhol e não no restrito espaço galego, a actualização de textos clássicos por parte de um grande poeta numa variante linguística em precária situação:

Nem por isso, todavia, deixo de considerar estes formosos *Versos de Alleas Terras e de Tempos Idos* como bom serviço prestado à causa das humanidades clássicas em terra espanhola. O idioma galego prestigia-se por meio de obras como esta, em que o mérito do autor aparece unido a afamados textos da história literária; mas o classicismo greco-latino também se prestigia, ao obter, numa tão característica província de Espanha, graças a um intérprete de talento, novos elementos de perdurável atracção (Gonçalves, 1959: 400).

Em síntese, e uma vez expostas as notícias críticas anteriores, a primeira ilação que se faz preciso extrair no atinente às traduções clássicas de Aquilino Iglesia Alvariño e Ramón Cabanillas tem de ser iniludivelmente de natureza histórica. E isso porque os *Carmina* horacianos bem como *Versos de alleas terras e de tempos idos* significaram um acontecimento primacial e de fundo alento precursor, cuja transcendência inaugural precisamente explica a feição tão singular de ambas as traduções. Como se observou, mais do que o conhecimento rigoroso da língua de origem, a nota que se salienta de forma especial é a sua esforçada sensibilidade literária para tentarem vencer as dificuldades expressivas da língua terminal, sem qualquer tradição no espaço galego que fosse reputada como digna de ser imitada. Iglesia Alvariño, além de se servir dos seus amplos conhecimentos latinos, determinou mais adequada uma opção estilística em que adquire grande relevo um tipo geográfico de falar, nitidamente dialectal, que lhe permitiu realizar no acto de traduzir uma adaptação quase integral de conscientes efeitos literários. Cabanillas, por seu turno, procurou revestir o incompleto domínio das línguas originais dos textos com a ajuda fundamental da sua brilhante veia poética, dando singular importância, desta maneira, tanto às formas métricas como àquelas soluções léxicas de aparência mais genuinamente galega.

Uma outra ilação é conveniente tirar a propósito dos comentários portugueses que completaram na revista *Evphrosyne* o sucesso dos *Carmina e de Versos de alleas terras e de tempos idos* na Galiza. Foi possível compreender, em tal sentido; a elevada dose de cordialidade e até de fraterna comunhão que orientou o tom crítico das resenhas que davam informação em Portugal de ambas as obras. Evidentemente não falta, como se viu, a exposição de algumas objecções em volta do idioma utilizado como instrumento expressivo de recepção pelos tradutores galegos, cujo invulgar fundamento, mais literário do que funcional, fazia imprescindível destacar o seu ensejo comum de conduzir com critério extremado, a qual-

quer preço, os escritores traduzidos ao âmbito galego. Porém, afinal, seja uma prova inequívoca dessa atitude tão afectuosa do lado português, a despeito de todos os comentários filológicos, este meigo testemunho de Sousa Rebelo publicado ao mesmo tempo que Ricardo Silva e o Prof. Rebelo Gonçalves resenhavam as versões galegas de Iglesia Alvariño e Cabanillas [43]: «As modernas traduções galegas de clássicos gregos e latinos merecem aqui um aceno de simpatia. Aquilino Iglesia Alvariño pôs em versos galegos os *Carmina* de Horácio; Ramón Cabanillas deunos versões muito belas, utilizando metros tradicionais, de poesias de Safo, Anacreonte, Marcial, Ovídio, Tíbulo, etc.» (Rebelo, 1958: 1103).

BIBLIOGRAFIA

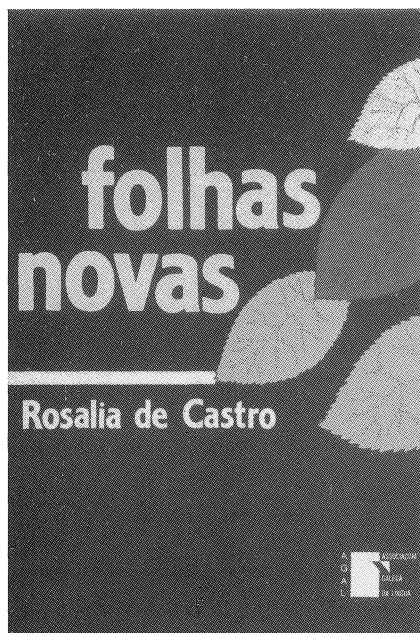
- ALONSO MONTERO, Xesús (1962). «Aquilino Iglesia Alvariño, traductor al gallego de textos latinos y griegos». *Estudios Clásicos*, VI, 36, 582-583.
- _____ (1968). «Textos griegos y latinos traducidos al gallego. Bibliografía». Em *Actas del III Congreso Español de Estudios Clásicos*, vol. II. Madrid: Publicaciones de la Sociedad Española de Estudios Clásicos, 9-17.
- _____ (1986). «Homero e Horacio da man de Aquilino». *Faro de Vigo*, 15 Febrero.
- _____ (1989). «Don Ramón Cabanillas confésase con don Ramón Otero Pedrayo». Em VV.AA., *Ramón Cabanillas camiño adiante, A Nosa Cultura* 10, Extra A *Nosa Terra*. Vigo: Promocións Culturais Galegas, 4-10.
- _____ (1992). «Horacio en galego: catro epodos descoñecidos de 1910». *Grial*, 116, Outubro-Novembro-Decembro, 530-539.
- BEN-CHO-SHEY (1954). «Unha conversa con Cabanillas». *Galicia Emigrante*, 7, Dezembro, 10.
- CABANILLAS, Ramón (1955). *Versos de alleas terras e de tempos idos (Paráfrasis galegas)*. Santiago de Compostela: Bibliófilos Gallego. Reproduzido em *Obra completa*. Buenos Aires: Ediciones Galicia del Centro Gallego de Buenos Aires, 1959, 407-496.
- _____ (1976a). «Notas inéditas de Ramón Cabanillas». *Grial*, 54, Outubro-Novembre- Decembre, 497-505.
- _____ (1976b). «Tres cartas autobiográficas». *Grial*, 54, Outubro-Novembre- Decembre, 528-532.
- _____ (1979). *Obra Completa*. 2. Ed. Xesús Alonso Montero. Madrid, Akal Editor, 131- 242.
- CARBALLO CALERO, Ricardo (1952). «Celtas e Romans Cantan en Galego». *Galicia*, Día de Galicia, 25-27.
- _____ (1959). «Notas sobor da obra de Ramón Cabanillas». Em Ramón Cabanillas. *Obra completa*. Buenos Aires: Ediciones Galicia del Centro Gallego de Buenos Aires, 13-41.
- _____ (1961). «Epitafio para Aquilino». Em *Libros e autores galegos. Século XX*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1982, 257-260.
- _____ (1975). *Historia da literatura galega contemporánea*. Vigo: Editorial Galaxia.
- _____ (1977). «Cartas de Cabanillas». Em VV.AA. *Homenaxe a Cabanillas no centenario do seu nacemento*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago - Facultade de Filoloxía, 7-16.
- COUCEIRO FREIJOMIL, Antonio (1952). «Iglesia Albariño, Aquilino». Em *Diccionario Bio-Bibliográfico de Escritores*, vol. II. Santiago de Compostela: Editorial de los Bibliófilos Gallegos, 231-232.

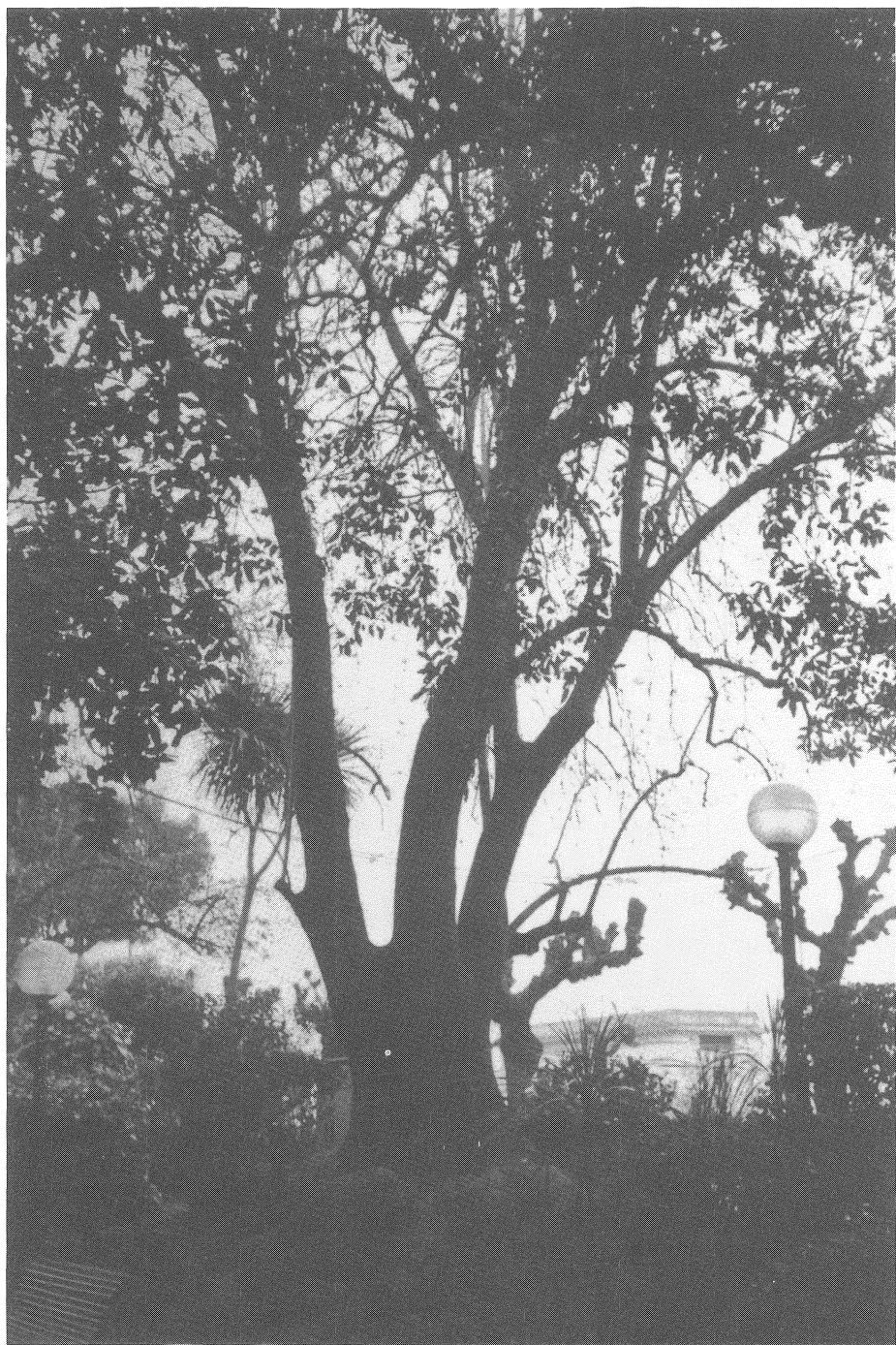
[43] Tradutor, investigador e professor no King's College da Universidade de Londres, na sua obra fundamental *A Tradição Clássica na Literatura Portuguesa* dedicou um capítulo específico precisamente a referir as traduções de clássicos gregos e latinos ao longo da história para português. Vid. Luís de Sousa Rebelo, *A Tradição Clássica na Literatura Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982, pp. 179-193.

- DÍAZ CASTRO, Xosé María (1987). «Iglesia Alvariño na miña lembranza». *Dorna*, 11, Xaneiro, 115-117.
- DÍAZ Y DÍAZ, M. C. (1986). «Unhas traduccions inéditas de Aquilino Iglesia Alvariño». *Grial*, 92, Abril-Maio-Xunio, 193-203.
- DOMÍNGUEZ CAO-CORDIDO, L. (1954). «Ramón Cabanillas. Poeta de la Raza». *Vida Gallega*, 1, Novembro, 43.
- DURÁN, J. A. (1981a). «La poesía antiseñorial de Ramón Cabanillas». Em *Crónicas-3 (Entre la mano negra y el nacionalismo galleguista)*. Madrid: Akal Editor, 65-83.
- (1981b). «El primer Cabanillas». Em *Crónicas-3 (Entre la mano negra y el nacionalismo galleguista)*. Madrid: Akal Editor, 223-244.
- FERNÁNDEZ DEL RIEGO, Francisco (1981). «A *Aulularia* de Plauto, en galego». *Faro de Vigo*, 13 Febrero.
- (1986). «A versión horaciana de Iglesia Alvariño». *La Voz de Galicia*, 20 Febrero.
- FILGUEIRA VALVERDE, Xosé (1981). «A traducción dos clásicos no *Rexurdimento galego*». Em *Terceiro Adral*. Sada-A Coruña: Edición do Castro, 1984, 76-88.
- FRAGUAS FRAGUAS, Antonio (1970). «Aquilino Iglesia Alvariño». *Boletín de la Real Academia Gallega*, XXX, 352, Diciembre, 454-460.
- GÓMEZ LEDO, Avelino (1930a). «Virxilio en galego». *Nós*, 84, 15 Nadal, 232-234.
- (1930b). «Verbas limiares». Em *As églogas do Virxilio*. Santiago de Compostela: Editorial Nós, VII-X.
- (1964). «Unha ialma chea de saudades». Em *Os catro libros das Xeórxigas*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, IX-XLIV.
- (1973). «Adro». Em *Escolma de poetas líricos gregos e latinos voltos en linguaxe galego*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, 11-17.
- GONÇALVES, F. Rebelo (1959). «Ramón Cabanillas, *Versos de Alleas Terras e de Tempos Idos. Paráfrasis Galegas*». *Evphrosyne*, II, 397-400.
- IGLESIA ALVARIÑO, Aquilino (1948). «Traduttore, traditore». *La Noche*, 14 Agosto.
- (1949). *A lingua dos poetas do norte de Lugo*. A Coruña: Real Academia Gallega, 1964.
- (1951). *Carmina*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos.
- (1959). «Lengua e estilo de Cabanillas». Em Ramón Cabanillas. *Obra completa*. Buenos Aires: Ediciones Galicia del Centro Gallego de Buenos Aires, 873-921.
- JAIMES RÁPIDE, Julio B. (1958). «Horacio inmortal (A propósito de una traducción de las *Odas* del gran clásico latino, al gallego)». *Lar*, 296-297-298, 25 Julio, 59-60, 78.
- LAPA, Manuel Rodrigues (1952). «A obra mais urgente da galeguidade: o Dicionario da Lingua». *Galicia*, Día de Galicia, 17-19.
- (1973). «A recuperación literária do galego». Em *Estudos Galego-Portugueses*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1979, 53-65.
- LORENZANA, Salvador (1963). «Iglesia Alvariño: poeta e humanista». *Grial*, 1, Xulio-Agosto-Setembro, 28-42.
- LORENZO BALEIRÓN, Eusebio (1985). «Tradición e modernidade na obra poética de Aquilino Iglesia Alvariño». *Grial*, 88, Abril-Maio-Xunio, 161-169.
- MÍGUEZ BEN, Manuel (1977). «La poesía inglesa de Ramón Cabanillas». Em VV.AA. *Homenaxe a Cabanillas no centenario do seu nacemento*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago - Facultade de Filoloxía, 87-102.
- MONTERO CARTELLE, Enrique (1977). «La adaptación de los poetas latinos en Ramón Cabanillas». Em VV.AA. *Homenaxe a Cabanillas no centenario do seu nacemento*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago - Facultade de Filoloxía, 75-86.
- MORALEJO ÁLVAREZ, Juan José (1977). «As paráfrasis do grego en Cabanillas». Em VV.AA. *Homenaxe a Cabanillas no centenario do seu nacemento*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago - Facultade de Filoloxía, 65-73.

- NOIA CAMPOS, M^a Camiño (1995). «Historia da traducción en Galicia no marco da cultura europea». *Viceversa*, 1, 13-62.
- OTERO PEDRAYO, Ramón (1951). «O Horacio galego de Aquilino Iglesia Alvariño». Em *Obras Selectas I. Parladoiro*. Vigo: Editorial Galaxia, 1973, 261-263.
- _____ (1976). «Cabanillas». Em VV.AA. *¡A nosa terra é nosa! de unha poesía de Ramón Cabanillas. Homenaxe no centenario do seu nacemento*. Vigo: Libro de Oro, 3-5.
- QUINTELA FERREIRO, L. J. (1952). «Una traducción de Horacio». Colección *Grial*, 4, 80-82.
- REBELO, Luís de Sousa (1958). «Traduções». Em Jacinto do Prado Coelho (dir.). *Dicionário de Literatura*, vol. IV. Porto: Figueirinhas, 1984, 1095-1103.
- RODRÍGUEZ, Luciano (1994). *A Poesía de Aquilino Iglesia Alvariño*. Lugo: Servicio de Publicacións Diputación Provincial de Lugo.
- SÁNCHEZ CANTÓN, Francisco (1955). «Portal». Em Ramón Cabanillas. *Versos de alleas terras e de tempos idos (Paráfrasis galegas)*. Santiago de Compostela: Bibliófilos Gallegos, 7-14.
- SEM FIRMA (1930). «Os homes, os feitos, as verbas. Titiro, a egloga primeira de Virgilio, tradución de Avelino Gómez Ledo». *Nós*, 77, 15 Maio, 103.
- _____ (1954). «Un Poema de Ramón Cabanillas». *Galicia Emigrante*, 3, Agosto, 6.
- SILVA, F. A. Ricardo (1957). «Q. Horatii Flacci, *Carmina*. Traducción, prólogo, notas por Aquilino Iglesia Alvariño». *Evyphrosyne*, I, 327-330.
- VARELA JÁCOME, Benito (1965). «La versificación de R. Cabanillas». *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XX, 60, 90-108.

PUBLICIDADE





O universo vicentino e seus problemas

Flávio GARCIA (*)

Gil Vicente, nascido talvez à roda de 1465, quem sabe na Beira (1), tendo, provavelmente, morrido por volta de 1536, ano em que se registra a representação da Fantasia Alegórica da *Floresta de enganos*, sua última peça, tem biografia incerta. As infundas discussões acerca de sua identidade envolveram —e envolvem— respeitabilíssimos estudiosos e não estão de modo algum encerradas, permanecendo ainda grandes lacunas sobre a vida de um dos mais importantes homens de teatro da Península Ibérica durante o século XVI —e, mesmo, até mais tarde (2)—. Ourives, Mestre da Balança, representante da Casa dos 24 na Câmara de Lisboa, «mestre de retórica» de D. Manuel, alfaiate...

O certo é que nasceu no reinado de Afonso V, sendo, portanto, da geração de D. João II e, como tal, testemunha da grande epopéia lusa das navegações e descobrimentos. E abrilhantou com seus Autos as cortes de D. Manuel —particularmente sob a proteção da Rainha Velha, D. Leonor [viúva de D. João II]— e de D. João III, de que se documenta a doação de tenças e prêmios ao artista (3).

Além da falta de informações seguras quanto à identidade do autor, os estudos vicentinos enfrentam outras questões de maior ordem: a) a necessi-

(*) Flávio García é Mestre em Literatura Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense, Doutorando em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O presente artigo é resultado da síntese de um dos capítulos de sua Dissertação de Mestrado e da prova de ingresso no Doutorado.

(1) A questão sobre o local onde nasceu Gil Vicente é bastante desenvolvida por Amândio Marques, se bem que seu ponto de vista não convença de todo, em *Gil Vicente* - beirão, nasceu em Guimarães de Tavares (Porto: Casa da Beira Alta, 1966).

(2) Stephen Reckert dedica um capítulo —Gil Vicente— à exaustiva discussão acerca da identidade de Gil Vicente, onde apresenta as séries de argumentos que se agrupam em uma ou outra direção, em seu *Espírito e letra de Gil Vicente*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. p: 15-25.

(3) MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Gil Vicente. In: *A literatura portuguesa em perspectiva* - Trovadorismo/Humanismo. Vol 1. São Paulo: Atlas, 1992. p: 171-172.

dade de contextualização do autor e sua obra; b) o texto somente ter sido publicado em 1562, com nítida interferência dos editores, dos filhos Paula e Luís Vicente, e a mutilação que sofreu por conta da ação inquisitorial, fora as diferenças entre a *Copilaçam* e as folhas volantes que foram recuperadas (4); c) a falta de rubricas dando conta de cenários, figurinos, gestos, marcações de cena e entonação e intenção das falas, já que o autor também era, pelo menos, o encenador e um dos atores; d) o caráter ambíguo do cômico, que não pode prescindir da «vestimenta teatral», significante necessário à completude de significado do «signo dramático».

Assim, tudo o que se tem dito de Gil Vicente e sua obra somente pode configurar uma possível verdade.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Toda produção do pensamento humano resulta do imaginário que a conforma e, por conseguinte, enforma também o recorte histórico —em sentido lato— em que se inscreve. Para uma melhor compreensão da dramaturgia vicentina, produzida entre 1502 e 1536, torna-se necessário o recurso ao pensamento tardo-medieval, não só pela especificidade do contexto, no que diz respeito à ultrapassagem do modo feudal para o mercantilista, com o incremento das navegações, mas, principalmente, porque, como afirma Johan Huizinga, «os modos característicos do pensamento da Idade Média persistem por muito tempo durante o Renascimento» (5) e

todas as vezes que se quis traçar uma linha nítida de separação entre a Idade Média e o Renascimento pareceu necessário ir fazendo recuar mais essa demarcação. Foi-se verificando que já existiam desde o século XIII as idéias e as formas que se estava habituado a considerar característica do Renascimento (6).

Desse modo, para evitar as afirmações levianas e fundadas apenas no «parecer» atual, não sustentadas por uma visão coeva, «devemos ter sempre presente que nas fases culturais mais primitivas do que a nossa, a linha de demarcação entre as convicções sinceras ou ‘fingidas’ parece quase sempre faltar. O que seria hipocrisia num espírito moderno nem sempre o é no espírito medieval» (7).

No que diz respeito a Gil Vicente, interessa lembrar que sua obra se construiu no limiar de dois tempos: a permanência da mentalidade medieval e o barrufamento dos ares renascentistas, recém-chegados a Portugal, tendo em Sá de Miranda sua expressão coetânea. A obra vicentina, ainda que não estivesse filiada a qualquer corrente, inscreveu-se nos grandes debates teológicos

64) A propósito, veja-se a *Copilaçam de todas as obras*, com introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalho Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983. e RECKERT, op. cit.: 201-230.

(5) HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Viseu: Ulisséa, [s.d.], p. 331.

(6) Idem; 283.

(7) Idem; 247.

que agitaram a Cristandade nos fins da Idade Média, como lembra Maria do Amparo Tavares Maleval:

Neles [nos debates teológicos] se colocavam, dentre outras, a questão da pobreza de Jesus e seus Apóstolos, defendida e imitada pelos franciscanos de vida pobre, e que se chocava com o poderio econômico e político do Papado, com a suntuosidade das autoridades eclesiásticas. E também a condescendência franciscana para com o riso, em oposição à sua condenação pelas alas mais severas da Igreja (8).

Tampouco se pode perder de vista que o autor dependia do Monarca. Gil Vicente era funcionário régio e seus *autos* eram concebidos por petição da Corte, para «ilustrar» os festejos. O teatro vicentino estava inscrito no projeto «espetacular» do expansionismo luso, pensado e executado pelos dinastas de Avis, principalmente D. João II e D. Manuel, buscando espelhar a grandiosidade do reino, que passava a ser império (9). Suas idéias políticas, provavelmente, corresponderiam ao ideário do rei, pois é difícil admitir que D. João III, fanático católico, tenha agido frouxamente em relação ao dramaturgo, permitindo-lhe e financiando-lhe as críticas que se acredita ter feito, sem que essas interessassem ao Estado (10).

2. TEXTO

O trajeto documentado da produção vicentina registra cerca de 56 textos, sendo 44 obras principais e outras *miúdas*, tendo iniciado em 1502 com o *Auto da visitação* ou *Monólogo do vaqueiro* e cessado em 1536 com a Fantasia alegórica da *Floresta de enganar*. Porém, somente em 1562, sob os cuidados dos filhos Paula e Luís Vicente é que veio a público a *Copilaçam de todas as obras de Gil Vicente*, que apresenta, todavia, inúmeras falhas: dentre outras, emendas arbitrárias e omissões de peças que se sabe terem existido.

Durante sua vida, teriam sido publicados apenas alguns de seus *autos* em folha volante. Há, atualmente, provas de que, pelo menos, a *Barca do Inferno*, *Inês Pereira*, *D. Duardos*, o *Auto dos Físicos*, o *Auto da Lusitânia*, o *Auto do Clérigo da Beira*, o *Amadis de Gaula* e o *Pranto de Maria Parda* tiveram divulgação volante à época do autor vivo. Pode-se, por exemplo, pelo cotejo do texto de *Inês Pereira*, publicado por I. S. Révah (11), seguindo a folha volante recuperada, com o constante da *Copilaçam*, concluir que o

(8) MALEVAL, op. cit.: 177.

(9) Sobre o incremento dos «estáculos» durante o período expansionista, correspondendo a um projeto de «espelhamento» das grandezas lusas, ver:

ARAUJO, Renata. *Lisboa - a cidade e o espetáculo na época dos descobrimentos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

(10) A respeito, ver:

TEJADA SPÍNOLA, Francisco Elias de. *As idéias políticas de Gil Vicente*. Lisboa: Pro Domo, 1945. É também interessante a leitura que Pierre Blasco faz da Farsa de *Inês Pereira*, colocando o texto inteiramente ao serviço do projeto cruzadístico do Monarca, em BLASCO, Pierre. «O Auto de Inês Pereira: A análise do texto ao serviço da história das mentalidades». In: *Temas vicentinos - actas do colóquio em torno da obra de Gil Vicente - Teatro do Bairro Alto*, 1988 (Lisboa: ICALP, 1992. p: 27-42).

(11) RÉVAH, I. S. *Recherches sur les œuvres de Gil Vicente*, II. Edition critique de *l'Auto de Inês Pereira*. Lisboa, 1955.

Révah ainda publicou *Obra da geração humana, Auto da Alma, Barca do Inferno, Don Duardo, Sibila Cassandra*.

trabalho editorial dos filhos, a ação da Inquisição e quaisquer outras interferências alteraram bastante a redação original.

Outra celeuma em torno do texto se refere à classificação, sendo inúmeras as divergências. A *Copilaçam* não respeita, ao que se sabe, a denominação primeira dada pelo próprio autor, e o agrupamento feito por seus filhos desagrade a crítica. Apesar das incontáveis e mais contemporâneas tentativas de dar melhor conta das classificações, cabe ainda a António José Saraiva a mais convincente aproximação (12).

Não bastassem os problemas já apresentados quanto à fixação, à fidedignidade, à autoria, à completude e à classificação dos textos, acresce a dificuldade de datação, tanto no que diz respeito ao momento da escritura, quanto no que tange à época da(s) representação(ões). Tal preocupação se justifica, pois um dos aspectos envolvidos na compreensão da obra vicentina são as relações político-religiosas do autor. Hoje, tem-se como aceita a cronologia proposta por I. S. Révah (13), diferente daquela apresentada nas didascálias da *Copilaçam*.

3. GÊNERO

Massaud Moisés considera que, «se por ‘drama’ entendermos o texto que se propõe à representação, ‘teatro’ assinalaria o local de espetáculo e o próprio espetáculo, de modo que ‘drama’ nomearia o texto antes da representação ou a dimensão textual do espetáculo» (14). Portanto, para ele, «é o texto escrito impresso que interessa ao crítico literário; contrariamente, o texto representado interessa ao crítico teatral» (15). Assim, Massaud conclui que «as marcações funcionam como indicadores da representação viva da peça; e apoio à leitura; se, porém, considerarmos que o texto se orienta para o espetáculo, a marcação interessa ao diretor de cena e não ao leitor ou crítico literário» (16).

Não obstante as fundamentais observações de Massaud Moisés, sempre é interessante recordar que «o teatro entra em relação com a literatura como um todo e não apenas com o gênero dramático» (17). No caso de Gil Vicente, envolto por inúmeros problemas resultantes da falta de informações acerca dele e de sua obra e da carência de rubricas em suas peças, essa lembrança torna-se extremamente necessária.

Se «a construção semântica de uma peça depende da pluralidade de contextos que se desdobram simultaneamente, revezam, interpenetram e em vão lutam para subjugar e absorver uns aos outros» (18), no que diz respeito ao

(12) SARAIVA, António José. *Gil Vicente e o fim do teatro medieval*. 3.ª ed. Lisboa: Europa-América, 1970. p. 89-100.

(13) RÉVAH, I. S. Gil Vicente. In: *Dicionário da Literatura*. Dir. Jacinto do Prado Coelho. 3.ª ed. Porto: Figueirinhas, 1973. p. 1164-168, v. III.

(14) MOISÉS, Massaud. *a criação literária*. 11.ª ed. São Paulo: Cultrix, 1983. p. 260.

(15) Idem: 261.

(16) Idem: 262.

(17) Conforme Jiri Veltruski, no ensaio intitulado O texto dramático como componente do teatro (In: GUINSBURG, J. et alii. *Semiologia do teatro*. 2.ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1988. p. 164).

(18) Idem: 165.

teatro vicentino, a pobreza de indicações cênicas abre espaço para um espectro muito variado de interpretações em torno do significado último da obra, fazendo com que a sua dramaturgia reclame entendimento enquanto «texto complexo», signo constituído de múltiplos significantes — palavras, intenções, gestualizações, movimentação, figurinos, adereços, cenários, etc.

O texto vicentino que se conhece é quase totalmente desprovido de rubricas, correspondendo a pouco mais que um «esqueleto» de espetáculo. Contudo, «o peso relativo das falas e das notas do autor no texto dramático reflete-se também nos vários tipos de relação entre figuras cênicas (e personagens) que surgem no palco» (19). Mas raras são as vezes em que Gil Vicente registrou sua visão «dramática» da cena, o que faz com que, em geral, tenda-se a preencher os vazios da dramaturgia vicentina com significantes nem sempre equivalentes àqueles pretendidos pelo autor.

Este é um equívoco comum que deve e pode ser minimizado, porque, conforme alerta Huizinga, «o estudo de uma arte ficará incompleto se não tentarmos determinar também como era essa arte apreciada pelos contemporâneos» (20). Além do mais, não se pode esquecer que «o drama não é apenas diálogo mas também enredo. No enredo, todas as contradições intrínsecas, inversões e modificações do conflito dramático são unificadas em um único conjunto» (21).

A obra teatral de Gil Vicente, como qualquer outra, «é uma complicada estrutura de signos que inclui todos os componentes, quer lingüísticos quer extralingüísticos, quer constantes quer variáveis. (...) [Ela] e uma estrutura de estruturas» (22), Mas, «como estrutura de signos, (...) é não apenas uma estrutura de estruturas, mas também uma parte integral dessa estrutura mais ampla de signos, a representação toda» (23).

A leitura dos textos vicentinos precisa ser feita à luz dessas considerações, sem que se perca de vista que «o drama provoca a incidência de intensa pressão sobre todos os outros componentes do teatro [«interpretação, música, arquitectura e assim por diante»]. Mas nenhum entrega-se inteiramente a tal pressão, nem cessa de manter certo grau de resistência» (24).

4. COMICIDADE E RISO

A atividade teatral de Gil Vicente se iniciou em 1502, atrelada ao temário religioso e inspirada no *Cancioneiro de Juan del Encina*, publicado, em 1496, mas é, sem sombra de dúvida, a partir do «progresso dramático (...) muito mais aparente na segunda obra, em que as personagens têm uma maior personalidade e qualidades individuais» (25), que o ingrediente cômico co-

(19) Idem: 167.

(20) HUIZINGA, op. cit.: 273.

(21) GUINSBURG, op. cit.: 182.

(22) Idem: 180.

(23) Idem: 181-182.

(24) Idem: 186.

(25) MILLER, Neil. *Obras de Henrique da Mota - As origens do teatro ibérico*. Lisboa: Sá da Costa, 1982. P. 42.

meça a ganhar espaço, dando-lhe o toque especial e afastando-a do modelo primário em que se fundou. Somente essa evolução poderia justificar os versos de Garcia de Resende:

E vimos singularmente
fazer representações
d'estilo mui eloqüente,
de mui novas invenções,
e feitas por Gil Vicente:
ele foi o que inventou
isto cá, e o usou
com mais graça e mais doutrina,
posto que Juan del Encina
o pastoril começou (26).

É comum se dizer que o Portugal medievo, ao contrário das demais nações europeias —com proeminência para a França—, não guarda o registro textual de ter havido representações teatrais, sejam elas litúrgicas ou profanas. Todavia, há indícios que apontam para diferente entendimento: «são os poucos versos, em latim, num documento descoberto no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, datando do século XIV» (27) e «um documento de 1281, existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, informa[ndo]-nos que o arcebispo de Braga tinha proibido os padres de serem 'histrões, jograis ou mímicos', provando assim a sua existência» (28). Exatamente por isso, o Padre Mário Martins «conclui que todas estas proibições relativas às representações mundanas provam a sua existência em Portugal, ainda que não se tenha conseguido encontrar as obras respectivas» (297).

Mesmo que tenha de fato existido tal lacuna, a «representação cênica» portuguesa durante os séculos XV e XVI não pode ser de todo desconsiderada, já que numerosos são os registros documentais acerca dos *momos* realizados como parte integrante das festividades da Corte. Zurara, na sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, de 1414, narra um deles (30), e Rui de Pina, na *Crónica do Senhor Rey Dom Afonso V*, no capítulo intitulado «De como foy o casamento da Imperatriz Dona Lianor Irmaã d'El Rey com o Imperador, e festas que por ele se fizeram», descreve as festas de 1451 (31). Também Garcia de Resende, na esteira de Rui de Pina, registrou, na sua *Crónica de D. João II*, as festas da cerimônia do casamento do Príncipe Afonso de Portugal com a Princesa Isabel de Castela, ocorridas em 1490. Nessas festas realizou-se um *momo* no qual o próprio rei, D. João II, entra vestido de Cavaleiro do Cisne (32). Ainda em 1500, apenas dois anos antes da estréia vicentina,

(26) RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1991. p. 363.

(27) MILLER, op. cit.: 36.

(28) Idem: 37.

(29) Apud MILLER, op. cit.: 37.

Sobre o teatro anterior a Gil Vicente, é interessante ver: BERARDINELLI, Cleonice. O teatro prévicentino em Portugal (In: *Estudos de literatura portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 27-51).

(30) Conforme MILLER, op. cit.: 47.

A respeito de outras referências a representações teatrais no Portugal medievo, ver: MALEVAL, op. cit.: 168.

(31) MILLER, op. cit.: 48.

(32) RESENDE, op. cit.: 150-151.

houve um *momo* tão exuberante que provocou «uma descrição extremamente pormenorizada» na «carta escrita aos Reis Católicos pelo seu embaixador em Portugal, Ochoa de Ysásaga» (33).

É exatamente nesse quadro, no ano de 1502, que desponta o fundador do teatro português, pelo que a convivência do religioso com o profano em sua obra não pode ser um aspecto de difícil compreensão. Seu teatro se formou sob as influências religiosas advindas do modelo castelhano, através dos *autos pastoris* de Encina, que foram alimentadas tanto por seu apego à fé cristã quanto pelas necessidades do momento em que viveu. Por outro lado, sua dramaturgia assimilou ainda os variados matizes do cômico medieval, incorporando aspectos dos *momos*, das *farsas*, da tradição goliardesca do riso etc. (34). Assim é a dramaturgia vicentina: religioso e cômico se mesclam, muitas vezes oferecendo interpretações dissonantes ao leitor dos séculos seguintes. Hoje, têm-se lhe aplicado, ora um, ora outro, os estudos desenvolvidos por Henri Bergson (35) e Mikhail Bakhtin (36) sobre o riso.

Bergson reconhece que «não há comicidade fora do que é propriamente humano» (37), somente se ri do que não se prevê ou não se aceita para si mesmo. «O riso precisa de eco (...), é sempre o riso de um grupo» (38). Seriam, em Gil Vicente, os do paço o grupo que ri? E as atitudes em «desvio» dos clérigos ou as situações em que se colocam os rústicos diante da Corte corresponderiam ao risível?

Bergson afirma que

(...) a arte do autor cômico consiste em nos dar a conhecer tão bem o vício, e introduzir o espectador a tal ponto na sua intimidade, que acabemos por obter dele alguns fios dos bonecos que ele maneja; passamos então a manejá-los, e uma parte do nosso prazer advém disso. Portanto, ainda nesse caso, é precisamente uma espécie de automatismo o que nos faz rir. E trata-se ainda de um automatismo muito próximo do simples desvio. Para nos convenceremos disso, bastará observar que um personagem cômico o é, em geral, na medida exata em que se ignora como tal. O cômico é inconsciente (39).

Aceitando-se que

(...) o riso deve ser algo desse gênero: uma espécie de gesto social. Pelo temor que o riso inspira, reprime as excentricidades, mantém constantemente despertas e em contato mútuo certas atitudes de ordem acessória que correriam o risco de isolar-se e adormecer; suaviza, enfim, tudo o que puder restar de certa rigidez mecânica na superfície do corpo social (40).

Gil Vicente o teria utilizado como «castigo contra os costumes», buscando obrigar seus contemporâneos «a cuidar imediatamente de parecer o que (...)

(33) Conforme MILLER, op. cit.: 51.

(34) Sobre a permanência de tratamentos medievais na obra de Gil Vicente, ver:

SARAIVA, A. J. *Gil Vicente e o fim do teatro medieval*. Lisboa: Bertrand, 1981.

(35) BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

(36) BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e na Renascença: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

(37) BERGSON, op. cit.: 12.

(38) Idem: 13.

(39) idem: 18.

(40) Idem: 19.

[deveriam] ser, o que um dia (...) [acabariam] por ser verdadeiramente» (41). Isto porque, como quer Bergson, «o riso não advém da estética pura, dado que tem por fim (inconsciente e mesmo imoralmente em muitos casos) um objetivo útil de aprimoramento geral» (42). Portanto,

(...) se traçarmos um círculo em torno das ações e intenções que comprometem a vida individual ou social e que se castigam a si mesmas por suas conseqüências naturais, restará ainda do lado de fora desse terreno de emoções e luta, numa zona neutra na qual o homem se apresenta simplesmente como espectáculo ao homem, certa rigidez do corpo, do espírito e do carácter, que a sociedade quereria ainda eliminar para obter maior elasticidade e a mais alta sociabilidade possíveis. Essa rigidez é o cômico e a correção dela é o riso (43).

Desse modo, parece não restar dúvida quanto às intenções de Gil Vicente: apontar e punir os «desvios» a fim de propor uma «correção» à sociedade portuguesa de sua época. Contudo, se, ainda conforme o próprio Bergson, «para compreender o riso, impõe-se, colocá-lo no seu ambiente natural, que é a sociedade; impõe-se sobretudo determinar-lhe a função útil, que é uma função social. (...) O riso deve corresponder a certas exigências da vida em comum. O riso deve ter uma significação social» (44), e é bem possível que a função social, útil, do riso, para Gil Vicente, fosse bem diversa da que se configura no século XX. As exigências daquela vida em comum —em uma sociedade que estava passando por um período de profundas transformações— não são as mesmas atuais.

Seguindo esse norte, Bergson faz uma leitura do D. Quixote de Cervantes passível de ser questionada, ao afirmar que

Perfeito exemplo de mundo da lua é o caso de D. Quixote. Quanta profundidade cômica no que ele tem de romanesco e de fantasioso! E, no entanto, se recorrermos à noção de desvio que deve servir de intermediária, veremos essa comicidade profundíssima converter-se no cômico mais superficial (45).

Por que a noção de desvio deve ser intermediária na leitura desse texto? O que era desvio para a sociedade da época de Miguel de Cervantes? Que desvios teria querido punir? Sociais? Individuais? Que correção pretendeu dar? Que função tinha o cômico para aquela sociedade? Por que e quando riam? Perguntas que Bergson não se fez para comentar o caráter cômico do Quixote. No caso de Gil Vicente, leituras sem o devido cuidado, que se pretendam unívocas, podem chegar também a conclusões facilmente questionáveis, porque na obra do fundador do teatro português muito há de enigmático, por conta mesmo dos vazios apresentados por seus texto e biografia.

O recurso ao estudo de Mikhail Bakhtin pode solucionar parte dos problemas levantados quanto à leitura da obra de Gil Vicente sob a ótica bergsoniana, já que seu trabalho procura entender o cômico rabelaisiano em seu es-

(41) Idem: 18.

(42) Idem: 19.

(43) Idem, *ibidem*.

(44) Idem: 14.

(45) idem: 16.

paço e tempo. Antes de se debruçar sobre a obra de Rabelais, Bakhtin adverte que «o mundo infinito das formas e manifestações do riso opunha-se à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época [de transição da Idade Média para a Renascença]» (46). Os espetáculos tardo-medievos, organizados à maneira cômica, «ofereciam uma visão do mundo, do homem e das relações humanas totalmente diferente, deliberadamente não-oficial» (47). Era, mesmo, uma postura restritiva, opositiva, já que

O riso da Idade Média visa ao mesmo objeto que a seriedade. Não somente não faz nenhuma exceção ao estrato superior, mas ao contrário, dirige-se principalmente contra ele. Além disso, ele não é dirigido contra um caso particular ou uma parte, mas contra o todo, o universal, o total. Constrói o seu próprio, mundo contra a Igreja oficial, seu Estado contra o Estado oficial (48).

Para chegar a esse estágio, o cômico passou por um período de evolução. De início, «o riso na Idade Média estava relegado para fora de todas as esferas oficiais da ideologia e de todas as formas oficiais, rigorosas da vida e do comércio humano, (...) tinha sido expurgado do culto religioso, do cerimonial feudal e estatal, da etiqueta social e de todos os gêneros da ideologia elevada» (49). Mais tarde, assimilado pelas cortes,

O riso acompanhava também as cerimônias e os ritos civis da vida cotidiana: assim, os bufões e os »bobos« assistiam sempre às funções do cerimonial sério, parodiando seus atos (proclamação dos nomes dos vencedores dos torneios, cerimônias de entrega do direito de vassalagem, iniciação dos novos cavaleiros, etc.). Nenhuma festa se realizava sem a intervenção dos elementos de uma organização cômica, como, por exemplo, a eleição de rainhas e reis «para rir» para o período da festividade (50).

Pouco a pouco, então,

A cultura cômica começa a ultrapassar os limites estreitos das festas, esforça-se por penetrar em todas as esferas da vida ideológica.

Esse processo completou-se no Renascimento. Ele [o riso] se tornou a forma adquirida pela nova consciência histórica livre e crítica. Esse estágio supremo do riso tinha sido preparado ao longo da Idade Média (51).

É exatamente nesse quadro de transição que despontou o riso da obra vicentina, durante os festejos «espetaculares» promovidos por D. Manuel e D. João III como parte do projeto «expansionista» da dinastia de Avis.

Enfim,

(...) durante o Renascimento o riso, na sua forma mais radical, universal e alegre, pela primeira vez por uns cinqüenta ou sessenta anos (em diferentes datas em cada país), separou-se das profundezas populares e com a língua «vulgar» penetrou decisivamente no seio da grande literatura e da ideologia «superior», contribuindo assim

(46) BAKHTIN, op. cit., 3.

(47) idem: 4-5.

(48) idem: 247.

(49) Idem: 63.

(50) idem: 4.

(51) idem: 84.

para a criação de obras de arte mundiais, como o Decameron de Boccaccio, o livro de Rabelais, o romance de Cervantes, os dramas e comédias de Shakespeare (52).

além do teatro de Gil Vicente, na Península Ibérica, que levou à cena os dialetos da Espanha, especialmente o saiguês, e os falares do povo em Portugal, notadamente o dialeto da Beira.

Incorporado à cultura oficial e à «grande» literatura,

(...) o riso da Idade Média, durante o Renascimento, tornou-se a expressão da consciência nova, livre, crítica e histórica da época. Isso foi possível apenas porque, após mil anos de evolução no curso da Idade Média, os brotos e embriões deste caráter histórico e seu potencial estavam prontos para eclodir (53).

Seria o caso, talvez, de se afirmar que Gil Vicente fez de sua dramaturgia canal de «expressão da consciência noval, livre, crítica e histórica da época», denunciando os «desvios» da Igreja terrenal —representada por Roma— e os desmandos do Estado —sempre poupando a figura do Monarca? Mas como lhe era permitido fazer tais críticas perante a Corte, que o financiava?

Bakhtin argumenta que «toda a literatura paródica da Idade Média é uma literatura recreativa, criada durante os lazeres que proporcionavam as festas, e destinada a ser lida nessa ocasião, na qual reinava uma atmosfera de liberdade e de licença» (54). Entretanto, «essa liberdade, em estreita relação com as festas, estava de certa forma confinada aos limites dos dias de festa (...) [e] reinava tanto na praça pública como no banquete festivo doméstico. (...) [Já] não se impunha quase nenhuma fronteira ao riso» (55). Além do mais, esse «riso popular ambivalente expressa uma opinião sobre o mundo em plena evolução no qual estão incluídos os que riem» (56). Em se aceitando as proposições bakhtinianas, torna-se plausível conceber que a Corte portuguesa, os clérigos e até os vilões, se presentes, rissem deles mesmos. É «uma qualidade importante do riso popular, que escarnece dos próprios burladores» (57). Conclui Bakhtin que «Por isso a paródia medieval não se parece em nada com a paródia literária puramente formal da nossa época» (58).

Passadas em resumo as teorias sobre o cômico que costumam ser «aplicadas» à dramaturgia vicentina, permanecem ainda questões fundamentais. A primeira seria identificar se dada passagem de um texto provocava ou não o riso durante sua representação. Em se optando pela afirmativa, a segunda implicaria em «vestir» os diálogos a fim de os contextualizar, para que se possam arriscar as intenções e, portanto, encontrar sua possível significação. Mais adiante, deve-se então definir o instrumental a ser utilizado, sendo lícito afirmar que, dependendo do *auto*, da *figura* e do diálogo, tanto a visão bergsoniana quanto a bakhtiniana podem servir de suporte à leitura.

(52) Idem: 62.

(53) Idem: 63.

(54) Idem: 71-72.

(55) Idem: 77-78.

(56) Idem: 11.

(57) Idem: 10.

(58) Idem: 19.

Variação terminológica no campo científico e a sua relação com a tradução

Carlos GARRIDO
(Universidade de Vigo)

1. INTRODUÇÃO

Na minha dupla condição de, por uma parte, tradutor e professor de tradução e, pela outra, de zoólogo até há pouco tempo dedicado activamente à investigação, estou muito consciente da importância que a terminologia possui para a transmissão de ideias no mundo da ciência.

Assim, e como fruto da frequente consulta de textos especializados escritos em português, espanhol, inglês e alemão, e da indignação intelectual sofrida perante a aberrante habilitação de terminologia científica que na actualidade promovem as autoridades políticas da Galiza (GARRIDO e CONDE, 1994), concebim há algum tempo o projecto de elaborar um dicionário quadrilíngue de termos próprios da minha especialidade, a zoologia dos invertebrados. Endereçado não apenas aos zoólogos, como também a tradutores leigos, até certo ponto, na matéria, a obra deveria incluir, para além das equivalências nos quatro idiomas citados (plano da designação), as definições dos termos (plano do conceito).

O corpus bibliográfico de expressão portuguesa considerado na elaboração do dicionário não é muito abundante (cf. apartado Bibliografia), mas, por incluir vários manuais universitários, editados tanto em Portugal como no Brasil, resulta sobejamente informativo. Relativamente aos livros especializados redigidos em português, devem salientar-se dois factos que, como mais adiante veremos, influem na terminologia científica: primeiro, a preponderância das traduções (feitas principalmente a partir do inglês e do alemão) sobre as obras compostas originariamente em português; e, segundo, devido ao grande peso demográfico e económico-cultural do Brasil no seio da lusofonia, o extenso emprego em Portugal de obras editadas nessa nação americana.

Nesta altura tenho completado 1.768 fichas ou registos do dicionário, cada uma dedicada, como é preceptivo em terminologia, a um conceito ou noção. Em cada um desses registos não raro acontece que, para cada uma das línguas consideradas, se apresente mais de uma designação, especialmente em português. Nesta última língua, o número de registos em que se dá variação ou polimorfismo terminológi-

co (mais de uma designação para um dado conceito) eleva-se a 756 (42,8%), apresentando 231 deles (13,1%) pelo menos 3 variantes. Esta grande variabilidade achada nas designações portuguesas, aliás só atingida, no quadro do repositório considerado, pelo alemão (687 registos polimórficos, 38,9%), não resulta em geral desejável numa linguagem que, como a científica, faz da relação biunívoca conceito-designação o seu ideal (CABRÉ, 1992: 202).

A propósito do dicionário de zoologia em elaboração, a presente comunicação constitui um estudo liminar da variação da terminologia científica portuguesa, compreendendo uma classificação ou categorização da mesma, a comparação com outros âmbitos idiomáticos, e uma análise das suas causas e das possíveis vias de intervenção normalizadora.

Abreviaturas e símbolos empregados no estudo:

Am: Forma usada em português americano ou em inglês americano

f: substantivo feminino (especificado quando não finda em «a»)

m: substantivo masculino (especificado quando não finda em «o»)

mpl: substantivo masculino plural

↔: separa variantes atendendo ao traço considerado

/: separa variantes atendendo a um traço não considerado

>: origina, traduzido por, transcrito/transliterado por

<: proveniente de, originado de

*: designação incorrecta

2. CLASSIFICAÇÃO E ANÁLISE DA VARIAÇÃO TERMINOLÓGICA

2.1. Variação ortográfica

Quando um termo aparece sob duas ou mais formas levemente divergentes que não se diferenciam entre si mais que pela sua grafia (ou minimamente pela pronúncia), achamo-nos perante variantes ortográficas (*spelling variants* em SAGER, 1990). Esta variação terminológica, de natureza menor, pode dever-se a meros lapsos (do escritor ou do prelo), à concorrência de mais de uma solução gráfica na norma da língua, ou à existência de diversas normas no seio de uma língua[1].

Em português a variação ortográfica detectada pode estar ligada à geografia (divergências entre a norma brasileira e a norma de Portugal) ou não.

[1] Em inglês a variação ortográfica dá-se relativamente a alguns elementos de origem grega, que no inglês europeu se grafam na sua forma plena, respeitosa com a etimologia, e no inglês americano simplificados. Assim: *haemoglobin* ↔ *hemoglobin* [Am], *oesophagus* ↔ *esophagus* [Am]; outros exemplos de divergências ortográficas são: *behaviour* ↔ *behavior* [Am], *moultling* ↔ *moltling* [Am], *defence* ↔ *defense* [Am], *fibre* ↔ *fiber* [Am].

Em alemão a variação ortográfica observada consiste, por uma parte, na possibilidade de grafar o fonema [ts] dos cultismos como «c» (a solução mais comum na literatura científica) ou como «z» (solução preferida pelos dicionários): *Cyste* ou *Zyste*. Além disso, certa variação ortográfica está ligada à geografia, como acontece com o emprego da letra «ß» nos textos compostos na República Federal da Alemanha e na antiga República Democrática Alemã, letra desconhecida na Áustria e na Suíça, onde no seu lugar põem «ss»: *Fuß* ↔ *Fuss*. Todavia, esta divergência será eliminada quando entrar em vigor (em 1998) o acordo ortográfico da língua alemã assinado em 1996.

Em espanhol a variação ortográfica observada é praticamente inexistente e limita-se à possibilidade de representar o elemento grego ψευδής como pseudo- ou seudo- (variante raramente utilizada).

2.1.2. *Varição ortográfica não ligada à geografia*

A este apartado adscvem-se, entre outros casos, as hesitações no uso do hífen e na queda do «h» medial nos termos recompostos. Na lista que segue aparecem em primeiro lugar as variantes que se julgam mais adequadas:

calazar [m] ↔ cala-azar [m] ↔ kalazar [m] ↔ kala-azar [m]

canal gastro-vascular [m] ↔ canal gastrovascular [m]

órgão neuro-hemal ↔ *órgão neurohemal

Ainda que *kala-azar* seja mais etimológico que *calazar* (do indiano *kala-azar*, doença parasitária causada por protozoários do género *Leishmania*), talvez seja preferível reservar o uso do hífen na terminologia científica para os termos recompostos surgidos por combinação copulativa. Daí segue-se a nossa preferência por *canal gastro-vascular* face a *canal gastrovascular*, e *órgão neuro-hemal* face a *órgão neurohemal* (que, em qualquer caso, deveria escrever-se *neuroemal*).

espongina ↔ *esponjina

mesoflo ↔ *mesohilo

Pré-câmbrico ↔ *Precâmbrico

tiflossole [m] ↔ *tiflosole [m]

A simples lapsos ortográficos ou tipográficos devemos atribuir estes casos de polimorfismo. Assim, *esponjina*, embora homófono com *espongina*, tem de ser rejeitado com o fundamento da etimologia (grego *σπογγία* > «esponja»); o *h* medial de *mesohilo* é anormal e deve desaparecer, ainda que o seu segundo radical seja -hilo (do grego, «substância», «matéria»); no composto *Pré-câmbrico*, o prefixo *pré*, por ser tónico, deve ir ligado ao radical por meio de um hífen; no recomposto *tiflossole* a duplicação dos esses é exigida ao se unirem os radicais gregos *tiflo-* (*τῖφλος* > «cego»), findo em vogal, e *-sole* (*σολεύς* > «tubo»).

2.1.2. *Varição ortográfica ligada à geografia*

As normas brasileira e europeia do português diferem no timbre das vogais tónicas de grau médio dos termos proparoxítonos, pois são abertas em português europeu e fechadas no Brasil. A duplicidade gráfica originada por esta divergência é consagrada, aliás, pelo novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1991 (AO).

gémula ↔ gêmula [Am]

blastómero ↔ blastômero [Am]

género ↔ gêneros [Am]

centrómero ↔ centrômero [Am]

partenogénese ↔ partenogênese [Am]

esófago ↔ esôfago [Am]

Uma outra divergência de tipo ortográfico registada é a que se deriva da simplificação na norma brasileira do grupo culto «ct» do interior de palavra, que passa para «t». O novo AO prescreve a queda do «c» naqueles casos em que nunca é proferido nas realizações cultas da língua:

divertículo rectal ↔ divertículo retal [Am]

estilete retráctil [m] ↔ estilete retrátil [m] [Am]

Holárctico ↔ Holártico [Am]

oviducto ↔ oviduto [Am]

receptor olfactivo [m] ↔ receptor olfativo [m] [Am]

Como se vê, a variação ortográfica da terminologia científica em português é de somenos importância e, em todo o caso, não maior que em inglês ou alemão (mas sim que em espanhol). Além disso, a aplicação do novo AO fará com que as divergências observadas na escrita entre ambas as margens do Atlântico diminuam.

2.2. Variação morfológica

Classificamos como variação morfológica a concorrência de duas ou mais designações sinónimas que se diferenciam entre si apenas pela terminação (elemento final de um termo composto ou sufixo de um termo derivado) ou pela posição da sílaba tónica, e decorre de divergências (ligadas ou não à geografia) no processo de vernaculização dos étimos clássicos de que derivam os termos[2].

2.2.1. Polimorfismo vocálico das terminações vernaculizadas

botrídio ↔ botrídeo

nefrídio ↔ nefrídeo

omatídio ↔ omatídeo

O sufixo latino *-idium* aparece vernaculizado destas duas formas, como *-ídio* e como *-ideo*. A primeira solução parece a recomendável, já que é mais etimológica e harmoniza com as formas espanhola (*nefridio*), alemã (*Nephridium*) e inglesa (*nephridium*).

filípode [m] ↔ filipódio ↔ filípodo [Am]

gastrópode [m] ↔ gastrópodo [Am]

parápode [m] ↔ parapódio ↔ parápodo [Am]

pseudópode [m] ↔ pseudopódio ↔ pseudópodo [Am]

O étimo do segundo elemento destes termos é a palavra grega $\pi\omicron\delta\acute{\omicron}\varsigma$, que significa «pé». A variação morfológica é devida ao emprego de três diferentes sufixos para a raíz *pod-* e, concomitantemente, de duas acentuações distintas: *-e* (preferido no português europeu, determina acentuação no primeiro elemento da composição), *-o* (preferido no português americano, determina acentuação também no primeiro elemento) e *-io* (utilizado tanto no Brasil como em Portugal, determina acentuação no segundo elemento da composição).

blastocélio ↔ blastocelo

hemocélio ↔ hemocelo

pseudocélio ↔ pseudocelo

Caso semelhante ao anterior é este, em que ao étimo grego do segundo elemento da composição, $\kappa\omicron\iota\lambda\omicron\varsigma$, cavidade, adaptado no radical *cel-*, se pode unir o sufixo *-o* ou *-io*. É interessante fazer notar que neste caso não é possível o sufixo *-e*, pois daria *-cele*, elemento de significação muito diferente (do grego $\kappa\acute{\eta}\lambda\omicron\upsilon\tau$ «hérnia», «tumor», como em *enterocele*, por exemplo).

peritónio/peritônio [Am] ↔ peritoneu [m]

proctódeo ↔ proctodeu [m]

[2] Em inglês e alemão o polimorfismo terminológico detectado durante a elaboração do dicionário que pode ser adscrito à categoria de variação morfológica (não ligada à geografia) reduz-se praticamente à dupla possibilidade de construção do plural ao ao duplo género gramatical das algumas designações. Assim, por exemplo, em inglês: *ganglia* ↔ *ganglions* (plural de *ganglion*), *morulae* ↔ *morulas* (plural de *morula*), *pharynges* ↔ *pharynxes* (plural de *pharynx*); em alemão: *Neurone* ↔ *Neuronen* (plural de *Neuron*), *Stigmata* ↔ *Stigmen* (plural de *Stigma*), *Saugentakel* de género masculino ou neutro, *Dotter* de género masculino ou neutro. O único caso de vacilação morfológica na adaptação do étimo observado em inglês foi *elytron* ↔ *elytrum*.

As primeiras designações de cada par estão mais próximas do étimo (grego) que as segundas, que são vernaculizações a partir da adaptação latina dos helenismos correspondentes.

célula cloragógena ↔ célula cloragógena [Am]

célula corneagénea ↔ célula corneágena [Am]

célula tormogénea ↔ célula tormógena [Am]

célula tricogénea ↔ célula tricógena [Am]

A série precedente consta de pares de termos compostos impróprios cujos segundos componentes lexicais (por sua vez, recompostos) terminam no radical grego -génea/-gena [Am] (de γῆ γνομαι, «engendrar»). A transcrição -gena (e -geno) do radical, normativa no Brasil, tem a vantagem de harmonizar com a das palavras aparentadas *endógeno* e *exógeno*, também normais no português europeu; porém, -geno diverge do segundo radical de hidrogénio/hidrogênio [Am], oxigénio/oxigênio [Am] e halogéneo/halogêneo [Am], onde, aliás, se verifica uma duplicidade (e/i) na vogal inflectiva.

centrossoma [m] ↔ centrossomo [Am]

cromossoma [m] ↔ cromossomo [Am]

ribossoma [m] ↔ ribossomo [Am]

Nestes pares de termos recompostos, o segundo elemento da composição procede do étimo grego σωμα («corpo») e, como noutros casos em que intervém o sufixo -μα (como em *edema*, *fonema* ou *eritema*, por exemplo), a terminação vernácula é -ma (cf. RIERA, 1993).

2.2.2. Variação de género gramatical (associada ao vocalismo)

proglótide [f] ↔ proglotídio

cromátide [f] ↔ cromatídio

Nestes casos o sufixo etimológico é o grego -ιδος, adaptado alternativamente como -ide ou como -ídio, dando substantivos de géneros diferentes (femininos os findos em -ide e masculinos os que terminam em -ídio). Caso semelhante é o de *nucleótido* ↔ *nucleotídio*.

dendrite [f] ↔ dendrito [Am]

rabdite [f] ↔ rabdito [Am]

trilobite [f] ↔ trilobito [Am]

Semelhante ao caso da divergência -pode/-podo, a alternativa -ite/-ito é fruto da preferência por sufixos diferentes no Brasil e em Portugal.

cercário ↔ cercária [Am]

pedicelário ↔ pedicelária

Pela etimologia são preferíveis as formas *cercária* (<latim cercaria) e *pedicelário* (<latim pedicellus).

mitocôndria ↔ mitocôndrio [Am]

O étimo grego do segundo elemento deste par de termos recompostos termina no sufixo grego -ιον ou no latino -ium (assim, em inglês, *mitochondrion* e, em alemão, *Mitochondrium*), de maneira que resulta mais etimológica a solução brasileira *mitocôndrio* que a europeia *mitocôndria*. (O mesmo racioamento seria aplicável a *bactéria*, do grego βακτηριον, se existisse a variante **bactério*, como acontece com a dupla solução espanhola *bacteria/bacterio*).

ectoderme [f] ↔ ectoderma [m]

endoderme [f] ↔ endoderma [m]

As variantes com -derma harmonizam com o étimo (δέρμα, «pele»), mas as terminadas em -derme são análogas de *epiderme* (**epiderma* não existe).

hormona ↔ hormônio [Am]

feromona ↔ feromônio [Am]

Como acontece com outros termos provenientes de étimos gregos que findam no sufixo -ον ou -ων (como *neurônio*, de νεύρον, «nervo»), o português brasileiro, a partir de ἐπιών, «excitar», forma *hormônio* com a adição do sufixo -ônio; incongruentemente, o português europeu, que utiliza *neurónio*, recorre ao sufixo -ona (preferido pelo espanhol em *neurona* e *hormona*) e transcreve *hormona*. Não obstante, deve ter-se em conta o inconveniente de conviver o termo *hormônio* [Am] com outros que, como *ecdisona*, *progesterona* e *testosterona*, levam o sufixo -ona denotativo de hormona/hormônio [Am].

2.2.3. Polimorfismo consonântico

quinetossoma [m] _ cinetossoma [m]/cinetossomo [Am]

quisto _ cisto [Am]

Na alternância qu/c destes pares de termos, deve dar-se preferência às soluções com c, dado que, como acontece noutras línguas novilatinas (p. ex. o espanhol e o catalão: cf. RIERA, 1993), o _ grego passa na vernaculização para c, enquanto o _ se transforma em qu- (assim de κύστις > *cisto*, *cistite*; de κίνησις > *cinemática*, *cinema*; mas, de χείρ > *quirófano*, *quiróptero*; de χίλιοι > *quilómetro*, *quilograma*).

2.2.4. Polimorfismo na simplificação a partir do étimo

exumbrela ↔ exumbela

gastrozóide [m] ↔ gastrozoóide [m]

Esta variação morfológica é devida à simplificação de um grupo a partir do étimo. Parece recomendável neste caso, dado que se trata de termos eruditos, a conservação da forma plena.

abdómen [m] ↔ abdome [m]

lúmen [m] ↔ lume [m]

plâncton [m] ↔ plancto

télson [m] ↔ telso

Os primeiros termos destes pares representam a forma mais conservadora ou próxima do étimo (latino ou grego); os segundos, a mais evoluída e simplificada.

2.2.5. Polimorfismo na sufixação

bilharziose [f] ↔ bilharzíase [f] (=esquistosomíase [f])

leishmaniose [f] ↔ leishmaníase [f]

triquinose [f] ↔ triquiníase [f]

As designações destas doenças são substantivos derivados do nome genérico do parasita que as causa, com a participação de dois sufixos, quer -ose (< grego -ωσις), quer -ase (< grego -ασίς).

Câmbrico ↔ Cambriano Arionídeos [mpl] ↔ Ariónidas [mpl]
Cretácico ↔ Cretáceo Curculionídeos[mpl] ↔ Curculiónidas[mpl]
Ordovícico ↔ Ordoviciano Escolitídeos [mpl] ↔ Escolítidas [mpl]
Silúrico ↔ Siluriano Tenebrionídeos[mpl] ↔ Tenebriónidas[mpl]

As designações dos períodos geológicos e as denominações semi-científicas das famílias de animais são outros âmbitos em que o português apresenta polimorfismo terminológico, que conviria resolver.

2.2.6. Polimorfismo na acentuação

epístoma [m] ↔ epistoma [m]

gâmeta [m] ↔ gameta [m] [Am]

A acentuação etimológica (que determina que a tonicidade dos termos de origem grega cujo étimo apresenta na sua penúltima sílaba uma vogal breve recaia na sílaba anterior a esta: cf. RIERA, 1993), favorece nestes casos (< επιστῆμα, γαμεταγή) as primeiras designações de cada par.

ião ↔ íon [m] [Am]

electrão ↔ elétron [m] [Am]

neutrão ↔ nêutron [m] [Am]

Nestes três pares de termos observa-se a divergência acentual entre a norma brasileira, etimológica (que harmoniza com o uso inglês), e a portuguesa europeia, que segue um esquema analógico (e harmoniza com o espanhol e o alemão). Um polimorfismo similar poderia dar-se (embora não registado para este trabalho) com os termos da genética *cistrão* _ *cístron*, *mutão* _ *muton*.

tâxone [m] ↔ taxone [m]

Aqui a vacilação acentual produz-se a partir do termo grego τάξις, que significa «ordem», sendo *tâxone* mais etimológico.

2.3. Variação lexical

Considera-se variação lexical aquele polimorfismo terminológico consistente na concorrência de dois ou mais designações sinónimas que divergem entre si por serem palavras patrimoniais diferentes ou estarem constituídas total ou parcialmente por formantes diferentes. Esta modalidade de variação terminológica pode classificar-se em ligada à geografia e em não ligada à geografia[3].

2.3.1. Variação lexical ligada à geografia

Nuns poucos casos, observou-se que dados termos se substituem entre si segundo se trate do português americano ou do europeu:

barbatana caudal ↔ nadadeira caudal [Am]

doença de Chagas ↔ moléstia de Chagas [Am]

seda ↔ cerda [Am]

[3] No âmbito da zoologia regista-se um largo polimorfismo terminológico de tipo lexical nas quatro línguas consideradas (sobretudo em alemão), o que nem sempre supõe um inconveniente. Esta variação decorre nalguns casos da própria estrutura linguística (termos geograficamente vicariantes, diversos níveis ou registos, abreviações, sinonímia entre palavras patrimoniais ou entre formantes eruditos, etc.), e noutros casos, da conformação epistemológica da disciplina (caracterização de conceitos).

2.3.2. *Variação lexical não ligada à geografia*

Esta é a modalidade de variação lexical mais frequentemente detectada e pode dividir-se nas seguintes categorias:

2.3.2.1. *Latinismo ou helenismo sem adaptar* ↔ termo vernaculizado

bivium [m] ↔ bívio	ofiopluteus [m] ↔ ofioplúteo
columella ↔ columela	sensilla ↔ sensila/*sensilha
corona ↔ coroa	theca ↔ teca
corpus allatum [m] ↔ corpo alado	velum [m] ↔ véu [m]
corpus cardiacum [m] ↔ corpo cardíaco	

Nalguns âmbitos da zoologia, como na entomologia, é frequente utilizarem-se ainda certos termos (afora os nomes científicos dos grupos de animais ou táxones) na sua forma latina (incluindo latinizações de helenismos). No entanto, a tendência actual da linguagem científica portuguesa (menor na inglesa e na alemã) é adaptar esses latinismos à língua vernácula, o qual deve ser feito de maneira uniforme para evitar hesitações do tipo de *sensila*/**sensilha*.

2.3.2.2. *Cultismo* ↔ palavra patrimonial

Não raro concorrem na linguagem zoológica designações sinónimas que, por uma parte, são de instauração erudita e provêm do grego ou do latim, e, pela outra, consistem numa palavra patrimonial da língua vernácula que traduz o denotado pelo cultismo (ex.: acúleo _ aguilhão, falando-se acerca dos escorpiões). Nestes casos deve ter-se em conta que, em geral, o cultismo é mais específico ou preciso que o termo patrimonial e frequentemente o emprego deste exige um contexto adequado (por exemplo, o do grupo zoológico a que se aplica o conceito denotado pela designação utilizada) ou um complemento especificador (ex.: *escólex*, mas cabeça *dos céstodes* ou *das ténias*). As excepções à falta de especificidade do termo patrimonial face ao cultismo são frequentes apenas entre os conceitos que se referem a estruturas dos vertebrados (assim: *redenho* ↔ *peritoneu*; *coagulador* ↔ *abomaso*).

acúleo ↔ aguilhão
cíngulo ↔ cintura
ecdise [f] ↔ muda
escólex [m] ↔ cabeça
haltere [m] ↔ balanceteiro
opérculo ↔ tampa
óstio ↔ poro aferente
probóscide inerme [f] ↔ tromba não armada
quela ↔ pinça
segmentação meroblástica [f] ↔ segmentação parcial [f]
teca ↔ casca/carapaça
gema ↔ broto/gomo
estolónio/estolão ↔ estolho

Devido à sua falta de precisão ou especificidade, não é recomendável a utilização frequente em português das designações patrimoniais, particularmente se não forem acompanhadas no texto dos seus correspondentes cultismos (podendo então servir aquelas como variantes para evitar repetições excessivas destes).

Um risco que corre o tradutor para português de uma obra composta em alemão é a preterição dos cultismos e o abuso dos termos patrimoniais, vista a grande frequência com que o alemão faz uso, mesmo nas obras académicas e especializadas, dos termos patrimoniais germânicos em detrimento dos cultismos greco-latinos (assim, relativamente às cnidas dos cnidários, em alemão é comum falar-se de *Deckel*>tampa, em vez de *Operculum*>opérculo, de maneira que o tradutor para português deve ter presente que, pelo menos na maioria das ocasiões, *Deckel* deve ser traduzido por opérculo).

2.3.2.3 *Cultismo* ↔ termo parafrástico

Esta categoria de polimorfismo terminológico consiste na concorrência de uma designação integrada por uma só palavra (embora possa ser composta ou derivada) de instauração erudita e de uma designação formada por duas ou mais palavras (sintagma lexical: composto impróprio ou termo sintagmático), que constitui a paráfrase ou explicação do cultismo correspondente.

barorreceptor [m] ↔ receptor de pressão [m]
cinetossoma [m] ↔ corpo basal
estigma [m] ↔ mancha pigmentar/mancha ocelar
euceloma [m] ↔ celoma verdadeiro [m]
eutelia ↔ constância celular/constância nuclear
macronúcleo ↔ núcleo somático
micronúcleo ↔ núcleo generativo
microsclera ↔ espícula parenquimatosa
nefridióporo ↔ poro excretor
nefróstoma [m] ↔ funil ciliado [m]
parênquima [m] ↔ tecido conjuntivo mesenquimático
reservatório ↔ saco do flagelo
solenócito/cirtócito ↔ célula flagelada em nassa

Estes dois tipos de designações não são incompatíveis e, de facto, devem apresentar-se conjuntamente nos textos científicos de carácter didáctico (manuais universitários, p. ex.) quando se introduzir um novo conceito, agindo então o termo parafrástico, de natureza descritiva, como esclarecimento do conceito a que remete o cultismo, que constitui, relativamente àquele, uma «etiqueta» mais sintética e económica.

O problema surge quando num texto científico português um termo parafrástico substitui totalmente, ou quase totalmente, o termo erudito sintético correspondente, por se tratar de uma tradução do alemão. A influência do original alemão também pode forçar o tradutor inexperto a cunhar em português um termo parafrástico desnecessário. Com efeito, neste idioma é muito frequente a concorrência de termos recompostos formados por radicais greco-latinos e termos de tipo descritivo constituídos por elementos germânicos patrimoniais, frequentemente através do decalque a partir dos primeiros, como se observa, por exemplo, em *lebendgebärend* (=vivíparo) e em *aquatil* ↔ *wasserlebend* (=aquático). Esta é a causa responsável, por exemplo, pelo termo parafrástico célula flagelada em nassa (<provavelmente do original alemão *Reusezelle*), que julgamos supérfluo e corresponde a *cirtócito* ou *solenócito*.

2.3.2.4. *Forma plena ↔ forma abreviada ou sintética*

O recurso à abreviação é frequente nos textos científicos e responde à necessidade de economizar espaço impresso. Quanto às siglas convém advertir que ora devem ser declaradas ao início da obra, ora devem ser apresentadas (como no caso das formas abreviadas) pela primeira vez no corpo do texto junto da sua correspondente forma plena. As siglas, por via de regra, deveriam ser adaptadas à ordem das palavras em português, com independência de que nalguns casos (termos muito especializados ou aquelas siglas consagradas pelo uso e tradição) se mantenha a sequência da língua estrangeira. Assim: ADN e não DNA (Ácido DesoxirriboNucleico), mas ATP (trifosfato de adenosina).

colarinho protoplasmático ↔ colarinho

hormona juvenil/hormônio juvenil [Am] ↔ HJ

nervura cubital ↔ Cu

tipo ascon ↔ ascon [m]

2.3.2.5. *Sinónimos de tradução*

Certos termos apresentam polimorfismo na designação devido a que a sua introdução como neologismos por parte de um primeiro tradutor não foi tida em conta por tradutores posteriores, que, por sua vez, cunharam novos equivalentes (sinónimos de tradução ou *translation equivalents* em SAGER, 1990). Às vezes, o aparecimento de sinónimos de tradução é facilitado pelo facto de os tradutores trabalharem com idiomas de partida diferentes, que apresentam designações com significados levemente divergentes. Assim:

Buchlung[e] [alemão] > pulmão foliáceo ↔ pulmão em livro.

cleavage [inglês] > segmentação [f] ↔ clivagem [f]

crossing-over [inglês] > permuta ↔ troca (genética) ↔ entrecruzamento

estrangulamento de Ranvier (<alemão Ranvierscher Schnürring) ↔ nódulo de Ranvier (<inglês node of Ranvier/Ranvier's node)

flâmula ciliada (<alemão Wimperflamme) ↔ célula-flama (<inglês flame cell)

pulmão em livro (inglês book lung) ↔ pulmão em leque (alemão Fächerlunge)

2.3.2.6. *Variação lexical devida à diversidade de formantes sinónimos*

Nalguns casos o polimorfismo terminológico decorre do emprego na constituição de compostos de diferentes formantes (clássicos ou patrimoniais) que são aproximadamente sinónimos. Assim:

cenênquima [m] ↔ cenossarco

citoprocto ↔ citopógio

ectoplasma [m] ↔ exoplasma [m]

olho de sobreposição ↔ olho de superposição

ovo oligolecítico ↔ ovo alecítico

flagelo natatório ↔ flagelo locomotor

nervura alar ↔ sutura da asa

olho composto ↔ olho complexo ↔ olho facetado

retículo endoplasmático rugoso ↔ r. e. granular ↔ r. e. áspero

retículo endoplasmático liso ↔ r. e. agranular

2.3.2.7. *Variação da designação devida à variação da caracterização epistemológica do conceito*

Não raro acontece em ciência mudar a concepção sobre uma dada parcela da realidade e manter-se vigente de maneira exclusiva a designação originariamente associada a ela[4]; pelo contrário, para um e o mesmo conceito é frequente existirem duas ou várias designações que obedecem às diferentes «focagens» ou caracterizações epistemológicas da realidade apreendida em dito conceito. Assim, dentro desta categoria de polimorfismo terminológico, para a instauração das várias «etiquetas» de um conceito, atende-se em cada caso a um certo subconjunto de atributos ou relações dentre todo o universo de atributos e relações que conformam essa particular conceptualização da realidade.

Este tipo de variação terminológica, frequente em disciplinas descritivas como a zoologia, foi largamente detectada no repositório aqui analisado. A continuação aparecem alguns exemplos, dos que dois são explicados:

arqueócito ↔ amebócito

glândula sericígena ↔ glândula fiadeira

heteronema [m] ↔ cnida penetrante ↔ estenotele [m]

opistossoma [m] ↔ abdome [m]

ovo isolecítico ↔ ovo alecítico/ovo oligolecítico

Os ovos ou zigotos dos animais podem caracterizar-se, por um lado, pela quantidade de vitelo (=material nutritivo) que contêm, e, por outro lado, pelo modo em que este se distribui na célula. Ovos como os dos mamíferos e equinodermes apresentam muito pouco vitelo e este acha-se distribuído de maneira homogénea por todo o volume da célula. Assim, atendendo ao primeiro aspecto, a esta categoria de ovos é aplicada a designação ovos alecíticos ou ovos oligolecíticos (etimologia: ἀ->prefixo privativo; ὀλίγος>«pouco»; λέκιθος>«gema de ovo»), enquanto que, atendendo ao segundo aspecto, recebem a designação de ovos isolecíticos (etimologia: ἴσος>«igual»).

prossoma [m] ↔ cefalotórax [m]

pulmão foliáceo ↔ filotraqueia

Nos aracnídeos certas estruturas respiratórias assemelham-se às traquéias dos insectos no sentido de consistirem, como estas, em invaginações cuticulares tubiformes comunicadas com o exterior por meio de um poro, mas, por outro lado, de um ponto de vista fisiológico, resultam mais afins aos pulmões dos vertebrados por porem em contacto os gases respiratórios com um líquido interno de transporte (sangue ou linfa), e não directamente com as células, como acontece nos insectos. A estas duas visões correspondem respectivamente as designações filotraqueia e pulmão foliáceo.

3. CONCLUSÕES

No decurso da elaboração do repositório terminológico quadrilíngue comentado detectou-se um importante polimorfismo nas designações portuguesas, mais marcado que em alemão, inglês e espanhol, que se manifesta nos aspectos ortográfico, morfológico e lexical.

[4] Caso paradigmático é o da designação átomo, que, apesar da sua etimologia (em grego, «indivisível») e aplicação antiga à última porção da matéria, hoje remete para um agregado de múltiplas partículas (e ondas).

A variabilidade terminológica de tipo ortográfico é reduzida e assimilável à registada noutros idiomas; aliás, a ligada à geografia (normas europeia e americana do português), diminuirá com a aplicação do recente Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

O polimorfismo terminológico de tipo lexical detectado é amplo e, excepto pelos casos de duplicidade «termo clássico sem adaptar↔termo vernaculizado», de grandeza semelhante ao que ocorre noutros âmbitos idiomáticos. Na maioria das ocasiões esta variação lexical não resulta importuna e responde às solicitações epistemológicas (diferentes caracterizações dos conceitos) e da própria língua (abreviação, sinónimos patrimoniais), embora se registem alguns problemas derivados da tradução ou adaptação da terminologia estrangeira (que origina sinónimos de tradução e abuso de termos parafrásticos e de palavras patrimoniais frente aos correspondentes cultismos).

Finalmente, observa-se na terminologia científica portuguesa uma variação morfológica exacerbada, sem correlação noutros âmbitos idiomáticos, que advém da aplicação, nalguns casos ligada à geografia (brasileira ou europeia), de critérios diversos e inconstantes na vernaculização de elementos greco-latinos. Esta insidiosa proliferação de termos sinónimos atenta contra os ideais de economia e de univocidade entre conceito e designação da linguagem especializada e, portanto, no quadro doutras iniciativas desenvolvidas em prol da unidade da língua portuguesa, exige a imediata intervenção normalizadora das autoridades científicas competentes.

4. BIBLIOGRAFIA

- 4.1. *Corpus bibliográfico em língua portuguesa do dicionário analisado* AA.VV. 1983. *Dicionário de Zoologia Ilustrado*. Formar. Lisboa. 299 pp.
- AA.VV. 1992. *Dicionário Visual do Corpo Humano*. Editorial Verbo. Lisboa. 64 pp. *Dicionários Visuais*, nº 1. [Traduzido do inglês, da edição britânica, por M. Rodrigues Lopes].
- AA.VV. 1992. *Dicionário Visual dos Animais*. Editorial Verbo. Lisboa. 64 pp. *Dicionários Visuais*, nº 2. [Traduzido do inglês, da edição britânica, por L. F. Mendes].
- ALMEIDA COSTA, J., A. SAMPAIO E MELO et al. 6ª edição. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Porto Editora. Porto. 1.810 pp.
- FARINHA DOS SANTOS TAVARES, J. 1994. *Dicionário Verbo de Inglês Técnico e Científico*. Inglês-Português; Português-Inglês. Editorial Verbo. Lisboa-São Paulo. 871 pp.
- HADORN, E. e R. WEHNER. 1987. *Zoologia Geral*. Fundação Calouste-Gulbenkian. Lisboa. 450 pp. [Traduzido do alemão, da 20ª edição germana, por A. Xavier da Cunha].
- HARTMANN-PETERSEN, P. e J. N. PIGFORD. 1991. *Dicionário de Ciência*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 380 pp. [Traduzido do inglês, da edição britânica de 1984, por P. B. Correia Ramos e M. H. Camacho Gomes].
- KÜENTHAL, W., E. MATTHES e M. RENNERT. 1986. *Guia de Trabalhos Práticos de Zoologia*. Livraria Almedina. Coimbra. 539 pp. [Traduzido do alemão, da 19ª edição germana, por A. Xavier da Cunha].
- STORER, T. I., R. L. USINGER, R. C. STEBBINS e J. W. NYBAKKEN. 1991. *Zoologia Geral*. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 816 pp. [Traduzido do inglês, da 6ª edição norte-americana, por E. Schlenz; revisto por F. Azevedo de Arruda Sampaio].
- 4.2. *Referências*
- CABRÉ, M. T. 1992. *La terminologia. La teoria, els mètodes, les aplicacions*. Editorial Empúries. Barcelona. 527 pp.
- GARRIDO, C. e J. M. CONDE. 1994. *Léxico científico isolacionista: umha crítica de ciências e letras*. *Agália*, 35: 259-286.
- RIERA, C. 1993. *Manual de català científic*. Editorial Claret. Barcelona. 189 pp.
- SAGER, J. C. 1990. *A practical course in terminology processing*. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/Philadelphia. 254 pp.

Presente e futuro da Galiza: Umha política galega de Estado (*)

Xosé Manuel BEIRAS TORRADO
(Universidade de Santiago de Compostela)

Como bem podedes comprovar, já podíamos dar por rematado o acto, porque as palabras de Ana Gandom, se excluídes delas as referências a mim —devidas mais ao afecto, ao carinho e ao rigor da militança comum que a outra cousa, penso eu—, se excluídes essas palabras dirigidas a mim, fam um diagnóstico sobradamente claro e sintético de que é o que está em jogo e portanto também do que som as portas de saída deste chouso em que estamos ainda metidos como país. Mas como eu tenho a obriga de falar pola minha conta também, eu quero abordar entom dalgum jeito umha exposiçom dum tema que, dentro do enunciado que foi feito público nesta conferência, eu cingiria numha expressom que vos vou dar num minuto... Mas antes expresar à minha vez, pessoalmente, a minha gratitude ao Clube Faro de Vigo por este convite, por esta oportunidade e, nom solicitar que se repita mais vezes, porque podo fartar e aborrecer já os vagueses se a freqüência dos últimos tempos se reitera, mas si dizer que eu penso que quando tanto se fala da democracia, o fundamental da democracia é precisamente a participaçom e o fundamentalmente a democracia é a transmissom das ideias, o debate das ideias, e portanto a interlocuçom cidadá. Foros como este, na medida em que continuem levando o roteiro aberto que até agora seguem, som fundamentais mesmamente para que exista democracia, para começar.

Nom hai possibilidade de suster um regime político medianamente aceitável nas coordenadas contemporâneas se nom existe o exercíco de inteligência. Eu, se cadra, padecim na minha vida, em muitas conjunturas ou incluso em períodos inteiros da minha existência individual, ou polo menos da rela-

(*) Transcriçom da conferência proferida no Clube Faro de Vigo o dia 12 de Fevereiro de 1996, entregada polo autor em suporte magnetofónico. [Nota da Redaçom].

com dialéctica da minha existência individual co país de que formo parte, padecim a eiva de ser fillo da Ilustraçom. Quando se vive baixo a barbárie e no meio da barbárie, ser fillo da Ilustraçom é, sem dúvida, em principio umha eiva. Mas também estou convencido de que mesmamente porque existe neste país gente —mui diversa, por certo, e nom necessariamente toda ela adscrita em rótulos determinados, nem sequer no do BNG—, gente que exerce a inteligência e a sensibilidade combinadas, pois este país está vivo e pois este país, ainda e pese a tudo, tem um presente e tem sobretudo um futuro.

Essa relaçom dialéctica é a que forja a vida quotidiana dos indivíduos e também dos colectivos e dos cidadaos. Acaba de dizê-lo Ana Gandom, sem expressá-lo desta maneira. Quando ela falava dela e de mim, e da nossa relaçom, das nossas coincidências e das nossas discrepâncias, o que estava a dizer é que Ana Gandom tem comigo umha relaçom dialéctica. Isso é o que constituí o gémolo e o motor da própria vida social.

O rótulo concreto do tema que eu quero desenvolver diria-vo-lo desta maneira e nestas palabras: *Umha política galega de Estado*. Pode entender-se de primeiras de várias maneiras, pode dar-se-lhe várias leituras. Confio em que a exposiçom que eu faga, que sirva de base para um colóquio, explicita os conteúdos semánticos que eu atribuo a este enunciado.

Quero dizer que do que se trata é de que cumpre examinar o problema político da Galiza como problema de Estado. Nom é demasiado usual que se faga assi. As vezes enuncia-se verbalmente como problema de Estado, mas logo a análise e sobretudo a plasmaçom das conclusons dessa análise na direcçom da prática política em absoluto conduzem a que se tenha em conta o problema político da Galiza como problema de Estado. E esse problema de Estado tem dous níveis que som dous pólos dumha relaçom dialéctica traduzida num processo também dialéctico ao longo do tempo. Por isso eu já falava de dialéctica um pouco antes.

O que quero dizer é que hai umha tese, que é a vontade galega de um aparelho de Estado próprio e hai umha antítese que é o feito histórico dum Estado espanhol unitário. Essa tese e essa antítese, a nós, quando se nos falou delas, nas occasions em que se reconheceu a existência desses dous pólos, o habitual, o usual, mesmo diria o convencional, foi quase absolutamente sempre que se focasse exactamente ao revés: a tese, o Estado espanhol; a antítese, o *separatismo galego*.

Se nom começamos por comprender que, quando a finais do primeiro terço do século XIX surge na Galiza, em coordenadas de modernidade já, umha consciência racionalizada e vertida em análise e em diagnósticos da própria identidade colectiva, se nom comprendemos que quando isso acontece, acontece porque existe um feito objectivo que dá pé para isso e nom acontece como um capricho duns iluminados nem como umha moda duns románticos, se nom comprendemos isso nom compreenderemos absolutamente nada do que aconteceu entre Galiza e o Estado desde aquela —vai mais de século e meio— até hoje, nem teremos as chaves de inteligibilidade de por que padecemos os problemas que padecemos hoje, dos que comumente a imensa maioria da cidadania galega se laia, mas também comumente só umha minoria da ci-

dadania galega toma, a nível individual e colectivo, as decisons políticas indispensáveis para mudar a situaçom.

Digo que a tese é a vontade galega de um aparelho de Estado próprio e que isto surge a finais do primeiro terço do XIX; se queredes, para situá-lo com umha referência mais concreta, ainda que nom necessariamente mais exacta, co Provincialismo galego dos Aguirre, dos Faraldo, de Neira de Mosquera depois, e assi sucessivamente, ou dos que o próprio Murguia denominara genericamente «os Precusores» e co levantamento ou a revoluçom de 1846, a revolta de Solis e dos Mártires de Carral —reparade: 1846, dous anos antes da histórica revoluçom liberal europeia de 1848.

Quando isso nasce, quando isso surge, tem umhas origens relativamente próximas bem comprensíveis. Sobre o feito diferencial que existia, dam-se, superponhem-se, dinamicamente uns processos históricos concretos que eu enunciaria brevemente do seguinte jeito: por umha banda, a frustraçom do século XVIII; por outra banda, a apariçom do Estado-naçom em Europa, do Estado democrático burguês a partir da Revoluçom Francesa de 1789-91. E, em terceiro lugar, o absolutismo pós-napoleónico sobrevivendo no Estado espanhol na forma concreta da etapa absolutista de Fernando VII, «el Indeseado» (ou, polo menos, «el Indeseable»), onde tenhem as suas raízes mais próximas e perfeitamente detectáveis de boa parte das atitudes, dos postulados, da direita ultramontana actual, presente nos foros políticos do Estado espanhol ainda hoje e na Galiza mui singularmente.

Por que falo de frustraçom dos processos do século XVIII? Porque no século XVIII na Galiza se dá um processo que tanto no plano económico, como no plano das ideias e no plano político é um processo onde hai um desenvolvimento da base económica extraordinário, um desenvolvimento concomitante demográfico que dá lugar a que a começos do último terço do XVIII, quando se elabora o primeiro censo de populaçom mais autêntico, o catastro de Ensenada, Galiza tenha 14,5 % da populaçom do Estado espanhol, enquanto que a Catalunha tem 7 % (hoje é ao revés exactamente), o processo que dá lugar a que surjam as formas manufactureiras de indústria no tecido, na indústria pesqueira da época, o salgado, os fomentadores cataláns e assi sucessivamente, mas que ao mesmo tempo é um processo que nom dá lugar à ruptura do regime senhorial sobre a terra... Os foros continuam, a decisom de Carlos III de 1765 de congelar o processo frente às luitas labregas, dando-lhes virtualmente a garantia de continuidade da posse e uso das terras, no trabalho da terra, mas também congelando a situaçom de propriedade absentista, tanto do clero como da grande nobreza, das *maos mortas*, que impede que rompa definitivamente o processo de desenvolvimento mais alá de onde chegara e que desencadeia a partir de aí umha grave situaçom, essa é umha frustraçom enormemente importante. Máxime se temos em conta que essa frustraçom é acompanhada do feito de que existem no país ideias progressistas, existem no país projectos progressistas. Existe toda umha pléaide de gentes, que som os ilustrados galegos, virtualmente desconhecidos dentro do nosso país até poucas décadas das próprias elites intelectuais —polo menos as oficiais— e académicas deste país, que tinham um desenho perfeitamente cla-

ro do que tinha que ser a promoção económica e a reforma política na Galiza dentro do quadro do Estado espanhol de entom.

E isso frustra-se. Mas, por riba, o desenlace das guerras napoleónicas dá lugar a um período no que a involução é tam brutal e tam drástica que degola absolutamente tudo o que havia de inteligência, tudo o que havia de dinâmicas de transformação progressista da sociedade e que ademais fai abortar definitivamente o potencial de desenvolvimento económico e a emergência de grupos e classes sociais burguesas neste país. E isso é o que dá lugar a que mesmamente, a partir de aí, quando nos encontramos no quadro do que som os Estados-nação contemporâneos, no quadro dumha forma de Estado que cumpre umha função crucial de sinalar, deslindar, um mercado interno para o desenvolvimento da economia chamada de mercado de livre empresa, portanto para a economia capitalista, dentro desse Estado que se configura no XVIII a partir da década de 30 e que se consolida coa Restauração, a primeira —em 1978 houve a segunda—, coa I Restauração Borbónica, depois da gloriosa do 68, dá lugar a que Galiza nom conte para nada, nom tenha presença, brilhe pola sua mais absoluta ausência, no desenho do Estado espanhol contemporâneo e no pacto sócio-político que define as regras de jogo que, em profundidade, vam marcar toda a dinâmica política do Estado espanhol, polo menos, até a II República.

Reparede se tem sentido ou nom tem sentido vir aqui, a Vigo, tal dia como hoje, nas vésperas dumhas eleições do vindeiro 3 de Março às Cortes espanholas e, surpreendentemente, largar-vos esta léria que vos acabo de largar durante já dez minutos... Tem todo o sentido do mundo. Aí están as chaves de inteligibilidade do nosso problema actual na perspectiva histórica. É mais, no momento em que se constitui o Estado espanhol contemporâneo, esse Estado (e o aparelho de Estado consequente) é o resultado dum pacto político que traduz um pacto sócio-político, um pacto social, em que os protagonistas principais, reparede bem quem som: a burguesia basca, a burguesia catalá, a messocracia castelhana e a aristocracia latifundista andaluz. Incluso os termos económicos do pacto som mui simples, reduzidos a esquema. O Estado que nasce daí vai ser um Estado que deslinda um mercado para a expansão, o desenvolvimento económico, do capitalismo, no que as burguesias basca e catalá, co desenvolvimento industrial —de indústria pesada em Euskadi, de indústria ligeira e fundamentalmente de destino, em princípio, no caso da Catalunha— e proletariado que se gera —mao de obra—, vam ser, por umha banda, o mercado de consumo para os produtos da Castela cerealista, da messocracia castelhana, e para os produtos agrários mediterrâneos da Andaluzia do latifundismo, da aristocracia, e ao mesmo tempo vam ser os produtores (Euskádi e a Catalunha, essas economias) duns produtos de consumo industrial para as populações das outras partes do pacto: de Castela, por um lado, de Andaluzia, por outro. E os termos desse pacto nunca explicitado, mas perfeitamente detectável, marcam a dinâmica política da história do Estado espanhol, polo menos até a II República. E em todo esse processo, desde o começo até o final desse período, Galiza nom existe, Galiza está ausente, Galiza nom conta para nada, Galiza nom tem presença, Galiza nom só nom tem umha

política galega de Estado, senom que nem sequer dumha maneira mediata participa no parto do Estado espanhol contemporâneo, que vai ter vigência durante todo o século XX (pelo menos até a II República) e que vai ficar como modelo referencial inevitável depois dos 40 anos de barbárie fascista, no momento em que se retome o processo de Restauração, simultânea e combinadamente borbónica e democrática, neste caso.

Por quê? Por que acontece isto? Têm-se dado diversas explicações que eu nom vou recolher nem reproduzir agora. Nom pretendo que seja umha charla numha faculdade universitária, senom que seja algo que permita, entre todos, matinar e reflexionar sobre a problemática política que concretamente temos nestes dias diante de nós. Mas si vou dizer-vos um par de cousinhas que creio que de todas as maneiras cumpre lembrar. E estas som as seguintes.

Em primeiro lugar, acontece isso porque no plano económico Galiza nom tem umha dinâmica endógena, interna, que mova a sociedade. Nom a tem na maior parte do período. E quando começa a tê-la, tem-na ou bem por vantagens comparativas absolutamente claras em determinados pontos da sociedade ou da economia ou mesmo da geografia galega, ou bem pola capacidade de imaginação e iniciativa de sectores mui reduzidos, mas mui definidos, da própria cidadania ou determinados grupos sociais, entre os quais incluso está, nesse caso, o empresário emergente na Galiza costeira, desde finais do XIX mui em concreto, e durante o primeiro terço do século XX. Mas em conjunto Galiza nom tem essa dinâmica própria e portanto nom tem nada que jogar no terreno de jogo onde se tomam as decisões de política económica, de política tributária e mesmo de política de comércio internacional, de política arancelar.

Quando nesta mesma cidade, à altura de 1931 ou 1932, Alexandre Bóveda aceitou o convite do Círculo Mercantil e a Associação de Empresários da época para dar umha conferência sobre economia —é curioso, foi a única vez na sua vida que Bóveda aceitou dar umha conferência em espanhol, para nom criar nengum tipo de suspicácia ou nengum tipo de hostilidade— e explicou ao empresariado viguês, fundamentalmente o empresariado industrial, o empresariado do sector mar-indústria, o que se passava, cousa que eles, por outra banda, na prática conheciam e padeciam, co sistema arancelar do Estado espanhol a respeito da indústria, por exemplo da conserva e da pesca, que funcionava exactamente ao revês de como tinha que funcionar, em prejuízo sistemático do sector emergente na Galiza, e em benefício sistemático da indústria do aceiro e derivados basca e dos seus homólogos noutros terrenos catalá, a consequência nom foi que esse empresariado entendesse a matriz política do problema. Entendeu a explicação económica do problema, entendeu a explicação de que fenómenos políticos, neste caso —insisto— de política arancelar, a política de comércio exterior do Estado espanhol, estavam incidindo negativamente sobre eles. Mas esse empresariado confiou os seus votos aos epígonos e emissários do lerrouxismo, quando nom à CEDA. As consequências ficárom à vista: nom compreenderam qual era a índole do problema nas coordenadas que eu estou desenhando nestes momentos.

A segunda questão que eu quero deixar clara é que, por outro lado, quando na Galiza a consciência da própria identidade se vai desenvolvendo e se plasma em processos de autoorganização política como acontece claramente —por marcar um fito que está reconhecido pelos historiadores da Galiza contemporânea, e não é um invento meu nem nosso— coas Irmandades da Fala em 1916 e a partir de aí. Quando isso acontece resulta que a dinâmica político-partidária no Estado espanhol dentro da Galiza projecta-se dumha maneira mimética e trasladando-se como correias de transmissão. E é umha dinâmica que tende a obter os espaços por donde podam progressar as forças políticas que som resultado e produto da consciência da necessidade de autoorganização do povo galego, mesmo quando som apresentadas com esquemas abertos, como é o esquema do Partido Galeguista da República como partido interclassista.

Isso dá lugar a que durante a República, que é o período em que a Catalunha e Euskádi dam passos historicamente adiante incomensuráveis que mesmo a Guerra Civil subsequente e os 40 anos de franquismo nom pudérom evitar que ficassem na história e que fossem os piores dos novos passos que dam a partir da transição pós-franquista, em troca, Galiza chegasse tarde. O Estatuto galego plebiscita-se em Julho de 1936, quando a Catalunha levava vários anos de governo autonómico e quando Euskádi levava também tempo de governo autonómico. E a história nom perdoa.

Acabado o período de franquismo, quando surge a Transição (o que conhecemos como Transição) ou o período de Transição estrita, entre 1977 e 1981, Galiza está semiexcluída, umha vez mais, do pacto da Transição pós-franquista. Galiza, em todo o caso, é repescada dalgum jeito exogenamente ao pacto da Transição. Esta é umha cidade, a de Vigo, onde todos recordaredes aquela incivemente multitudinária manifestação polo Estatuto da aldraxe. Por que na Galiza se levantou o problema do Estatuto da aldraxe e não se levantou nem em Euskádi nem na Catalunha? Uns e outros saíamos de quarenta anos de franquismo. A uns e outros se nos dizia que a história de atrás pouco vale: hai que recomeçar, o futuro está aí, as propostas que valem som as propostas que figérom as forças democráticas para a Transição. O Estatuto da aldraxe foi na Galiza; nom corrêrom em absoluto esse risco nengumha das outras duas nacionalidades históricas. E isso eiva a dinâmica política da Galiza frente às instituições do Estado, do aparelho do Estado, ao longo de todo o período que já levamos andado do regime político hoje vigente, do regime constitucional de 1978.

Galiza, durante esse período, primeiro, carece de dinâmica política endógena. Aquí varre UCD, e é o único feudo onde AP tem algo mais que um deputado, naqueles momentos. E aqui, o nacionalismo galego, seja de centro, de direitas, ou de esquerdas —nom existia aparentemente mais que de esquerdas— é varrido literalmente do mapa em 1977 e só na dinâmica mesma da Transição começa a conseguir cotas mais altas, mas em eleições internas: as municipais —nas estatais fica fora. Chega o 81, som convocadas eleições para o próprio Parlamento galego. Recordade aquela composição: UCD, Alianza Popular (ainda maioritária com respeito a UCD), PSOE (16 deputa-

dos), Esquerda Galega (1 deputado), BNPG (3 deputados)... Esse é o espectro dos 71 escaños do primeiro parlamentarismo autonómico num país que levava lutando pola sua autodeterminação, nom com palavras vácuas, senom com processos políticos internos claros, quando menos deste 1846.

Isso explica em parte, e em parte resulta conjugado, com um fenómeno que todos conhecemos: a sucursalização político-partidária da Galiza.

Dá-se neste período o que poderíamos denominar o esluimento ou a dissolução paulatina do mercado interno espanhol, ou do Estado espanhol, no Mercado Comum Europeu. Da mesma maneira que, no processo em que se configura em coordenadas superestruturais modernas o Estado Espanhol, que se fai a reforma administrativa de 1833, que desaparecem as antigas províncias, que desaparecem as aduanas interiores, que o senhor Mom —galego— é artífice do primeiro sistema tributário moderno da Fazenda Pública espanhola, na primeira metade do XIX, etc. etc. Da mesma maneira que em todo este período resulta que o que se constitui é um mercado interno sem fronteiras interiores de todo o Estado Espanhol e Galiza, como dizem, fica fora desse jogo, da mesma maneira quando na Transição, entendida já como um pouco mais ampla (nom do 1977-81 estritamente, senom do 77 em adiante, anos 80), é consumada a formalização dos acordos de integração do Estado espanhol no Mercado Comum Europeu, o problema da Galiza reduplica-se, porque mesmamente nom estava em condições de fazer frente a esse novo desafio, nas condições políticas em que, quando menos, estavam outras nacionalidades históricas, como a Catalunha ou como Euskádi. E, evidentemente, nom havia que ser mui listo para, à altura do 82 ou 83 ou 84, predizer o que ia acontecer na base económica deste país com esse processo político de integração. Nom havia que ser mui listo, havia simplesmente que nom estar alienado, ou havia que ser honesto intelectualmente. Eu tenho companheiros de Universidade, mesmo que fôrom discípulos meus, que tinham a qualificação intelectual e científica suficiente para saber coma mim o que se ia passar, mas que apostárom por dizer que isso nom ia ocorrer. E alguns temem nomes e apelidos que tenho que mencioná-los, como Abel Caballero, Catedrático de Teoria Económica e aluno meu de 1967 a 1972. Aí nom era um problema de falta de inteligência. Era um problema de *parti pris* em função dum enfeudamento pola sucursalização partidária. Era um problema de enfeudamento numa classe política que estava a cumprir cos cometidos das razões impostas polo Estado espanhol e nom cos cometidos próprios das obrigações políticas dos representantes políticos do povo galego, fosse no Parlamento da Galiza, fosse nas Cortes espanholas.

Mas, evidentemente, esse processo, esse repto, essa situação que se dava, nom foi transmitida à cidadania mesmamente polo que acabo de dizer. A cidadania nom sabia realmente o que podia acontecer. A cidadania muito menos estava —o comum da cidadania, como é lógico— em condições de compreender quais eram as chaves económico-políticas em que se cifravam as alternativas de jogo. A cidadania começou a sabê-lo por própria experiência. E a cidadania começou a padecer, paulatinamente sectores dispersos, cada vez mais amplos, cada vez mais diversificados, cada vez mais heterogéneos,

os problemas do que para eles era apresentado como as dores do parto, nuns casos, ou como os «maus tragos» dos processos de adaptação, ou de convescência e reabilitação do doente, cara um horizonte feliz, *The Brave New World*, seguramente, de Aldous Huxley, em versom finisecular, porque nunca lhes falárom de *1984* de Orwell, que passou pola porta e aí está. Essa cidadania começou a perceber, dumha maneira cada vez mais ampla, mais diversos segmentos sociais e económicos: nom só empresariado de tal determinado sector de PME's, senom empresariado de empresas mais importantes, etc., etc. Mas ao fim e ao cabo tampouco a essa cidadania eram dadas as chaves de comprensom do que se passava e sobretudo de que armas políticas de defesa podia ter para reconduzir o processo, ou quando menos para que, na mesma maneira que naquilo em que estávamos em desvantagem tivéssemos que atuar as conseqüências da nossa situação de desvantagem, que quando menos naquilo em que estávamos especializados, éramos ponteiros, éramos desenvolvidos ou éramos exportadores, quando menos nisso tivéssemos os proveitos conseguintes. Ou que quando menos cada vez que se debatia, a qualquer nível de qualquer instância política, fosse a instância autonómica galega no Parlamento da Galiza (umha Lei de Ordenação Gadeira) ou quando se debatiam nas Cortes espanholas problemas que atingiam directamente à Galiza, que a cidadania soubesse que era o que razoavelmente devia ter-se defendido ali, e que posiçom se devia ter tomado para poder exigir contas, taxativamente, depois, quando menos, dos feitos.

A cidadania intuía, a cidadania ia aprendendo, a cidadania ia cobrando consciência da situação, ia abesulhando por onde iam os processos. Mas isso, que tanto custou, que tanto continua a custar, já aconteceu e nom se evitou, foi —penso eu— polas chaves interpretativas, as chaves de inteligibilidade que eu tentei dar-vos no que levo da minha exposição.

Naturalmente, se se dava um esluimento e disoluçom do mercado interno do Estado espanhol no Mercado Comum Europeu, muito mais se dava um processo de colisom das especializaçoms produtivas galegas coa estratégia da Uniom Europeia e um subseguinte processo de destruiçom, reconversom, das mesmas especializaçoms produtivas em funçom da dinâmica da política económica da Uniom Europeia, que desenha e conduz com molas e alavancas políticas de muitíssimo mais poder, sobretudo poder de eficácia, que os próprios recursos do Estado espanhol, reconduz, digo, ou leva adiante o processo de reestruturaçom económica do conjunto do espaço da Uniom Europeia. Umha reestruturaçom económica sem precedentes na história económica do planeta, nem sequer na história económica de Europa, sem precedentes nem sequer no processo de reconstruçom económica da Europa de pós-guerra mundial segunda, do 45 ao 60.

Nessas condições, evidentemente, chegamos à situação em que estamos. E eu vou limitar-me a, chegado a este ponto, desenhar, se queredes, por umha banda um par de apontamentos sobre a actual crise do regime político do Estado autonómico espanhol, porque eu estou convencido de que nom é umha crise de governo, senom que é umha crise do regime político e do Estado das Autonomias, e logo algo mais que umha pincelada, se me permitides, sobre

umha estrategia politica galega para a actual conjuntura politica do Estado espanhol, quer dizer, umha estrategia de politica galega de Estado.

A actual crise do regime politico do Estado autonomico espanhol, se eu digo que e tal e que nom e simplesmente umha crise de governo e porque, polo menos constitucionalmente, o governo que nestes dias ja esta em funcoes em nengum momento desde 1993 estivo em crise.

A mim quando venhem pessoas mui ilustradas que fom catedraticos de Direito Politico que hoje ocupam cargos de presidente dumha autonomia democratica, a falar-me da crise de governo do PSOE, nom sei se e que estam senectos, se e que nunca souberom outro Direito Politico que as *Leyes Fundamentales del Movimiento*, ou se e que me querem tomar por imbecil — isto ultimo e o que mais me molesta.

Levamos aturando que se nos encham os ouvidos de bramidos, autenticos bramidos, multiplicados por megafonias imensas: cinco cadeias televisivas, nom sei quantas historias, cadeias inteiras de radio, com nomes tambem diversos, com poucas excepcoes, nuns casos e noutros, que nos enchem os ouvidos falando da crise de governo PSOE desde 1993. Constitucionalmente nom houvo em nengum momento crise de governo. Existe so umha reemergencia da velha concepco chavuinista espanhola a respeito do Estado...

Vos recordaredes que durante dous anos, na Galiza, no quadro de politica autonomica, falo de 1987 a 1989, governo tripartito, houvo quem se farou de acusar todos os dias esse governo de mal-nascido, porque nascera dumha moom de censura, como se as mocoes de censura nom estivessem constitucionalmente previstas como um dos recursos para umha remuda do poder executivo, em funco dumha mudanca de alianas num espectro parlamentar plural, pluralista, pluripartidista, pluripartidario, portanto, congruente co desenho mesmo, coa matriz mesma do desenho da constituico espanhola vigente hoje. Pois esse mesmo discurso de felons e mal-nascidos largado diariamente durante dous anos, do 87 ao 89, nos foros autonomicos galegos, e o mesmo discurso que, aplicado a outros aspectos do que e o regime politico nas suas bases constitucionais actuais, levamos escuitando a nivel de Estado desde hai 3 anos. E por que, entom, hai crise do regime politico ja que nom e umha crise de governo? Pois eu so aponto um par de cousas, ou tres, que deixo ai, so enunciadas, porque nom som do mais relevante, do meu ponto de vista, para esta leria de hoje e para o coloquio que podamos ter a continuaco.

Primeiro, porque um regime politico que nasce num processo de transico para depois de 40 anos de franquismo, no quadro, no cenario da guerra fria, quando acaba a guerra fria, algo gordo ocorre — e disto quase nunca se fala.

Em segundo lugar, porque o partido no poder desde 1982 ascendeu ao poder em funco fundamentalmente dumha dinamica politica exogena ao Estado espanhol, com uns cometidos mui precisos que nom eram precisamente os cometidos que podiam cadrar exactamente com um programa socialista

ou social-democrata —e nom os estou acusando, digo que objectivamente som os feitos.

E em terceiro lugar, porque a direita espanhola nom está internacionalmente homologada ainda hoje. Quando Arzalluz lembra isto a Aznar, tem toda a razom. Que é o PP? É o produto de todo um recosido, como quem fai um cobertor de farrapos, umha farrapeira portuguesa, como se chama, a base do que era AP, PDP, PL..., era umha espécie de sopa de letras, claro, inomologável... Que tivérom que enviar alguém no seu momento e dixera «já é hora disto», e houve o *amago* pondo a «pájaro loco», posto por Fraga na perfeita conviçom de que nom podia durar um tipo assi, portanto o poder seguia tendo-o ele, e logo a segunda versom, que nom lhe saiu tam bem como ele calculava, porque o personagem aprendeu bastante e, ainda que cativo de talha física, pois tinha as suas manhas... Mas nom só isso, é que quando um sabe que Helmut Kohl, na sua intimidade política, nos círculos de confiança, brama se tem que receber umha visita deste personagem e di: «é que tenho que ver esse espanhol baixote e bigotudo que nom sabe nada de nada!...» Isso di-o Helmut Kohl, que é democrata-cristao, nom o di o Beiras. Evidentemente é que isso nom está homologado. Ao nom estar homologado, nem a um nível nem a outro, que nom som iguais em importância os dous níveis, mas os dous som complementares, entom resulta comprensível que umha alternativa de governo no poder desde 1993 —falo das últimas eleições legislativas espanholas— insuficiente para assentar-se numha maioria parlamentar, contasse co apoio de dom Jordi Pujol. A aposta de Pujol pola política de González significava taxativamente que o grande capital europeu, e a Alemanha na cabeça, apostava pola política de Felipe González e nom pola alternativa de Aznar. Qual é o recinto da sociedade, da geografia, da economia espanhola, da economia industrial desenvolvida, onde está mais penetrado polo capital transnacional europeu? Catalunha! Quando muitos babiocos, papaleisons, opinadores de política em televisons diversas, faziam conjecturas absolutamente inconcebíveis sobre a durabilidade ou nom, e os tiques-miques dos pactos ou nom pactos e mantimento ou nom dos pactos ou nom pactos de CiU co PSOE, eu nom sei a que escola foram, mas realmente o que se estava a jogar era completamente distinto do que se contava à gente. E aí está também, ao mesmo tempo, umha das razons chave da actual crise do regime político do Estado autonómico espanhol, porque esse período, para o que a fórmula funciona assi, é um período que terminou. Terminou no tocante ao processo de integraçom do Estado espanhol na União Europeia, o de antes do Tratado e de depois do Tratado. Estamos noutra quadro, estamos noutra horizonte, e estamos noutra regra de jogo e estão repercutindo sobre o Estado espanhol e a política do Estado espanhol as sacudidas da impossibilidade de levar adiante —e muito menos co calendário previsto— o Tratado de Maastricht. E, por outra parte, resulta que desde o ponto de vista da evoluçom política do regime, estamos enriba, outra vez, do ponto onde estávamos hai quinze anos, em plena Transiçom abortada —e digo bem o que digo, ou polo menos penso que digo bem o que digo—, abortada co aparente falhido Golpe de Estado do 23-F de 1981.

E isso marca o horizonte ao que nos enfrentamos, na conjuntura política actual, os galegos e as galegas, este país, esta nação, ainda sem Estado, a nossa sociedade e a nossa base económica.

Isso supom que os elementos dumha estratégia política galega para a actual conjuntura no Estado espanhol, umha política galega de Estado, poderiam cifrar-se, ao meu ver, nas seguintes questons-chave:

1.º Estado plurinacional *versus* chauvinismo espanhol.

2.º Economia produtiva e convergência real na U.E. *versus* economia subsidiada e Maastricht.

3.º Estado do bem-estar *versus* neomercantilismo selvagem.

4.º Estado das liberdades *versus* Estado policial.

5.º Hegemonia do legislativo (das Cámaras de representantes) *versus* ditadura do executivo.

Poderia parecer que estes enunciados som abstractos. Poderia semelhar, se cadra, que estes enunciados igual poderiam valer para dizê-los em Vigo, para dizê-los num foro político galego, que na Catalunha, que em Extremadura, para dizê-los por um porta-voz no Parlamento Galego dumha força nacionalista e progressista como o BNG que para dizê-los por —ao melhor— qualquer força simplesmente democrática num topos uranos. Mas se vós pensades estes enunciados no contexto dos conteúdos concretos que adquirem pensando na nossa própria situação interna da Galiza, em todos os âmbitos que atingem esses enunciados, decatarede-vos imediatamente de que som enunciados que só umha força política nacionalista, e progressista neste caso, pode ser capaz de enunciar co compromisso de levar adiante a luta política por eles nas plataformas onde estiver. Por quê? Mui singelo. Ao Partido Popular nom pode interessar um Estado plurinacional. Nom pode nem sequer assumi-lo. De facto, nom o assumem nem no discurso ideológico, nem na prática política. Nem sequer na prática política quando governa nas instituições de autogoverno dumha nacionalidade histórica que se chama Galiza, onde sistematicamente fam todo o contrário: destruir o regime autonómico, como fai Manuel Fraga e os seus todos os dias. Portanto está aí, e está na prática.

E por riba, resulta que quando chega o zarvich... Aznar, a Compostela, si, si, o príncipe regente Nicolás, di-lhe: «Ecce homo, com este si que Arriba, Espanha! —Viva Franco nom o dixo, mas faltou-lhe pouco—, e se Espanha vai para arriba, Galiza irá para arriba». Naturalmente! De todo o que vos expliquei hoje e do que vos expugem, nada, absolutamente nada foi capaz de entendê-lo nunca Manuel Fraga Iribarne.

É umha realidade histórica que entre a evolução política da Galiza e a própria evolução sócio-económica da Galiza e a do Estado espanhol a relação foi antitética. Umha pessoa nada suspeitosa de ser bloqueiro, nem upegaio, nem pexego, nem anepagaio, nem cigaio, mas simplesmente que utiliza o seu caletre com inteligência e sabe economia, como Carlos Melha, demonstrou-no na análise dos processos económicos comparativos da Galiza e do Estado espanhol ao longo de século e meio. E os professores e nom professores, mas especialistas de História Económica Contemporânea, sabem-no perfei-

tamente bem também. Por isso eu dizem o que dizem antes, por isso dei as chaves que dei; nom as invento. Correspondem-se, plasmam-se, demonstran-se que é assi na própria análise dos processos.

É indispensável, em troca, e contra tudo isso, que seja precisamente a defesa em positivo e cara adiante da matriz do Estado plurinacional, a defesa dumha dinâmica política que retome a transiçom hoje bloqueada para levá-la cara aqueles objectivos referenciais que já eram objectivos referenciais das forças democráticas políticas ou sociais das que a cidadania se dotara antes do fim do franquismo. O sentido da história está por aí, nom está na direcçom contrária.

Economia produtiva e convergência real no quadro da Union Europeia *versus* economia subsidiada e Maastricht, suponho que em Vigo, francamente, nom pretendereis que vo-lo explique, verdade? Acabamos de estar, ou acabado de estar eu, cos armadores da Cooperativa de Armadores e tenhem-no clarinho. Parece que ultimamente até o tem claro Miguel Boyer, ainda que nom o aplique a este país. Manda truco!

Estado do bem-estar *versus* neomercantilismo selvagem supom algo vital e crucial para o conjunto da cidadania galega. Já à parte de que seja indispensável nom só manter as conquistas sociais que som o resultado de procesos históricos dolorosos; já à parte disso, e que se Galiza, as forças políticas galegas —polo menos as que realmente assumem a problemática do país— nom defendem isso, condenam este país ao suicidio, em termos sociais, é absolutamente insustentável qualquer processo de supervivência sócio-económica da Galiza se nom é no quadro, quando menos, do que se define como modelo do estado do bem-estar. Outra cousa é a maneira em que cumpre fazer o desenho da política conseguinte em termos que resultem distribuidores da carga no conjunto da sociedade e nos termos de que encaixem numha matriz de política redistributiva propriamente dita.

Em quarto lugar, Estado das liberdades *versus* Estado policial. É mui grave, desde o meu ponto de vista —ainda que nom vou extender-me neste ponto nem em nengum mais porque quero parar já, para que efectivamente haja tempo para o diálogo ou colóquio— é mui grave o que se percebe, é mui grave algunha das maneiras em que está resultando utilizada a tenebrosa história dos GAL a efeitos do presente e a efeitos de admoniçons para o futuro. Som mui graves as cousas que alguns dirigentes —nom precisamente reaccionários— de forças políticas chegam a dizer simplesmente pressionados pola chantagem objectiva que se está a fazer à cidadania, com toda esta história trucada e falsificada desde o princípio ao final. Hai que ter muita coragem, neste momento neste país e neste Estado para, estando na batalha política, estando no cenário político, tendo que dar a cara política, manter o exercício de inteligência e da honestidade intelectual para avaliar, analisar e pronunciar-se sobre este tipo de problemas. E eu sei psicologicamente, por experiência, em que medida um se sente submetido a umha chantagem. Mas eu afirmo que nom estou disposto a submeter-me a chantagens, para razoar luzidamente sobre problemas enormemente graves do Estado actual, porque senom... —e umha vez dizem-no aos meus companheiros na Direcçom do BNG: «começamos as-

sinando isto, acabaremos assinando que matámos a Jesus Cristo, como nos chistes da Guarda Civil do tempo do franquismo».

E, finalmente, na hegemonia do legislativo (Câmara de representantes). Na Constituição espanhola do regime actual, modelo bicameral. Bicameral formalmente, na prática nom existe. É evidente que um Senado transformado em Câmara das Nações seria algo mui diferente e também seria umha via de trânsito para passos adiante futuros na reforma constitucional, no avance cara formulações dumha estrutura federal do Estado, que nom consiste simplesmente numha versom mudada de nome dum «café para todos» nas autonomias, senom num modelo que política e constitucionalmente significa dar-lhe a volta.

Eu, se me permitides, como quando me perguntam sigo dizendo que continuo a ser marxista, digo-vos que aquilo que dizia o velho dom Carlos, dizia: «Olha, é que nós vemos o mundo posto dumha maneira e resulta que está tudo patas arriba, está tudo exactamente ao revés». Quando se dizia que a subversom ia pôr tudo patas arriba... Nom, nom, a subversom, tal como a entendem, o que fai é pôr as cousas sobre o seu pé, porque estão boca abaixo.

A vertebracom existente da superestrutura política do Estado espanhol foi elaborada exactamente ao revés: de arriba a abaixo, em vez de abaixo a arriba. Para mais ínri estamos insertos num processo europeu onde o projecto político e o projecto económico divergem sistematicamente, por nom dizer que som antitéticos, e onde a paródia de processo político que se está a fazer em funçom dum processo económico divergente do ideário político europeu mesmamente também se está a fazer de arriba para abaixo.

Se nós queremos ter a capacidade de fazer frente aos nossos problemas nom atomizados, nom vistos por paróquias, nom vistos por grupos sociais específicos, senom vistos através dumha proposta dumha política galega de Estado, para começar, no Estado espanhol em funçom dumha dialéctica com extensons cara o aparelho de deputados próprio, nom nos fica mais remédio que ser conscientes de qual é a índole profunda dos problemas e de quais som as chaves de inteligibilidade.

Eu quigem fazer um contributo de algumas delas. Se vos valem, eu mui feliz, e se nom vos servem, recuncarei quando queirades para explicar-vo-las de novo.



Duas Cartas e uma Pós-Data Só

João GUISAN SEIXAS

A Primeira Carta

Oroso, 10 de Janeiro de 1997

Gralha

Apartado 678
32080 OURENSE

Queridos amigos:

Em primeiro lugar agradecer-vos a amabilidade que tendes tido, até hoje, de me enviar gratuitamente a vossa publicação. Pareceu-me, desde o começo, uma empresa digna de todo o apoio e respeito. Tenho-me destacado (ou isso espero) pela minha teima de propugnar uma abertura, o mais ampla possível, do reintegracionismo à sociedade. A ideia de publicar um boletim periódico, nom exclusivamente linguístico, nom podia deixar, conseqüentemente, de me ser mais querida. Se fosse um bocadinho menos ideológico, mais “aberto”, mesmo mais desenfadado, podia chegar a ser uma ferramenta útil de veras. Algo assim deveria existir se quigermos sair das catacumbas.

É por isso que nom me resulta fácil instar-vos, pola presente, para nom me enviardes mais números do vosso, sem dúvida, meritório boletim. A causa nom é outra que a entrevista (assinada pola *Gralha*) ao dirigente do Exército Guerrilheiro do Povo Galego Ceive (Sic.) Antom Árias Curto, publicada no vosso último número. Eu, antes de mais, antes que reintegracionista, e antes de qualquer outra definição ideológica que se me queira pôr, sou pacifista, anti-violento, anti-militarista, ou como goste o mundo de chamar àqueles que rejeitam qualquer uso da violência (eu nunca tive a menor preocupação de me definir, som os outros que costumam dizer-me como se chama aquilo que eu penso). Diante das pessoas que praticam ou defendem a violência apagam-se no meu cérebro quaisquer outras categorias e classificações e só me sinto vinculado a um único grupo humano: o das boas pessoas que nunca têm feito mal nenhum.

Parece-me mui bem a denúncia, feita nesse número, da autêntica loucura que

supõe a nova lei de caça, que permite aos rapazes de 14 anos (facto que eu ignorava) sair ao monte com uma espingarda a destroçar vidas inocentes. Mas encontro um contra-senso evidente publicar, ao lado, uma entrevista com alguém que propugna que os rapazes desses anos, mais ou menos, saiam ao monte a caçar guardas civis. Eu sou membro da sociedade protectora de animais, e, ainda que só fosse desse ponto de vista, penso que a vida de qualquer pessoa, seja qual for a cor da sua pele ou da sua farda, é tão respeitável, pelo menos, como a de um coelho. Se me causa arrepios que alguém, diante da visom de um coelho, em lugar de sorrir e de se admirar da existência de um ser tão suave e divertido, nom lhe ocorra outra ideia que acabar com ela descarregando, num gesto estúpido e brutal, uma chumbada que o deixa convertido num pobre saco sem vida; que vou pensar de alguém que é capaz de apontar para um ser humano que acode, enganado, para ajudar a uma pessoa ferida em acidente?

Já sei que uma publicação nom tem por quê partilhar as opiniões vertidas... etc. Mas uma publicação escolhe os seus conteúdos, e negar que há ideologia nessa escolha é uma atitude cínica que é melhor deixar para os directores dos meios públicos de comunicação. Qualquer leitor marciano que levasse mais de duas semanas na terra, teria apercebido certas simpatias independentistas na vossa publicação. E parece-me mui bem e mui respeitável. Eu nom o sou. Duvido mesmo que seja nacionalista, ainda que a maior parte das pessoas me definam assim, e nom me ofende essa definição se com ela se pretender significar que sou uma pessoa que tem sacrificado muitas cousas na vida pola defesa da língua e da cultura da Galiza. Mas a nacionalidade dos empregados de correios, de fazenda, da polícia e dos bombeiros, pouco me importa, desde que desempenhem eficazmente a sua função. Nesse sentido talvez preferiria estar sob uma administração sueca ou francesa (sou tão anti-independentista que estou mesmo contra a guerra da independência contra os franceses, a de 1808, que chamam os portugueses “guerra peninsular”, e qualquer outra que no futuro desgraçadamente acontecer) que sob uma administração espanhola. Eu diria, se a minha opinião acerca da minha ideologia tivesse algum valor, que mais que estar a favor do nacionalismo galego, estou em contra do nacionalismo espanhol. Com quase duzentos anos de demora, ousou afirmar que a definição política que mais me convém é a de “afrancesado”.

Perdoai que me tenha estendido acerca da minhas posições políticas, que nom som do caso. Quero dizer, com tudo isto, que nom sinto nenhuma repugnância polo independentismo em si (Gandhi e Nehru, sem ir mais longe, eram independentistas e nem por isso som comparáveis a Josu Ternera ou Jon Idígoras), e que o respeito tanto como a qualquer outra ideologia que nom partilho. Mantenho, de facto, amizade pessoal com (e, nalgum caso, sinto um grande carinho por) várias pessoas que o som, e que elas sabem que eu nom. Causa-me repugnância, sim, a defesa violenta dessa ou de qualquer outra ideologia, partilhada ou nom por mim. Mesmo quanto mais próxima de mim é uma ideologia, mais nojo me produz a sua defesa violenta. Quero ter sempre mui claro de que lado da raia estou, e sempre estar do lado da razão.

Sempre me sentim espacialmente ofendido de que o único “lh” que aparecesse nas portadas dos jornais galegos tivesse que estar manchado de sangue. Ofendido porque, se um galego descobrisse a fórmula do elixir de longa vida e o comunicasse em galego reintegrado, nenhum jornal galego se faria eco do acontecimento. Se William Shakespeare nom se chamasse assim, mas José Pereira e fosse lusista,

nenhum jornal galego publicaria a menor recensom das suas obras. Se crias vida com “lh” nom existes. Ah!, mas se matas com “lh”, entom respeitam-te a grafia!

Nom sei se essa relação beneficia os violentos. Só sei que ofende a todos os reintegracionistas (a imensa maioria) cujo único delito é precisamente esse “lh” e nom nenhum assassinato. Daí que me tenha sentido realmente incómodo ao receber, nom os anteriores, mas sim o vosso último Boletim, e nom quigera que a recepção habitual do mesmo, possivelmente com outras intervenções da mesma índole, me fisessem sentir cúmplice, nem remotamente, da morte de nenhum ser humano, nem membro de colectivos que a justifiquem. O próprio Árias Curto cita, como “exemplos”, Chechénia, Sérvia e Bósnia. Ora, eu, que tenho sofrido prisom por me negar a pertencer à força ao exército espanhol, diante de alguém que quer converter o meu país numa Chechénia, Sérvia ou Bósnia, sou capaz de ir pedir, amanhã mesmo, o “enganche” voluntário, se for preciso.

Nom me resulta fácil dizer-vos tudo isto, mas penso que as cousas é melhor falá-las, e da maneira mais sincera e directa possível. Sinto, sobre tudo, ter que me perder as sempre doutas, inspiradas e instrutivas colaborações de Konstantiño Graphia, ainda que nunca, é preciso reconhecer, conseguiram atingir, nem de longe, a inimitável comicidade das colaborações jornalísticas de Don Constantino García.

Segue assinatura

A Segunda Carta

Oroso, 10 de Janeiro de 1997

Fórum de Amizade Galiza-Portugal

Largo do Carmo, 18-1º
1200 LISBOA

Meus senhores:

Quando, em Abril de 96, recebi uma inesperada carta em que me comunicavam a constituição, em Lisboa, de um Fórum que visava a renovação dos laços históricos, linguísticos e culturais entre Galiza e Portugal, devo confessar que fiquei emocionado: afinal uns portugueses se interessam pela situação do galego e sentem que o que possa acontecer com a língua da Galiza é problema deles também!

Porque, devo confessar ainda, a indiferença com que se vive em Portugal esta luta em que estamos empenhados para nos aproximar deles, doi-nos muito a todos os galegos reintegracionistas. Mesmo parece que os portugueses (nem todos, estou a me referir sobre tudo aos políticos e escritores) se comprazem em louvar e festejar os políticos e escritores galegos nomeadamente mais anti-portugueses!

Por isso recebi com tanto entusiasmo aquela notícia e decidi escrever para aqueles desconhecidos amigos portugueses, congratulando-me de tão feliz iniciativa e oferecendo os meus serviços para quanto dispusessem. A minha multissecular preguiça fez, porém, que fosse adiando a escrita dessa carta dia trás dia, e que só hoje me venha pôr na tarefa, embora seja uma carta bem diferente daquela que pensava então escrever.

Porque, ao receber o seu Boletim Informativo Portugalaico nº4, não pude senão benzer, adorar e pôr uma candeia à minha muito milagreira Santa Preguiça, que me salvou de tais desvaios. Nesse pequeno Boletim aparecia repetida um número despropositado de vezes uma palavra que não acertava a compreender que significado oculto deveria ter nas amistosas relações galego-portuguesas: a palavra “Salazar”. Que seria um “Salazar”? Lembrava, da minha estadia em Lisboa, que assim denominavam, os portugueses dalguma idade, certo utensílio de cozinha que serve para rapar o fundo das panelas. Não entendia, porém, que tinha a ver aquilo com as relações culturais, históricas e linguísticas entre uns e outros, como nom fosse uma subtil comparação entre a nossa peculiar história e um mexido de ovos com cogumelos.

Procurei então no dicionário, e o mais parecido que encontrei foi: “*Salaz*, *adj.* 2 *gén.* Impúdico; devasso; libertino”. Seriam o impudor, a devassidão, a libertinagem, as características comuns da alma galego-portuguesa, ou portuguesa, tanto monta? Também não podia ser. Olhei um bocadinho mais para baixo e ali apareceu esta outra definição: “*Salazarismo*, *s.m.* sistema político, económico e social do Dr. Oliveira Salazar.” Por fim andava bem encaminhado. Agora era capaz de compreender o significado profundo de frases como “o grande pensador político português que foi António de Oliveira Salazar” ou esta outra “a obediência à ordem de Salazar seria, acima de tudo, impossível, embora idealmente nobre” (isto falando, nem mais nem menos, da ordem de resistirem até à morte dada as tropas portuguesas que defendiam Diu, Damão e Goa!!)... Todas e cada uma das vezes que aparecia a palavrinha essa, ao longo das escassas 5 folhas de que consta o seu Boletim, pareciam assim adquirir um mais completo significado à luz desta definição.

Só uma preocupação restava, um pequeno melindre linguístico apenas. Formaria a palavra “Salazar” parte desse 90% de léxico patrimonial comum aos falares populares de aquém e além Minho, ou tratar-se-ia, antes, de um neologismo ou tecnicismo desconhecido dos falantes espontâneos deste lado? Seguindo os critérios dos mais distinguidos especialistas galegos na matéria, percorri vales e aldeias, lixei a sola das minhas botas (nada melhor tratando-se de Salazar) pela lama de todas as nossas “corredoiras” (que é método linguístico infalível, segundo eles) para chegar, afinal, a uma desalentadora conclusão: a palavra Salazar não é comum a galegos e portugueses, porque, onde vocês diziam “Salazar”, há mais de vinte anos, aqui dizíamos “Franco”. Salazar em galego diz-se Franco e por isso seria melhor evitar palavras tão díspares e escolher alguns termos que são maravilhosamente comuns a ambos os lados, como por exemplo a palavra “vinte”. Que linda é a palavra “vinte”, e indiscutivelmente comum a portugueses e galegos! Igual que a palavra “e” e a palavra “cinco” e a palavra “Abril”, e a palavra “sempre”. E todas juntas, ainda, que incrivelmente portuguesa resultam as palavras “vinte e cinco de Abril sempre”!

Meus senhores, desculpem a franqueza (não sei se deveria dizer a “salazarezza”), mas se vocês são salazaristas, porque não editam um Boletim Informativo Salazarista, sincera, honesta abertamente? Por desgraça a liberdade de expressão (ou, melhor, uma forma timorata de entender a liberdade de expressão) garante também esse direito àqueles que não acreditam nela. Não andem a lixar os galegos, o reintegracionismo (a sã e nada turva vontade de se reencontrarem estes dois povos a que a língua une e só os nacionalismos separam) com as suas saudades dos

tempos da pancada e o império. Para mim não houve dia mais formoso na história que aquele 25 de Abril de 74. Nunca me senti tão português como então. Esse dia foi-nos dado crer que o mundo e a história podiam ser de uma outra forma, longe daquilo que afirmavam todas as ortodoxias. Foi a revolução com que eu sempre tinha sonhado. Uma revolução luminosa, radical e pacífica. Não sei se foi a última revolução romântica da história. Talvez foi também a primeira, e pode que mesmo a única. Um dia em que os canhões das espingardas dispararam flores. Não se podia ter imaginado uma revolução mais portuguesa! Uma revolução feita com flores e com música. Poder-se-ia pensar que o estratega daquela revolução não tinha sido nem Costa Gomes, nem Saraiva de Carvalho, nem Rosa Coutinho, nem Pinheiro de Azevedo, mas o meu muito admirado António José da Silva, “o judeu” (e desculpem pelo uso do termo) autor das famosas “Guerras do Alecrim e Manjerona”. Mesmo essa frase batida, e hoje em dia tão triste a dizer, “Vinte e cinco de Abril, sempre!”, transparece a melhor parte disso que chamam os filósofos patuscos “a alma da saudade”. Lembrou-me sempre uma cantiga popular galega que se cantava nas antigas festas dos Maios: “Maio, Maiolo, oxalá que duraras o ano todo!” Um mesmo sentimento parece ser exprimido em ambas as duas frases. O desejo de permanência dos dias felizes e dourados. Por que não pode ser sempre Maio e Vinte Cinco de Abril, e mesmo essas duas datas ao mesmo tempo?

Por fidelidade a essa data e a esse sonho peço-lhes de não mais me enviarem o seu Boletim. Não quero que haja lugar, já não à menor, mas nem sequer à mais mínima confusão. Se eu sou reintegracionista não é por nenhuma classe de ultranacionalismo como aquele que vocês defendem, mas por esse internacionalismo que vocês desprezam. A palavra “Portugaliza” foi criada por um velho socialista português chamado Manuel Rodrigues Lapa. Se eu sou reintegracionista é com esse espírito e com o daquele velho lutador contra o franquismo (que quer dizer, no dialecto galego, um velho lutador contra o salazarismo) que foi Ricardo Carvalho Calero.

Se hão-de ser os salazaristas os únicos portugueses que se preocupem, ainda que só seja para a usar como disfarce ou como bandeira, da questão do galego e da sua reinserção no tronco originário português, quanto mim, prefiro que sigam a jantar os escritores portugueses “na moda” com os nossos petulantes Carlos Casares e Alfredo Conde, que a sombra de Ferrín projectada do outro lado da fronteira se chame Viale Moutinho, que na amizade do professor Ivo Castro e Constantino García se abracem um desprezo orientado para o Norte e um desprezo orientado para o Sul, e que Madrid, e não a linha recta, siga a ser o caminho mais curto entre a Corunha e Lisboa e entre Valença e Tui.

Segue assinatura

A Pós-Data

Queridos companheiros e leitores de *Agália*:

Reza um velho aforismo: “a vida costuma fazer estranhos companheiros de cama e de viagem”. Considero o reintegracionismo nom uma postura ideológica, nem tão sequer filológica, mas pura e simplesmente lógica. Uma mera questom de

bom senso, daquele “sentidinho” que tanto pregoava o senhor Fernández Albor, e do qual tão pouco uso fazia, na sua açom de governo, o tristemente célebre presidente da “Xunta” baixo cujo mandado se promulgarom as “Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego”, a nova Bfblia dos comedores de caldo.

Falava, no final desta segunda carta, de linhas rectas e de Tui, Valença, Lisboa e Corunha. Para mim o reintegracionismo reduz-se a isso: a um problema aritmético, geométrico, lógico. Sempre que lutei polo reintegracionismo foi como uma escaramuça de uma outra luta de maior préstimo: a luta da razom contra a insensatez, a luta da luz contra o preconceito. Sempre gostei de deixar para os outros “a fala dos devanceiros”, “o fogar de Breogán”, “a língua que mamei”, o recurso ao patriotismo e as questões de honra e protocolo, como a de se o galego é pai, filho ou cunhado do português, ou às avessas.

Desgraçadamente a história da humanidade nom teria explicaçom se nom fosse que as causas mais nobres e mais lógicas se pudessem defender também com argumentos delirantes e com armas pouco nobres. Mas tão importante como o “que” é o “como”, e eu nom quero que me confundam, nem com uns, nem com outros. Os indivíduos, normalmente, aderem a causas e ideais por problemas ou carências pessoais e nom motivos racionais. E isso resulta perigoso, nom só para as pessoas, mas também para as próprias causas que dizem defender.

Por isso a vida costuma fazer estranhos companheiros de cama e de viagem. Eis-me aqui tendo que fazer esforços para me desembaraçar da aderência de Arias Curto de um lado, e de Oliveira Salazar do outro. A minha reflexom (se é que houver alguma pessoa que me leia e que pense, como eu, que o reintegracionismo é uma derivaçom lógica do postulado “ $2+2=4$ ”) é a seguinte: estamos a ir polo caminho acertado? Podem ser acertados, ao mesmo tempo, caminhos tão díspares e sócios tão incongruentes?

Sempre defendim, como lembro no começo da primeira carta, um carácter aberto do movimento reintegracionista... mas nom tanto! Ainda que podemos considerar a parte positiva do assunto: bem, já temos atingido os dous extremos do espectro ideológico (e extremos bastante espectrais ambos). A partir daí todo o trabalho resulta fácil. Só fica conquistar o resto.

Brincadeiras à parte, penso que isso nom é abrir-se, mas fechar-se. Nom se pode dizer que seja abrir-se ir-se perdendo, a pouco e pouco, por tortuosos e torturantes labirintos que nom conduzem a parte nenhuma, sobre tudo se esses dous labirintos nom conduzem a parte nenhuma, por caminhos diferentes. Abrir-se nom quer dizer esparramar-se. Nem sequer estou a propor que nos abramos aos partidos “do centro” político. Estou a dizer que ver a vida (e a língua é a vida) desde um único prisma político é uma forma de miopia. Os colectivos a que devemos abrir-nos nom som nem o Exército Guerrilheiro nem as Mocidades Portuguesas (a O.J.E. de Salazar), nem sequer o PSdeG- PSOE, o PP ou o BNG, mas a associaçom de vizinhos de Lavadores, a Câmara de Comércio de Lugo, o clube filatélico eumês (se esta enteléquia que acabo de inventar existisse) e a liga dos bombeiros voluntários do Alentejo. A sociedade inteira é a única associaçom a que nos devemos abrir. E nom para fazer ideologia ou para a convencer dos nossos “princípios”, mas simplesmente para que partilhe e empregue uma língua comum. Somos estúpidos. A onda da história corre ao nosso favor, e nós, em lugar de a aproveitar e cavalgar sobre ela montados numa tábua de surf, andamos a apanhar caranguejos em poças miseráveis, povoadas de seres venenosos e estranhos.

Meus amigos: defendamos as nossas ideias como aquilo que som, “ideias”, claras e luminosas criações das nossas mentes que só procuram arrojarem um pouco mais de claridade sobre um mundo já bastante turvo de seu. Deixemos o obscurantismo, a declamação, a verborreia, as teorias onomatopeicas, para os nossos inimigos. Rejeitar o recurso à violência não é só questão de bons sentimentos e filantropia. É uma aconselhável medida de segurança para todas aquelas pessoas que não tenham muitas metralhadoras ou granadas na casa. É fácil escorregar na pendente da violência. Ninguém matou tantos comunistas, nem Hitler, Mussolini, Franco e Salazar juntos, como o próprio Iossif Estaline. Muitos autênticos comunistas pereceram nas purgas, enquanto personagens como Boris Ieltsin sobreviviam a todas, e ainda em cima eram elevados aos mais altos postos do Partido! Começou-se assassinando os czares e acabou-se por Trotsky, começou-se por Luís XVI e acabou-se por Danton e Robespierre. Todas as armas têm o seu retrocesso. Eu preferiria não estar demasiado perto daqueles que as empunham.

A demência tem as suas razões que a razão não consegue compreender. O reintegracionismo pode-se defender, agora sabemos-lo, com argumentos demenciais e desde posturas demenciais, mas pode-se defender também com argumentos lógicos e desde posturas equilibradas. Isso é que nos diferencia dos anti-reintegracionistas. Cultivemos essa pequena diferença. Uma causa justa e racional pode-se defender com argumentos justos e racionais e também com argumentos injustos e irracionais, enquanto uma causa injusta e irracional não admite os procedimentos contrários. Demostremos a justiça e racionalidade da nossa causa com a nossa maneira de a defender. Sobre tudo não caiamos em armadilhas redutoras do género: “se és reintegracionista tens que pensar “X”, se pensas “X” tens que pensar “Y”, e assim até rematar no tiro na nuca. Um filólogo tão espanholista como Menéndez Pidal, que contam que para a sua viagem de lua de mel não lhe ocorreu melhor coisa que seguir a rota do Cid Campeador, era lusista, e considerava galego e português formando uma unidade linguística tão estreita como o castelhano e o andaluz. O reintegracionismo é um movimento de pessoas livres e pensantes, não uma seita. Não nos deixemos marginalizar. Não contribuamos nós próprios para a nossa marginalização. Não sejamos sectários nem fechados: deixemos que os “isolacionistas” sejam eles.



Em torno ao nascimento de M. Murguia (Dous documentos —inéditos— que lhe atingem e outros quatro de interesse)

J. M. MONTERROSO DEVESA
e Francisco António VIDAL

I. *O nascimento de Murguia.*

As biografias de Murguia contam que, estando a mai grávida e oferecida à Virgem da Pastoriça, foi desde a sua casa da Corunha, andando até o santuário, que distava uns oito quilómetros.

Durante o trajecto, dona Concepción Murguia sentiu-se indisposta, e entom foi acolhida na casa do labrego António Pan, do lugar do Frogel em Osseiro, que está a dous quilómetros além do santuário e em direcção contrária à sua casa.

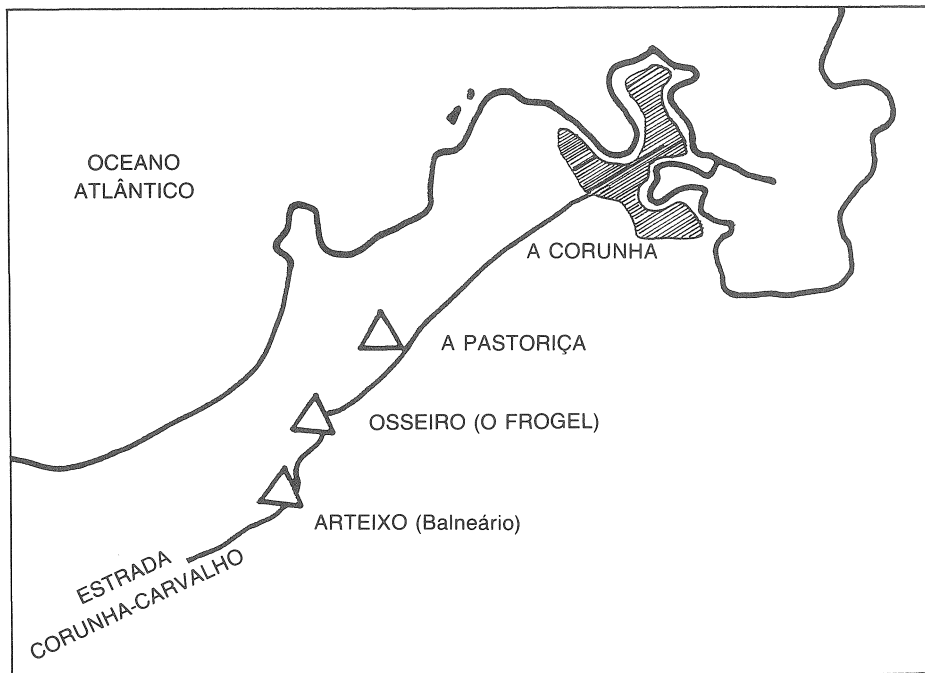
Tendo em conta estes dados, parece raro que umha mulher, grávida e a ponto de dar a luz, se apartasse dous quilómetros do seu destino, mais ainda quando, no próprio lugar da Pastoriça, ou mesmo no caminho de volta à sua, havia casas que doadamente a acolheriam.

Estas contradicoens fam-nos expor duas questons: por quê deu à luz no Frogel? E, onde morava ela?

Se aceitarmos a testemunha de dona Clotilde Rei, nonagenária vizinha de Osseiro, aclara-se-nos a primeira das perguntas. Segundo esta senhora, a mai de Murguia podia ser, naqueles dias, hóspede do balneário de Arteixo, aonde vinham muitas pessoas desde Corunha passar tempadas de cura, e mesmo algumas mulheres escolhiam este lugar para levarem um repousado embaraço e também para dar a luz nel.

Durante a estância no balneário, os *agüistas* soiam fazer excursos ou peregrinagens ao santuário da Pastoriça, e seguramente, foi neste trajecto, a meio caminho entre o santuário e o balneário, exactamente no lugar do Frogel, na freguezia de Osseiro, que dona Concepción sentiu as dores do parto e foi acolhida na casa de António Pan, onde deu a luz. (Ver esquema geográfico).

Mas ainda outro dado, este encontrado na acta de baptismo de Murguia, fai-nos pensar que dona Concepción Murguia nom tinha por quê vir da casa do pai de Murguia e também, que nom levava bem as contas da gravidez, e por isso, o parto chegou de maneira inesperada e num lugar de passagem.



Esquema geográfico

Segundo dita partida, Murguia era *filho natural* de dom Juan Martínez que, nom obstante, assiste ao baptizo do filho, celebrado o dia seguinte de nascer, demorando mais de dous meses em casar com dona Concepción, e fai-no no mês de julho na igreja paroquial de Sam Nicolau da Corunha.

Porque cremos prestar um serviço à história da nossa literatura, depois de tantos anos e quando nem descendentes ficam desse ilustre casal, é que trazemos esta notícia (que no seu tempo pudo considerar-se escandalosa e no actual bem se encarregou de ocultar-nos a historiografia ao uso, com farisaica moralidade).

Passemos, entom, a plasmar algunhas observaçons que nos suscita a so-mera análise comparativa dos documentos número 1 e 2, polas contradiaçons que denotam.

Assim, com a origem de Juan Martínez de Castro, oscila-se entre as fre-guezias de S. Bieito e S. Miguel dos Agros, ambas de Compostela: a resultas das investigaçons posteriores, nós diríamos que era natural desta e vizinho daquela.

Igual com a oriundez de Concepción Murguia Egaña: entre Tolosa e o Val de Oiartzun decantamo-nos polo segundo, como lugar de nascimento (sendo Tolosa o de moradia nesse tempo). Veja-se, além disto, como o próprio Lenza distingue entre oriundez e natureza, dando a aquela um sentido de procedência actual e a esta o de procedência original, o qual abona o nosso razoamento. A cujo razoamento acrescentamos o facto de correntemente ser mais fidedigno o documento de matrimónio —surgido de todo um expediente matrimonial prévio, mais estrito quando um ou os dous contraentes som forasteiros— do que o de baptismo. Mais ainda: nom se concebe a invençom de um lugar de pouca sona fora do País Basco como é esse val de Oiartzun, em tanto que som bem conhecidas as vilas de Tolosa, Irun e Zumaia, todos, aquel e estas, em Gipuskoa como também, com maior concreçom, se fai constar no casamento (no canto da *provincia de Vizcaya*, de presença mais universal, que consta no baptismo).

Em favor da acta baptismal há que citar os nomes de pia completos de Domingo María Murguia e de María Filipa Egaña que na matrimonial se reduzem a Domingo e María.

Algun dia alguém irá aos arquivos euskaras procurar a confirmaçom destas observaçoms, restando-nos só perguntar: que era o que fazia na Corunha aquela moça basca?

A respeito da avó paterna do Patriarca (outra Castro!) nom estaria de mais ler a evocaçom que dela e da sua terra lagesa fai seu neto em *Los Precursores*, em falando de Pondal.

Curiosidade: o baptizado nom levará o nome do santo do dia, nem os de pais ou avôs; levará os do baptizador ou, como muito, os de cura e padrinho.

Quanto aos documentos números 3, 4, 5 e 6 (respectivamente: de baptismo de Rosalia de Castro, de matrimónio de Rosalia e Murguia e de passamento e enterro de Rosalia), trazemo-los por completarmos em parte o quadro familiar que se esquematiza no ponto seguinte, mas também pola sua escassa difusssom e o seu interesse, tanto intrínseco como extrínseco: que o leitor amigo faça as análises que gostar.

II. *Livro de família dos Murguia-De Castro (que, em parte, pudera ter levado Manuel M., como era hábito na época) e esquema genealógico correspondente.*

Umha família ao longo de 130 anos.

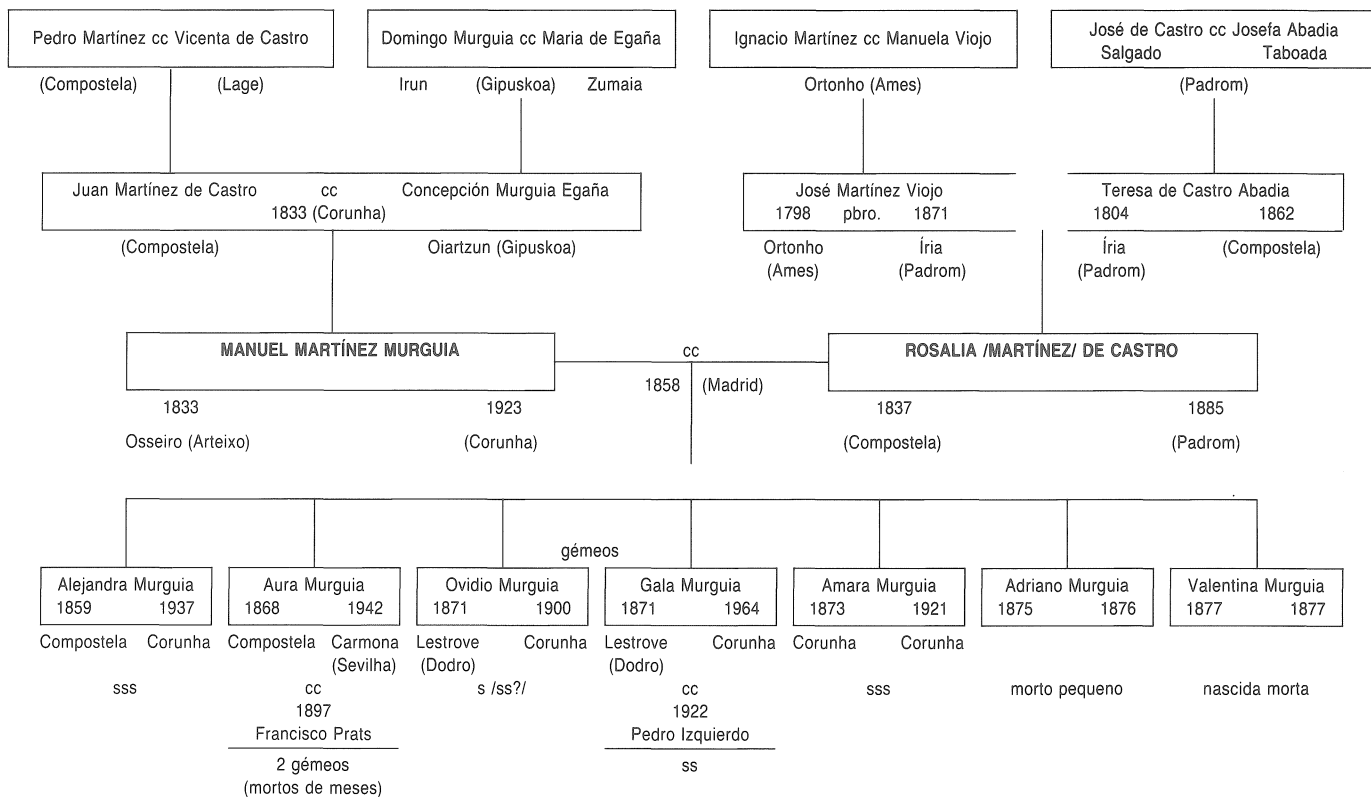
1833: 17 de Maio - Nasce M. M. Murguia no Frogel, freguezia de Osseiro. É baptizado o 18 de Maio seguinte na paroquial da freguezia da Pastoriça (ambas no município de Arteixo).

1833: 27 de Julho - Casam Juan Martínez de Castro e Maria Concepción Murguia Egaña em San Nicolau de Bári da Corunha.

1837: 24 de Fevereiro - É baptizada Rosalia de Castro (sem indicar nome de família, data nem lugar de nascimento), na capela do Hospital Real de Compostela (hoje *Hostal dos Reis Católicos*).

ESQUEMA GENEALÓGICO DOS MURGUIA DE CASTRO

(Signos convencionais: cc: casado/a com; s: solteiro/a; sss: solteiro/a sem sucessom)



- 1858: 10 de Outubro - Casam M. M. Murguía e Rosalía de Castro em Sam Ildefonso de Madrid.
- 1859: Nasce Alejandra Murguía de Castro.
- 1868: Nasce Aura Murguía de Castro.
- 1871: Nascem os gémeos Gala e Ovídio Murguía de Castro.
- 1873: Nasce Amara Murguía de Castro.
- 1875: Nasce Adriano Murguía de Castro.
- 1876: Morre Adriano Murguía de Castro.
- 1877: Nasce (morta) Valentina Murguía de Castro.
- 1885: 15 de Julho - Morre Rosalía de Castro no lugar da Matança (freguezia de Íria Flávia - Padrom). É sepultada o 16 de Julho seguinte no cemitério paroquial.
- 1897: Casam Aura Murguía e Francisco Prats.
- 1900: Morre Ovídio Murguía, solteiro (sem sucessom?).
- 1921: Morre Amara Murguía, solteira.
- 1922: Casam Gala Murguía e Pedro Izquierdo.
- 1923: Morre M. M. Murguía.
- 1937: Morre Alejandra Murguía, solteira.
- 1942: Morre Aura Murguía, sem sucessom.
- 1964: Morre Gala Murguía, sem sucessom.

BIBLIOGRAFIA SUCINTA

- Carvalho Calero, R. *Historia da literatura galega contemporánea*. Vigo, 1975 (2.^a ed.).
 _____ *Bibliografía rosaliana*, in *La Voz de Galicia*, 9 Out. 1977.
- García Martí, V. *Rosalía de Castro o El dolor de vivir*, in *Obras completas*, Madrid, 1960 (Aguilar, 5.^a ed.).
- Naya Pérez, J. *El final de una estirpe: Rosalía de Castro y Manuel Murguía*, in *Boletín de la Real Academia Gallega*, número 356, Corunha, 1974.

Docto. 1.—Arquivo parroquial de Santa M.^a da Pastoriça (Arteixo)

.....

Margem da acta:

Forxel.

Manuel Ant.^o hijo natural de Dn. Juan Martínez y D.^a Concepción Murguía.

En 27 del mes de Julio se casaron los padres y legalizaron la prole.

(Assina) Lenza

Corpo da acta:

En diez y ocho de mayo año de mil ochocientos treinta y tres, yo Dn. Francisco Ildefonso Rodríguez Lenza, rector de St.^a M.^a de Pastoriza y sus anejos San Tirso de Oseyro y San Martín de Suevos baptizé solemnemente por costumbre establecida en la pila baptismal de la mencionada Pastoriza, y puse los Santos Oleos por medio de mi capellán Dn. Manuel Antonio de Sinde a un niño que ha nacido el día antecedente en la casa de Antonio Pan vecino del lugar de Forxel de la mencionada de Oseyro al que puso nombre Manuel Antonio, hijo natural de Dn. Juan Martínez, soltero oriundo de la parroquia de San Benito del Campo de la ciudad de Santiago y residente al presente en la de La Coruña, y de D.^a Concepción Murguía, del mismo estado natural de la villa de Tolosa provincia de Vizcaya; son sus abuelos paternos Dn. Pedro oriundo de la misma ciudad de Santiago y D.^a Vizenta de Castro natural de la villa de Laxe y maternos Dn. Domingo María Murguía natural de Irún y D.^a M.^a Filipa Egaña natural de Zumaya provincia referida de Vizcaya, fué su padrino el mencionado Antonio Pan y para que conste lo firmo con el padre del baptizado y el sobredicho capellán el mismo día, mes y año referido.

(Assinam) Juan Martínez, Fco. Ildefonso Rodríguez Lenza, Manuel Antonio de Sinde.

Docto. 2.—Arquivo Histórico Diocesano de Santiago de Compostela.

Livros sacramentais: Freguezia de «San Nicolás de Bari» da Corunha. L.^o correspondente aos anos 1825-1852, fólío 97 vto.

.....

À margem: Don Juan Martínez con Dña. Concepción Murguía.

No corpo: En veinte y siete de julio de mil ochocientos treinta y tres, yo el Dr. D. Francisco María Vélez, asistí al Matrimonio que por palabras de presente expresivas de mutuo consentimiento contraxeron *in facie Ecclesiae*.

De la una parte D. Juan Martínez, soltero, natural de la parroquia de S. Miguel dos Agros de la Ciudad de Santiago, hijo legítimo de D. Pedro y de Dña. Vicenta de Castro,

y de la otra D.^a María Concepción Murguía, también soltera, natural del Valle de Oyarzun, en la provincia de Guipuzcoa (sic), hija legítima de D. Domingo y de D.^a María de Egaña; habiendo precedido lo dispuesto por el Santo Concilio de Trento y Reales Ordenes, examinados en doctrina cristiana, preparados con los Santos Sacramentos de la Penitencia y Comunión, y recibiendo en el mismo día las bendiciones de la Iglesia de que fueron testigos D. Remigio Cepeda y Francisco Freyre, vecinos de ésta y como Rector lo firmo.

(Assina) Dr. D. Francisco María Vélez.

Docto. 3.—No seu dia no «Hospital Real» de Compostela. Fólío 159. Cit. *Rosalía de Castro*, por V. García Martí.

.....

À margem: MARIA ROSALIA
RITA
NO ENTRO EN
LA INCLUSA

No corpo: En veinte y cuatro de febrero de mil ochocientos treinta y seis, María Francisca Martínez, vecina de San Juan del Campo, fue madrina de una niña que bauticé solemnemente y puse los santos óleos, llamándole MARIA ROSALIA RITA, hija de padres incógnitos, cuya niña llevó la madrina, y va sin número por no haber pasado a la Inclusa; y /para/ que así conste, lo firmo.

(Assina) José Vicente Varela y Montero.

Nota: Note-se o erro ao pôr 1836 por 1837 segundo rezam as partidas anterior e posterior.

Docto. 4.—Arquivo parroquial de S. Ildefonso de Madrid. L.^o 6 (matrimonios), fólío 213. Cit. V. G. Martí.

.....

En la M. H. villa de Madrid, en diez de octubre de mil ochocientos cincuenta y ocho. Yo, Doctor Lozano Prieto, Teniente cura de esta Parroquia de San Ildefonso, previo despacho del Sr. Doctor Manuel de Obeso, Vicario Eco., refrendado a primero de los corrientes por el Notario Don Pedro Vicente Obejero: desposé y velé *in facie Ecclesiae* a Don Manuel Martínez Murguía, soltero, de veinticinco años de edad, natural de Frogel, Diócesis de Santiago, hijo de Don Juan y Doña Concepción Murguía; con María Rosalía de Castro, soltera, de veintiún años de edad, natural de la ciudad de Santiago, feligresa en esta Parroquia por vivir en la calle de la Ballesta, número 13, cuarto bajo, hija natural de Doña Teresa de Castro; habiendo precedido todos los

requisitos necesarios para la validez y legitimidad de este contrato sacramental. Fueron padrinos testigos Don Cándido Luanco y Don Manuel Menéndez.

Y lo firmo, *L. Prieto*.

Docto. 5.—Arquivo Registo Municipal de Padrom. Cit. V. G. Martí.
.....

Doña Rosalía de Castro (sin otro apellido), natural de Santiago, de cuarenta y ocho años, domiciliada en el lugar de La Matanza, parroquia de Iria, término municipal de Padrón; falleció en dicho lugar, casa sin número, a las doce de la mañana del quince de julio de mil ochocientos ochenta y cinco, a consecuencia de una degeneración cancerosa del útero. Estaba casada con don Manuel Murguía, escritor, natural de la parroquia de Oseiro, provincia de La Coruña. Tuvo por hijos doña Alejandra, doña Aurea, doña Gala, don Ovidio y doña Amara, que viven con su padre, y don Adriano, difunto. Es hija ilegítima de doña Teresa de Castro, natural de Iria. No otorgó testamento y recibió sepultura en el cementerio de Iria.

Docto. 6.—Arquivo parroquial de Íria- Flávia (Padrom.) Cit. V. G. Martí.
.....

Dentro del cementerio general de esta parroquia (Iria) se dió sepultura eclesiástica, en el día de la fecha, al cadáver de doña Rosalía de Castro. Hallábase casada con el célebre historiador don Manuel Murguía, natural de San Tirso de Oseiro, en el término municipal de Arteijo. Recibió los Santos Sacramentos y demás auxilios espirituales. Y para que conste, extendiendo la presente. Rectoral de Iria, dieciséis de julio de mil ochocientos ochenta y cinco. Licenciado *José Caamaño*.

Murguia: Um texto em português

Francisco António VIDAL

Co texto que aqui apresentamos, achado entre os papeis que a sua filha dona Gala, através de quem foi bibliotecário da Real Academia Galega, D. Juan Naya, doou à mesma, queremos contribuir à recuperação da obra e da personalidade de tam ilustre figura.

Nestas páginas, Murguia fai umha descriçom da situaçom histórica da Galiza e do norte de Portugal na antigüidade, e a sua evoluçom até a primeira fase de cristianizaçom. Ao lê-las, encontramos cumha visom que vai entre a lenda e a história documentada, narrada sempre com amenidade e recriando os mitos e o heroísmo das personagens, valores tam próprios dos gostos do romantismo, a época que mais influuiu nel.

Quais as razons que levarom o Patriarca a escrever este texto em português? Talvez o encargo dalgumha editorial lusa?

O que si sabemos é que el tinha boas relaçons co país irmao, que mesmo, coa sua filha Alexandra, estivo em Portugal desenhando monumentos sobre os que el escreveria algum ensaio. Também sabemos que em 1913, quando, aos seus 80 anos, se lhe rendeu umha homenagem na Corunha, recebeu umha extensa e atenta carta do historiador português Theófilo Braga, em que, entre outras cousas, lhe dizia: «venho como portuguez apresentar-lhe a expressão mais significativa e fundamentada da admiração que bem merecem os seus trabalhos».

Sabemos finalmente que, pouco antes de morrer, publicou um artigo na revista *Aurora do Lima*, de Viana do Castelo.

Qualquer que fosse o motivo, o certo é que com este texto Murguia nos mostra como, no seu afâm por comunicar a todos as raizes do nosso povo, nom se para em fronteiras... E, além disso, em tempos em que o galego nom se usava no campo ensaístico, nom duvida em utilizar a norma culta, que praticamente domina, de um idioma que el próprio qualificou de um só além e aquém Minho.

Preâmbulo del autor

No principio do V século.... Ao mesmo tempo tomáráo alli assento os Sievos, os Hunos, e outros mais barbaros septentrionaes; os primeiros na Gallia, os segundos na Lusitania.

Libro I.

Os habitantes da Hespanha ou erão naturaes, ou estrangeiros: Da França concorreu para a Iberia maior número de Colonias, e estas entráráo pelos Pyreneos para a Hespanha: algumas não passáráo dos praias do Ebro nas vizinhanças da sua nascente, onde elles tomáráo assento com o nome de Berões: as outras quasi todas endireitáudo contra o Occidente, não occupar as terras, que ficão Norte do rio Durcio, hoje Douro. Derão os Celtas, ou Gallos nome a este país, e os romanos lhe chamáráo Celtici, ou Gallici, conformando-se ora ao nome de Celtae, ou que usavao os Gregos, ora o de Galli, que os Romanos fundirão no seu idioma latino.

Estes mesmos Celtas despacháráo outra Colonia para a parte meridional da Iberia, e povoáráo aquellas terras, que jazem entre a barra do Tejo, e o rio Tago, hoje chamado Guadiana, conservando sempre a linguaçom, religião, e modo de vestir dos Celtas da Gallia, e Ebro.

(73) A parte septentrional da terra do Marão lhes servia de limites (Alto Nemeates) pelo Medoia, e os rios do Boga, e de Lima os separavao da Gallia, que sempre se conservou no jeito aos Hespanhoes.

Os Trovis tinham o seu assento na provincia de Entre Douro, e Minho; estavam sujeitas a elles Porto, Guimarães, Bracara Augusta ou Braga; e ficava lhes pelo Norte a parte meridional do monte Gerer, os Briguiteres pelo oriente, o Douro pelo Meio-dia, e o mar pelo occidente. Os Trovis erão senhores, na mesma provincia, do territorio, que encravao o rio Cavado e Lima, conhecido pelos antigos com o nome de Sethes. Este rio he navegavel na sua foz, e se mistura com o Oceanus junto de Viana. Os Trovis vizinháráo pelo oriente com os Nemeates, com

os Graivos pelo Meio-dia, e com os Draccarenkes pelo Noite.

(83) An. ant. de J. C. 9to. - Depois de Roma 236.

(Fugindo do general cartaginês Mabarbal) Recolheor-se Capto (candido ditano) a Lusitania, e os Surdetanos passaram o Guadiana, e o Tejo, e penetrarão até as correntes do rio Coa. Antes crathêrão largarem de todo a patria, do que tomara ella venidos. Correrão mil risos no tempo da jornada; as fêmeas bravias, e homens ainda mais brutos, os empreeião a todo momento na sua marcha: Os Barbaros latirão de seu quarda para os incostivem: Os Gallicianos, sação cruel, e sanguinaria, comporta de Gregos, e de Celtas passaram o Miñho, e cruzarão toda a terra que fica entre este rio e o Douro, para tamen lhes fazerem guerra. Os Surdetanos triumpharão de todos estes inimigos, e ficão tão pacificos possidores do país, que escolherão para seu retiro.

Quos o povo d'este Douro e Miñho como Graivos, Gromios, Helinienses, Amphiloecianos, e outros mais erão oriundos dos Gregos. Conforme diz Justino, não sómente entrou em Galizia Teucro, filho de Felamon, mais tambem ali foi lançado Dionades, filho de Tydes, e lá fundou a cidade de Thyde, hoje Thy; mas talvez que Justino se engane, como tambem os que fazem a Ul'iri por fundador de Pshiva, e que dizem que som a filha de Gorgoris, mãe de Habides. Quanto se conta a este assumpto, he lumbamente incerto para se demorar a estudar. Comtudo não deixa de ser certo, que os povos, que acabamos de nomear, tinhão algumas pareçengas com os Gregos, do que se pode conjecturar (que descendia d'elles; mas de que Gregos, e em que tempo aportarão elles em Hespanha? He aqui o que se não pôde affirmar, sem risco de dizer fabulas, em vez de verdades. O que quer que seja, conservarão parte dos costumes de seus pais; sacrificavão como elle, os He-catombos, tinhão jogos publicos, que celebravão com pomya, tinhão a arte dos Algouros, davao festivis publicos, em que os mancebos entoavão os louvores, dos que morrião, ou se farião celebrados na guerra: deixavão crescer os cabellos; as mechas usavão de vertes longas, e cobrião os hombros com hum pequena capa. Casavão-se pela sua eleição, e não pela de seu pais; o dote ordinario erão duas durias de cabras de Cabras; a caridade era prezada pela maior virtude de huma mulher, e era guardada tão rigorosamente, que entre elles não era conhe

ido adúltero; era abominado este crime, que a continência, e devocão do novo seculo quasi avaliava, como acção indifferente. A lãde, e a robustez eraõ os premios da sua obrigada, e moderaçãõ; e quando algum delles adoeceia se punha em público, para que os que tinham padecido a mesma molestia, lhe ensinassell'o remedio, que os havia curado. Apedrajavãõ os que tinham commetido algum crime, e todo o que passava, tinha obrigaçãõ de dar hum pedregal sobre o cadaver do réo: não era entre elles conhecido o uso da moeda, o seu comérçio se fazia trocando pelles, crustas que lhe eraõ precisas. Os Gallizianos Gregos quasi tinham iguaes costumes. Neste tempo os habitantes d'entre Douro e Minho rompêrãõ guerra com elles, á fin de se vingarem dos romos, que tinham feito no seu país, quando tinham sido acomettidos pelos Suetanos, expulsos da Pética; esta guerra, que foi cruenta de ambas as partes, se terminou por fim com hum batalha campal, onde as mulheres de ambas as Nações combatêrãõ com tanta constancia, que lhes fizeram ter o nome da batalha das mulheres, e depois cada hum das Nações igualmente apurada, tratou somente de viver com sosiego no seu país.

Adribal foi generalmente tido. (Atribuido por um esclavo de Fago) p. 109. - Elle foi quem ençio a nova Carthago ou Cartagena no país dos Contestanos; Sílio Itálico dá esta honra a Fenno; Justino, que segue a sua opinião, diz que voltando esta princepe da guerra de Troia, fora lançado pela tempestade na praia, onde esta situada esta cidade; e que daqui passou a Galliza; mas não foi elle quem fundou Carthago; esta cidade tira o seu nome de Carthago, que não teve esse nome senão trezentos e sessenta annos depois da destruição de Troia. Com tudo talvez que Adribal não fizesse mais que augmentalla, e dar o povo a cidade a algum lugar, que já allí houvesse.

179 - Por estes romos (de guerra entre Viriato e Fabio) os Gracis, Gracis, e mais povos entre Douro e Minho, rompêrãõ a guerra contra os Gallegos. Senando Livio Florêncio Mancino, Collega de Fabio que venceu os Gallegos, não fizessem os Valles expostos a aos inimigos dos romos.

cedores, acodiu com o seu exercito em adjuvatorio dos (4) primeiros, e em esta campanha, venceu seus inimigos. Terminado o seu consulado, e o de Fabio, se recolherão a Roma, onde este obteve a honra do triumpho.

(4) nosso Sr. Bernardo de Brito diz que achando este Conde aos inimigos desconfiados pelos brechays fer fugir brems, e matou outros. M. L. tom. I. 224.

194 - Fund. de B. 616.

A Quinto Cépiao. Succedeu-lhe no Governo da Hespanha Ulterior Junio Bruto. Para premiar os soldados, veteranos, que tinham militado contra Viriato, lhe deu a cidade de Valença; e as terras do seu arrabalde. A amizade dos soldados estimulou o ranço dos lusitanos, e pegáram as armas para lançarem os romanos das suas provincias, unia-se com os piratas da Gallia. Pôz-se Bruto em marcha com o seu exercito para se oppor a estes movimentos, e chegando a riba do Lima, que tem a sua nascente na Gallia, conhecido entre os romanos com o nome de Lethe, rio do inferno, entrou nos soldados hum religioio terror, receando fazerem offensa aos deuses do inferno, tentando evos e entrarem em hum rio, cujas correntes ascendião, que se não navegavam pelos montes. Por mais que Bruto os quiresse persuadir de que quanto se contava deste rio em huma mção de puetas, tinha mais força a sua peritigão, do que o discurso, e do que a suas ordens, e constantemente repugnáram o passaram no. Estão Bruto tem ainda huma vaidadeira das mãos de hum official, se meteo pelo rio, e os soldados milantes, entre o temor, e a admiração; mais levados do exemplo de seu general, entráram tambem investião com os inimigos, e os vencerão. Esta victoria costava os lusitanos na par. até a morte de Servilio Cépiao, filho do que mandou matar a Viriato.

208 - Fund. An. de B. 682 -

Os lusitanos não repudião acostumar ao jugo dos Romanos; nem a forma davel potencia de seus inimigos, nem o venera se elles tão debilitados, era feito

assar seguro para os conter. Jâmor de liberdade
dominava esta generosa Nação; tomou parte na
revolta dos Gallegos contra a República; Julio Cesar
que algum dia havia lançar os quilhões a' sua pátria
governada então a Hispanha Ulterior; e a primeira
noticia, que teve deste levantamento, se pôz em marcha
contra os inimigos, e os destruiu.

Cum se pôri esta victoria applicou inteiramente
a abolir abusos introduzidos na administração da His-
panha, no tempo do motim das guerras, que por tanto
annos alvoroçárao a Hispanha.

• 222. — Sendo regulado os negocios do Imperio (Octavio
que succedeo a Antonio), fez humã viagem a Hispanha,
onde se demorou por algum tempo para pacificar aque-
lla parte da Europa, onde alguns Povos, e entre outros
os Bricainhos (7), tinham ainda as armas nas mãos; supe-
ros estes, passou a Tarragona, onde se demorou alguns
dias, deu novo Rejimento para o Governo de Hispanha,
que repartio em seis provincias (8); a saber a Betica,
a Lusitania, a Gallicia, a Tarragonense, a Cartaginense,
a Frugitana.

(7) Os cantabros, que ja devia serem diversos dos Bricain-
hos.

(8) Dividio a Hispanha em tres provincias Lusitania, Betica,
e Tarraconense.

An. de J.C. 41. — 233 —

A Lusitania não teve mudança alguma no
governo no tempo de Claudio, successor de Caligula;
mas na Religião, querem que passase a Hispanha
por esas bras Sant-Iago, chamado o Mayor, Filho de
Zebedeos, e que illustrasse os povos d'este vasto País com
a luz do Evangelho. Manio discipulo de Sant-Iago,
destruiu o Paganismo na Cidade de Evora, Pedro subleto,
em Braga, e tratou entre os Lusitanos. Manio he con-

tado pelo primeiro Bispo de Evora (11): Valério, que go-
vernava a Lusitania, lhe deu a morte para debaixo
os progressos, que o Evangelho vá tendo com a sua
prefação. Depois Agrippa para afeição a si os Judeos,
tambem començou a perseguir a Igreja, e matou a
Sant-Iago recolhendo-se da Hespanha. Dizem, que seus
discipulos lhe guardarão o corpo, e que mettido em
hum navio, vieram apertar em Italia Italia na ponte
de Galliza, e que depois se trasladára para Conyostella
lido famoso em razão das romarias que para allí fazem
os povos christãos. Tal he a opinião dos Hespanhoes
a respeito de Sant-Iago, fundada na antiga tradição,
sem outra prova (12). Le havemos dos creditos a hum
historiador (Mr. Fleury) francez de grandes creditos, lan-
çado foi o primeiro, que de Roma, onde estava então.
Foi seus discipulos a annunciarém o Evangelho a
Italia, as Gallias, a Africa, e Ilhas vizinhas, e a Hespanha
onde ninguem antes o havia pregado. Le into he verdade,
he de suspellar, que Manio, e os mais que vierão a Hespa-
nha pregar a nova lei, recebessem a sua Missão imme-
diatamente de S. Pedro, e não de Sant-Iago. An. de S. S.

(11) Vero no Martyrologio, que compõe no tempo de Carlos
Magno, e outras antigas de S. Manio dizem, que fora creado
de hums Judeos no territorio de Evora. E da profissão de
S. S., que foi causa do seu martyrio, se colhe claramente
que não morreu antes do seculo V. As falsas etoronicas
o fizeram Bispo de Evora.

(12) A tradição da vida de Sant-Iago a Hespanha, tem
provas positivas, e antiquissimas; e os que negão esta vida,
he sem fundamento algum digno de assenso, veja-se
Alves Tom. III, e o Continuação. Tom. III da Hespanha l. 1.º

E. S. C. — Elío Adriano foy adorno de Frayens e filho de Adria
em Aten, cujo primo hermano fue exaltado a Natyrenadiga
noo
Departio o Governo da Hespanha em seis provincias,
Poetica, Lusitania, Galliza, Cartagena, Tarragona, Mau-

estância Fingetana (14).

(14) Esta divisão de Províncias atribuída a Adriano, he falsa: porque Polomus, que morreu depois de Adriano, e Dion. Cassio perto de cem annos daõ a Hespanha do' tres provincias.

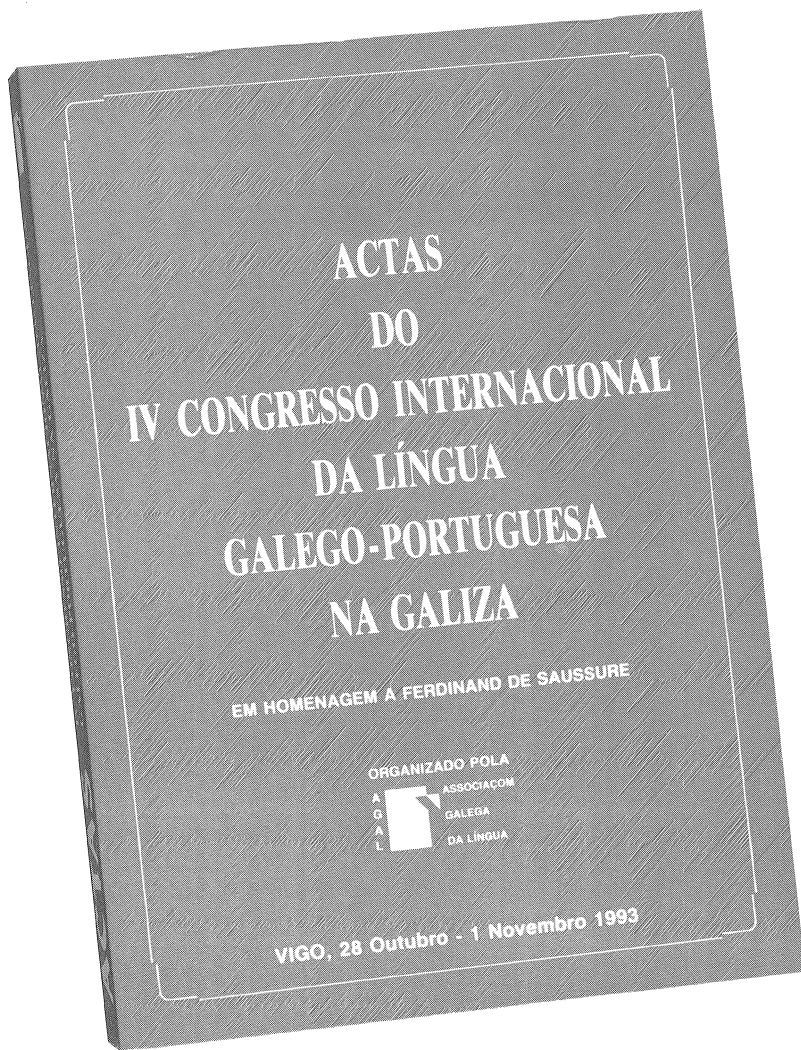
261 y 262 — Lucio Catello, ou Caio Atilio tendo alcançado algumas victorias dos Veiratos que infestavaõ as costas da Lusitania no reinado de Aureliano, se casou em Noba Cesarea, cidade situada nas margens do Tejo, e Colonia de outra cidade deste mesmo nome, que ha na Italia. Per-tencendem humas que fore natural a Braga, que era Ho-mem consular, e Presidente da Gallia, e da Lusita-nia; outras que erade origem Alemão, e era soberano de Noba Cesarea, que tinha conquistado, onde se esposou com Calgia na primeira esposa, moça rica, e formosa. Pario Calgia no primeiro anno de casada nove filhas, que tiveram por nome Basilia, Esmanina, Eumetria, Genetra, Victoria, Justeria, Marthina, Merxia, e W. V. J. gefortes, ou liberata. Atilio asombrado deste prodigio, e desconfiado da fidelidade de sua Mulher mandou q' que as suas nove filhas forem affogadas (18). Compadeceua Calgia da desgraça destes filhos, e mandou crear em regre-do por algumas Mulheres, que mandando-as baptizar as educarão na Religiao Christã. As suas amidades, na tardadaõ em visitar, elogs se fez publico o seu nascimento, e a sua fortuna. Esta noticia as arraigou mais no terrigo e deos que lhe conservou a vida com tao claro prodigio. Por este tempo publicou Aureliano hum editto de perseguição con-tra os Christãos, e cuja execucao se encargou Atilio

(18) Toda esta historia destas nove irmãs, he fabula do Padre Hiquera, autor dos Chronicos: nem irmãs forão, nem baptizadas. Hespanha Sag. tom. XIV. pag. 122, e seguintes.

na Lusitania, e tendo noticia de que haviaõ nove
somas na Lintania, que declaradamente professavãõ
a Religião Christã, as mandou comparecer ante o seu
Tribunal. Ao vellas, lentos movimentos de compaixãõ e
lamentou a sua sorte; e perguntando-lhe, quem fo-
llem? Filhas vras, lhe respondẽdo: o Deus, a quem adora-
mos, nos salvasse das mãos da morte para confessarmos
o seu nome em presença do mesmo, que nos pertendeo
ter a vida logo no mesmo instante que a comega-
vamos a gozar. Fôr em Athõ abalo este discurso; abra-
çou-as, e as levou a Calgã, em que foi igual o alvoroço; mas não durou
muito tempo esta consolação; Athõ queria obriga-
las a abjurar a Religião Christã; fugem-lhe de casa,
e são vítimas dos supersticiosos furros dos Pagaos.

269 — Os miseráveis negros

NOVIDADE



ACTAS
DO
IV CONGRESSO INTERNACIONAL
DA LINGUA
GALEGO-PORTUGUESA
NA GALIZA

EM HOMENAGEM A FERDINAND DE SAUSSURE

ORGANIZADO PELA
ASSOCIACOM
GALEGA
DA LINGUA

VIGO, 28 Outubro - 1 Novembro 1993

ANTOLOGIA

Territórios

Carlos PENELA MARTIM

(Vigo)

*«We are a dispersed people
whose history is a sensation of opaque fidelity.
When or why our exile began
among the speech-ridden, we cannot tell...».*

(From the land of the unspoken)

Seamus Heaney

DESCRIPCIÓN DOS SIGNOS

Era um idioma transmitindo-se nas famílias
com esses ásperos cálculos que arrastra o desafecto
era umha mensagem atravessando umha fidelidade obscura
de emblemas gastados, de nomes matizados com o tempo.
Sentiam-se actos imóveis no ar, luas sucedendo
acerando a memória...

E nós, nós escuitando um rio entre as árvores
agardando por um atardecer de nostalgia libertada.

Era tudo isso, casas, pedras, invernos
silêncio que pesava demasiado nos coraçõs.

Hoje é igual, hoje seguimos vivendo os dias
com um futuro que habita numha pertença de coroas desposuídas
com umha prosperidade de ingratos sustentos para a alma.

Este é um património quente e terrível
como o nascer de um animal antigo, estranho.
Onte, sabíamos nomes aprendidos através da noite

agora; perpetuamos golpes numha história sem retorno.
Os primogénitos vinhérom ao mundo
acostumados a palavras que nom explicam nada.
Existem símbolos que anunciárom esta estirpe com águas silenciosas
hábitos que dam difusas claves sobre nós.
Tristemente lembramos o mar aquelas tardes
a vida como umha pátria de cinza propagando-se na infância
Já nom residiremos nunca na indulgência.
A nossa paz habita mais alá da dor.
Estám os meus recordos endurecidos como sílice
e todo o que vimos nos pertence agora com eternas feridas:
Cavalos latendo, bandeiras sobre os mortos, tambores
negros retratos, pólvora, oraçons.
A voz de muitos perdeu-se entre o marasmo.
Outros, seguírom falando ocultos entre óleos e perfídia.
Este é o passado que nos dérom, este é um tempo
depositado no ódio, nos abelhados verbos das famílias
que ninguém vai agora apagar.
A lei desta casa confundiu-se com o mesmo bramido
que alimentárom as décadas
com um lodo antigo que conduzia a códices fervendo na brancura.
A idade do nosso coração segue obedecendo
esses códigos de ira e vendaval.
Afiançava-se umha crença de azeites furibundos
mas houve quem contemplou pétalas mortas na verdade.
Tudo acontecia como numha viagem na paciência e a desapareçom
como umha lentura irreal onde talvez nom existíssemos.
A minha lembrança está feita com olhadas frias ao amanhecer
com a herança acendida do pranto e os estábulos
com a leitura de um silêncio
no que ninguém queria pronunciar o amor.
Fôrom dias para compartilhar ásperas languages, ritos fechados, tristeza.
O fermento da doçura já nom está entre nós.
Ainda nascem filhas com nomes que fam chorar só de pensá-los
ainda escoam das nossas maos resinas
que procedem do desprezo.
Mudárom as estaçons e alguns fôrom pactando com o olvido.
Hai um escândalo de acácias calcinadas entre os habitantes
nas abóbadas deste relato enrarecido como um légamo.
Percebo em todo o que sucede
a possibilidade de umha substância na despossessom.
A razom que nos protegia
foi envelhecendo os nossos lábios
com umha incomprensível descriçom de signos.

ABRIL

Grandes dias com olor a água fôrom recebidos
lentamente. Era Abril. Era Abril como um idioma adventício
como um vinho nom concertado, lento
pacificando os coraçõs.

Nom houvo outra conduta que nom fosse o desafecto.
Essa mesma crueldade subtil sucedeu na memória
e como numha majestade cinzenta
progredírom os nossos nomes naquele território
onde só existia a opacidade.

Grandes dias com olor a água evitárom
aqueles imprezíveis venenos que se fôrom pousando
na nossa condiçom de seres frios e plácidos...
Prevalece ainda em nós essa espécie obscurecida
com o vencimento, algo como um ruído de deslucidas serpes
sobre as maes, a sua triste luz através de dias estranhos.
Era Abril. Era Abril igual que umha suntuosidade branca
sucedendo naquele território abandonado polas palavras.
Um estrondo de madeiras gastadísimas
é agora toda a música que alberga a minha alma.
Essa foi também a única liberdade que tivo o meu país
na infância:

Páramos azulados polos ritos e a quietude
num sabor a óxido no sítio da doçura
cáncaros negros, olvido...

Grandes dias com olor a água fôrom recebidos
lentamente. Era Abril. Era Abril deixando
umha mensagem estagnada em vozes de caliça
em golpeadas frondes de esquecimento e de brancura.

*«baina nire aítaren etxea
erinnen du
zutik»*
(mas a casa do meu pai
continuará
em pé)

Gabriel Aresti

HERANÇA

Estará a casa do teu pai como estivo a noite
conversando entre vós, reunindo-vos com o propósito
do olvido, acabará derrubando-se a sua presença
com a desídia e o silêncio?

Hoje, depois das longas chuvas que acompanhárom à brancura
do coração, depois de umha lentura memorial
que fijo dócil a vossa dor perante os nomes do ódio e os outonos
e reconciliou o vencimento da tua estirpe triste
com os dias minerais e dominados do fascismo
hoje, um vendaval de pássaros sem música
desceu desde a tua infância
e pudeste contemplar essa imensidade do desafecto
inaugurando como cinza, umha despossession na tua memória.
Cruzaste longos territórios sem origem
onde depositar o horror, onde refugiar o teu idioma
entre lenços branquíssimos
e ir cauterizando lentamente a desesperança...

Escuita agora o vento entre as arvoredas
escuita essa chamada que te pertence
com o memo sabor da argila molhada, das noites frias.

A casa do teu pai está habitada
com umha sombra extensa que anuncia
colericamente o vosso coração.

Di-me, nom sentes em toda esta queda
o tempo como umha sentina de broça e palavras
nom sentes toda a carência que fostes guardando
nessas maos de lama, di-me
nom sentes também a pulsação de certos emblemas frágeis
das gerações tuas como um desígnio inevitável
alastrando-se ainda nos anos?

Cunde a púrpura da tristeza
no interior desta casa só, espalha-se
o pensamento do teu pai através dos dias
e igual que cicuta penetra
umha idade diferente no vosso coração.

É por iso que debes agora, quando todo parece umha noite
ampla e obstinada sobre as feridas e os recordos
escuitar na tua alma esta herança
de instrumentos honoráveis, defesa
dum lugar onde houve umha vez
um tempo de magnólios e diáfanas linguagens.

Pedra sobre pedra
o firme futuro desta casa.

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

A PRESIDENTA DA ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA, DIRIGIU-SE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PORTUGUESA PARA INFORMÁ-LO SOBRE A GRAVÍSSIMA SITUAÇÃO EM QUE SE ACHA A LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA

Por motivo da visita que realizou o Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, a Presidenta da Associação Galega da Língua, Professora Doutora Maria do Carmo Henriques, enviou-lhe umha carta em que o informava sobre a gravíssima situação em que se acha a língua portuguesa nesse território tam próximo de Portugal.

No seu escrito dizia textualmente:

1. Como é bem sabido, a língua portuguesa ultrapassa na Península Ibérica os domínios políticos do Estado Português. Os falares autóctones da Galiza fazem parte da comunidade lingüística Luso-Galego-Africano-Brasileira, como tenhem testemunhado conceituados romanistas europeus (Cfr. por ex. *Nova Gramática do Português*, dos Professores Cintra e C. Cunha).

2. Apesar deste postulado da Romanística e da evidência —para comunicarmo-nos Galegos e Portugueses nom precisamos de intérpretes!—, nos últimos quinze anos e com mais intensidade e violência desde o momento em que chegou o Sr. Fraga a presidir o Governo Galego, pessoas, colectivos, associações, trabalhadores, profissionais, escritores, intelectuais, etc. estamos a ser sistematicamente marginalizados, perseguidos e agredidos nos mais elementares Direitos Humanos (liberdade de expressom, liberdade de cátedra, possibilidade de difundir livremente as nossas ideias, sanção laboral e/ou administrativa, etc.) polo facto de sermos consequentes com esta realidade histórica e lingüística e propugnarmos que a língua que se fala na Galiza é a mesma que a língua que se fala em Portugal.

3. Se esta é a situação na Galiza, nom deixa de ser paradoxal que por parte de determinadas instituições portuguesas:

a) Nom tenha havido umha resposta oficial e até umha tomada de posição oficial sobre o processo de glotofagia de que é vítima a língua portuguesa na Galiza.

b) Até se poda promover para desempenhar o cargo de Directora do Centro CAMOENS da cidade de Vigo, umha professora que se tem manifestado publicamente beligerante com os postulados que lhe tenho exposto anteriormente.

c) Instituições portuguesas cheguem a subsidiar a edição de livros de escritores portugueses, adaptados a um 'patois' esterilizante.

d) Se aproveite a Cátedra de Língua e Cultura Galega da Universidade de Lisboa por parte do Professor Doutor Ivo de Castro para expandir a ideia de na Galiza e em Portugal se falarem línguas diferentes, o que acarreta que se promovam «traduções» do Português para Galego, que se promovam determinados professores portugueses para que apoiem esta premissa, etc., dentro de um programa constituído por práticas e gestos que em Sociolingüística costuma caracterizar aos conhecidos com a denominação de 'bastardos culturais'.

4. Nom deixa de ser hipócrita o comportamento e atitudes do Sr. Fraga quando proclama ser amigo de Portugal e dos Portugueses, enquanto na Galiza nom se cansa de perseguir cidadãos e colectivos que na prática diária damos provas de lealdade e defesa da língua portuguesa na Galiza. Nom deixa de ser paradoxal que todas as iniciativas que se promovam por parte do Governo Galego e do Governo Português, nunca se promova a que na nossa opinião é a mais importante: *o público reconhecimento da nossa língua comum*, que justamente neste ano de 1996 leva *oito séculos com plasmação de língua literária escrita*.

Por todo o que acabo de expor, polo simples facto da «DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS» e pola *obriga que tem por mandato constitucional de velar pola dignidade da língua portuguesa em todo o mundo*, com o maior respeito, SOLICITO-LHE em nome da ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA:

1.º Que exija do Sr. Fraga e do seu Governo o público reconhecimento de *na Galiza se falar a mesma língua que em Portugal*.

2.º Que exija do Sr. Fraga e do seu Governo que, polo menos, nom persiga, nom discrimine, nom marginalize, nom sancione, nom expediente cidadãos, empresas, colectivos, profissionais, intelectuais que defendemos na Galiza a identidade idiomática através de umhas Normas Ortográficas e Morfológicas.

3.º Nesta via de aproximação seria de grande interesse que os cidadãos galegos pudessemos ver a televisom portuguesa. Dado que o sinal da televisom galega já pode ser vista no Norte de Portugal, solicitamos que haja reciprocidade.

4.º Que os acordos e tratados entre os dous países que registrem a realidade lingüística que aproxima Galegos e Portugueses e nos projecta em toda a Europa, internacionalmente, e singularmente nos países dos PALOP.

Na seguridade de receber a sua considerada atençom e de merecer a sua distinta sensibilidade, fico ao seu dispor para qualquer informaçom e aproveito a oportunidade para me subscrever com a maior consideraçom,

Asso. Maria do Carmo Henriques
(Professora Catedrática da Universidade de Vigo
e Presidenta da Associação Galega da Língua)

O mesmo dia da visita fijo-se público esta Manifesto dos Grupos reintegracionistas da Galiza e Portugal:

FRAGA IRIBARNE E O SEU GOVERNO EXTERMINAM A LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA

REINTEGRACIONISTAS CONCENTRAM-SE NO ADRO DE SAM DOMINGOS

Hoje sábado, día 25 de Maio, às 13 horas, reintegracionistas de toda a Galiza concentraram-se para desmascarar a política farisaica e o duplo discurso do senhor Fraga Iribarne que em Portugal declara que o Galego e o Português som a mesma língua e o mesmo povo e na Galiza comporta-se como ditador e inquisidor contra os cidadãos que simplesmente defendemos que o Português é a língua da Galiza.

O senhor Fraga Iribarne e o seu Governo, ao lhe conceder a Medalha de Ouro de Galiza ao Presidente da República Portuguesa, tenta camuflar a sua atitude anti-portuguesa, antes do que reconhecer os méritos do mais alto dignatário de Portugal.

Os reintegracionistas denunciámos, mais umha vez, a situaçom insustentável que sofrem os cidadãos num Estado que se diz democrático e de direito, simplesmente por razão de língua, situaçom que vai em contra do quadro jurídico espanhol e da declaraçom universal dos direitos humanos.

Por isso, os reintegracionistas exigimos a imediata readmissom dos profissionais despedidos e processados e que se derroque, de umha vez, o Decreto Filgueira, por impor umhas aberrantes normas que procuram a morte do galego.

Os reintegracionistas denunciámos a repressom sistémica e o terror instalado no ambiente, que provoca que o povo galego se auto-reprima e, por conseguinte, nom poda ser um povo livre e viver em liberdade, terror que nom é mais do que umha continuaçom do aplicado polos que parecem ser filhos e herdeiros do fascismo de 1936.

Os reintegracionistas esperamos poder entregar um amplo relatório sobre a situaçom da língua da Galiza, ao sermos recebidos proximamente no Palácio de Belém polo Presidente da República Portuguesa.

Na Galiza, a 24 de Maio de 1996.

«OS GRUPOS REINTEGRACIONISTAS DA GALIZA E PORTUGAL»



Casa Civil do Presidente da República

Exma. Senhora
Prof. Doutora Maria do Carmo Henriques
Apartado 453
32080 OURENSE
ESPANHA

487 11. JUNHO.96

Encarrega-me Sua Excelência o Presidente da República de agradecer a sua carta de 14 de Maio, de cujo conteúdo tomámos a devida nota.

Agradecemos também o envio da Revista AGÁLIA que teve a gentileza de juntar à sua exposição.

Com os melhores cumprimentos,

Pol' O Chefe da Casa Civil

António Gouveia

Manifestantes apuraram Iribarne e exigiram a independência

Sampaio recebido na Galiza com a «Grândola, Vila Morena»

Manifestantes empunhando bandeiras portuguesas e galegas entoaram ontem em Santiago de Compostela, Espa-

na, a canção «Grândola, Vila Morena», símbolo do 25 de Abril e da revolução que derrubou a ditadura do Estado Novo.

A meia centena de pessoas começou a cantar o célebre tema de Zeca Afonso à passagem do Presidente da República, Jorge Sampaio, que no âmbito da visita que efectua a Espanha esteve ontem na capital da Galiza.

A manifestação decorreu enquanto o Chefe de Estado depunha uma coroa de flores junto ao Panteão dos Galegos Ilustres, situado na Igreja de «Santo Domingo de Bonaval».

«Galiza e Portugal falamos igual», «Galego e Português a mesma língua é» — foram frases gritadas pelos manifestantes, que também apuraram o presidente do Governo Autónomo da Galiza, Fraga Iribarne, e exigiram a «independência» e a queda da monarquia, símbolo da unidade do Estado espanhol.

Os «grupos reintegracionistas da Galiza e Portugal», que se manifestaram para desmascarar a alegada «política farisaica e o duplo discurso de Fraga Iribarne», distribuíram um comunicado onde expressam a pretensão de serem recebidos no Palácio de Belém.

Acusaram Iribarne de declarar em Portugal que o galego e o português são a mesma língua e o mesmo povo e na Galiza comporta-se como um ditador contra os cidadãos que simplesmente defendessem que o português é a língua da Galiza. Estavam também expostos alguns cartazes onde se reclamava o «reintegracionismo linguístico» e o «monolinguismo social» entre galegos e portugueses.

Momentos antes, Jorge Sam-

paio tinha afirmado que os povos português e galego «continuarão a ser fiéis à história, à cultura e aos seus interesses comuns».

O presidente da República discursava na cerimónia da sua condecoração com a Medalha de Ouro da Galiza, pelo Presidente do Governo galego, Fraga Iribarne, de quem disse manter o «talento raro de renovar e de aprofundar» a amizade com Portugal.

O Chefe de Estado português entregou a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago de Espada a Fraga Iribarne, «um dos pais da Constituição» espanhola e cujo «papel conhecido de estadista é uma referência indispensável» na Europa e na Península Ibérica, referiu.

Sampaio conclui hoje visita às Espanhas

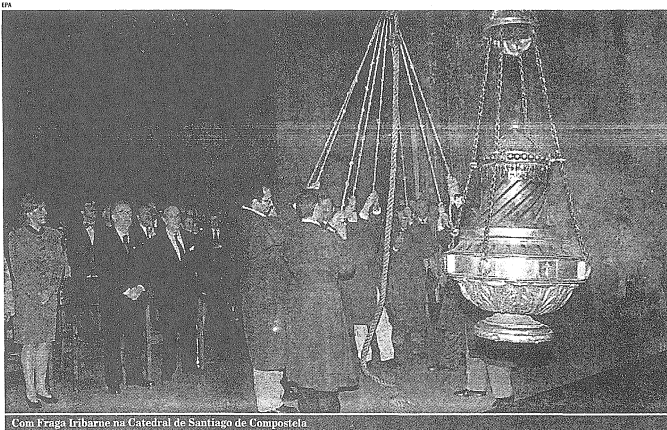
DOMINGO, 26 MAIO 1998

Com chuva e afecto

TERMINA HOJE, com uma visita a Salamanca, a comunidade de Castela e Leão, a visita às Espanhas do Presidente da República. Ontem foi dia de périplo por Santiago de Compostela, encurtado por um persistente aguaceiro. Uma estadia com chuva e afecto.

«É um talento raro o seu, o de renovar e agridar todos os dias a sua amizade para com Portugal e todos os portugueses», disse Jorge Sampaio ao presidente da comunidade autónoma da Galiza, antes de lhe entregar a ordem militar de Santiago de Espada. Em resposta, Manuel Fraga Iribarne falou de relações históricas e de hábitos de contacto, do «sentimento compartilhado da 'saúde' que tanto diz do amor dos homens pela sua terra e pela similar vocação marítima, atlântica, das nossas gentes». Ou, como resumiria Sampaio após receber a medalha de ouro da Galiza: «Esta visita foi uma fortíssima prova de afecto».

Em Santiago, a dos oito caminhos dos peregrinos, foram muitas as provas desta familiaridade, do reconhecimento mútuo. Na catedral da cidade, na espectacular cerimónia do «toça fumeiro», havia peregrinos portu-



Com Fraga Iribarne na Catedral de Santiago de Compostela

gueses; no Centro Galego de Arte Contemporânea, com trago de Siza Vieira, foi celebrada a cooperação luso-galega com a apresentação de um número especial da revista «Colóquio Letras» dedicando à literatura galega.

À margem do programa oficial, houve referências mais clamorosas a esse património comum, na realização de duas manifestações em Santiago de Compostela. Uma, de manhã, promovida pela Associação Galega da

Língua, com duas dezenas de participantes a surpreenderem a comitiva, defendendo que o idioma galego é português. E deram voz ao seu protesto cantando «Grândola Vila Morena» e com palavras de ordem diretas — «Galiza e

Portugal, falamos igual!», «Galego português a mesma língua!» —, além de referências diplomáticamente embaraçosas — «Viva Portugal, abaixo a monarquia!» e gritos de «Independência!».

A outra, à tarde, fora convoca-

da por sectores radicais de esquerda e apoiantes da insubmissão ao serviço militar obrigatório. Percorreu algumas artérias na cidade, clamando contra os generais e transportando bandeiras portuguesas.

Referidos foram também os programas comunitários, o «meulheiro» para projetos de infra-estruturas de comunicações. O Presidente da República incitou a sociedade civil a um papel mobilizador e motivador.

Por fim, um último episódio no vasto capítulo das proximidades. Sampaio visitou o convento de San Paio, de religiosas anglicanas, e levava-lhes notícias das suas famílias. Eram novas tranquilizadoras, tendo o Presidente da República assumido o papel de mensageiro da banana.

Hoje, em Salamanca, num programa apertado e numa agenda carregada, a proximidade volta a estar em evidência. As terras de Castela e Leão, como as áreas do outro lado da rai, estão económica e socialmente deprimidas e nas missas espanholas trabalham alguns milhares de portugueses. ■

Hugo Ribeiro
em Santiago de Compostela

ENCONTRO CULTURAL EM BURELA

Organizado polo grupo local da Asociación Galega da Língua em Burela, os días 12, 13 e 14 de Julho tivo lugar un encontro cultural sob o tema «*A língua: o maior tesouro colectivo*». No programa de actos, além de marcar as actividades e horário de cada sessão, punha-se em destaque que mesmo nas condições mais adversas, a cultura galego-portuguesa seguia viva e apresentava sintomas de retomar aqueles altos voos atingidos noutrora. Estes últimos 150 anos de resistência activa absorvêrom tempo, recursos económicos e até a própria vida de muitas gentes. Hoje a intensidade do conflito pede-nos mais do que podemos dar. As actividades associativas (elaboração e publicação de livros, revistas, celebração de reunions, congressos...) exigem-nos umha hiperactividade por vezes difícil de resistir.

Com estas três jornadas na Marinha pretendia-se retomar folgos conhecendo o país, informando-nos e desfrutando de diversas actividades lúdicas. É tempo de descansar e conviver. Estamos seguros de que estas terras cántabras som o lugar idóneo; aqui sodes recebidos com os braços abertos. Estamos à vossa espera.

O programa estruturou-se do modo a seguir:

Día 12. 20,00 h. Abertura das actividades. Recepção de participantes.

22,00 h. Tertúlia literária. Recitação de poesia.

Día 13. 10,00 h. Abertura da Feira de livros, discos e outros produtos culturais galego-portugueses.

12,00 h. Conferência. Relator Prof. José Martinho Montero Santalha (Universidade de Vigo), «*Do Grupo de Roma à actualidade: 30 anos de estudo e ensino reivindicativo*».

16,00 h. Itinerário cultural. Visitas programadas.

19,00 h. Mesa Redonda: «O novo associacionismo cultural: experiências».

21,30 h. Jantar e velada musical.

Día 14. 10,00 h. Feira.

12,00 h. Mesa informativa: «O galego-português nos âmbitos comercial e empresarial».

13,00 h. Encerramento do encontro.

Os meios de comunicação informárom desta actividade.

Encontro Cultural

A LÍNGUA: O MAIOR TESOURO COLECTIVO

Burela

12, 13 e 14 de Julho, 1996

Organiza:  ASSOCIAÇÃO
GALEGA
DA LÍNGUA

Incluye tertulias, una conferencia y una feria de libros y discos

Agal iniciará el viernes un Encuentro Cultural en Burela

VIVEIRO

Redacción

La Asociación Galega da Língua (Agal) organiza durante este fin de semana en Burela un Encontro Cultural cuyo tema central será *A língua: o maior tesouro colectivo*. La mayor parte de los actos programados se celebrarán en el local A Zaranda, que con ese simposio continúa alentando actividades culturales.

Comenzará a las ocho de la tarde del viernes, con la recep-

ción de participantes, quienes para inscribirse pueden llamar al teléfono 58 59 43. La primera actividad tendrá lugar a las diez de la noche, cuando A Zaranda acogerá una tertulia literaria y un recital de poesía.

El próximo sábado, a las diez de la mañana, se inaugurará en A Zaranda una feria de libros, discos y «otros productos culturais galego-portugueses». Dos horas después, en el salón de actos de la Casa do Mar, el profesor de la Universidad de Vigo José

Martinho Montero Santalha pronunciará una conferencia titulada *Do Grupo de Roma á actualidade: 30 anos de estudo e ensino reivindicativo*.

Por la tarde habrá un itinerario cultural, con visitas programadas, una mesa redonda en A Zaranda sobre *O novo asociacionismo cultural* y una cena y velada musical.

El domingo proseguirá la feria, celebrándose a mediodía una mesa informativa sobre el gallego portugués en el comercio y la empresa.

EL PROGRESO, miércoles 16 Julio 1996

El 'Encuentro Cultural' contará con una feria galaico-lusa

BURELA. DELEGACIÓN

Burela acogerá el próximo viernes, sábado y domingo el primer Encontro Cultural de A Mariña, organizado por la AGAL (Asociación Galega da Língua) y el burelés café A Zaranda, y que tendrá como tema central *A língua: O maior tesouro colectivo*.

Según la organización "con estas tres jornadas de Mariña pretendemos retomar folgos conociendo o país, informándonos e disfrutando de actividades".



El encuentro se inaugurará el viernes con la recepción de los participantes y con una tertulia literaria y recital de poesía que comenzará a las diez de la noche.

En la mañana del sábado tendrá lugar la apertura de una feria de libros, discos y otros productos culturales gallego-portugueses. Al mediodía, el profesor José Mariño Montero Santalla, de la Universidad de Vigo, impartirá una conferencia que tienen como objetivo relatar la trayectoria en los últimos 30 años del "Grupo de Roma". La tarde del sábado contempla la realización de distintas visitas culturales en la zona de A Mariña, así

como la mesa redonda: *O novo asociacionismo cultural: experiencias*. La jornada terminará con una cena y posterior velada musical.

El domingo habrá una feria y la mesa informativa titulada *O gallego-portugués nos ámbitos comercial e empresarial* culminarán estas jornadas que se clausurarán sobre la una del mediodía.

Las ferias y las actividades lúdicas se celebrarán en el Café A Zaranda y la conferencia y mesa redonda tendrán lugar en el salón de actos de la casa del mar de Burela.

Las inscripciones podrán realizarse llamando al 982-58.59.43.

V CONGRESSO INTERNACIONAL DA LÍNGUA GALEGO-PORTUGUESA NA GALIZA

A ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA realizou o *V Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza* na seqüência dos trabalhos e das conclusões aprovadas no *I Congresso* (Setembro, 1984 - **Actas**, 1986), as normas estabelecidas no *II Congresso* (Setembro, 1987 - **Actas**, 1989), conclusões do *III Congresso* (Setembro-Outubro, 1990 - **Actas**, 1993), e conclusões do *IV Congresso* (Outubro-Novembro, 1993 - **Actas**, 1996), com o ânimo convencido de que encontros desta natureza som foros de debate e intercâmbio de ideias sobre a problemática actual e o futuro da nossa língua e de outras línguas da Europa em situação de minorização.

O Congresso teve lugar os dias 13 a 16 de Novembro de 1996 no auditório do Centro Cultural Caixavigo e no Paraninfo da Universidade.

Fôrom objectivos deste *Congresso*, entre outros:

a) Impulsar todos os trabalhos encaminhados a analisar, clarificar e questionar a situação lingüística na Galiza.

b) Apresentar projectos globais ou pontuais que dem resposta efectiva à planificação lingüística.

c) Consciencializar e interessar todos os cidadãos deste País que colaborem activamente na dignificação e na normalização dos usos do idioma neste segmento da Comunidade Lingüística Galego-Portuguesa que conhecemos pelo nome de GALIZA.

d) Pôr de manifesto os problemas que a nossa língua apresenta no mundo, nos diversos espaços e formas em que é falada, com vista a fortalecer os laços, denunciar os problemas e trabalhar, no possível, solidariamente para a sua solução.

e) Contribuir para um frutífero diálogo entre as literaturas lusófonas, tendo como alvo o intercâmbio de experiências relativas ao fenómeno literário e o conhecimento e divulgação das produções mais significativas.

f) Estabelecer formas de intercâmbio e cooperação no âmbito da investigação científica, cultural e pedagógica com a comunidade científica internacional —com preferência de expressões galego-portuguesa— e também com aquelas comunidades onde existir conflito lingüístico, como Euskal Herria e Países Catalães.

g) Render homenagem a Joan Coromines, Membro de Honra da Associação Galega da Língua.

O *V Congresso* estruturou-se em quatro grandes blocos:

I. Ciências da linguagem, em que serão abordados temas de Lingüística, Sociolingüística, Psicolingüística, Luslingüística, Didáctica da Língua, Glotopolítica e Filologia. Também se abordarão neste apartado temas tocantes à Teoria e Prática da Tradução, teoria e prática da elaboração do léxico e terminologia, da elaboração gramatical, filológica, dialectológica, grafemática, fonologia, etc.

II. Teoria e Crítica Literárias, destinado a debater os problemas da Ciência Literária, Literatura Geral e Comparada, História das Literaturas (nomeadamente de língua galego-portuguesa), Sociologia da vida literária, etc.

III. Estado actual das vertentes do português no mundo, dedicado a estudar e debater a situação do português no mundo e os problemas e perspectivas da nossa língua nos cinco continentes.

IV. Estudo da obra e dos contributos do Professor Joan Coromines na Lingüística e Filologia Românica e Hispânica.

Os trabalhos do *V Congresso* centraram-se em *comunicações livres, ponências, conferências e mesas-redondas e colóquios*, ao final de cada sessão.

Fôrom línguas do *V Congresso*, além do galego-português em qualquer das suas normas cultas (e de preferência), todas as línguas românicas e o inglês.

O *Comité Científico* esteve integrado por:
Eugenio Coseriu (Univ. Tübingen, Alemanha)
Sílvio Elia (Univ. Fed. Fluminense, Rio de Janeiro)
Antoni Ferrando (Univ. València)
Brian Head (Univ. do Minho)
M.^a do Carmo Henriques (Univ. Vigo)
Hans - J. Niederehe (Univ. Trier, Alemanha)
José Luís Rodríguez (Univ. Santiago)
Sebastià Serrano (Univ. Barcelona)

A *Comissom Organizadora* esteve presidida por M.^a do Carmo Henriques e constituída por:

Isaac Alonso Estravis (Univ. Vigo)
Alexandre Banhos (Vigo)
Nemésio Barxa (Vigo)
Oscar Diaz Fouces (Univ. Vigo)
Miguel A. Esparza Torres (Univ. Vigo)
José Martinho Montero Santalha (Univ. Vigo)
César Morám Fraga (Corunha)
Carlos Quiroga Díaz (Univ. Santiago)
Henrique Rabunhal (Corunha)

HORÁRIO DO CONGRESSO

Dia 13 (Quarta-feira)

13,00 h.: **Inscrições, recepção de congressistas e entrega de material.**

16,00 h.: **Sessão de abertura.**

16,30 h.: **Sessão 1.^a (única).**

Presidenta: Profa. Doutora M.^a do Carmo Henriques (Univ. Vigo).

Conferência plenária.

Prof. Doutor Eugénio Coseriu (Univ. Tübingen): «A norma e o ensino das línguas».

18,00 h.: **Sessão 2.^a (única).**

Presidente: Prof. Doutor Sílvio Elia (Univ. Fluminense, Rio de Janeiro).

Conferência plenária.

Prof. Doutor J. Niederehe (Univ. Trier): «Los catalanes y la gramaticografía de la Edad Media».

19,30 h.: **Mesa-redonda:** «As línguas e a norma lingüística».

Presidente: Prof. Doutor E. Coseriu (Univ. Tübingen).

Participam: Prof. Doutor Sílvio Elia (Univ. Fluminense); Prof. Doutor H. J. Niederehe (Univ. Trier); Prof. Doutor José Luis Rodríguez (Univ. Santiago); Prof. Doutor Amadeu Torres (Univ. do Minho).

Dia 14 (Quinta-feira)

9,30 h.: **Sessão 3.^a (única).**

Presidente: Prof. Doutor Telmo Verdelho (Univ. de Aveiro).

Comunicações:

Prof. J. Costa (Univ. Pompeu Fabra, Barcelona): «El concepte de «norma» en lingüística, sociolingüística i planificació lingüística».

M. J. Herrero V. (Univ. Corunha): «Os novos galegos e o uso do galego como *inciso* conversacional».

Prof. J. Rodrigues Gomes (Vigo): «Contributos sobre a correção do galego-português no *barallete*».

Prof. Doutor E. Torres Feijóo (Univ. Santiago): «Os caminhos da reintegração: umha perspectiva desde a Literatura».

11,30 h.: **Sessão 4.^a (única).**

Presidenta: Profa. Doutora Aurora Marco (Univ. Santiago).

Ponências:

Prof. Doutor Celso Álvarez-Cáccamo (Univ. Corunha): «Discurso político, poder e ideologias lingüísticas».

Prof. A. Gil Hernández (Corunha): «O galego normativo da «Xunta de Galicia»: Dialelização do portugués da Galiza ou simples sanção administrativa dum crioulo castelhanu».

Prof. Doutor Amadeu Torres (Univ. do Minho): «Melo Bacelar, notável lexicógrafo e gramático portugués da Aufklärung, pouco conhecido».

13,00 h.: **Sessom 5.ª (única).**

Presidente: Prof. Doutor Hans J. Niederehe (Univ. Trier).

Conferência plenária.

Prof. Doutor Evanildo Bechara (Univ. do Estado-Rio de Janeiro): «Os estudos de etimologia portuguesa e a obra de Joan Corominas».

16,00 h.: **Sessom 6.ª (simultânea). No Auditório Caixavigo.**

Presidente: Prof. Doutor Sílvio Elia (Univ. Fluminense).

Conferência:

Prof. Doutor Brian Head (Univ. do Minho): «Afinidades lingüísticas no NO da Península Ibérica: origem e expansão».

No Paraninfo da Universidade (rua Areal).

Presidente: Prof. Doutor Roberto Dengler (Univ. Salamanca).

Conferência:

Prof. Doutor Joan Fontcuberta (Univ. Autònoma. Barcelona): «Alguns problemes de traducció en situació bilingüe».

17,00 h.: **Sessom 7.ª (simultânea). No Auditório Caixavigo.**

Presidente: Prof. Doutor José Luís Rodríguez (Univ. Santiago).

Comunicações:

Prof. Diéguez (Univ. Santiago): «Nomes de origem literária na documentação galega baixo-medieval».

Prof. P. Fernández Velho (I. Júlio Prieto Nespereira. Ourense): «Afinal, que modelo de língua para 2000».

Prof. José H. Peres (Lugo): «Portugués europeu, portugués americano: aspectos quantitativos».

Prof. J. A. Souto (Univ. Santiago): «As falsificações históricas na Galiza do século XVII».

No Paraninfo da Universidade (rua Areal).

Presidente: Prof. Doutor M. A. Esparza Torres (Univ. Vigo).

Comunicações:

Prof. Doutor Ó. Díaz Fouces (Univ. Vigo): «Apontamentos sobre a vida e obra de I. Ribera i Rovira, tradutor e divulgador da cultura portuguesa».

Profa. Doutora E. Sánchez Trigo (Univ. Vigo): «Intertextualidad y traducción en la lírica medieval».

Prof. Doutor J. M. Dasilva (Univ. Vigo): «Alguns contrastes lingüísticos na difusão e tradução de textos literários luso-brasileiros».

19,30 h.: **Mesa-redonda:** «Línguas, usos e Planificação Lingüística».

Presidente: Prof. Doutor Celso Álvarez-Cáccamo (Univ. Corunha).

Participam: J. L. Álvarez Enparantza (Univ. País Basco); M. C. Henriquez (Univ. Vigo); M. Pueyo (Univ. Lleida).

Dia 15 (Sexta-feira)

9,00 h.: **Sessom 8.ª (única). No Auditório Caixavigo.**

Presidente: Prof. Doutor Antónío Rifón (Univ. Vigo).

Comunicações:

Prof. I. Alonso Estravis (Univ. Vigo): «A *lenga lenga* popular galega como meio de ensino».

Profa. Doutora I. Báez (Univ. Vigo): «Preliminares para el estudio del orden de elementos en español medieval».

Profa. Doutora L. Blanco (Univ. Vigo): «Extranjerismos en la publicidad».
Prof. Doutor L. Garcia Soto (Univ. Santiago): «O compromiso ético-político em literatura».

11,00 h.: **Sessom 9.^a (única). No Auditório Caixavigo.**

Presidente: Prof. Doutor X. Lamuela (Univ. Girona).

Conferência:

Prof. Doutor José Luis Álvarez Enparantza (Univ. País Vasco): «Contribuciones de Joan Corominas a la historia de la lengua vasca».

12,00 h.: **Sessom 10.^a (única). No Auditório Caixavigo.**

Presidenta: Profa. Doutora Luisa Blanco (Univ. Vigo).

Ponências:

Prof. Doutor C. Da Costa Assunção (Univ. Trás-os-Montes): «Fernão de Oliveira - primeiro gramático lusófono».

Prof. Doutor G. Sobiela-Caanitz (Suiça): «A síntese do romanche e a modificação do artigo 116 da Constituição suiça».

Prof. Doutor T. Verdelho (Univ. de Aveiro): «Dicionários etimológicos portugueses».

16,00 h.: **Sessom 11.^a (simultânea). No Auditório Caixavigo.**

Presidente: Prof. Doutor Leodegário A. de Azevedo Filho (Univ. Rio de Janeiro).

Comunicações:

Profa. Doutora M. P. Garcia Negro (Univ. Corunha): «Defesa da Literatura».

Profa. I. Morán Cabanas (Univ. Santiago): «O deslouro das damas no *Cancioneiro Geral*».

Prof. Doutor C. Quiroga (Univ. Santiago): «Sa Carneiro desde Pessoa».

Prof. Doutor H. Rabunhal (Corunha): «Análise de *A Soldadeira*, de Luis Seoane».

No Paraninfo da Universidade (rua Areal).

Presidente: Prof. Doutor E. Coseriu (Univ. Tübingen).

Conferência:

Profa. Doutora Miorita Ulrich (Univ. Bamberg): «Conocimiento del mundo y traducción».

18,00 h.: **Sessom 12.^a (simultânea). No Auditório Caixavigo.**

Presidenta: Profa. Doutora M. P. Garcia Negro (Univ. Corunha).

Conferências:

Prof. Doutor X. Lamuela (Univ. Girona): «Codificação lingüística e concepção lingüística».

Prof. Doutor M. Pueyo (Univ. Lleida): «Fronteres, estats i poblacions en les llengües minoritàries. El cas del català».

No Paraninfo da Universidade (rua Areal).

Presidenta: Profa. Doutora E. Sánchez Trigo (Univ. Vigo).

Comunicações:

Sr. J. Chyrs Chrystello (Porto): «A importância dos tradutores em sociedades multiculturais».

Prof. Doutor C. Garrido (Univ. Vigo): «Variação terminológica no campo científico e o seu relacionamento com a tradução».

19,30 h.: **Mesa-redonda: «Linguas e Poder».**

Presidenta: Profa. Doutora M. C. Henríquez (Univ. Vigo).

Participam: Prof. V. Pitarch (Institut d'Estudis Catalans); Prof. P. Fernández-Velho (Comissom Sociolingüística-AGAL); Prof. Doutor M. Pueyo (Univ. Lleida).

Dia 16 (Sábado)

9,00 h.: **Sessom 13.^a (simultânea).**

Comunicações:

Sala A. Presidente: Prof. V. Pitarch (Institut d'Estudis Catalans).

Sr. X. Fontainha (Vigo): «Nótula sobre a vida e a obra de Anibal Otero».

Sr. Joel Gómez (Santiago): «A presenza do galego nos meios de comunicación nos últimos 15 anos».

Sr. J. M. Outeiro (Madrid): «Formalización do *standard* reintegracionista na obra de Carvalho Calero 1981-1990».

Prof. B. Penabade (Burela): «A vida económica em galego-português: dez anos de experiencias».

Sala B. Presidente: Prof. José Martinho Montero-Santalha (Univ. Vigo).

Sra. S. Capom (Univ. Vigo): «*Montedemo*, análise de um relato fantástico».

Prof. A. J. Pocinha (Univ. Granada): «Os demonnhados em Gil Vicente».

Profa. Maria Felisa Rodríguez Prado (Univ. Santiago): «Nuno de Miranda e a narrativa contemporânea de Cabo Verde».

Profa. C. Villarino (Univ. Santiago): «Presença de Galiza nalguns romances de literatura brasileira actual».

Sala C. Presidente: Prof. Doutor Óscar Diaz Fouces (Univ. Vigo).

Sr. A. Banhos (Vigo): «Mecanismos sociais dos processos de substituição lingüística na Galiza».

Prof. J. M. Barbosa (Ourense): «Análise do discurso predominante no jornal *La Región*, de Ourense, nove anos depois».

Sr. J. C. Barreto Roda (Rondônia): «O Brasil fala galego».

Prof. L. González Blasco (Santiago): «Plurilingüismo na revista *Nós*».

11,00 h.: **Sessom 14.^a (única).**

Presidente: Prof. Doutor C. Quiroga (Univ. Santiago).

Conferências:

Sr. J. R. Solé i Durany (Dep. Cultura. Generalitat de Catalunya): «El concepte de llengua pròpia en el Dret i en la normalització de l'idioma».

Prof. V. Pitarch (Institut d'Estudis Catalans): «Llengües, cultures, ètnies».

13,00 h.: **Sessom 15.^a (única).**

Presidente: Prof. Doutor E. Bechara (Univ. do Estado-Rio de Janeiro).

Conferência:

Prof. Doutor S. Elia (Univ. Fluminense): «Ricardo Carvalho Calero e a questão do galego».

16,30 h.: **Sessom 16.^a (única).**

Presidente: Prof. Doutor Amadeu Torres (Univ. do Minho).

Conferências:

Prof. Doutor Leodegário A. de Azevedo Filho (Univ. Rio de Janeiro): «As três áreas textuais do *corpus* da lírica de Camões».

Profa. Doutora Aurora Marco (Univ. Santiago): «O mito na tradição e na literatura: mulheres míticas».

18,30 h.: **Sessom 17.^a (única).**

Presidente: Prof. Doutor E. Coseriu (Univ. Tübingen).

Conferências:

Prof. Doutor J. L. Rodríguez (Univ. Santiago): «Para umha tipologização do léxico galego dentro do espaço luso-galaico comum».

Profa. Doutora M. C. Henríquez (Univ. Vigo): «A língua do Oeste no DCECH, de Corominas-Pascual».

20,00 h.: **Sessom de encerramento e conclusons. Entrega de diplomas.**

As entidades patrocinadoras fôrom a Vice-Reitoria de Investigación da Universidade de Vigo, a Vice-Reitora de Relaçons Exteriores da Universidade de Vigo, a «Consellería de Educación e Ordenación Universitaria da Xunta de Galicia» e a Câmara Municipal de Vigo.

Na sessom de encerramento lerom-se as conclusons:

Reunidos em Vigo, a 16 de Novembro de 1996, no quadro do V Congreso Internacional da língua Galego-Portuguesa na Galiza, especialistas e cidadaos da Galiza, Portugal, Brasil e diversas naçons europeias, interessados no debate e intercâmbio de ideias sobre a problemática actual e o futuro da língua galego-portuguesa e de outras línguas da Europa em situaçom de minoraçom, desejamos manifestar à opiniom pública as seguintes

CONCLUSONS:

1. A língua galego-portuguesa, na sua múltipla variedade e riqueza de matizes, constitui ainda, incontestavelmente, um sistema lingüístico unitário que permite a intercomunicaçom a escala planetária e a criaçom e vigoramento de formas de expressom lingüístico-culturais relevantes no âmbito internacional.

2.^a Temos de denunciar mais umha vez a hipocrisia das autoridades políticas galegas, que nas cada vez mais necessárias e freqüentes relaçons mantidas com representantes portugueses, proclamam a unidade histórico-cultural dos territórios situados a norte e sul do Minho, enquanto na Galiza continuam a proscrever todo colectivo e toda iniciativa que promova o reencontro cultural e lingüístico dos dous povos.

3.^a Perante a constaçom da queda acelerada do uso social do galego e da diminuiçom da competência lingüística dos falantes, ratificamo-nos na urgente necessidade de reverter esta tendência mediante o fecundante relacionamento do galego com os ramos mais vizosos do seu tronco, no sentido em que repetidamente se tenhem manifestado os vultos mais significados da Romanística e do Galeguismo.

4.^a Apesar dos alarmante sintomas de declínio do idioma galego-português na Galiza Norte e da atitude irresponsável da administraçom autonómica, percebemos umha crescente receptividade na opiniom pública e nos meios de comunicaçom para a mensagem reintegracionista. É por isso que estamos convencidos de que foros de frutuoso convívio como este representam um sucesso para o nosso país e umha esperança para o futuro da nossa língua.

Os meios de comunicaçom informárom do Congresso.

Henríquez Salido destaca o nivel das investigacións sobre o galego

ORENSE • LR

María do Carmo Henríquez, membro do comité científico do Congreso Internacional da Lingua Galego-portuguesa en Galicia, destacou o venres a importante laboura investigadora que se está a realizar na nosa Comunidade e afirmou que este traballo está ser reconecido por expertos lingüistas de todo

o mundo. A profesora Henríquez afirmou que o congreso está a despertar gran interese, no sólo entre estudantes e profesores de galego, senon tamén entre científicos de distintos países, que asisten a reunión e se mostran moi interesados polos avances que se teñen dado no estudio do galego.

"O interés polo galego é máis grande do que se pensa", afirmou Henríquez, quén fixo unha chamada para que tódolos galegos teñan "unha autoestima superior" cando se trata do noso idioma, e non esquezan que neste intre a tarefa investigadora que se realiza na Galiza "ten eco en todo o mundo".

El lingüista rumano estará la próxima semana junto a profesores brasileños, portugueses y gallegos

Coseriu, gran atracción del Congreso de Lingua Galega que se celebra en Vigo

Eugenio Coseriu, doctor "honoris causa" por la Universidad de Vigo, será la gran atracción del quinto Congresso Internacional da Língua Galego-Portu-

guesa na Galiza que se celebrará en Vigo desde el 13 al 16 de noviembre. Junto al profesor rumano, el lingüista vivo más prestigioso del mundo, estarán es-

perptos de Portugal, Brasil y Galicia. Los organizadores prevén que unas 350 personas asistan a esta reunión internacional.

R.G.
VIGO

La presencia de Coseriu, que participará en diversas sesiones de trabajo, será el plato fuerte de una programación intensa y plagada de importantes nombres del mundo de la filología románica e hispánica y la lingüística.

Durante cuatro días, más de 350 personas —profesores, estudiantes y todo aquel interesado en estas cuestiones— analizarán la situación de la lengua gallega. Hans J. Niederehe, de la universidad alemana de Trier, el mayor experto en historiografía de la lingüística, constituye otro de los atractivos de esta reunión. Brasil, Portugal e incluso Buenos Aires —de donde vendrán profesores que imparten clase de gallego a nietos de emigrantes— son otros de los puntos de procedencia. Entre los gallegos destaca la presencia de Pilar García Negro o César Álvarez-Cáccamo, Miguel A. Esparza o Elena Sánchez Trigo.

El Congreso, que cuenta con un presupuesto de cinco millones, se estructura en cuatro bloques: Ciencias del Lenguaje; Teoría y Crítica Literarias; Estado actual de las vertientes del portugués en el mundo; estudio de la obra y de las contribuciones de Joan Coromines en la Lingüística y Filología Románica e Hispánica.

"Rendiremos un homenaje a Joan Coromines, miembro de honor de la Associaçom Galega da Língua, el más notable filólogo hispanico vivo y el autor del diccionario etimológico más



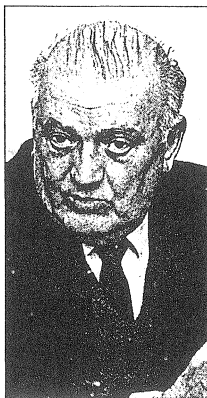
María do Carmo Henriquez.

completo jamás realizado", explica la catedrática María do Carmo Henriquez, presidenta de la comisión organizadora.

Novedad

Otra de las novedades que presenta este congreso es que por primera vez se incluirán dos actividades relacionadas con la carrera de Traducción. Para ello están confirmadas las comparecencias de Roberto Dengler (Universidad de Salamanca) y Joan Fontcuberta (Universidad de Barcelona), los dos únicos catedráticos de esta especialidad que tiene la universidad española.

Los inscritos en el congreso deberán pagar entre 4.000 y 8.000 pesetas, aunque la entrada a cada ponencia es libre.



Eugenio Coseriu.



Pilar García Negro.

Traducción estrena doctorado

La titulación de Traducción e Interpretación, tristemente célebre en las últimas semanas por un posible traslado a Pontevedra finalmente abortado, estrena este curso el tercer ciclo. Y para comenzar no han podido elegir a más cualificado invitado. Eugenio Coseriu, el profesor rumano que acudirá a Vigo para tomar parte en un congreso internacional, prolongará una semana su estancia en nuestra ciudad para impartir un curso sobre lingüística y traducción. Las clases se celebrarán desde el 18 al 23 de noviembre en horario de 5 a 9 de la tarde.

A pesar de la demanda existente, la matrícula de tercer ciclo quedó reducida a 10 personas (seis profesores y cuatro alumnos), por lo que Coseriu tendrá un auditorio restringido.

Coseriu, que además del lingüista vivo más importante del mundo, habla doce idiomas, abrirá, de este modo, unos cursos de doctorado que en el mes de enero contarán con nuevos comparecientes.

Así, en el próximo mes de enero está prevista la presencia de Ricardo Muñoz, antiguo profesor de Traducción en Vigo y en la actualidad docente en la Universidad de Granada.

Esta semana celébrase o V Congreso Internacional da Língua galego-portuguesa na Galiza

M^a do Carmo Henriques Salido, presidenta da AGAL

'O galego sendo substancialmente portugués ten que manter as súas señas de identidade'

✦ XAN CARBALLA

"Calquer política lingüística sempre estará chamada ao fracaso se non encaixan ben as pezas e se afirma que o corpus do galego é o galego-portugués e non o galego-español", conclúe a presidenta da Asociación Galega da Língua (AGAL), nos días que transcurre o seu V Congreso, que homenaxe ao lingüista catalán Joan Coromines e no que están presentes personalidades da relevancia de Eugénio Coseriu ou Azevedo de Filho.

Chega a AGAL ao seu V Congreso. Que balance fai destes encontros?

Foi e é unha maneira de que reflexionemos en voz alta povos e cidadáns europeos sobre a problemática das nosas linguas respectivas. Ademais dunha componente científica tamén pasamos revista a situación do galego e da súa literatura. Axuda tamén a un intercambio entre xentes das tres universidades galegas sobre o presente e o futuro da língua.

Á vista dos últimos informes do Mapa Lingüístico, como considera a situación do galego?

Vexo que é unha realidade que o galego perde falantes. Pero en contrapartida o galego que hoxe se fala aprenda maior corrección que o que se falaba hai dez ou quince anos. Aínda que eu non estou dacordo coas propostas e as normas elaboradas polo ILG débese recoñecer que o grao de corrección ten mellorado bastante. Formas como *puablo*, *Dios*, *gallego*, *animales*, teñen desaparecido e téñense recuperado formas que desapareceran da conversa diaria.

Que prioridades de política lingüística marcaría para mudar esta situación de perda de falantes?

A política da Xunta é de eliminación do galego, através de asimilalo o máximo posíbel ao español. Pero unha política lingüística sempre estará chamada ao fracaso se non encaixan ben as pezas e se afirma que o corpus do galego é o galego-portugués e non o galego-español. E galego-portugués é escribir con *nh* e non con *ñ*, porque o *ñ* é unha letra emblemática do español. Por razóns estratéxicas, tácticas, de sobrevivencia e de traballo podo entendelo todo, pero vai sendo hora que non decatemos que a opción de sobrevivencia é o galego-portugués.

Pero hai máis pezas que a grafa para avanzar na normalización.

Hai moitos aspectos pero é primordial mudar actitudes e comportamentos. De pouco valería

galeguizar o ensino ou montar equipas de normalización sen ese cambio de mentalidade, que asuma que o galego é a língua nacional de Galiza. Por moitos *nh* que haxa nos textos, revistas ou libros en galego reintegrado, ou hai conciencia individual e vontade colectiva ou camiñamos sen rumbo. E para iso precísase un proxecto nacional que nunca vai vir de partidos que dependan de Madrid. Estou coa opinión de López-Suevos de que a normalización lingüística só virá acompañada dun proxecto económico, político e social de normalización máis ambicioso.

A norma, por outro lado, non é inocente. A Academia Española decatouse que a ortografía é un factor fundamental á hora de manter a unidade do idioma. Se nós escribemos *A Comiña* en troques de *A Comiña*, estamos axudando a espertar a conciencia da xente, porque fai ver que temos uns sinais de identidade que non coinciden necesariamente co español.

Mantendo unha dialéctica de tensión sobre a norma, non se divide o esforzo a prol da normalización e se xera confusión na xente?

Ese é un tópico falso. Os que iso din teñen interese bastardos en que se use unha determinada norma. Eu falo con calquera, cos meus alumnos, e ningún me di se son ou non lusista e non quero cair nesa trampa. É grave que non teña habido encontros ou contactos para decidir sobre algo tan fundamental que afecta aos galegos. Os debates sobre a norma son unha constante de sempre, desde as Irmandades da Fala. E sen ese debate sobre a norma o número de españolismos que oficialmente se consideran galego sería enorme. Con este debate contribuíuse a frear a avalancha de considerar galegas formas claramente españolas. Desde o 1982 é moi grande a cantidade de léxico que se incorporou porque estaba vivente ese debate e iso hai que considerarlo con optimismo.

A AGAL fai algun tipo de proposta de aproximación normativa?



A. IGLESÍAS

Nós temos unha posición clara no *Prontuario ortográfico galego* de 1985. Sendo realistas a política que temos que facer é de resistencia: estamos sen subsidios e hai xente reintegracionista que se entrega ás prebendas do poder (dar cursillos, recibir premios, acceder a postos,...)

...pergunto pola proposta mínima que aceptarían para avanzar.

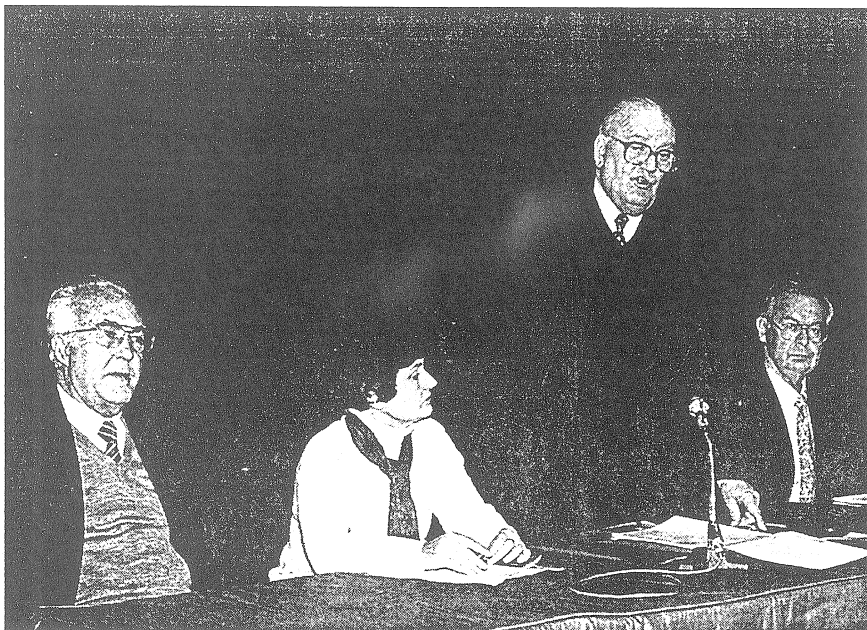
O galego sendo substancialmente portugués ten que manter as súas señas de identidade. Nós, desde unha modestia absoluta, estamos alfabetizando, facendo cursos de galego, o noso congreso cada tres anos. Outras actividades que asumimos nós ao principio lévanas agora unha mancha de grupos de base, de xente nova, toda ela nacionalista.

O cambio mínimo que consideramos necesario é implantar o uso do *nh* e do *lh* en troques de *ñ* e de *ll*. E a partir de aí poderíamos construír futuro. Pero quero que se me entenda ben. Hai que respectar a cada persoa e a cada colectivo no entorno en que están,

e ser possibilista. Non lle vou pedir a un profesor ou a un xornalista que se marrice. Pódese ser reintegracionista e non ser parvo.

Como valora a situación do interese cultural de Galiza con Portugal?

Pódese dicir que se cumpre o mito dos dous namorados aos que os pais non deixan casar. Os encontros, intercambios e tomas de contacto que está habendo na práctica non son efectivos. De pouco serve que algúns galegos compren libros e vexan que o portugués é unha forma da mesma língua que o galego, se non se acompañan doutras propostas. Hai moita actividade de cara á galería. E no ensino estase machacando continuamente coa idea de que o galego e o portugués son linguas diferentes. Moitas veces teño observado como nas miñas clases de gramática histórica, preguntando como se di en portugués *ollo* ou *perna* ou calquer outra palabra e dúbidas, porque non pensan que podeser igual que no galego ou dalles medo esa identidade. Velaí o resultado dun afastamento interesado que non pode ser. ♦



MAGAR

Un momento del acto de apertura del congreso sobre Lingüística.

Unos 250 expertos y aficionados a la Lingüística participan en las sesiones

Coseriu abrió el V Congreso da Língua Galego-Portuguesa na Galiza

REDACCIÓN

VIGO

El catedrático de Lingüística de la Universidad de Tübingen, Eugenio Coseriu, y "honoris causa" por 25 universidades, entre ellas la de Vigo, abrió ayer el V Congreso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza que se desarrolla en el auditorio del Centro Cultural Caixavigo y en el Paraninfo del Rectorado de la Universidad de Vigo, con la

ponencia "As línguas e a norma lingüística".

Al congreso internacional asisten 250 profesores, alumnos e aficionados a la lingüística, procedentes de Brasil, Portugal y Argentina.

En la jornada de hoy interpondrán los ponentes gallegos Pilar García Negro, Celso Álvares-Cáccamo y Rodríguez Gómez, entre otros. Pero tal vez, la intervención más importante sea la de Hans J. Niederehe, de la Universidad alemana de Trier, que, a la una de la tar-

de.

Uno los objetivos del congreso es "poner de manifiesto los problemas de nuestra lengua presenta en el mundo", al tiempo que pretende "impulsar los trabajos encaminados a analizar, clarificar y cuestionar la situación lingüística en Galicia".

Las sesiones del congreso, abiertas y gratuitas, se prolongarán hasta el sábado. Las conclusiones y la entrega de diplomas tendrán lugar a las ocho de la tarde.

Más de 250 especialistas asisten al quinto Congreso Internacional da Lingua Galegoportuguesa

Expertos en lingüística advierten en Vigo de la pérdida de gallego-parlantes

La despoblación del medio rural se perfila como la causa fundamental de la pérdida de hablantes en lengua gallega. Este hecho, ya constatado en el último mapa sociolingüístico de Galicia, ha sido confirmado por una amplia representación de lingüistas de las universidades gallegas y lusas, que desde ayer se dan

cita en Vigo, en el marco del quinto Congreso Internacional da Lingua Galegoportuguesa na Galiza. El encuentro, que tiene un carácter trianual, reúne a más de 250 expertos en el idioma de distintas universidades españolas y extranjeras, con el objeto de analizar la situación actual de la lengua gallega.

VIGO. M.S.D.

Redacción

La pérdida de hablantes y la polémica sobre cuál debe ser la norma que rija el idioma gallego son las dos cuestiones fundamentales que, en opinión de la directora del departamento de Español de la Universidad de Vigo, María do Carmo Henriques, preocupan actualmente a los expertos lingüistas.

La profesora Henriques explicó ayer que, frente a la normativa elaborada en 1992 por el Instituto da Lingua Galega, existen otras propuestas morfológicas y ortográficas del gallego que hay que tener en cuenta, pues «es un debate que viene de atrás, y que perdura; sin embargo creo que será el pueblo, el que tome partido y se decante, bien hacia la corriente normativa, o bien hacia las corrientes reintegracionistas».

El quinto Congreso da Lingua Galegoportuguesa na Galiza reúne en Vigo, hasta el pró-



El doctor (honoris causa) por Vigo y catedrático de Lingüística Coseriu habló de las normas de las lenguas

ximo sábado, a más de 250 lingüistas, entre los cuales están representadas las tres universidades gallegas; buena par-

te de las del país vecino, como Aveiro, Minho o Trás os Montes; y algunas del resto de España —Lleida, Salamanca,

Barcelona, País Vasco—, Europa y Brasil.

La primera edición del certamen fue en Orense, en 1984.

Destacada presencia académica

Entre las ponencias de la primera sesión destacó la intervención del doctor *honoris causa* por la Universidad de Vigo, el profesor rumano Eugenio Coseriu, catedrático de Lingüística de la Universidad de Tübingen, que abordó

el tema de la norma y la enseñanza de las lenguas.

Otros de los ponentes en jornadas sucesivas son el profesor J. Niederehe, de la universidad alemana de Trier, experto en Historiografía de la Lingüística; Roberto Dengler y Joan Fontcuberta, únicos catedráticos en Traducción e Interpretación que existen en estos momentos en la universidad española.

Los lingüistas de las uni-

versidades gallegas están representados por los profesores Pilar García Negro, César Álvarez Cásamo, María do Carmo Henriques Salido, Miguel Ángel Esparza y Elena Sánchez Trigo.

El objetivo de los ponentes es la puesta en común de sus investigaciones, que en todos los casos están encaminadas a analizar y cuestionar la situación lingüística de Galicia.

HANS. J. NIEDEREHE

Catedrático de Lingüística Románica en Trier

Nacido en Colonia, Hans J. Niederhe es catedrático de Lingüística Románica en Trier y el historiógrafo más importante del mundo en esta materia. Autor de una obra imprescindible sobre Alfonso X El Sabio, Niederhe está profundamente interesado en los conflictos de las lenguas.

“El gallego pudo haber sido la lengua de toda la península”

ROGELIO GARRIDO
VIGO

La presencia de Niederhe es uno de los grandes atractivos del Congreso Internacional da Língua Galego-portuguesa que se celebra estos días en nuestra ciudad con la organización de la Universidad de Vigo, una institución que, a su juicio, cuenta con “un grupo bastante joven pero eficaz de investigadores que está realizando un trabajo importante”.

—¿Por qué son tan habituales las querrelas lingüísticas?

—Las lenguas son siempre elementos de comunicación, pero cuando hay divergencias sobre la forma de hablar una lengua, surgen los conflictos. Por ejemplo, en Galicia hay al menos dos grupos con posturas diferentes. Yo nunca tomo partido en los conflictos, sino que fundamentalmente me interesan sus causas. Y lo que he visto es que el tipo del origen de los conflictos es idéntico, ya sea en Canadá con los franceses, en España con el castellano o en Galicia con el gallego.

—¿Son positivos?

—Visto desde fuera, es muy enriquecedor. En cualquier caso, hay que llegar siempre a un acuerdo. Podría dar un ejemplo con mi propia idioma. En la Edad Media no había diferencia entre el holandés y el alemán, pero lle-

gó un momento en el que los holandeses decidieron ir en otra dirección y entonces consideraron su variante como un idioma propio. Al final se llegó a un acuerdo que todavía pervive.

—¿Son conflictos condenados a no resolverse?

—No, estoy convencido de que se solucionarán. Sólo hay dos posibilidades: ir a una guerra intelectual o académica que podría desembocar en una separación, o llegar a un acuerdo, que se materializaría en una norma general que sea aceptada por todos. Es necesario llegar a este tipo de compromiso. Por otra parte, le confieso que pensar que el final del gallego es reciente, pues en tiempos de Franco una no se podía pelear por estas cuestiones. Por conflictos lingüísticos hay en todas partes. Por ejemplo, en Alemania los habitantes de Baviera nos llaman a todos los demás “judíos prusianos”.

—¿Es el conflicto un signo de vitalidad de una lengua?

—Por supuesto. España está saliendo del franquismo y cada región, Galicia incluida, está retomando conciencia de su individualidad. Han pasado sólo 21 años desde la muerte de Franco y la historia de los idiomas se cuentan por cada generación, es decir, 30 años por lo menos. Así que, en poco tiempo Galicia llegará a un primer acuerdo. Hasta ese momento seguirá habiendo esta ebullición.



Hans J. Niederhe, catedrático de Lingüística en la Universidad de Trier.

—¿Cómo se explica la hegemonía de ciertas lenguas con el resurgir de otras minoritarias?

—Esta situación podría parecer paradójica. De algún modo, los poseedores de un pasaporte europeo estamos en el mismo barco: el de la comunidad europea, que da cierta preponderancia al inglés. Pero al mismo tiempo, estamos viviendo en un mundo donde la vuelta a la regionalización es un fenómeno importante. En Canadá, Alemania... España no está aislada. En muchos países se está produciendo ese mismo fenómeno: la búsqueda de una identidad propia, más pequeña, más pequeña, frente a la presencia de una Europa unida e inmensa que asusta. Los ciudadanos tien-

nen miedo a perder su individualidad.

—¿Es inevitable que se patrimonialicen las lenguas, hasta el punto de convertirse en banderas o armas políticas?

—No es inevitable. Algunos partidos han intentado sacar cierto provecho de una situación lingüística. En Cataluña, por ejemplo, los comunistas siempre han publicado en castellano, nunca en catalán. Pero creo que la historia pasa por alto todas estas cuestiones. Un partido nunca puede apropiarse de un idioma. Si la lengua no es la lengua de todos, el partido está abocado a la derrota.

—¿Cuál es el estado de salud de la lengua española?

—El español se convertirá en poco tiempo en otro idioma mundial al mismo nivel que el inglés.

Se dice que los norteamericanos nunca piensan en aprender otro idioma, pero esto es sólo un prejuicio. Y dentro de sus preferencias, el español ocupa el primer puesto. Más aún, está comprobado que el español avanza en Estados Unidos unos 20 kilómetros por año hacia el norte. Es decir, hay zonas donde una sola vez con el conocimiento del español puedes conseguir trabajo. El español tiene un gran futuro.

—¿Y en este contexto qué le espera al gallego?

—En su día el gallego tuvo la oportunidad de establecerse como idioma único en la península ibérica. Y es que el gallego tiene tantas cosas en común con el por-

Está comprobado que la lengua española avanza en EE UU 20 kilómetros cada año hacia el norte

tugués y el castellano que bien pudiera haber actuado como un comodín para entender las otras dos lenguas. Así que, si me preguntases, yo votaría en favor del gallego como idioma único para toda la península. (Risas)

—El apogeo científico-tecnológico actual, ¿puede apuntillar a las lenguas menores?

—Mucha gente me habla de un futuro anglofron. Esta situación es posible pero sólo en el ámbito técnico: internet, los ordenadores... El inglés de momento es sólo el idioma técnico, pero la gran ventaja de las demás lenguas es que son de cultura, y lo técnico no es una cultura. El futuro de los idiomas debe pasar por el hecho cultural, nunca por el técnico. Es curioso, pero el inglés está perdiendo terreno, aunque no en Europa, porque para muchos es un elemento colonizador. Pero el idioma propio, el materno, ese que es expresión de una individualidad, nunca se perderá. La cultura es el verdadero soporte de una lengua, así que, dejemos la técnica a los técnicos.

El lingüista Diéguez afirma que la onomástica ayuda a explicar la mentalidad de cada época

LA VOZ DE GALICIA
16-11-1996, p. 32

VIGO. M.S.D.
Redacción

El Congreso Internacional da Língua Galego-portuguesa que se está celebrando en Vigo entró ayer en su tercera jornada con la destacada intervención de los lingüistas José Costa, de la Universidad Pompeu Fabra, de Barcelona; Elías Torres, de la de Santiago y Celso Álvarez Cáccamo, de la de La Coruña.

Una de las intervenciones más llamativas fue la realizada por el profesor compostelano Julio

Diéguez, quien presentó aportaciones novedosas sobre los nombres patronímicos, y explicó el sistema empleado en la documentación gallega. Según las conclusiones de este investigador, «la onomástica es una importante fuente para explicar las mentalidades y valores dominantes en una determinada época».

Elías Torres se mostró partidario de la reorientación del movimiento reintegracionista, a partir de unos principios adoptados por la escuela israelita de Tel-Aviv. El profesor estableció las direc-

trices de la relación existente entre el gallego y el portugués, destacando en todo momento la importancia de la literatura.

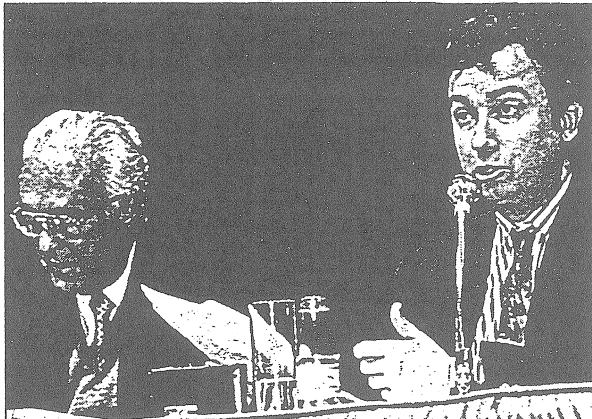
Por su parte, el profesor Celso Álvarez Cáccamo abordó en su ponencia una disciplina poco conocida, la denominada microsociolingüística interpretativa.

La sesión finalizó con la intervención del sociolingüista vasco Txillardegui, con una exposición sobre la personalidad del filólogo Joam Coromines, a quien está dedicado el congreso.

María do Carmo Henriquéz,

membro del comité científico del Congreso Internacional da Língua Galego-portuguesa en Galicia, destacó la importante labor investigadora que está realizando la comunidad gallega y afirmó que este trabajo ya ha comenzado a ser reconocido por expertos lingüistas de todo el mundo. La profesora Henriquéz aseguró que el congreso ha despertado un gran interés, no sólo entre los estudiantes y profesores de gallego, sino también entre los científicos extranjeros presentes en el encuentro.

La masiva participación marcó el Congreso de Língua Galego-portuguesa



MAGAR

Momento de una de las intervenciones que se produjeron en la jornada.

R.G.
VIGO

El Congreso Internacional de Língua Galego-portuguesa se cerró ayer con la conferencia de la profesora María do Carmo Henriques Salido. El encuentro, en el que tomaron parte más de 250 personas, estuvo marcado por la alta calidad de los ponentes y, sobre todo, por el nivel de participación. El Concello de Vigo ofreció en la mañana de ayer una recepción oficial a los miembros del Congreso.

Estoy muy sorprendida con el interés que ha mostrado la gente. Fue realmente llamativo ver un salón absolutamente lleno para escuchar una conferencia que se impartía en catalán", aseguró ayer María do Carmo Henriques Salido, catedrática de Filología, miembro de la comisión organizadora del Congreso y encargada de pronunciar la conferencia que cerraba la programación.

Durante cuatro días, profesores, alumnos e interesados en el mundo de las lenguas tuvieron la oportunidad de mostrar y confrontar sus puntos de vista sobre

múltiples aspectos relacionados con la sociolingüística, la literatura, la traducción, la filología o la historiografía.

Aunque el nivel de los conferenciantes fue, a juicio de esta profesora, en general muy elevado, destacaron las presencias de Eugenio Coseriu, doctor "honoris causa" por la Universidad de Vigo y el filólogo más importante del mundo, y de Hans Niederehe, el más prestigioso cultivador de la historiografía lingüística.

Gran participación

Sin embargo, la nota más destacada del congreso no fue la elevada altura de las comunicaciones y las ponencias leídas, sino la masiva participación. "Muchos universitarios que no tenían docencia se han pasado todo el congreso metidos dentro del auditorio, cuando podían andar por ahí de paseo. Y eso que las sesiones eran agotadoras, en muchos casos de doce horas de trabajo", aseguró la profesora Henriques Salido. "Otra de las cosas que más satisfacción me produjo fue que se cumplieron escrupulosamente las actividades previstas".

O conflito do galego

O V CONGRESSO Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, organizado pela Universidade de Vigo e a Associação Galega da Língua (AGAL), encerrou no sábado, em Vigo. Abordou temas gerais da investigação linguística e focou a problemática do galego nos dias de hoje. Presente, sempre, a existência de duas normas divergentes, uma que se aproxima do castelhano, a outra que converge com o português, o que é gerador de conflitos no seio da sociedade galega. O tema foi abordado por Hans Niederehe, catedrático de linguística românica na Universidade de Trier, que, tendo apresentado uma comunicação sobre o catalão e a gramatografia medieval, pronunciou-se sobre o conflito linguístico galego em entrevista ao jornal "Faro de Vigo". Para o académico, o conflito é um sinal de vitalidade do idioma que se irá resolver a médio prazo. "A Espanha está a sair do franquismo e cada região, incluindo a Galiza, está a retomar consciência da sua individualidade. Só passaram 21 anos desde a morte de Franco e a história dos idiomas conta-se por gerações, quer dizer, um mínimo de 30 anos. Assim sendo, a Galiza em breve chegará a um primeiro acordo, mas, até aí, continuará a haver esta ebulição." ■



Debate sobre o control lingüístico como exercicio do poder

Éxito do V Congreso Internacional da AGAL

✶ X.C.

Os debates do Congreso Internacional da Lingua Galego-Portuguesa na Galiza amosaron un evento consolidado através de cinco edicións estabéis cunha participación científica de primeiro nivel. A proxección dos debates, nas que sobranceaba a presenza do rumano Eugénio Coseriu, amosan un movemento reintegracionista que perfila os seus argumentos no campo da sociolingüística.

Unha grande parte do temario debatido no congreso tiña un interese especializado, sobretudo no ámbito universitario. Sen embargo a relevancia dos convidados permitiu que os debates das sesións tivesen un amplo campo, no que o conflito lingüístico podía ollarse desde a perspectiva plurinacional do estado. Esta quinta edición tamén rendía homenaxe ao lingüista catalán Joan Corominas, membro de honra da AGAL.

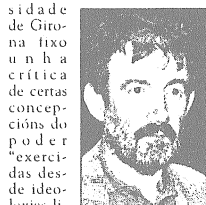
Nunha mesa redonda sobre *Lingua e Poder* resumíronse algúns dos conceptos de debate social abertos sobre a normalización lingüística. O membro da Comisión Sócio-Lingüística da AGAL, Pedro Fernández-Velho, simplificou algunhas das ideas a debate na cuestión do poder e a lingua. Afirmou que "o nacionalismo lingüístico,

que é a avangarda da construción nacional na Galiza, e o nacionalismo político aínda fican de costas viradas. Non hai diálogo e intercomprensión de abondo entrambos e ese é un luxo que non nos debemos permitir".

Para o directivo da AGAL a "dinámica civil e a restauración de usos por si só non chega" e afirmou que na situación actual "todas as sinérxias son necesarias porque para o poder político hexemónico o nacionalismo político é *fundamentalismo atávico* cos subdiscursos que este mito xera". Sentenciou que "o poder di que somos *terroristas culturais* e cívicos porque sabe que a lingua é a arma máis segura contra a alienación do noso povo".

Exercer o poder para normalizar

O profesor X. Lamuela, da



Vicent Pitarch.

e liberais. Pénsase que só ten poder unha parte da sociedade e que o feito de exercelo con intención de normalizar é impuro. Iso crea unha contradición flagrante, porque se o buscas para modificar o *status quo* e pasa a ser mao cando o tés, non hai saída".

Vicent Pitarch, membro do Institut de Estudis Cataláns, revisou diferents afirmacións xa tópicas e a virtualidade que teñen: "o poder exerce sempre através da lingua; non hai linguas poderosas e outras impotentes, pero hai nas que chegan a instrumentos de poder; no perfil da democracia do século XXI non pode haber liberdade sen o dereito á diversidade lingüística". Neste sentido Pitarch abandonou na aparición na sociedade catalana de pequenos grupos idiomáticos de inmigrantes que requiren novas respostas.

"O control lingüístico é unha condición básica para o poder

—afirmou— e este é máis activo canto máis conciencia teñen os falantes. Frente a iso o neoliberalismo estende a trampa do *diritto natural* e a liberdade das linguas para estenderse e utilizarse. Unha formulación falsa que sempre se utiliza contra as linguas minorizadas". Un exemplo demoleder foi posto por Pitarch para desbaratar esa afirmación liberal, "a xente que argumta así é a mesma que despois protesta co que consideran orzamento mínimo do Instituto Cervantes (din que cinco mil millóns non abandon). Paga a pena ver tamén quen preside a Fundación de Amigos da Real Academia Española: primeiro os Reis e despois o Presidente do Banco de España".

“O nacionalismo lingüístico e o nacionalismo político aínda fican de costas viradas e ese é un luxo que non nos debemos permitir”

PEDRO FERNANDEZ-VELHO.
AGAL

Frente ás situacións de presión sobre as linguas minorizadas Pitarch reivindicou "o protagonismo da vía cívica" afirmando que "as organizacións de cidadáns son a única posibilidade de darlle volta á dinámica de minorización". ♦

ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LINGUA (AGAL)
COMISSÃO LINGÜÍSTICA

ESTUDO CRÍTICO

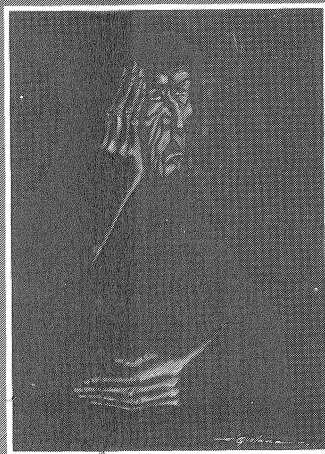
das

*Normas ortográficas e morfolóxicas
do idioma galego (I.L.G. - R.A.G.) 1982*

2.^a edición corrigida e acrescentada
Contém proposta normativa da AGAL



A vida escura



Jenaro Marinhas del Valle

Ilustración: Carlos Quezada

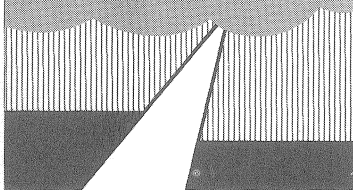
guia práctico de verbos galegos conjugados

agal

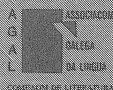
COMISSÃO LINGÜÍSTICA

ARMANDO COTARELO

TREBÓN



EDICIÓN ESTUDO
E VERSIÓN AO GALEGO ACTUAL
DE
RAMÓN REIMUNDE



COMISSÃO DE LINGÜÍSTICA

SÃO JERÓNIMO,

Carta a Pamáquio sobre os problemas da tradução, ep. 27 ()*

Óscar DIAZ FOUCHES

Infelizmente, a bibliografia sobre as Ciências da Tradução em língua portuguesa é ainda muito limitada. O que não quer dizer pouco importante. Os especialistas têm a possibilidade de consultar em português, por exemplo, os *Teoremas para a tradução* de Jean-René Ladmiral (Lisboa: Europa-América), para além de diversos estudos utilíssimos de autores lusófonos, como a *Tradução e Análise Contrastiva: Teoria e Aplicação*, de Mário Vilela (Lisboa: Caminho, 1994). O texto de São Jerónimo que edita a Cosmos na sua colecção «Medievália», e que agora comentamos, corresponde à primeira etapa da teoria da tradução, entre o preceito de Cícero no *Libellus de optimo genere oratorum* (46 a. C.) e o *Essay on the Principles of Translation* de Tytler (1792). Por outras palavras: o trabalho de Aires A. Nascimento vem preencher uma importante lacuna na edição de clássicos nesse âmbito disciplinar. Bem-vindo, pois.

As páginas 9 a 54 do livro que resenhamos contém uma esplêndida introdução do tradutor-editor a propósito da modernidade da obra de Jerónimo, do debate teórico com Rufino (com o peculiar intercâmbio de apologias —*Contra Hieronymum/Contra Rufinum*), ou do próprio destinatário, o senador Pamáquio, condiscípulo de Jerónimo na escola de Donato. Como é sabido, a reflexão de Jerónimo sobre os problemas da tradução tem a ver com a versão dos textos bíblicos para o latim. Um interessante ponto de contacto/contraste com autores contemporâneos, como E. A. Nida e Ch. R. Taber (*The Theory and Practice of Translation*. Leiden. Brill, 1969), que desenvolvem a sua teorização a propósito da *equivalência dinâmica* precisamente a partir dos textos bíblicos, ainda que numa posição diferente (mesmo para uma Bíblia diferente): «Pela minha parte, realmente não apenas confesso, mas proclamo a plenos pulmões que quando traduzo os textos gregos —que não sejam as Sagradas Escrituras (onde até a estrutura da frase é mistério), não é palavra a palavra, mas o sentido que eu exprimo» («Ego enim non solum fateor, sed libera uoce profiteor me in interpretatione Graecorum absque scripturis sanctis, ubi et uerborum ordo mysterium est, non uerbum e uerbo sed sensum exprimere de sensu», pp. 60-61). Pontos de contacto mais interessantes com a teorização mais recente na disciplina resultam as reflexões hieronimianas a propósito da (in)viabilidade da tradução palavra a palavra, que liga directamente com os pressupostos da moderna *Escola do Sentido*, representada por nomes como os de Danica Seleskovitch ou Marianne Lederer (cf. p. ex. *Interpréter pour traduire*. Paris:

(*) Introdução. revisão de edição, tradução e notas de Aires A. Nascimento. Lisboa, Cosmos, 1995.

Didier, 1984; *La traduction aujourd'hui. Le modèle interprétatif*. Paris: Hachette, 1994): «Quantas expressões, com efeito, em grego soam bem, e, se traduzidas literalmente em latim não são admissíveis; e, ao contrário, quantas que soam bem na nossa língua, se as traduzirmos mantendo a construção, se tornam inaceitáveis para eles!» («Quanta enim apud graecos bene dicuntur quae, si ad uerbum transferamus, in Latino non resonant, et a regione, quae apud nos placent si uertantur iuxta ordinem, apud illos displicebunt!», pp. 74-75). Uma constatação —a da conveniência de utilizar estruturas absolutamente diferentes para exprimir determinados conteúdos, noemadamente no âmbito da fraseologia— que alicerça a etiqueta de *equivalência* proposta por J.-P. Vinay e J. Darbelnet (*Stylistique comparée du français et de l'anglais*. Paris: Didier, 1958), etiqueta que recupera (assim como, de facto, o conjunto de recursos técnicos propostos pelos teóricos da escola canadiana) o professor Peter Newmark num manual de grande sucesso (*A Textbook of Translation*. London-New York: Prentice Hall, 1988), trabalho que —por certo— também não foi traduzido ainda para português.

A crítica do literalismo, da tradução palavra a palavra, que faz Jerónimo, baseia num facto sociolinguístico que hoje pode resultar paradoxal, e que assinala o próprio Aires Nascimento (p. 42): as primeiras traduções latinas da Bíblia foram levadas a cabo pelas camadas menos cultas da população cristã. De facto, os primeiros tradutores tencionavam apenas veicular a mensagem divina (uma perspectiva certamente funcionalista *avant la lettre*). Logicamente, as revisões posteriores, que focalizam nos aspectos estilísticos e gramaticais, são elas próprias um estímulo para a reflexão sobre questões como a adequação, a função do texto, a coerência, em síntese o processo translatório.

O trabalho de Aires A. Nascimento, que tem por base a edição de J. Lambourt (1949), para além de outros méritos tem presentes os mais de 40 testemunhos conhecidos da *De optimo genere interpretandi*, assim como as edições críticas prévias (nomeadamente a de G. Bartelink, *Hieronimus. Liber de optimo genere interpretandi (Epistula 57). Ein Kommentar*. Leiden, 1980). O que se traduz numa informação preciosa, através do bloco de notas, sobre as dúvidas que podia ter suscitado a consulta de outros trabalhos (nas discrepâncias da leitura paleográfica, por exemplo).

Estamos a falar em traduções, e a obra resenhada é também uma tradução. Qual o resultado? Muito bom, como poderá julgar-se pelos trechos inseridos neste texto, com a vantagem de incluir o original, como notações independentes. De facto, a edição é ótima, como corresponde à colecção —a «Medievália»— que já tinha publicado quatro volumes com as actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval.

O leitor desta resenha terá reparado, com certeza, na abundante «bibliografia complementar» que fômos apresentando entre linhas (e entre palavras). É que as referências às obras modernas são inexcusáveis, partindo de uma leitura com proveito da *Carta a Pamáquio. De optimo genere interpretanci*, que agora podemos consultar também em português, continua a ser citada em todos os trabalhos sobre a história da actividade translatória. Seguramente, é esse o carimbo dos clássicos.

INTRODUÇÃO À LINGUÍSTICA GERAL E PORTUGUESA (*)

Óscar DIAZ FOUCHES

A Série *Linguística*, da Colecção Universitária da Caminho, dirigida com grande sucesso pela Professora Maria Raquel Delgado-Martins, acolhe mais um excelente volume. A *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa* é um óptimo manual para um curso universitário de Introdução às Ciências da Linguagem. Aliás, a sua estrutura em blocos temáticos independentes «permite igualmente a utilização de cada capítulo como texto introdutório ou de síntese do estado da arte em cadeiras de Linguística distribuídas pelos planos curriculares de várias licenciaturas», com as palavras dos organizadores.

Os autores desta *Introdução* procedem de diversos centros universitários do mundo lusófono: a Universidade de Lisboa e a Nova de Lisboa, a Universidade de Porto, a Eduardo Mondlane de Moçambique e a Universidade Federal da Bahia-S. Salvador. Há uma (justificadíssima) excepção: o Professor Alan Baxter, da La Trobe University, coordenador como é sabido do *Congresso sobre crioulos de base lexical portuguesa*, e autor de um interessantíssimo contributo sobre o português para o volume editado por Michel Clyne *Pluricentric Languages. Differing Norms in Different Nations* (Berlin-New York: Mouton, 1992). O professor Baxter, dizíamos, participa nesta obra com um trabalho da sua especialidade.

O livro está estruturado em doze módulos: «Linguagem verbal: aspectos biológicos e cognitivos» (pp. 35-85), «Representação da linguagem verbal» (pp. 85-115), «Fonética» (pp. 115-171), «Fonologia» (pp. 171-215), «Morfologia» (pp. 215-247), «Sintaxe» (pp. 247-333), «Semântica» (pp. 333-383), «Pragmática» (pp. 383-449), «Interação verbal» (pp. 449-479), «Variação linguística: perspectiva dialectológica» (pp. 479-515), «Línguas em contacto» (pp. 505-563) e «Mudança linguística» (pp. 563-589). Inclui também, para além de um primeiro resumo do conteúdo de cada módulo, uma bibliografia geral e um índice remissivo.

No primeiro bloco, Isabel Hub Faria, a organizadora do volume, explora os aspectos biológicos e cognitivos da linguagem verbal (pp. 35-55): o facto de ser a capacidade linguística uma faculdade inata na espécie humana, que faz viável a hipótese de uma Gramática Universal, a relação linguagem/cognição e algumas reflexões a propósito do relativismo linguístico. Israel Barahona e J. L. Simões exploram, a seguir, o paradigma neurolinguístico em «Modos de simbolização no Sistema Nervoso Central» (pp. 57-70). O último contributo do bloco estuda a «Aquisição de língua não-materna. Um exemplo: o Aspecto Verbal», pp. 71-81. Provavelmente este artigo resulta específico demais e teria sido mais coerente com o carácter introdutório do volume um trabalho genérico sobre as especificidades da aquisição da L1 e as LL2.

Maria Raquel Delgado-Martins é a responsável dos dois trabalhos que constituem o segundo módulo. O primeiro analisa as diversas «Representações da linguagem verbal» (pp. 85-102) bem como as representações da escrita e a relação entre oralidade e escrita. No segundo («Linguagem gestual: uma linguagem alternativa»), a Professora Delgado-Martins explora um tema que já tinha vindo a desenvolver pormenorizadamente num volume monográfico editado também pela Caminho (Maria Augusta Amaral, Amândio Coutinho & Maria Raquel Delgado Martins, *Para Uma Gramática da Língua Gestual Portuguesa*, 1994).

O capítulo terceiro é um correcto monográfico sobre Fonética, da autoria de Amália Andrade e Maria do Céu Viana (pp. 115-167). Inclui dois anexos (o Alfabete Fonético Internacional e umas referências mínimas de elementos de acústica).

Maria Helena Mira Mateus e Ernesto d'Andrade se ocupam com a Fonologia, no quarto bloco do volume. A primeira num trabalho introdutório («Fonologia», pp. 171-199), onde são

(*) Isabel Hub Faria, Emília Ribeiro Pedro, Inês Duarte, Carlos A. M. Gouveia orgs., Lisboa: Caminho. 1996. ISBN 972-211048-9.

apresentados os conceitos fundamentais da disciplina. O Professor d'Andrade apresenta três quadros teóricos que ultrapassam o modelo inicial da fonologia generativa: a fonologia autosegmental, a fonologia métrica e a fonologia lexical («A fonologia pós-SPE», pp. 201-211).

No capítulo V, Luísa Azuaga faz uma apresentação «clássica» dos problemas morfológicos («Morfologia», pp. 215-244). Infelizmente, apenas há referências a Hipóteses Lexicalistas (no que diz respeito às últimas etapas no desenvolvimento teórico). Também ficam descurados fenómenos com um interesse evidente, como o do *sandhi* (convém não esquecer que P.H. Matthews dedica à questão um capítulo inteiro da sua *Morphology*). Todavia o contributo resulta suficiente, consideradas as características do volume, como texto introdutório para a disciplina.

O módulo VI é, com certeza, um dos mais interessantes da obra. Inês Duarte e Ana Maria Brito apresentam em «Sintaxe» (pp. 247-302) uma boa síntese do estado da arte na disciplina, actualizada até ao modelo de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1981 e teorização posterior), que ultrapassa a Teoria Standard Alargada. Ainda no mesmo quadro teórico se situam os outros três trabalhos do módulo: Dante Lucchesi e Tânia Lobo comentam «Aspectos da sintaxe do Português Brasileiro» (pp. 303-311), e Perpétua Gonçalves «Aspectos da sintaxe do Português de Moçambique» (pp. 313-322). Dois trabalhos que estudam o que há de específico nas variedades ultramarinas da língua portuguesa. Apesar da inicial impressão de unicidade, os professores Lucchesi e Lobo detectam mudanças realmente significativas no Português do Brasil, como o passo da marcação positiva para a negativa no parâmetro *pro-drop* (!), um dos traços mais característicos das línguas românicas, com a excepção do Francês. Também o Português de Moçambique apresenta já alguns traços originais, no comportamento dos clíticos («Há pessoas que opõem-se contra a religião», no exemplo da p. 317), ou na ocorrência de passivas estranhas ao Português Europeu (p. 315: «Os jovens são dados responsabilidades de família», uma construção de duplo objecto [V SN SN] certamente surpreendente). O contributo de Manuela Vasconcelos («Compreensão e produção de frases relativas em Português Europeu», pp. 323-330) explora as fases no processo de fixação dos parâmetros que restringem os princípios da Gramática Universal, aplicadas à dificuldade na aquisição/aprendizagem da gramática das relativas para as crianças.

Fátima Oliveira desenvolve em «Semântica» (bloco VII, pp. 333-379) os aspectos mais salientáveis da(s) teoria(s) linguística(s) do significado. Felizmente, o seu contributo está bem coordenado com a apresentação da Pragmática que faz o Professor Carlos A. M. Gouveia (módulo VIII, pp. 383-419). É assim, por exemplo, que a Professora Oliveira pode limitar-se às implicações e pressuposições (semânticas), e reservar (p. 340) o comentário das implicaturas convencionais e conversacionais para o trabalho do Professor Gouveia (pp. 405-409). Um trabalho realmente salientável, que recolhe as questões basilares de uma disciplina habitualmente esquecida nos manuais de linguística: actos de fala, princípio de cooperação, deixis... Precisamente é com a deixis que se ocupa o trabalho de Fernanda Irene Fonseca («Deixis e pragmática linguística», pp. 437-445). Um estudo breve —apenas oito páginas— que fecha o módulo, junto com outros dois contributos também de aplicação, com a mesma extensão: «O papel da semântica e da pragmática no estudo dos conectores» (José Pinto de Lima, pp. 421-429) e «A força ilocutória dos actos directivos» (Isabel Casanova, pp. 429-437).

No capítulo/módulo IX (pp. 449-475), Emília Ribeiro descreve as grandes questões que dizem respeito à *competência comunicativa* postulada por Hymes; os componentes da interacção verbal, actores, contexto de situação e registo (porquê traduzir para o português «conteúdo» o inglês *field*, quando pode levantar confusão com o conceito de *campo*?). O contributo da Professora Ribeiro apresenta outras questões no limite entre a Sociolinguística escrita e o paradigma etnometodológico, como a interacção conversacional, ou mesmo relativas à análise do discurso (procedimentos anafóricos e catafóricos).

O capítulo X, «Variação linguística: perspectiva dialectológica» (Manuela Barros e.a. pp. 479-502) explora questões relativas à Dialectologia e a Dialectometria. Não podemos deixar de transcrever um parágrafo que interessará aos leitores da *Agália*: «O Galego apresenta-se hoje, pois, como um idioma de condição dupla, consoante nos situemos num ponto de vista linguístico ou institucional. Do ponto de vista institucional, o galego, ao adquirir o

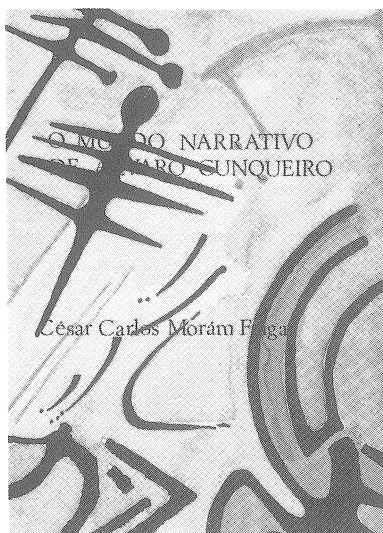
estatuto de língua oficial, marcou a sua independência, passando a dispor dos seus próprios instrumentos de normalização, estudo e difusão. Do ponto de vista estritamente linguístico, o galego e o português constituem dois grandes grupos de dialectos de uma mesma língua histórica —o Galego-Português— e é nessa medida que consideramos indispensável indicar aquilo que hoje os distingue» (p. 492)... *Comentaria obstant.* O capítulo inclui uma nótula a propósito do Mirandês, com um exemplo da aplicação da *Proposta de Convenção ortográfica mirandesa* de 1995.

O capítulo XI explora questões de contacto linguístico, Sociolinguística laboviana e Crioulística, com três contributos: «Línguas em contacto» (Maria Antónia Coelho da Mota, pp. 505-533), «Línguas pidgin e crioulas (Alan Baxter, pp. 535-549) e «O crioulo de Cabo Verde» (Dulce Pereira, pp. 551-559). Ainda que já fizemos referência a alguns trabalhos do Professor Baxter nos primeiros parágrafos, não podemos deixar de recomendar a leitura de um bom contributo de aplicação do mesmo autor, neste mesmo quadro teórico, publicado recentemente na *Revista Internacional de Língua Portuguesa* («Transmissão Geracional Irregular na História do Português Brasileiro -divergências nas vertentes afro-brasileiras», *RILP* 14, pp. 72-90). Aparentemente, a Crioulística é uma disciplina com futuro no âmbito lusófono.

No último módulo (XIV), Rita Marquilhas apresenta o conceito de «Mudança linguística», desde as perspectivas diacrónica e sincrónica (Verner, os *Junggrammatiker*, mas também Labov ou Trudgill).

Introdução à Linguística Geral e Portuguesa será, com certeza, um instrumento útil para diferentes cadeiras universitárias, mesmo para diversos profissionais das áreas linguísticas. O tratamento conjunto do âmbito lusófono faz pensar na hipótese de não ter sido optimista em excesso a tiragem inicial de 5.000 exemplares (o habitual para a Caminho são 2.000 ou 3.000). Uma informação útil para os distribuidores de livros portugueses e para as livrarias do país: nos planos de estudos das três universidades galegas há matérias de Linguística Geral e de Língua Portuguesa. E um mercado interessante, não acham?

PUBLICIDADE



CONTOS DO OUTONO

Carlos DURÃO

«...é que os seus passados, que falavam a doce língua de Camões e Rosalia, tinham a peste?».

Com esta propositada cita liminar, tirada da sua novela «O sereno, um guerrilheiro em Estalinegrado» (1), o escritor José Ramon Rodrigues Fernandes («Moncho de Fidalgo») lança-nos o desafio do nosso tempo: é que nos envergonhamos de como falavam (e escreviam) os nossos antepassados? Renunciamos ao herdado direito de primogenitura por um prato de lentilhas (aliás, bem caras?) Ou é que, como alguém lhe escrevia ao Marquês de Sárria, «*la eu quijera mays non acho leito*?» (2).

Todas estas considerações surgem ao ler a mais recente obra do nosso autor, «Contos do outono» (3), belamente ilustrados por outro cidadão da Lusofonia, o goense Áureo da Piedade Mendes, que faz verdade a consideração da nossa língua não só como língua materna mas também como língua fraterna de povos irmãos.

No conto «A derradeira primavera», adentramo-nos no estado de ânimo dum velho fidalgo (cujo antepassado fora degolado por ter tomado partido pela causa do Mariscal) que, no final da sua vida, não está disposto a renunciar à língua dos seus ancestrais, apesar de que «daquela era moço e tinha força para impor o seu critério. Hoje teme tudo, não tem qualquer autoridade...» (A penetração psicológica na mentalidade dum velho é algo que só o ficcionista novo pode criar). E lembra um amor de trágico fim há muitos anos, no paço dos seus passados...

«Na procura das moedas perdidas» (4) é a recompensa à fidelidade guardada ao próprio, sem concessões ao lucro, único valor universal, ao que parece, dos tempos que correm.

Em «Anastasio, o da filarmónica», um velho «indiano» volta à Terra e visita os «sítios» que ele frequentara e apropriara de pequeno, laiando-se do desleixo que acha na pátria («Na Argentina sou «galego» e na Galiza o que é que eu sou?»).

Um «capacete azul» na cabeça dum galego apresenta-nos o capitão Carlos Lopes, militar galego que vai de voluntário com tropas da O.N.U. à Bósnia-Herzegovina, sendo testemunha do horror daquela guerra «étnica», e amaldiçoa «aqueles que não têm que tirar tiros mas que são os que começam as guerras». Já o seu pai fora obrigado a lutar na frente da Rússia ao lado da Wehrmacht, com a «Divisão Azul». «A história continuava», e seguia havendo desigualdades até entre os voluntários: «...ainda assim, não todos os soldados da O.N.U. eram iguais...».

Em «Neologismo metafórico» (5) estamos, ao que parece, no melhor dos mundos possíveis: «Para os habitantes deste «Summum país» não existe só o terceiro mundo. A classificação chega até contabilizar dezasseis mundos submundos...». E, claro, também se produz a tragédia, pois, como diria o Diabo sorrateiro, *et in Arcadia ego*, até no Paraíso terrenal estou eu...

Acrescentemos que a linguagem destes relatos tem, dentro da disciplina lusógrafa, um velho ressaibo do lar pátrio («dous», «truitas», «cousas», «cuitela», «escuitam-se», «enluidado») que os identifica fortemente no *Mappa Mundi* da Lusofonia. E isto faz com que, longe de envergonharmo-nos da nossa língua ancestral, nos orgulhemos dela, especialmente quando bem trabalhada pelas mãos dum seu herdeiro fiel e digno, como o autor destes belos «Contos do outono».

(1) Eds. Atria, Fistera, 1983. Segunda edição em Renovação/Narrativa, Ourense, 1990.

(2) «Um pobre galego responde ao Marquês de Sárria, que lhe perguntara por que não furtava», achado na correspondência do Conde de Gondomar, em «Prosa galega, 3», ao cargo de Ricardo Carvalho Calero, Cátedra de Linguística e Literatura Galega, Universidade de Santiago, Galaxia, 1980.

(3) Renovação/Narrativa, Madrid, 1996.

(4) Já publicado em Cadernos do Povo, Revista Internacional da Lusofonia, Pontevedra-Braga.

(5) Também publicado antes em Cadernos do Povo, núms. 2, 3 e 4, 1987.

SILÊNCIO ERGUEITO (*)

Carlos DURÃO
(Londres)

As cores da bandeira de Espanha envolvem, na capa deste valente livro do professor Gil Hernández, as das autonómicas de nacionalidades históricas, cujas línguas são, constitucionalmente, «también españolas», num irrefreável *maelstrom*, dextrogiro, de previsível destino final.

O volume recolhe, fundamentalmente, uma série de seminais trabalhos publicados, ou ignorados, pela imprensa galega desde finais do decênio de 1970 até começos do atual. Leva um esclarecedor prefácio (de 1992) com uma cita liminar de *O silêncio ajoelhado* de Carvalho Calero.

Estamos, pois, diante dum esplêndido *silêncio ergueito* com dignidade, um demolidor *J'accuse* lançado com contundente força argumentativa e fundo amor à Galiza e à sua língua, em mortal perigo de fagocitação pela «Nación española», cujos Notáveis **delegam** nos colaboradores Notabilinhos galegos o sujo trabalho de aplicar as suas altas diretrizes com o objetivo final de que tudo fique, naturalmente, «atado y bien atado».

Exageração? Com a certa dissecção que o caracteriza, o professor Gil Hernández vai pacientemente desvelando, capa a capa, a «cebola» do discurso possibilista oficial, e também o supostamente oposicional «de esquerdas» (leia-se da «Xunta», Deputações, Concelhos, instituições docentes ou «normantes», meios informativos, RL, FR, XAM, MF, Dres. García...), desmontando este verdadeiro «tinglado de la antigua farsa» que atenaza com *double bind* o nosso coitado «impais», autonomia tolerada a menores pelo *nihil obstat Matriti*.

São textos cientes e prescientes todos eles que, longe de perder a mais mínima atualidade, continuam implacáveis a acusar a Realidade Galega dos dita(mina)dores/as, imperadores do traje novo da fábula, que não sabem quais argumentos hão de utilizar/mudar para que não se lhes veja o cu da monumental estultícia linguística e do astronómico cinismo hipócrita. Assim, a pretensa justificação da tese oficialista «galego = língua independente (do português)» queria alicerçar antano numa sacralizada «consciência do falante», tese imediatamente desconstruída (já em 1980) por Gil Hernández: «Não é lógico equiparar a consciência do *falante alfabetizado na própria língua* e a consciência do *falante alfabetizado noutra*».

Por outras palavras: a consciência de comunidade falante não acostuma ser consciência de comunidade nem, menos ainda, comunidade linguística. Não há consciência de falante mas de cidadão falante inserto num Estado (espanhol). Os isolacionistas estavam «propondo a consciência do falante não culto como critério de independência linguística»; estavam «pretensamente a mascarar o facto de, no território da Galiza (espanhola), *inexistirem falantes cultos*»; pois «o conjunto de falantes galegos pode *sentir* que não fala português como o castelhano de Castela tem consciência de que não fala andaluz (e vice-versa)».

Mas os gurus do independentismo linguístico em seguida se safaram daquela desafortunada «tesinha», que fazia água, para se agarrar desesperadamente ao novidoso engendro de «língua por elaboração», que algum génio foi «atopar» no abençoado alemão *Ausbausprache* com que também, por sua vez, outros génios, companheiros de viagem naquela altura, pretenderam tresnoitadamente justificar um hipotético «alemão da República Democrática Alemã», «independente», como não?, do da República Federal Alemã: pois se nesta havia alemães que falavam, claro, alemão, naquela havia «cidadãos da RDA» («Bürger der DDR») que, evidentemente, não podiam falar alemão, mas tinham por força que falar o «RDA-ês» que ali tinha o seu *Ausbau* (a par de *Abstand*...). Eis a parideira feiticista dos Picos de Europa (ou do Sistema Carpetovetónico?).

(*) António Gil Hernández. Ediciós do Castro. Sada (Corunha), 1996, 315 págs.

Andando o tempo, claro, calaram (com ou sem vergonha), como calaram também os que, com teses/tesinhas/tesouras semelhantes, pretenderam no seu dia talhar o «moldávio» do romeno, baseando-se em que aquele se escrevia com grafia ciríllica e este latina. Naturalmente, hoje em dia as circunstâncias políticas são outras, e a escrita oficial voltou a ser a histórico-etimológica romena (voltará algum dia a nossa escrita oficial a ser a histórico-etimológica portuguesa?).

O mau é que isto não é apenas brincadeira de pessoas comodamente instaladas no poder, e pagas pelo contribuinte, nem ainda fraude de sem-vergonhas comensais, mas grave *Diktat* de dramáticas conseqüências para os que não estão dispostos a acatar o ignominioso Decreto 173/1982 (18 Brumário de Filgueira?) de espanholização do galego: como os professores expedientados, sancionados, vitimados, vetados, silenciados, marginalizados, represaliados e sanhudamente perseguidos (entre eles o próprio Gil Hernández) por ousarem utilizar «*una versión del idioma gallego*, que al parecer no goza de reconocimiento oficial» (vide pág. 115), escandaloso atropelo dos direitos humanos como nos melhores tempos do fascismo (sem se falar na bonita arma da não-subvenção, aplicada mesquinha e vingativamente às publicações de ortografia dissidente).

Outra argúcia destes notabilinhos-avestruzes é fazerem como que não entendem: «Interesounos moito, pero non o puidemos entender xa que emprega vostede unha lingua descoñecida por nós (galegofalantes). De ahí que lle rogaríamos e agradeceríamos moito nos fixese a traducción do mesmo ao galego ou, de non poder ser ao galego (caso de que vostede non coñeza esta lingua), ao castelán...» (pág. 111). E estes coitadinhos (saberão o que quer dizer *hubris*?) ficam tão tranquilos pensando que deixaram entender algo engenhoso: este autor é castelhano, *ergo* não pode ser «galego coma ti»; sem repararem em que assim se estão a confessar instalados no castelhano.

De facto o professor Gil Hernández, por ser da nação irmã, embora imperial, conhece muito bem as molas do seu poder e, como Lebrixa, avisa-nos que «*siempre la lengua fue compañera del imperio*», entanto que eles são colaboracionistas objetivos desse poder, como o são, desde as suas parcelas de poder, os partidos «nacionalistas». O grave é que todos os partidos atuantes na Galiza «no fundo consentem com um mesmo projecto nacional, para a Espanha, e regional, para «Galicia»». «Insisto em que mais nacionalistas do que os galegos são os partidos, os sindicatos, as entidades públicas, parapúblicas e privadas declaradamente espanholas, por plenamente nacionais.

Final «o que se pretende é a política dos factos consumados». No demagógico nome do populismo (e lembremos que um partido popular é um *Volkspartei*, como era o nazi) quer-se fazer do «galego» mais um produto garantido com etiqueta de origem, porque *Spain is different* e variegada, gastronómica e autonomicamente. Por isso aconselha: «não façam um castrapo, façam muitos... uma língua para cada bisbarra...» (como aliás já fizeram até uma «normativa» par «el noso falar» dentre Eu e Návia...). E, conforme à lei de galegidade, por quê não incluir uma popular norminha do anglitrapo, consciência do falante galego emigrante na Inglaterra, e mais do alemanitrapo ou francitrapo na Alemanha ou na França? Ou é que os nossos normalizantes não são «demócratas de toda la vida»?

Mas em definitivo o que se quer ocultar por qualquer meio e expediente (!) é o incómodo facto de por este país adiante haver outras línguas (¿espanholas?) que também se falam e escrevem junto ou além das suas fronteiras (e que são oficiais na União Europeia), a começar pela nossa (além Minho, como aliás em Olivença), a seguir pela catalã (em Andorra, em Llívia, além Pirenéus, além Mediterrâneo), e a rematar pela mesma língua inglesa (em Gibraltar... ¿espanhol?), como a própria língua espanhola se fala nas «praças de soberania» africanas, em Porto Rico... (mas aqui o nosso aliado USA também «decretou» recentemente o *English only* oficial, e caia quem cair...). E era *lengua española* o português sob os Filipes? Será preciso um novo Tratado de Tordesilhas para redefinir a fronteira linguística hispano-portuguesa?

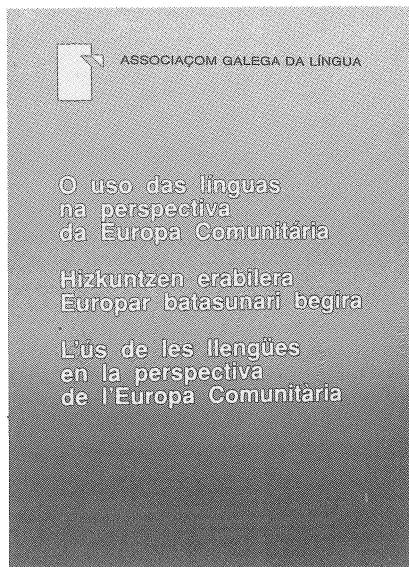
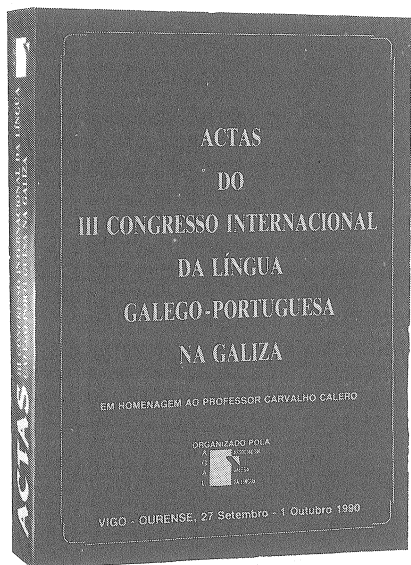
Todo o qual, é claro, complica-lhe a vida aos funcionarinhos/caciquinhos, que podiam viver tão ricamente instalados no fácil poder, sem ter que levar o trabalho de andar à caça de bruxas «lusistas», que deram na teima bem amoladora de revelar a verdade: «os reintegracionistas... não temos que defender privilégios, mas a pura verdade das cousas que estão aí, à disposição de todos os que queiram analisá-las». «Os reintegracionistas, lem-

bre-se, só temos a autoridade moral; penso que é muita quando se nos ataca com o alcu-
no, mesmo com a difamação e inclusivamente com a calúnia e nem se nos tenta vencer
com a ciência linguística ou com os achados da filologia ou com os resultados da sociolin-
guística e as suas aplicações».

Gil Hernández, mesmo com humor e ironia, não tem medo de dizer a verdade, porque
sabe que a verdade libera(-nos), e está disposto a pagá-la, novo Prometeu, a alto preço.
E por isso vive, e viverá, entre nós e em nós; como o melhor de Castela, da Castela das
liberdades, da democracia dos «Comuneros» e do «concejo abierto», vive hoje encarnado
no melhor do corpo social no vizinho país, ao que muito nos uniria se, como sonhava Caste-
lão, pudéssemos achar o modo de conviver sem dominar, o que bem desejava o castelhano
Cid: «Dios, qué buen vasallo, si oviesse buen señore!».

Para rematar, felicitemos desde aqui a Editora do Castro pelo seu acerto em ter publi-
cado na escrita, por fim!, reintegrada desta nobre língua, nossa e universal. Os tempos são
chegados?

PUBLICIDADE



A ASSOCIAÇÃO *ARRE-SENTELHA!* DA COSTA DA MORTE PUBLICA UM «BOLETIM DE MANIFESTAÇÃO ESCRITA»

Bernardo PENABADE

Um grupo de jovens da Costa da Morte fartos de que os seus escritos fossem continuamente tergiversados, cerceados e —mais habitualmente— nom publicados (às vezes, por simples razons de normativa lingüística) nos meios de comunicação, decidírom criar um «**Boletim de manifestação escrita**».

O *Expresso-m* é umha publicação alternativa que se elabora em Vimianço e desde ali é distribuída gratuitamente. Neste primeiro ano de vida leva já publicados quatro números, cada um deles correspondente a umha estação.

É impressionante observar como com umha absoluta simpleza de meios —um único fólio dobrado— se pode elaborar um produto de tanto interesse. Cada três meses aparece umha nova entrega de criação literária —teatro, relato curto e poesia—, recensões de livros e pequenos ensaios, todo com umha qualidade invejável. A esmerada maquetagem é outro dos reclamos para atrair a atenção do público.

Como complemento do boletim, em Outubro de 1995 esta mocidade aglutinou-se em **Arre-Sentelha!**, umha associação de carácter cultural com âmbito de trabalho em toda a Costa da Morte. Segundo informes fornecidos pola equipa de coordenação, os estatutos deste colectivo perseguem estes objectivos:

1. Promover todo o referido à cultura escrita (poesia, relato, opiniom crítica...).
2. Promover, do mesmo jeito, a realização de estudos e compilação de dados úteis para conhecer mais a fundo aspectos sociais, económicos, históricos e culturais da zona em particular, e da Galiza em geral.
3. Despertar na juventude o interesse pola participação em debates, conferências, recitais... e qualquer outro tipo de jornadas que se puderem celebrar.
4. Impulsionar esta mesma juventude no caminho da protecção do meio ambiente, dos direitos humanos, da língua, das tradiçõs...

Entre os actos organizados por **Arre-Sentelha!** figuram conferências, veladas literárias e mesmo algum concerto musical. Um acto ecologista na defesa do lobo, levantou umha enorme polémica com participação de caçadores, criadores de bestas e jornalistas. Um recital poético celebrado no castelo de Vimianço serviu de inspiraçon para que um grupo de autores se agrupassem no **Batalhom Literário da Costa da Morte**. Nesta primavera organizárom umha festa em solidariedade com Cuba, com motivo do 35º aniversário da batalha da praia Girón; o músico convidado foi Enrique Núñez, um dos fundadores da Nova Trova Cubana.

Em resumo, duas som as razons que nos fam situar num lugar de destaque esta mocidade da Costa da Morte: a promoçom da liberdade de expressom e o seu coerente amor à Terra. Embora umha maioria de associados apoiem o reintegracionismo, o boletim promove a liberdade normativa. É umha liçom de **ética**: «*nom queremos fazer com os que nom opinam como nós, o mesmo que fam connosco os que nom opinam como nós*».

O verdadeiro amor à Terra manifesta-se protegendo o meio ambiente natural, hoje tam degradado. Afortunadamente, o colectivo **Arre-Sentelha!** é coerente com o seu princípio recolhido nos estatutos. Som perseverantes: organizam actividades formativas, reclamam das instituições públicas apoio para os criadores de gado e, suportando as mais ferozes críticas, denunciam os atentados ecológicos.

Desde estas páginas enviamos-lhes os nossos parabéns!!

DE ANTIQUA ARS LITTERAE

Santiago RODRÍGUEZ SÁNCHEZ

À parte do pequeno volume *Trobadores e xogares* da didáctica mas amena colecção «A Nosa Historia Infantil» (com grande êxito entre os rapazes que a lem) som sete os volumes que Promocións Culturais Galegas, S.A.—Edicións A Nosa Terra tem publicado este ano no campo da nossa literatura medieval: *Natura das animalhas* de Carlos Paulo Martínez Pereiro, e os seis fascículos que iniciam o primeiro tomo dos quatro que formarão a *História da Literatura Galega*, junto cos seus correspondentes livros —seis preciosas antologias para ilustrar cada um dos fascículos— da colecção *A Nosa Literatura*.

A primeira destas obras, *Natura das animalhas*, é um —subtítulo— *Bestiário medieval da lírica profana galego-portuguesa*. O objecto deste esplêndido ensaio é, a meio dum percorrido, como num zoológico, polas várias «animalhas» que povoam os cancioneiros, revisitar, actualizar, apreender desde o presente o legado dos nossos poetas medievais. Tam singelo objectivo é magistralmente acadado, e ultrapassado, num livrinho de duascentas páginas, polo modo de o atingir, e polo efeito conseguido: (re)alimentar no leitor o prazer que as antigas cantigas som quem de produzir setecentos anos depois de serem cantadas.

Se o fio condutor da (re)leitura poderia parecer reducionista, a erudição e o constante mantenimiento da visom de globalidade por parte do autor fam que el consiga oferecer-nos umha obra muitíssimo mais ampla do que caberia esperar, assaz interessante tanto para o estudioso posto na matéria como para o leitor neófito. Além das 67 cantigas íntegras inseridas ao longo do texto (e fragmentos e alusons, até um total de 200 cantigas) —que mágoa nom figurar a paginação no Índice para facilitar rápidas revisitações posteriores—, o professor Carlos Paulo Martínez Pereiro recorre à intertextualidade e ao contexto, saíndo-se quando convém com oportunas digressons do recinto animal, para explicar diversos elementos formais e semânticos e questons filológicas e histórico-culturais fundamentais (oralidade, géneros, acontecimentos históricos, projecção no espaço e no tempo, originalidade e tradição, inter e contextualidade, conotação e simbolismo), fornecendo umha visom global e contextualizada da nossa lírica profana medieval no seu conjunto. E todo a partir de aqueles elementos faunísticos dumha parte limitada das cantigas (elementos umhas vezes de ocorrência mais ou menos anecdótica, outras de importância fundamental na compreensão dumha cantiga ou dum autor).

Fica também mostrada e demonstrada a actualidade da poesia profana medieval galego-portuguesa. A genialidade dos nossos poetas é absoluta. As «provas» que o autor aporta mediante a análise som concluintes: a actitude do poeta, os temas e o seu tratamento (amor espiritual/físico, sátira pessoal-política), originalidade individual (ainda dentro do carácter tradicionalista e colectivizante), a oralidade (característica que o mundo de hoje traspassou da literatura para a canção e os mass-média), a utilização de recursos actualmente vigentes na fala popular, a vaguidade expressiva, sugerente, a «expressom da conotação implícita eludindo a explicitação denotativa».

Com elegância, o autor vai-nos mostrando as chaves para, desvelando os sentidos, frequentemente duplos, percebermos totalmente os textos através da nossa moderna sensibilidade estética. Nesse sentido de actualização e reiluminação dos textos desde o nosso presente histórico é que devem ser entendidas as interpretações e associações de ideias e imagens literárias dos poetas medievais com outras de autores posteriores (Gil Vicente, Cunqueiro).

Por se todo isto fosse pouco, o professor é capaz —como bom professor— de transmitir-nos, junto coa sua análise, todo o seu entusiasmo pola matéria, e também, ao compreender que o discurso poético das cantigas está por riba, em toda a sua pureza, do metadiscursivo analítico do crítico, é capaz de observar, desde umha louvável atitude de humildade, um respeito absoluto polo texto e os seus sentidos, o qual implica que se mantém com sinceridade o mesmo tratamento para co leitor moderno.

As outras obras som cinco livros e cinco fascículos de diversos autores sob a rúbrica da Asociación Sócio-Pedagóxica Galega (AS-PG), precedidos dumha «Definición, características e periodización da literatura galega». Constituem as primeiras entregas dumha enciclopédia sobre a literatura galega, umha obra novidosa e mui interessante e necessária para o país, mais tendo em conta que já transcorrêrom mais de vinte anos desde a publicação da *História da literatura galega contemporânea* do benquerido Carvalho Calero. Reconhecendo pois o alto valor e a necessidade —compromisso— da iniciativa, tanto em si como na sua concepção editorial porquanto afecta à sua sifussom entre o público, vários detalhes, de maior ou menor importância, deveriam ser corrigidos numha «enciclopedia completa sobre a arte literaria feita na Galiza e en Galego»:

a) Bota-se em falta um esforço de síntese na apresentação que se reflectiria na necessidade de quadros, esquemas, gráficos, que facilitariam a consulta e leituras de superfície colaborando à difussom dos contidos, e que poderiam compensar o seguinte efeito: se bem os contributos de cada autor som ricos (veja-se o debuxo histórico resultante ao longo destes fascículos sobre a Idade Média), por outro lado provoca-se um efecto disgregador e um certo desequilíbrio (a problemática lingüística, a que me refiro no apartado b), só é explicada pormenorizadamente, mas referida ao seu objecto de estudo, a prosa medieval, no fascículo quinto, e nom como penso seria pertinente na «Definición, características e periodización» desde umha perspectiva global).

b) Nom hai umha explicação comparável, por exemplo, à que se fai sobre o contexto histórico, sobre a língua —base da arte literária. Assim, apenas se aborda (por nom dizer que nom se fai, pois acho que fica implícita, sem aclarar; e é algo que o conjunto da sociedade nom tem claro) a essência, a identidade da língua em que se produz a nossa literatura nacional. Sobre todo tendo em conta que os conceitos de galego, português, galego-português, expresom escrita, nacionalidade, etc., som amplamente baralhados nestes fascículos. Penso que esta problemática deveria estar explicitada numha obra como a presente assumindo e reamplificando o debate. O seu carácter divulgativo e o compromisso co país exigem-no.

c) Parelha à importância das ilustrações presentes nos fascículos seriam umhas pincladas biográficas sobre os autores nos livros, para fazê-los mais «vivos». Estes volumes prescindem (como a *Natura das animalhas*), nom sendo livros de poesia concebidos como tais por um autor, nos índices das páginas em que cada cantiga aparece.

Pollo demais a ortografia respeita os traços próprios da língua, com só algumas adaptações para facilitar a leitura, dacordo —agora si— co carácter divulgativo da edição.

Quedam em fim no borrador desta recensom alguns interrogantes arredor da questom lingüística e o carácter divulgativo/divulgador da obra que, de estarem presentes na enciclopédia, contribuiriam certamente à normalização do nosso presente e futuro. Sobre todo porque umha obra assi, máxime em países como o nosso, deveria preocupar-se, no fundo e no método, na forma, por satisfazer todo tipo de apetitos intelectuais, com um menu completo e apto, ideal, para todas as idades, níveis de estudos, posicionamentos,... para ir conformando um futuro tal como desejamos e cujos matizes já veremos.

Desejamos, porém, que o número de assinantes permita a continuidade da obra mesmo no futuro, quando os acontecimentos literários ainda nom tenham feito história, e a colecção seja referente principal para o conhecimento da nossa história literária em todas as bibliotecas.

Carlos Paulo Martínez Pereiro: *Natura das animalhas. Bestiario medieval da lírica profana galego-portuguesa*, col. Campus, 1.ª ed. Abril 1996, ed. A Nosa Terra.

AS-PG: *A Nosa Literatura* vol. 1-6 e *Historia da Literatura Galega*, edita e promove AS-PG e A Nosa Terra/Promocions Culturais Galegas, Vigo, 1996.

UM CONTRIBUTO AO DIÁLOGO
E À CONCÓRDIA NORMATIVA*José Manuel BARBOSA*

A situação do galego hoje fai pensar na necessidade do diálogo civilizado entre aquelas pessoas e colectivos que tradicionalmente se preocupam pola normalização do nosso idioma nacional, depois duns anos 80 e 90 em que o poder do mais arteiro nacionalismo espanhol, junto com a falta de comprensión com as novas tendências lingüísticas, levou a ver inimigos da língua, ali onde só havia boa intenção, rigor científico e valentia.

Desde as primeiras tentativas recuperadoras do galego no século XIX, os galeguistas botárom mao do que mais perto tinham, se queriam comunicar-se por escrito no idioma do país, e era a vestimenta do espanhol que serviu durante demasiados séculos como língua de cultura para os galegos.

Começou-se a escrever num demótico que cumpria funções de utilidade nos momentos em que o nosso idioma estava longe das escolas, universidades e centros de formação, mas que valia para começar a fechar-lhe o caminho à pesada lousa da longa noite de pedra que Espanha nos fijo viver com os séculos mais obscuros e mais pretos da nossa história.

Com os primeiros galeguistas, o descubrimento da lírica medieval e as primeiras tomadas de consciência em relação à nossa língua surgírom as primeiras posições divergentes, relativamente ao caminho que devia colher o galego na sua recuperação. Por umha parte os que utilizavam a ortografia «erudita, etimológica ou histórica», em palavras de Viqueira, que devia tender à adopção de grafias como o «LH» ou o «NH» e, por outra, os que utilizavam a ortografia «popular», também em palavras dele próprio. Assim entre «eruditos» e «populistas», foi-se andando o caminho do galeguismo anterior à guerra espanhola, confronto do que nem Castela se pudo evadir tomando posição a favor do «acercamento até a sua confusom com o português», como lhe manifestou epistolarmente a Sánchez Albornoz.

Claro que também havia pessoas que defendiam a ruptura definitiva do galego-português, como Aurélio Ribalta, que, com o seu «libro de Konsagrazion», defende o isolacionismo mais coerente e honrado que tenho conhecido, e até o mais galeguista, utilizando umha ortografia que nom era a do espanhol, mas umha nova por ele inventada tendendo ao foneticismo, cousa a que nom se atrevem os isolacionistas de hoje adoradores da satelização em favor do idioma imperial.

Pois até a guerra do 36, exceptuando algum caso concreto, o galeguismo apoiou-se fundamental, e pragmaticamente, no demótico que ajudava os galegos alfabetizados em espanhol e analfabetos na sua língua a fazer voar depois de muitos séculos a sua fala pátria. Durante a época de Franco, algum autor arriscado optou, como Guerra da Cal, polas formas históricas galegas e a filosofia do achegamento ao galego do sul —o mal chamado português, em palavras do grande lingüista romeno Eugenio Coseriu— seguiu adiante defendida por vezes por personagens como Ramón Piñeiro e Ramón Lorenzo, os quais mais tarde mudariam a sua atitude para práticas mais «rendíveis».

Morto Franco e recuperada a democracia, os primeiros governos da pré-autonomia dérom-lhe à Galiza a primeira norma, a do 80, da mao do sempre grande Dom Ricardo Carvalho, norma adequada ao momento e cuja intenção era deixar aberta a porta do diálogo e a discussom entre reintegração ou ruptura. Esse momento foi o da concretização, por fim, de associações reintegracionistas aproveitando umha conjuntura de debate social, público, aconselhável e positivo, que nos levaria a todos os interessados polo idioma ao desti-

no de toda língua que deseje a sobrevivência: a sua normalização, assunto pelo que tanto suspiraram e lutaram nos poucos galeguistas. Aquela era a ocasião onde os galegos e galeguistas, não só podiam, mas deviam optar pelo reintegracionismo, ou não, debatendo democraticamente os argumentos que tinham para defender cada um a sua posição, já que qualquer «Corpus» que surgisse, mesmo o reintegrado, ao final ao ser ensinado nas escolas botaria abaixo todo preconceito sobre a dificuldade no aprendizado.

Foi com as primeiras eleições democráticas ao parlamento galego quando, fruto da inércia e da falta de preparação, o povo galego elege a Aliança Popular como partido majoritário e responsável por formar o governo que marcaria o primeiro destino do galego desde dentro da Galiza. Pouco depois, em 1982, a jogada da adopção dumha desnecessária nova normativa, mas útil para as estratégias centralizadoras, causa confusão nos nacionalistas que se deixam levar, ingénuos pelo estratagemma dos descendentes de Afonso VI, Fernando III e Isabel a Católica. O debate, por se acaso, fica abortado, impõe-se a opção rupturista e dialectalizadora, à vez que o Reintegracionismo fica só, demonizado pelo poder que vê nele umha ameaça, como capacitado para poder retardar ou rebanhar os seus fins, pelo que a censura, o ocultamento da informação, nos casos de perseguição, faz que escrever o galego à forma medieval seja quase delicto num Estado que se autodenomina democrático e cuja constituição no artigo 14 garante a não discriminação por razões de língua e/ou ideologia. O Reintegracionismo não pode voltar atrás, deve marcar a sua posição com firmeza e dignidade tentando evitar que os governos do PP e do PSOE levem o galego caminho da dissolução dentro do espanhol, como se de um terror de açúcar num copo de água se tratasse. É melhor resistir com dignidade, com o conseqüente custo, que ver como o galego se dialectaliza cada vez mais a favor do agressor, sendo os galegos levados como ovelhas detrás de guias possibilistas a um beco sem saída, como se vem hoje as outrora nações Astúrias ou Aragom, aves com chumbo nas asas que, quando usam as suas falas, não deixam já de usar o espanhol, embora tingido de matizes regionais.

Por outra parte, os partidos nacionalistas começam adoptando as normas do 82 seguindo o engado, até que pouco a pouco a posição firme do Reintegracionismo faz que com o tempo retomem pelo menos as do 80 e mesmo as do 82 vão admitindo alguma que outra, até agora, forma proibida e conservada ainda pelo galego de Portugal. Apesar de todo, as bases nacionalistas educadas, ou melhor, mal educadas pelo poder e a sociedade em que vivem, orientam a sua agressividade contra o Reintegracionismo em vez de ajudar na purificação do idioma e desmascaramento dos autênticos vampiros da língua, instalados em governos cada vez mais intransigentemente anti-galegos.

Hoje, a situação tem mudado pouco, mas tem mudado. O PP e o PSOE são os únicos partidos a defenderem o bilingüismo substitutório e a normativa do 82; o BNG e as suas organizações *ad lateres* retomam as do 80, ainda que em muitos casos persiste o despiste de ver o inimigo onde não há mais que gente comprometida positivamente com o idioma que nos dá vida como nação. O ILG resiste como pode protegido pelo poder, às vezes retrocedendo e mudando «digo» onde antes dixo «Diego». O Reintegracionismo avança socialmente, mas não o suficientemente rápido, entorpecido pelos nacionalistas despistados que pensam que o futuro do nosso idioma está quebrando as raízes e indo-se com Castela, crendo que o galego coincide no seu limite sul com a fronteira traçada por um rei castelhano e imperialista. O BNG, a CIG, a Mesa e outros não educam as suas bases no respeito ao Reintegracionismo, mais bem comunicam incompreensão e até agressividade, inclusive nas relações pessoais e privadas, alheias a todo acto oficial; por isso e pela ocultação a que estamos submetidos, faz-se ver a muitos que Reintegracionismo e Isolacionismo são duas filosofias, quando menos, equiparáveis quanto à validade argumental.

A polémica de todos estes anos, creio, foi tremendamente positiva, já que impediu que os responsáveis da política lingüística completassem o seu labor destrutivo, mas se algo tem sido negativo, isto é que estes aproveitassem a conjuntura para fazerem crer que os culpáveis do retrocesso do galego não eram eles.

Tenho que acrescentar que o Reintegracionismo não só não violenta a língua, mas opera em favor da sua reconstrução; ou acaso não temos lido nengum texto anterior à «doma y castración»? O outro galego é o resultado de todo isto, o galego domado e castrado fruto dum acto de violência imperial. Para além de todo isso, se se me diz que o proble-

ma é o respaldo social, entom, para que estám as planificaçons lingüísticas, usadas em quase toda a Europa? Já que até este século só havia no nosso continente um número reduzido de Estados, logicamente plurinacionais, que rebentaram por necessidade, e dos quais surgiram novas naçons independentes, que precisárom dos «planning» para a normalizaçom das suas línguas que em muitos casos tinham algo mais que problemas sociolingüísticos, que impediam levar adiante os seus projectos de construçom nacional.

Sem ser na Europa, vem-me à mente o Estado de Israel que recuperou o hebreu depois de 2000 anos, em que ninguém falava essa língua a nom ser nos rituais religiosos com uns restritos campos léxicos. Depois de vinte séculos renascêrom formas, construçons mortas definitivamente desde que Massadá e Jerusalem foram tomadas e destruídas por Roma.

O caso turco, cujo idioma mudou todo o seu esquema formal de tradiçom corânica, islâmica, de grafia árabe para outro latino e ocidental na época de Kemal Atatürk. Nom era a simpleza de mudar o «N» polo «NH», mas era toda umha revoluçom gráfica com implicaçons sociais, económicadas, culturais e mesmo religiosas.

A língua é umha ferramenta de construçom nacional; nengumha língua padrom é «o que fala o pueblo» e nengumha língua oferece problemas de aprendizado —a nom ser que seja umha língua alheia— se se leva às aulas, se se fala nos meios de comunicaçom e se serve como instrumento de criaçom artística. Todos os casos de desintegraçom lingüística na Europa solucionarom-se volvendo ao tronco e à origem, como por exemplo, o moldavo, o flamengo, etc. Só o caso galego é um caso fora do normal, onde até muitos dos mesmos nacionalistas nom reconhecem a sua língua nacional, o que nos obriga aos Reintegracionistas a existir, contra vento e maré num trabalho ingrato e generoso de consciencializaçom e de eliminaçom dentro do possível do problema sociolingüístico, enquanto os demais nom o fígerem. Isto é o que realmente há, traduzido, complicando a cousa, em problema político por vontade do partido no governo desde há quinze anos. Nom existe problema lingüístico, pois, por muito que pese a muitos, todo o ocidente peninsular é umha única língua; por isso o nacionalismo tem a obriga de eliminar o problema político —sob pena de cair na suspeita de ser igual aos partidos nacionalistas espanhóis na sua vontade glotofágica e lingüicida— para remediar posteriormente o socilingüístico, o qual nom oferece maior dificuldade que noutros lugares da Europa ou do mundo civilizado. A ignorância, porventura, tem cura, e a medicina é a informaçom e a pedagogia.

Quanto ao problema normativo e à soluçom do mesmo, assim como à concórdia necessária, propomos:

1.º Saber se o galego é galego-espanhol ou galego-português; umha soluçom intermédia é cientificamente irreal, pois o galego nom é umha língua ou um *pidgin* a meio caminho entre o espanhol e o português.

2.º Saber que enquanto governar um partido de vocaçom espanhola aqui o único que se vai normalizar é o espanhol e se queremos algo enxebre encherám-nos de festas gastronómicas e folclore, nunca nos ajudarám a que concordemos nem adequarám as normas ao que deve ser; portanto, valorizar desde posiçons nacionalistas o positivo da opçom Reintegracionista.

3.º De governar hipoteticamente um partido de vocaçom galega e nacionalista nom caberia umha normativa de concórdia, porque muitos nom estamos dispostos a dar marcha atrás: mais bem optaríamos por umha concórdia normativa que é bem diferente.

Em que consistiria?

a. A oficialidade, a administraçom e o ensino primário utilizariam por razons práticas umha normativa provisória ou de compromisso, a qual serviria para que a administraçom se comunique com o administrado em todas as suas manifestaçons.

b. Que qualquer outra normativa, nomeadamente a reintegracionista, nom sofra nengum tipo de discriminaçom e que de forma individual o administrado poda comunicar-se com a administraçom com a que considerar oportuno.

c. No ensino primário estudar-se a norma provisoriamente oficial, mas a partir de determinados níveis dar-se a conhecer a outra possibilidade.

d. Abrir o debate, público, democrático e respeitoso sobre se devemos achegar-nos ao português, ao espanhol ou isolar-nos tendo em conta que esta última implicaria reinven-

tar o galego com a conseqüente incompetência e artificialidade e a segunda implicaria a morte segura do galego.

Para além de todo isto, acrescente-se que toda normalização, feita de forma natural, nom se baseia nem se fai com umha norma única, fai-se com múltiplas formas a concorrerem e das quais umha, com o tempo, prevalece sobre as outras por consenso social, nom «manu militari», daí o fundamental critério de amplitude dumha norma e da necessidade da pluralidade das propostas. Que alguém diz que há que seguir com umha norma única para competir com o espanhol? A isso respoda-se que umhanorma isolacionista nom compete com o espanhol, mais bem colabora; e caminhar passo a passo cara a reintegração é um necessário esforço e gasto positivo de energias para solucionar o problema sociolinguístico, que todos reconhecemos, para erguer-se da prostração de séculos, e poder, por fim, colocar o espanhol, no seu sítio, isto é, na meseta.

NA PROCURA DUMA NOTÍCIA

Prezado Director

Onte, 14-11-96, fum ao centro de Madrid para comprar «*O Correo Galego*» na procura duma notícia: NADA DE NADA!

Hoje, 15-11-96, voltei na procura da mesma notícia, mas além do *Correo* merquei também ATLÁNTICO e FARO DE VIGO. No «*Correo*» nada... Nos outros sim achei o que procurava.

Obviamente já saberá que estou a falar do «V Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza»...

Hoje já sei o jornal que não tenho que comprar se ando na procura de notícias do galego. O desprezo do reintegracionismo não é prova de inteligência desse jornal. Somos mais do que vocês crem e desde logo somos mais galegos... Mas como a «Xunta» paga bem por centímetro quadrado de castrapo não lhes preocupa!

Vocês são livres de fazer o jornal que quizerem, mas nós somos livres de apoiá-los, boicotá-los ou não!

Saudações.

RENOVAÇÃO
Apdo. 24034
Madrid

(Esta carta foi enviada ao jornal que comentamos por RENOVAÇÃO).

Publicações da Associação Galega da Língua

• Colecção «Universália»

López-Suevos Fernández, Ramom: *Dialéctica do Desenvolvemento. Naçom, Língua, Classes Sociais*, 1983. (Esgotado).

Comissom Lingüística da AGAL: *Estudo Crítico das Normas Ortográficas e Morfolóxicas do Idioma Galego*, 1983. 169 págs. (Esgotado).

2.ª Ed. corrigida e acrescentada, 1989, 302 págs.

Carvalho Calero, Ricardo: *Letras Galegas*, 1984. 349 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Prontuário ortográfico galego*, 1985. 318 págs.

Actas do I Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza, 1986. 820 págs.

López-Suevos, Ramom: *Portugal no quadro peninsular. Subsídios para a análise histórica-estrutural*, 1987, 224 págs.

Souto, Elvira: *Contribuição ao estudo do romance iniciático galego*, 1987, 95 págs.

Haller, Michel: *Tratado de contraponto e de composição contrapontística*. Tradução e adaptação de Joám Trilho, 1987, 212 págs.

Comissom Lingüística da AGAL: *Guia prático de verbos galegos conjugados*. 1988. 128 págs.

Actas do II Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1989. 928 págs.

Monterroso Devesa, J. M.: *Apelidos galegos*. 1989. 32 págs.

Morám Fraga, César-Carlos: *O mundo narrativo de Álvaro Cunqueiro*, 1990. 176 págs.

Associação Galega da Língua: *Poder, Ideologia e Língua* (Yvo JD Peeters, editor), 1991. 120 págs.

Actas do III Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. 1992. 654 págs.

AA. VV. *O uso das línguas na perspectiva da Europa Comunitaria*. 1993. 194 págs.

Actas do IV Congresso Internacional da Língua Galego Portuguesa na Galiza. 1996. 448 págs.

• Colecção «Clássicos»

Cotarelo Valhedor, Armando: *Trebón*, Edição, estudo e adaptação ao Galego Actual de Ramom Reimunde, 1984. 221 págs.

Rosalía de Castro: *Folhas Novas*, Edição e notas de E. Souto Presedo; prólogo de F. Salinas Portugal, 1985. 266 págs.

• Colecção «Criação»

Manuel Maria: *A luz Ressuscitada*, Carta-prefácio de António Gil Hernández, 1984. 138 págs. (Esgotado).

Carvalho Calero, Ricardo: *Cantigas de amigo e outros poemas (1980-1985)*, 1986. 192 págs.

Marinhas del Valle, Jenaro: *A vida escura*, 1987, 170 págs.

Béjar, Julio et alii: *Fogo cruzado* (relatos), 1989, 96 págs.

Guisan Seixas, João: *Origem certa do farol de Alexandria* (re-edição), 1989, 88 págs.

Gómez, Joel R.: *Quando o sol arde na noite*, 1990. 115 págs.

Guerra da Cal, Ernesto: *Lua de Além-Mar e Rio de Sonho e Tempo*, 1991, 292 págs.


Corral Iglesias, José Alberte: *Palavra e memória*, 1997, 156 págs.

• Revista AGÁLIA. Publicação trimestral desde o ano 1985. 128 págs.

Revista AGÁLIA. Monográfico n.º 1, *Problemática do sector lácteo*, dirigido e coordenado por Cláudio López Garrido, 1987, 160 págs.

Monográfico n.º 2, *Estudos sobre a História da Economia de Galiza*, dirigido e coordenado por Joám Carmona, 1989, 96 págs.

A
G
A
L



ASSOCIAÇOM
GALEGA
DA LÍNGUA

The logo consists of a solid black square. A white triangular shape is cut out from the bottom-left corner of the square, pointing towards the center of the page.